

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

TESE DE DOUTORADO

A GEOPOLÍTICA E A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUL DO BRASIL

JONES MURADÁS

ORIENTADOR: PROF. DR. GERVÁSIO RODRIGO NEVES

PORTO ALEGRE, NOVEMBRO DE 2008.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A GEOPOLÍTICA E A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUL DO BRASIL
Volume I**

JONES MURADÁS

ORIENTADOR: PROF. DR. GERVÁSIO RODRIGO NEVES

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura
(POSGea/IG/UFRGS)
Profa. Dra. Heloisa Conceição Machado da Silva
(IRI/Universidade Nacional de La Plata)
Profa. Dra. Márcia Eckert Miranda (Centro de Ciências
Econômicas/UNISINOS)
Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros
(POSGea/IG/UFRGS);

Tese apresentada ao Programa
de Pós-graduação em
Geografia como requisito para
obtenção do título de Doutor em
Geografia.

PORTO ALEGRE, NOVEMBRO DE 2008.

Muradás, Jones

A geopolítica e a formação territorial do sul do Brasil / Jones Muradás. –
Porto Alegre : IGEO/UFRGS, 2008.
2 v. : il.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de
Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, RS -
BR, 2008.

Orientação: Prof. Dr. Gervásio Rodrigo Neves

1. Geopolítica. 2. Geohistória. 3. História do Brasil. 4. História do Rio
Grande do Sul. 5. Fronteiras. I. Título.

Catálogo na Publicação
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFRGS
Luciane Scoto da Silva CRB 10/1833

DEDICATÓRIA

Dedico esta Tese a minha esposa Clair e meu filho Rodrigo por terem apoiado e me acompanhado em todos os instantes desta difícil caminhada, a minha mãe Sueli por todo o esforço, fundamental, para que pudesse alcançar mais este degrau, ao meu orientador, Prof. Gervásio Rodrigo Neves, que abraçou este projeto. Dedico também ao Prof. Tapir Tiago Moura Waterloo por ter me passado segurança neste trabalho e aos que de uma forma ou de outra ajudaram na construção desta Tese, difícil de nomear a todos sem que esqueça algum. Também dedico esta Tese ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e, principalmente, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, universidade pública, gratuita e de qualidade que me disponibilizou toda a minha significativa formação acadêmica.

RESUMO

Este estudo trata da conquista e da formação territorial e o estabelecimento de limites internacionais do sul do Brasil. Nas fases desses processos mostra-se a conexão da ocupação territorial com as ações geopolíticas promovidas pelos luso-brasileiros. São analisados os tratados entre Portugal e Espanha, assim como o papel desenvolvido pelos bandeirantes, tropeiros, imigrantes, estancieiros, contrabandistas, gaúchos e outros atores na exploração e ocupação do território, cada um em seu momento histórico. Razões econômicas e ações militares integradas à iniciativas públicas e privadas serviram aos objetivos geopolíticos fundamentais a expansão e organização do espaço do sul do Brasil. É demonstrado neste estudo que todas as ações emanadas pelos luso-brasileiros no cenário do sul do Brasil foram de cunho geopolítico, envolvendo todos os atores citados acima que de uma forma ou de outra, atuaram na construção desse território.

Palavras chave: Geopolítica; Geohistória; História do Brasil; História do Rio Grande do Sul; Fronteiras.

ABSTRACT

This study treats about the formation, territorial conquest and establishment of international limits in southern Brazil. During this procedure is revealed the connection between territorial occupation and the geopolitical moves promoted by Portuguese-Brazilians. These treaties between Portugal and Spain are analyzed, as well as the role developed by “bandeirantes”, “tropeiros”, immigrants, estancieiros, smugglers, gauchos and other actors in the exploration and occupation of territory, each one in their historical moment. Economic reasons and military actions integrated to public and private initiatives served as important geopolitical objectives that were fundamental to the expansion and space’s organization of southern Brazil. It is shown in this study that all the actions by Portuguese-Brazilians in the southern Brazil’s scenario are explained by geopolitical ideas, always involving all the actors mentioned above that, in one way or another, worked in the construction of this territory.

Key words: Geopolitics; Geohistory; History of Brazil; History of Rio Grande do Sul; Borders.

A GEOPOLÍTICA E A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUL DO BRASIL

LISTA DE FIGURAS

	Pág.
CAPÍTULO I	
Figura 1.1	Fac-símile da última página do Tratado de Tordesilhas, de 1493, com as assinaturas dos Reis Católicos da Espanha, Fernando e Isabel. 45
Figura 1.2	Mapa de Juan de la Cosa (1500) 49
Figura 1.3	Distribuição das terras no sul da América do Sul, de acordo com o Tratado de Tordesilhas. 55
CAPÍTULO II	
Figura 2.1	Rota de Aleixo Garcia 61
Figura 2.2	Rota de Sebastião Caboto e Diego Garcia 62
Figura 2.3	Planisfério anônimo português chamado de Cantino (1502) 64
Figura 2.4	Detalhe do Brasil no Planisfério anônimo português chamado de Cantino (1502) 65
Figura 2.5	Planisfério de Lopo Homem, 1519, constante do Atlas Muller 66
Figura 2.6	Mapa da Terra Brasilis, incluído no Atlas Miller 67
Figura 2.7	Parte sul-americana do planisfério de Pierre Descelliers - 1546. 71
Figura 2.8	Representações cartográficas da “Ilha Brasil” ou do “Magnus Brasil” entre 1550 e 1650 segundo Jaime Cortesão 74
Figura 2.9	Magnus Brasil nas Cartas de João Teixeira Albernás – 1640 76
Figura 2.10	Figura da concepção atual do Magnus Brasil 77
Figura 2.11	América Meridional de Arnoldus Florentinus 79
Figura 2.12	São Vicente de João Teixeira Albernás – 1631 82
Figura 2.13	Detalhe, o Brasil na Carta Atlântica de Gaspar Viegas (1534) 85
Figura 2.14	Mapa de Bartolomeu Velho – 1562 86
Figura 2.15	Mapa do Brasil com as divisões em capitanias - Luís Teixeira, 1586 88
Figura 2.16	Mapa do envolvimento do Sul do Brasil pelas Expedições Exploratórias Portuguesas – Espanholas (1501 – 1580) 97
Figura 2.17	Mapa America Mundus Novus, de Vaz Dourado – 1573. 99
CAPÍTULO III	
Figura 3.1	Mapa da localização das Missões de Guairá e Tape 112
Figura 3.2	Mapa das Missões de Guairá - Detalhe 114
Figura 3.3	Mapa das Missões localizadas no Tape 116
Figura 3.4	Mapa da Rota dos Bandeirantes no Rio Grande do Sul 117
Figura 3.5	Mapa da Introdução do gado no Rio Grande do Sul e as Vacarias 119
Figura 3.6	Mapa America Meridionale, por Guglielmo Sansone – 1677 125
Figura 3.7	Mapa Americae Descriptio, Nicolau Visscher – 1650 126
Figura 3.8	Mapa da localização das Faixas de Fronteira 127
Figura 3.9	Mapa da América do Sul por Antônio Sanches, 1641 128
Figura 3.10	Mapa America Pars Meridionalis, de Henricus Hondius – 1638 129

	CAPÍTULO IV	
Figura 4.1	Localização dos primeiros povoados no sul do Brasil	140
Figura 4.2	Evolução geográfica dos Gaúchos	145
Figura 4.3	Localização da Colônia do Santíssimo Sacramento	149
Figura 4.4	Plano do porto da Colônia do Sacramento	150
Figura 4.5	Mapa da localização da Colônia do Sacramento pós Tratado Provisional	152
Figura 4.6	Localização, em detalhe, das aldeias dos Sete Povos	154
Figura 4.7	Localização dos ervais e estâncias dos Sete Povos	156
Figura 4.8	Animação do Triplo Vetor Colonizador do Sul do Brasil	160
Figura 4.9	Representação do Roteiro Colônia do Sacramento – Laguna	163
Figura 4.10	Localização de Montevidéu	168
Figura 4.11	Enseada de Montevidéu	169
Figura 4.12	Enseada de Montevidéu	169
Figura 4.13	Traçado do caminho dos Tropeiros São José do Norte – Laguna	171
Figura 4.14	Traçado do Caminho do Morro dos Conventos	173
Figura 4.15	Traçado do Real Caminho de Viamão	174
Figura 4.16	Localização das principais sedes de municípios na Rota dos Tropeiros	176
Figura 4.17	Localização da área de distribuição das primeiras sesmarias no Rio Grande do Sul	179
Figura 4.18	Mapa do litoral, de Laguna a barra do rio Taramandi (Tramandaí), indicando os Campos de Viamão	182
Figura 4.19	Discriminação das Estâncias, no Rio Grande de São Pedro, 1741.	184
Figura 4.20	“Planta Topográfica da Praça da Nova Colônia com o seu novo desenho pelo Brigadeiro Jozé da Sylva Paes Anno de 1736”	188
Figura 4.21	Mapa da Barra do Rio Grande e suas Fortificações	192
Figura 4.22	Carta do Brasil de Guillaumé Delisle (1722) comparada com uma carta portuguesa da mesma época e com o contorno atual.	197
Figura 4.23	Mapa das Cortes	202
Figura 4.24	Mapa dos limites estabelecidos pelo Tratado de Madrid no sul do Brasil	204
	CAPÍTULO V	
Figura 5.1	Planta da Fortaleza de Jesus-Maria-José de Rio Pardo	210
Figura 5.2	Dinâmica da movimentação das forças ibéricas na Guerra Guaranítica	213
Figura 5.3	Etapas de povoamento inicial do Rio Grande do Sul e o cordão de defesa luso-brasileiro	218
Figura 5.4	Rotas de invasão do Exército Espanhol ao Rio Grande do Sul	220
Figura 5.5	Esquema da invasão espanhola de Ceballos e Vertiz y Salcedo ao Rio Grande do Sul	223
Figura 5.6	Indicação dos limites estabelecidos, por via das armas, no sul do Brasil - 1775	227
Figura 5.7	Limites do tratado de Santo Ildefonso – 1777	232
Figura 5.8	Dinâmica da conquista luso-brasileira das Missões - 1801	240

Figura 5.9	Território do Rio Grande do Sul após a guerra de conquista de 1801	241
CAPÍTULO VI		
Figura 6.1	Municípios do Rio Grande do Sul, em 1809	248
Figura 6.2	Trajetos de D. Diogo de Sousa na Banda Oriental	252
Figura 6.3	Área conquistada pelo Exército Pacificador	253
Figura 6.4	Território da Coroa portuguesa no sul do Brasil, em 1821	261
Figura 6.5	Limites adotados no Sul do Brasil através da Convenção de 1819	264
Figura 6.6	Limites adotados no Sul do Brasil através da Convenção de 1819, com hidrografia.	265
Figura 6.7	Limites adotados no Sul do Brasil através do Tratado de 1821	267
CAPÍTULO VII		
Figura 7.1	Dinâmica da Batalha do Passo do Rosário	274
Figura 7.2	Dinâmica da invasão de Frutuoso Rivera	276
Figura 7.3	Área de influência geográfica das capitais farroupilhas	279
Figura 7.4	Limites internacionais adotados no Sul do Brasil em 1851	281
Figura 7.5	Dinâmica da invasão paraguaia ao Rio Grande do Sul	284
CAPÍTULO VIII		
Figura 8.1	Configuração da área de litígio Brasil – Argentina - 1889	288
Figura 8.2	Figura dos limites do Rio Grande do Sul em 1909	289
Figura 8.3	Figura da localização da Ilha Brasileira	291
Figura 8.4	A formação territorial do Rio Grande do Sul	295

LISTA DE MAPAS

		Pág.
CAPÍTULO I		
Mapa 1.1	Paralelo demarcatório do Tratado de Alcáçovas –Toledo	36
Mapa 1.2	Meridiano demarcatório da Segunda <i>Bula Inter Cetera</i>	39
Mapa 1.3	Meridiano demarcatório do Tratado de Tordesilhas	41
Mapa 1.4	A derrota de Pedro Álvares Cabral ao Brasil	51

LISTA DE FOTOS

		Pág.
Foto 4.1	Portão de Campo da Fortaleza de Colônia do Sacramento	187
Foto 5.1	Primeiro marco do Tratado de Madrid colocado em Castillos Grandes.	211

A GEOPOLÍTICA E A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUL DO BRASIL

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - “POR MARES NUNCA DE ANTES NAVEGADOS” AO “ACHAMENTO” DO BRASIL	23
A península ibérica no contexto europeu do século XV	23
Dos feudos ao estado nacional	24
O Capitalismo - A nova ordem econômica	25
A Economia e a sociedade	25
O mercantilismo	26
A causa Emergente	28
A expansão marítima e comercial da península ibérica	29
D. Henrique e a vantagem geográfica	30
A expansão ultramarina portuguesa	33
A introdução do <i>Mare Clausum</i>	34
O tratado de Alcáçovas-Toledo	35
A descoberta da América e suas conseqüências	37
As bulas alexandrinas	38
O Tratado de Tordesilhas	41
A rota das Índias	47
O Descobrimento do Brasil	48
CAPÍTULO II - AS EXPLORAÇÕES IBÉRICAS E O MAGNUS BRASIL	57
As primeiras explorações	57
A Costa do Ouro e da Prata	59
A cartografia da informação e da contra-informação	63
As incursões estrangeiras	69
A contestação ao <i>Mare Clausum</i>	70
O <i>Magnus Brasil</i>	73
A colonização do Brasil	79
Estratégias Geopolíticas	83
A Espanha conquista o Peru	84
As Capitânicas hereditárias	85
A tentativa portuguesa no Amazonas	90
As expedições espanholas ao Prata e ao Amazonas	91
A colonização espanhola	93
Portugal do Século XVI: a política e a economia	94
Consolidação geopolítica	97
CAPÍTULO III - A UNIÃO DAS COROAS IBÉRICAS 1580 – 1640	100
Causas da expansão territorial brasileira	101
A Companhia de Jesus e os Jesuítas portugueses	103
A colonização espanhola	104
Os espanhóis e os indígenas	105

O sertão e seus habitantes	109
Os Paulistas e as Bandeiras	110
Bandeirantes, Jesuítas espanhóis e as Missões de Guairá	111
As reduções do Tape e os Bandeirantes	115
Vacaria del Mar	119
Consolidação das ações do período 1580 – 1640	120
CAPITULO IV - DA RESTAURAÇÃO PORTUGUESA AO TRATADO DE MADRID – 1640 - 1750	132
A Espanha pós-restauração de Portugal – na Europa e América do Sul	135
Continua a impossibilidade de posse territorial espanhola	135
Os espanhóis e o impedimento ao livre comércio no porto de Buenos Aires	137
Expansão do território brasileiro	139
Os habitantes do Pampa – dos Mozos Perdidos ao Gaúcho	141
A fundação de Colônia do Santíssimo Sacramento	148
Os Jesuítas espanhóis se restabelecem no Tape	153
Retomada do povoamento e o comércio na Colônia de Sacramento	158
A colonização do sul do Brasil	159
Medidas para reconhecimento e posse do território	162
O Contrabando no Prata	164
A segunda queda de Colônia do Sacramento	166
A fundação de Montevideu	167
O tropeiro e a ocupação do espaço do sul do Brasil	169
1. Os tropeiros e o gado espanhol	170
2. Os tropeiros e a ocupação do litoral rio-grandense	171
3. O tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu e o caminho ao centro da Colônia	172
4. As conseqüências do tropeirismo	175
5. A importância do tropeirismo	177
As concessões de Sesmarias e o estabelecimento das Estâncias	178
A Colônia do Sacramento e as novas ameaças	186
Os planos externos à península ibérica	190
A Vila e a Comandância Militar do Rio Grande	192
A preparação diplomática portuguesa e os jesuítas matemáticos	195
O Tratado de Madrid - 1750	201
CAPÍTULO V - AS CONSEQÜÊNCIAS DO TRATADO DE MADRID E A CONQUISTA TERRITORIAL DO ATUAL SUL DO BRASIL	206
A imigração açoriana	206
A Guerra Guaranítica	209
O povoamento da Capitania de São Pedro	216
Os Tratados e as Invasões espanholas	221
O Tratado de Santo Ildefonso	230
A atividade Charqueadora e a ocupação portuguesa	235
A Conquista das Missões	236
O Tratado de Badajoz	243
O Rio Grande do Sul e sua incipiente economia	244
A demografia da Capitania	245
As Invasões à Metrópole portuguesa	245
A consolidação do território	246

CAPÍTULO VI - A MONARQUIA NO BRASIL E A CONQUISTA DA BANDA ORIENTAL	247
A Capitania de São Pedro no novo cenário político	248
O cenário do Prata, em 1810	249
O Exército Pacificador intervêm na Banda Oriental	250
A luta interna no Prata e as fricções no Pampa	254
As ações de Artigas	258
A invasão da Banda Oriental e a tomada de Montevideú	259
As conseqüências da tomada da Banda Oriental	263
A Agitação Liberal Precursora da Independência	265
CAPÍTULO VII – PERÍODO IMPERIAL	269
Imigração e colonização estrangeira	270
A Guerra Cisplatina	272
a. Batalha do Passo do Rosário	273
b. Invasão de D. Frutuoso Rivera	275
Guerra civil dos Farrapos	278
O Tratado de Limites de 1851	280
A Invasão paraguaia	283
CAPÍTULO VIII - O SUL DO BRASIL E AS QUESTÕES DE LIMITES NA REPÚBLICA	285
As questões de limites da região de Palmas – Misiones	285
Tratado Brasil – Uruguai - 1909	288
As contestações uruguaias	290
a. A questão da "Ilha Brasileira"	290
b. A Questão Masoller / Vila Albornoz	292
Conclusão	297
Bibliografia	315

INTRODUÇÃO

No decorrer de sua formação, os limites e as fronteiras do sul do Brasil variaram e são reconhecidos pela difícil definição da linha divisória gerando permanente disputa entre lusos e espanhóis.

As circunstâncias geográficas tornaram-se marcantes na história do Cone Sul. A Bacia do Prata, área de disputas e tensões ao longo séculos, foi o eixo central do desenvolvimento econômico e comercial da região. E assim, em torno do Rio da Prata, disputaram-se as mais violentas batalhas da região.

Este trabalho trata da conquista e da formação territorial e o estabelecimento de limites do Sul do Brasil com Uruguai e Argentina, do período anterior ao descobrimento até a atualidade. Ao percorrer diferentes fases deste processo histórico, procura-se mostrar a conexão deste processo de ocupação territorial com as ações geopolíticas. Também a história da territorialização do Sul do Brasil nos remete à análise das ações dos atores junto aos processos históricos. Seu período de duração está compreendido entre os séculos XV e XX. O contexto pré-colonial (na Europa), colonial, imperial e da república fazem parte dessa análise que, através dos determinantes sociais, políticos e econômicos, compõe o quadro da história do sul do Brasil.

Sendo este um estudo desenvolvido no âmbito da geografia política, procuraremos centrar a análise justamente naqueles processos que possuam alguma especificidade no amplo conjunto das questões territoriais. Desse modo, ao examinarmos os momentos da história de territorialização do sul do Brasil, mostraremos a formação econômica e territorial, indicando os processos geopolíticos que expressaram essa formação, passando ao largo dos assuntos que não atinjam diretamente o tema proposto.

Assim, a história do Rio Grande do Sul no sul do Brasil confunde-se com a história das lutas pela demarcação dos limites. No decorrer de dezenas de anos, sucessivos acordos diplomáticos (tratados) sobre limites foram assinados entre Portugal e Espanha, que dizem respeito ao sul do atual Brasil, fizeram com que o Estado do Rio Grande do Sul obtivesse seu contorno atual no início do século XX, depois de anos de vaivém de fronteiras.

Esses tratados influíram na forma econômico-social e política de agir dos homens que habitavam a região, destarte, tais ações tiveram, de ambas as nações, o intuito de tirar o maior proveito do que se pudesse explorar, por ordem ou permissão tácita de cada Coroa.

As táticas de conquista variaram nas ações, determinando a definição de nova identidade dos habitantes do sul do Brasil. A formação de um espaço platino, envolvendo o atual Uruguai, Argentina, Paraguai e sul do Brasil, sempre foi de relações assimétricas entre os países, fato que exigiu da diplomacia portuguesa e depois brasileira imperial e republicana, atuação e negociação permanentes, estabelecendo estratégias próprias em gerir com as dificuldades com estes vizinhos.

Ante os fatos, os problemas a que nos propomos responder são:

Foi o projeto geopolítico do Magnus Brasil o instrumento norteador da conquista territorial portuguesa além Tordesilhas?

A geopolítica praticada por Portugal foi o instrumento ordenador da formação do espaço do sul do Brasil?

Foram as estratégias geopolíticas portuguesas/brasileiras os instrumentos utilizados para a conquista do espaço?

A geopolítica portuguesa resultou na efetiva construção do território?

Em razão deste objetivo geral (problema), são objetivos específicos do trabalho:

- os tratados internacionais entre Portugal e Espanha, pertinentes à área de estudo, incluíam uma determinação geopolítica portuguesa e influíram no delineamento do território;

- os tropeiros, imigrantes e outros atores tenham sido empregados como instrumento geopolítico por Portugal na exploração e ocupação do território;

- razões econômicas (pecuária) foram determinantes na fixação de objetivos geopolíticos que influíram na determinação/organização do espaço do sul do Brasil;
- as ações militares simétricas e assimétricas eram defesas/expansão territoriais e foram utilizadas por Portugal como tática e estratégias de defesa e ocupação territorial;
- a ocupação militarizada do sul do Brasil, via distribuição de sesmarias e ocupação com estâncias, tenha sido uma estratégia geopolítica na ocupação do espaço.

Assim, o que aspiramos a demonstrar é que todas as ações emanadas da Coroa Portuguesa neste cenário eram geopolíticas, envolvendo todos os atores que, de uma forma ou de outra, atuaram no território. Os atores, civis e militares sempre executaram objetivos econômicos e os militares garantiram os interesses econômicos e políticos da metrópole.

Desta forma, partindo de uma concepção integrada como referencial de análise, observamos que a dificuldade maior de Portugal / Brasil na demarcação de seus limites foi a fixação da fronteira no sul do Brasil. No decorrer dos séculos, mais precisamente no Rio Grande do Sul, houve uma verdadeira oscilações de linhas de fronteiras ocasionado por conflitos e tratados entre as coroas ibéricas ocasionando importantes conseqüências sociais, econômicas e políticas a esse território.

Assim, a análise da ordenação do espaço dentro da especificidade geopolítica do Rio Grande do Sul leva em consideração atores sociais, econômicos e políticos. Assim, o presente estudo fará uma revisão dos processos históricos e econômicos que levaram à conquista e ocupação do território.

Outro fato importante é que estudos na área da geografia que abranja o período do Brasil Colonial são escassos, principalmente na área geopolítica. Moraes (2002, p.17-8) também tem esta preocupação e diz:

De início, a geografia (ou geografias) do período colonial como um todo resta ainda como um campo quase inexplorado, seja no que toca às narrativas e roteiros de viagens, seja no que importa ao ensino da disciplina nos colégios jesuítos. Toda uma geopolítica implícita em vários movimentos e acontecimentos de nossa história colonial não foi ainda investigada. Documentação colonial local não foi lida na ótica da história do pensamento geográfico brasileiro;

Em que pese a ser um tema clássico na área da História, o exame na óptica geopolítica nada tem de tradicional. O estudo da formação do território brasileiro no sul do país, neste enfoque, é de extrema importância, já que a geopolítica é o campo mais tradicional, ao lado da guerra, dos estudos de Relações Internacionais.

Deste modo a importância do tema se dá na medida que estudaremos as formas, ações, fatos e estratégias geopolíticas utilizadas por Portugal / Brasil na difícil conquista e manutenção do seu território no sul do país; o estudo, portanto da origem de nossas fronteiras atuais, na visão geopolítica, torna-se relevante pelo peso político-econômico da região no antigo e atual cenário sul-americano.

O referencial teórico que utilizamos neste trabalho segue a corrente que busca relacionar os estudos do espaço com a instância da sociedade e as instâncias econômicas e políticas em suas interações com a sociedade. A busca de um tratamento interativo da compreensão do ambiente geográfico justifica-se pela conexão inevitável entre o elemento humano, o ambiente econômico e a dinâmica política. Desde o ponto de vista etimológico, se a política é a arte de governar, o uso do prefixo *geo* significa a aplicação dos conhecimentos geográficos para esse escopo. Por essa razão, a geopolítica reflete a combinação de fatores geográficos e políticos que determinam a condição de um Estado ou região, enfatizando o impacto da geografia na política. A mais sintética e abrangente afirmação de Friedrich Ratzel (in Mattos, 1975, p.5) diz que: “*Espaço é poder*”, então se pode sustentar que é elevado o fator geográfico até um absoluto que se suporia determinante do Poder e, por conseguinte, o destino dos Estados. Mattos (1975, p.6) sintetiza este pensamento dizendo: “*Geopolítica é destino*”. Adoto aqui que “*Geopolítica é projeto*”.

Concebe-se o presente trabalho como instrumento técnico de formação, análise e interpretação do território e fundamentou-se na concepção do espaço de Milton Santos, (1997, p.1-2). Segundo tal concepção, o espaço é considerado a integração da paisagem e da sociedade como um conjunto de componentes interatuantes, com diversas escalas cronológico-espaciais. O espaço desta forma é uma realidade, cujas instâncias sociais, econômicas, cultural-ideológicas e políticas interagem. Isso significa que, como instância, o espaço contém e é contido pelas outras instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contido. A

economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. Em nosso entender, a principal instância.

O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social e político. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem, de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Esses processos se realizam através das formas. Estas podem não serem originariamente *geográficas*, mas terminam por adquirir uma expressão territorial. Na verdade, sem as formas, a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria. Daí por que o espaço contém as demais instâncias. Ele é, também, contido nelas, na medida em que os processos específicos incluem o espaço, seja o processo econômico, seja o processo institucional, seja o processo ideológico.

As potencialidades englobam todos os aspectos e/ou características que possibilitaram o uso e/ou formas de utilização na área em questão. A determinação do potencial, neste caso, constitui uma importante ferramenta para a análise socioeconômica e geopolítica, pois contempla as informações necessárias para que seja determinado o modelo de organização do território. Enquanto isto, as limitações iniciais para a territorialização, dizem respeito aos aspectos e/ou características que condicionaram uma fragilidade econômica do meio e que impuseram certas restrições iniciais ao uso e ocupação do solo.

METODOLOGIA

Aqui temos por finalidade apresentar o delineamento e a esquematização da metodologia, onde foi desenvolvido este trabalho, expondo em linhas gerais, as diversas ações operacionais que lhe dão sustentação e validade científica. Tal

estudo configura-se como uma análise histórica da formação e organização do espaço do sul do Brasil tendo como base ações geopolíticas.

A metodologia proposta para o desenvolvimento deste estudo é o de, em primeiro lugar, identificar os acontecimentos, fatos, ações, tomadas de decisão ou qualquer outro elemento que de uma forma ou de outra foi utilizado como estratégia de Portugal, e depois Brasil, e teve influência na formação dos limites internacionais do Rio Grande do Sul e do sul do Brasil aliado com os conceitos de geopolítica. Usaremos para isto o conceito de estratégia proposto pela Escola Superior de Guerra, in Álvares (1973, p.51 e 58):

A estratégia, como instrumento da política do Estado, é a arte e a ciência de preparar e aplicar o poder - na paz e na guerra - para a conquista e preservação dos objetivos vitais da Nação;

A estratégia nacional é a arte de preparar e aplicar o poder nacional tendo em vista a conquista ou manutenção dos objetivos fixados pela Política Nacional.

Da mesma forma usaremos os termos da finalidade da pesquisa de natureza estratégica preconizada por Álvares (1973, p.67) que é:

Analisar a fundo os fatores da ação, o equivalente ao estudo clássico da missão, terreno, inimigo e meios disponíveis - meios políticos, econômicos, psicológicos e militares - e selecionar os processos de ação mais apropriados;

Prever o desenvolvimento da manobra em função das reações possíveis do adversário e dos neutros, a fim de definir as variantes a introduzir no plano inicial.

Como vamos analisar acontecimentos do passado, utilizaremos estes conceitos de forma a estudar os processos de ações aplicados no decorrer dos fatos históricos e os conseqüentes movimentos da sociedade neste período.

Assim, dada a inter-relação ambiental da atividade geopolítica e de sua inserção em um meio social ainda não consolidado, será trazido com maior ênfase o processo de ocupação do solo, especialmente sobre as relações na ambiência socioeconômica, política e militar. Nesse sentido, também será focado o meio antrópico referente ao exame da sócioeconomia, destacando-se o princípio da viabilidade socioeconômica da ocupação territorial.

Desta forma, considerando um sistema, o fato de analisar as ações sob a óptica geopolítica significa compreender a sua estrutura e funcionamento, examinando-se cada acordo (Tratados) e suas influencias, e da mesma forma as

ações dos atores (Governantes, diplomatas, militares, imigrantes, estancieiros, tropeiros, contrabandistas, bandeirantes, jesuítas, etc.), as formas de inter-relações entre eles e as interações com o ambiente em que se inserem. Será considerada ainda, neste estudo, a influencia da conjuntura européia em cada época.

A aplicação potencial da metodologia de análise permitirá que os estudos sobre a geopolítica da área de estudo sejam apresentados com base em dois tipos de enfoque: as partes e o todo. A primeira corresponde a uma análise estrutural e funcional das partes (atores e acordos) e de sua interdependência dentro de um sistema integrado; já o segundo pode ser definido como o todo ou sub-elementos em integração (cenário). Desta forma, ele compõe os vários aspectos que caracterizam o problema a estudar, de modo que a definição do sistema e de seu ambiente passa necessariamente pela definição do objetivo a ser alcançado pela análise.

Uma análise das partes procura mostrar que as mudanças que ocorrem no ambiente decorrente de fatores políticos, econômicos, financeiros, tecnológicos, sócio-culturais etc. podem alterar substancialmente a dinâmica de funcionamento do sistema. Como os fatores geopolíticos são considerados sistemas abertos, suas fronteiras estarão em interação permanente com o ambiente, permitindo constantes mudanças no decorrer do tempo. O estudo da geopolítica da área de estudos dentro do enfoque das partes poderá identificar as condições que afetarão seu equilíbrio em determinados momentos.

Os aspectos que se operacionalizou neste estudo foram obtidos através de levantamento, a coleta, à análise e à sistematização de dados secundários resgatados em estudos técnicos, pesquisa bibliográfica, cartografia histórica, artigos, entre outras técnicas de resgate de informações que contemplam o assunto e a área de estudos; foi feita uma análise sobre a situação geopolítica de cada ação na área de estudo com a respectiva sistematização histórica das informações sobre o assunto do estudo. Também foram identificados os atores em cada uma dessas fases, o seu papel e o modo de atuação.

Antes de iniciarmos a discutir o trabalho, propriamente dito, mostraremos alguns conceitos que nortearão nosso trabalho, como: geopolítica, território, fronteira e limite.

Geopolítica

Como conceito a geopolítica de uma nação visa a promover e garantir os interesses da população, buscando o controle ou acesso aos recursos básicos que condicionam as vidas dos indivíduos e da coletividade nacional. A garantia desses interesses pode dar-se de forma belicosa entre as nações ou na forma de cooperação uma com as outras. Assim Geopolítica é o termo usado para descrever como as nações exercem sua influência uma sobre as outras. Muitos mecanismos podem ser usados por uma nação para mostrar sua influência sobre outra. Entre outros, incluem-se a força militar, o comércio, a ajuda econômica, a mídia, a religião, as sanções econômicas, os protecionismos, etc.

Uma forma de compreender a Geopolítica das nações é observar suas ações e atitudes políticas no passado e no presente, fatores estes importantes para determinar a análise da condição mundial atual e passada, e ainda a possibilidade de se fazer uma previsão futura sobre as relações políticas internacionais.

Golbery do Couto e Silva (2003, p.27) diz:

... ser a geopolítica sobretudo uma arte - arte que se filia à política e, em particular, à estratégia ou política de segurança nacional, buscando orientá-las à luz da geografia dos espaços politicamente organizados e diferenciados pelo homem. Seus fundamentos se radicam, pois, na geografia política, mas seus propósitos se projetam dinamicamente para o futuro.

Para Defarges (2003, p.13):

... o termo geopolítica faz parte daquelas palavras mágicas que explicam - ou melhor, parecem explicar - o inexplicável: será geopolítica toda a questão situada para além da racionalidade clara e que ponha em jogo interesses imensos, por isso indefiníveis.

A geopolítica interroga-se sobre as relações entre o espaço (em todos os sentidos da palavra) e a política. Por isso devemos compreender em que medida os fatores espaciais afetam o fenômeno político e a política. E, também, como é que o político se serve deste espaço.

Seguindo a mesma linha de Defarges, os também franceses Duroselle e Renouvin (1967, p.6) se referem à geopolítica como uma ação diplomática influenciada por *forças profundas*, e dizem:

Para compreender a ação diplomática, é preciso procurar penetrar as influências que lhe orientam o curso. As condições geográficas, os movimentos demográficos, os interesses econômicos e financeiros, os traços da mentalidade coletiva, as grandes correntes sentimentais, essas as forças profundas que formaram o quadro das relações entre os grupos humanos e, em grande parte, lhes determinam o caráter.

Assim é entendida a geopolítica por alguns autores.

Fronteira e Limite

Fronteira é um termo essencialmente geopolítico. Também é genérico, relativo a uma região ou faixa de território abrangente. Fronteira é uma palavra derivada do latim, aquilo que sua etimologia sugere - indica o território situado "enfrente", o marco que separa soberanias; é a zona de contato entre dois povos, duas culturas, uma de frente a outra. A fronteira é uma faixa existente dos dois lados da linha limite e cada povo, devido as suas características, determina sua extensão. Na realidade, o sentido de fronteira não é de fim mas do começo do Estado, o lugar para onde ele, antes de fixar limite, tendia a se expandir.

Limite é o termo exato cuja concepção linear define precisamente o terreno. A palavra limite, de origem latina, foi criada para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna. Essa conotação política foi reforçada pelo moderno conceito de Estado, onde a soberania corresponde a um processo absoluto de territorialização.

Miyamoto (1995, p.170) conceitua limite desta forma:

Habitualmente as referências ao termo limite estabelecem que se trata de um conceito que determina rigidamente, pelo menos em tese, onde começa um Estado, portanto onde acaba o outro. O limite estabelece a soberania desse Estado, indica a forma como ele se encontra organizado através de uma linha fixa que o cerca. Serve, portanto, para assinalar o que pertence ao Estado, quais as suas competências e quais os patrimônios nele incluídos.

O limite, portanto, é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanecem como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais. Assim, o termo Limite está ligado a uma concepção precisa, linear e perfeitamente definida no terreno.

Os limites se distinguem por dois tipos: Limites Naturais e Limites Geométricos ou Artificiais. Entre os primeiros, estão os cursos d'água e os orográficos ou secos, que são representados geralmente por divisores de águas, montanhas ou outros acidentes geográficos. Entre os Limites Geométricos, temos as

Linhas Geodésicas (equivocadamente tratadas como retas) e as Linhas Geográficas, os meridianos e os paralelos.

Os monumentos, que são colocados nas fronteiras, para assinalar exatamente os locais por onde passam as linhas de limites são chamados Marcos. O marco de fronteira é um símbolo visível do limite. Os marcos, em função de sua importância, são chamados: Marcos Principais, Marcos Secundários, Intercalados ou Intermédios, conforme sejam os marcos colocados inicialmente, quando por ocasião do processo inicial de Demarcação (os primeiros), ou em continuação, nos trabalhos de Caracterização. Existem também os Marcos de Referência que são colocados próximos à linha de limite. Ele é estabelecido, quando a linha segue um rio e colocamos os marcos nas suas margens.

As diferenças são essenciais entre fronteira e limite. A fronteira está orientada para fora (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados para dentro (forças centrípetas). Enquanto a fronteira é considerada uma fonte permanente da preocupação dos estados, porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o limite jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono.

Também podemos dizer que a fronteira pode ser um fator de integração, na medida que for uma zona de interpenetração mútua e de constante interação sócio-político-cultural distintas, o limite é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo.

O território

Os elementos básicos formadores de uma nação são: Povo, Governo e Território. O território é um espaço social, que não pode existir sem uma sociedade que o crie e qualifique, logo inexistente como realidade puramente natural, sendo construído com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza. Assim, o território é um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga. O território é, portanto, uma expressão da relação sociedade/espaço, sendo impossível de ser pensado sem o recurso aos processos sociais.

O conceito de território teve origem na organização administrativo-militar romana - o *territorium*, depois foi empregado pela botânica e pela zoologia para designar a área de domínio de uma espécie vegetal ou animal. Na continuação, foi utilizado pela geografia no final do século XIX. Ratzel foi um dos que sistematizou estudos nesse tempo.

No pensar de Friedrich Ratzel, o território é um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial e que constituem áreas de dominação do estado. Em relação a isto, Moraes (2000, p.19) complementa dizendo que:

... o exercício de uma soberania impõe uma territorialidade a certas parcelas delimitadas da superfície terrestre. Esse processo, de "formação dos territórios", é afirmado por Ratzel como parte substancial da "tríplice repartição" do objeto antropogeográfico. O território teria em sua gênese um movimento de expansão e conquista de espaços, o que o localiza também num lugar importante no universo de preocupações da geografia política e da geopolítica.

Brito (2005, p.129/130) conclui seu trabalho dizendo que:

... compreende-se a territorialidade como um processo social que envolve um feixe de inter-relações mediadas por acordos entre distintos agentes que se interessam por algum(ns) tipo(s) de objeto(s) comuns a eles localizado(s) numa dada porção do espaço geográfico que se torna território.

Raffestin (1993, p.143) resume como surge o território:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço.

Depois da conceituação e a gênese do território evoluímos para a soberania deste. Assim, a posse e a propriedade de um território são lastreadas basicamente no conceito fundamental da soberania. Definindo-se *posse* como a capacidade de dispor, e *propriedade* como o direito de dispor da coisa, temos a *soberania* como o direito e a capacidade de decidir sobre a propriedade e a posse. A soberania de um país é estabelecida pela definição do seu território, o que somente é possível através do estabelecimento de seus limites. Portanto o território é a superfície delimitada por limites, onde uma nação exerce sua soberania.

O uso legítimo da força militar, a capacidade de estabelecer normas sociais e econômicas, estruturar a língua nacional, o sistema educativo, etc. são

elementos da soberania do estado, cujo controle efetivo é exercido pelo governo central ou estado territorial.

Portanto, a sumarização dos capítulos indica as linhas do trabalho ocorrido de acordo com a metodologia descrita e indo ao encontro do objetivo geral (problema) e dos objetivos específicos (hipóteses). Este trabalho, em nosso entender, indica uma nova óptica de mostrar a história da construção territorial do Rio Grande do Sul e do sul do Brasil. O olhar geopolítico traz à tona algumas explanações diversas das reproduzidas na historiografia rio-grandense, conseqüência da diferente interpretação dos fatos.

CAPÍTULO I

“POR MARES NUNCA DE ANTES NAVEGADOS” AO “ACHAMENTO” DO BRASIL

No início do século XV as características da forma e função de governo dos Estados começaram a se modificar refletindo a ascensão da burguesia mercantil e do nascente capitalismo, através da acumulação primitiva. Assim será no mercantilismo que os Estados buscam o seu desenvolvimento comercial e financeiro, associados as empresas mercantis.

Portugal, diante dos elevados preços das especiarias vindas da Ásia e as ameaças expansionistas da Espanha¹, estava restrita a uma única possibilidade geopolítica, o mar. Transforma as ameaças em oportunidade e vai a busca de novo espaço a sua expansão econômica.

No decorrer deste processo estão os descobrimentos e com eles os acordos e tratados que garantissem a repartir-se o mundo não conhecido. Em consequência dessa divisão é estabelecida a primeira demarcação política das terras descobertas ou a serem descobertas.

A península ibérica no contexto europeu do século XV

A partir da metade do século XV, o espaço europeu sofreu grandes transformações. O sistema econômico, político, social e cultural que caracterizou boa parte da Europa no período medieval, entrava em decadência. A sociedade era

¹ Neste trabalho faremos referência aos reinos de Aragão e Castela como Espanha.

estratificada, ou seja, dividida em camadas sociais, o poder era descentralizado e a economia era baseada na agricultura. No final da Idade Média, a convivência do feudalismo com o desenvolvimento comercial e urbano resultou em diversas alterações, decorrentes da incompatibilidade dos dois sistemas. Os fatores que levaram do feudalismo ao capitalismo foram, principalmente:

- Política - houve o fortalecimento e centralização do poder real.
- Econômico - a terra perde força e o comércio tornou-se mais importante – idéia mercantilista.
- Sociedade - a burguesia ganha poder e disputa interesses com a nobreza feudal.
- Cultura - houve o Renascimento artístico.
- Ciências - houve o progresso técnico e científico.
- Religião - o Cristianismo foi divulgado em outros continentes.

Dos feudos ao estado nacional

Na questão política, o Estado moderno retratou a transição do período, refletindo os interesses dos grupos sociais em conflito, ao preservar os privilégios da aristocracia feudal e abrir espaço ao novo grupo burguês ascendente. Na prática, foi o resultado da derrocada do poder universal (Igreja) e local (nobreza) e da formação das monarquias nacionais.

O Estado característico da época moderna é conhecido como absolutista, na medida em que o poder estava concentrado nas mãos do rei e de seus ministros, os quais aproveitavam as limitações dos grupos sociais dominantes - nobreza e burguesia - para monopolizar a vida política. Incapazes de exercer hegemonia (a nobreza estava em decadência e a burguesia ainda se mostrava frágil), esses grupos precisavam do Estado para preservar suas condições e privilégios; daí sujeitarem-se ao rei, reforçando o poder do Estado moderno.

Devido à preponderância, nesse período, do absolutismo - poder capaz de definir regras, práticas e ações em todos os níveis -, consolidou-se a concepção de um Estado interventor, que devia atuar em todos os setores da vida nacional. No plano econômico, essa intervenção manifestou-se através do mercantilismo.

Neste cenário político, as Coroas da Península Ibérica foram as primeiras a estabelecer-se de fato, organizando o estado em bases nacionais. Portugal ficou independente quatro séculos antes de se inventar o termo *estado* e o conceito de *soberania*. Neste momento Portugal tem, em seguida a Espanha, as três características do estado-nação moderno: povo, território e governo.

O Capitalismo - A nova ordem econômica

As mudanças qualitativas na economia europeia, e também na Península Ibérica, abriam espaço para uma nova ordem política e social. Todas as transformações experimentadas no final do século XV levaram-se a estruturar uma nova ordem socioeconômica, denominada capitalismo comercial. Assim, sendo um período de transição, a Idade Moderna reforçou a importância do comércio e da capitalização, que constituíram a base sobre a qual se desenvolveria o sistema capitalista. Como decorrência, um novo Estado, novas normas e novos valores foram gerados segundo as novas exigências do ocidente. Portugal e Espanha estavam comprometidos com esta nova ordem econômica e investiram em esforços para concretizá-los.

A Economia e a sociedade

O capitalismo comercial evoluiu para uma crescente separação entre capital e o trabalho. Mais e mais a burguesia acumulava patrimônio e moeda, capitalizando-se, enquanto os trabalhadores foram sendo limitados à condição de assalariados, donos unicamente de sua força de trabalho. A burguesia foi, então, se apropriando do controle dos meios de produção, o que se consolidaria definitivamente no século XIX com a Revolução Industrial. Dessa forma, a sociedade do período moderno (clero, nobreza e povo), apresentava-se, na prática, dividida em uma classe de proprietários de terras (clero e nobreza), uma classe de trabalhadores (servos, camponeses livres, assalariados) e uma classe burguesa (mercantil e manufatureira). A Idade Moderna conheceu, então, a luta da burguesia pelo espaço social, político e ideológico.

Esta primeira etapa da acumulação capitalista é comumente chamada de acumulação primitiva. Realizada inicialmente por meio da transformação das relações de produção e surgimento do trabalho assalariado e concentração dos meios de produção nas mãos de poucos seguidos da expansão capitalista -, segundo Marx (1971, Vol 2, p.830-1):

... a acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista.

... Marcam época na história da acumulação primitiva todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançada no mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês que fica assim privado de suas terras constitui a base de todo o processo.

A burguesia portuguesa logo começaria a destacar-se neste ramo, investindo em ações para a busca de mercados e mercadorias além mar.

O mercantilismo

Dentro das características do capitalismo comercial e dedicadas à construção dos seus respectivos Estados Nacionais, as monarquias europeias, com destaque a Península Ibérica, procuravam fortalecer-se aplicando sistematicamente, com maior ou menor intensidade, os ideais e os princípios centrais daquilo que mais tarde viria a ser chamado de política mercantilista. Segundo Vicentino (2000, p.175):

... o mercantilismo caracterizou-se por ser uma política de controle e incentivo, por meio da qual o Estado buscava garantir o seu desenvolvimento comercial e financeiro, fortalecendo ao mesmo tempo o próprio poder. Não chegou a constituir uma doutrina, um sistema de idéias, um conjunto coerente de práticas e ações; foi, na verdade, um conjunto de medidas variadas, adotadas por diversos Estados modernos, visando à obtenção dos recursos e riquezas necessários à manutenção do poder absoluto.

Na óptica de Defarges (2003, p.20), ele argumenta que:

Na lógica mercantil da Europa do fim da Idade Média e do Renascimento, o importante é dominar as melhores rotas - as mais seguras e as menos custosas - em direção ao Eldorado, quer dizer, ao Extremo Oriente (Catai, a China, e Cipangu, o Japão). Para alcançar este objetivo há que abandonar o caminho terrestre tradicional (rotas da seda, através da Ásia Central) e descobrir outras vias, as marítimas (via marítima em torno da África).

Os pontos fundamentais que orientaram a política mercantilista foram:

- Metalismo. A riqueza e a importância de um país eram avaliadas pela quantidade de metais (moedas, ouro e prata) que conseguissem acumular. Também chamado bulionismo (crença de que a acumulação de metais preciosos é a única forma de riqueza para uma nação);
- Balança comercial favorável. Todo país deveria exportar mais do que importar;
- Protecionismo. Conjunto de medidas que visavam proteger a produção nacional da produção de outros países. O Estado restringia as importações impondo pesadas taxas alfandegárias aos produtos estrangeiros, ou até mesmo proibindo que certos artigos fossem importados;
- Monopólio. A metrópole tinha a exclusividade no comércio com a colônia (Pacto Colonial).

Dessa forma, o mercantilismo quase sempre esteve ligado ao trinômio: metalismo, balança comercial favorável e protecionismo.

Foi dentro deste cenário sócio-econômico político, portanto, que começou a expansão marítima e comercial ibérica. Abrindo perspectivas econômicas promissoras, as descobertas vieram consolidar definitivamente o progresso comercial. A superação dos entraves econômicos a que a Europa estava submetida levou, assim, ao processo de completa substituição do modo de produção feudal.

Favoreceram Portugal e Espanha a se lançarem nas Grandes Navegações a posição geográfica privilegiada, a tradição marítima (atividade pesqueira) e a centralização política pioneira, devido à *Reconquista* (luta dos cristãos contra os árabes).

Com o conhecimento dos mares desenvolvem-se e fixam-se as estratégias geopolíticas dos estados Ibéricos e demais nações européias.

As conseqüências da expansão marítima e comercial européia foram:

- Surgimento de Impérios Coloniais regidos pela política mercantilista;
- O Oceano Atlântico passou a ser o principal centro comercial;
- Propagaram-se os conhecimentos científicos e tecnológicos (geográficos e astronômicos e os das ciências naturais);

- Baixaram os preços do custo das especiarias, drogas e matérias-primas com a conseqüente expansão do consumo;
- Surgiram as companhias de comércio;
- A burguesia passou a ter maior importância social e influência política;
- Uso da mão-de-obra migrante livre ou forçada.

Essas transformações aceleraram definitivamente a decadência do feudalismo, que não mais atendia às necessidades da época, confirmando a ascensão definitiva de uma nova ordem sócio-econômica na Europa, que encerrou o mundo medieval.

A causa Emergente

Neste momento, o comércio e as rotas que ligavam Europa, Ásia e África tinham como centro de convergência o Mar Mediterrâneo e eram dominados pelas Repúblicas de Gênova e Veneza. Estas Repúblicas buscavam as mercadorias nas cidades de Constantinopla, Trípoli, Alexandria e Tunis e as revendiam com preços altos a Europa.

Com o fim do Império Bizantino e a queda de Constantinopla em 1453, conquistada pelos turcos otomanos, principal cidade pela qual as especiarias² orientais chegavam à Europa, onde eram distribuídas com grandes lucros pelos navios das Repúblicas de Gênova e Veneza, o comércio diminuiu consideravelmente.

Assim a atividade comercial na região do Mediterrâneo foi seriamente afetada em razão dos custos de pedágios implementados pelos controladores das rotas por terras asiáticas, o que se refletiu em toda a Europa devido a insuficiência de moedas e de mercados e o elevado preço dos produtos orientais, necessitando a burguesia européia urgentemente uma rota alternativa que pudesse suprir, de forma contínua, as mercadorias necessárias a um custo muito menor.

² **Especiarias** eram produtos raros, vindos principalmente do Oriente, que passaram a ser consumidos em larga escala pelos europeus desde a época das Cruzadas (Idade Média). Exemplos: pimentas, canela, cravo, seda, marfim, cânfora, nóz moscada, gengibre, aloés, incenso, sândalo, perfumes e produtos aromáticos.

Estas dificuldades que se impuseram à Europa só seriam solucionadas com uma expansão de grande envergadura, que estabelecesse novas rotas comerciais com o Oriente. Dentro deste contexto comercial, Portugal lança-se à expansão marítima, sendo o primeiro país europeu a ter um estado centralizado e com interesses mercantilistas. Segundo Amado e Figueiredo (2006, p.24):

Portugal foi o primeiro país europeu a construir um Estado nacional, território autônomo cujos súditos se reportavam ao mesmo rei, possuíam um único exército, falavam a mesma língua oficial, seguiam uma única religião, e obedeciam às mesmas leis.

Desta forma a expansão marítima do século XV apresentou-se como solução à continuação do desenvolvimento comercial e urbano experimentado ao longo da Idade Média, tendo como agentes a burguesia e o Estado fortalecido.

A expansão marítima e comercial da península ibérica

No final do século XV, o mundo era polarizado entre portugueses e espanhóis, que tentavam descobrir rotas para acabar com o monopólio de muçulmanos, genoveses e venezianos no comércio europeu. Tinham como principal objetivo à busca por terras e riquezas e o acesso a mercados, principalmente os do Oriente. Fossaert (1994, p.45) se expressa assim sobre a corrida das viagens de descobrimentos:

Su motor es la ganancia, mas que la exploración; su principal objetivo es evitar los monopolios establecidos por los comerciantes rivales. Así, los portugueses rodean Venecia por el cabo de Buena Esperanza y transfieren a Lisboa el principal mercado europeo de las especias.

Os descobrimentos portugueses exigiram um programa nacional progressivo, sistemático, passo a passo, para ir-se avançando através do desconhecido. Os viajantes portugueses lançaram-se numa empresa de século e meio cujo real significado foi imaginado com muita antecendência e cuja realização foi imediatamente conhecida. O feito dos portugueses foi o produto de um propósito claro, que exigiu forte apoio nacional. Assim as aspirações nacionais orientaram-se necessariamente para o mar. O planejamento em longo prazo só foi possível porque os portugueses tinham empreendido uma aventura nacional com espírito de colaboração. Assim, os portugueses tinham um projeto geopolítico de busca de

terras e riquezas além mar. Portugal, em contraste com todos os outros, foi um reino unido durante todo o século XV e praticamente não sentiu qualquer perturbação civil, ultrapassando em muito o que se poderia esperar de uma população e riqueza escassas, revelou um país que estava na vanguarda da inovação tecnológica, social e política.

A Espanha, único país que compartilhava alguma da vantagem peninsular como Portugal (embora diluída pela competição dos seus prósperos portos mediterrânicos), encontrava-se dilacerada pela guerra civil que durante a maior parte do século a manteve à beira da anarquia. Em relação à Espanha, Caminha (1980) diz que:

Embora houvesse ao longo do litoral uma população de arrojados marinheiros, ... os espanhóis não teriam empreendido, possivelmente, o caminho dos descobrimentos, se um estrangeiro, o genovês Cristóvão Colombo, não lhes tivesse mostrado as rotas do oceano. Desse modo, iniciou a Espanha uma política que não correspondia ao seu caráter continental, na qual, a princípio, o povo não participou de maneira alguma. Não obstante, o recém-fundado Império Colonial Espanhol conseguiu adquirir um imenso poder, graças à sua favorável situação geral em relação às novas rotas marítimas. Além disso, os fabulosos êxitos dos primeiros aventureiros excitaram o afã dos demais, fazendo com que fossem realizadas verdadeiras façanhas.

A falta de metais preciosos com que se cunhavam as moedas, conseqüentemente a falta de dinheiro em circulação, condicionava negativamente o progresso mercantil e colocava em perigo as relações de intercâmbio com os mercados asiáticos de especiarias. Desta forma, a escassez de ouro agravava as dificuldades financeiras dos mercadores e as desvalorizações monetárias prejudicavam as rendas fixas. A insuficiência de numerários empurrou tanto a burguesia como a nobreza portuguesa à aventura expansionista, já que além de ouro, o continente africano oferecia aos povos ibéricos trigo, sal, malagueta, pimenta, cobre e escravos.

D. Henrique e a vantagem geográfica

Para explorar as suas muitas vantagens, havia em Portugal um dirigente, que uniu as pessoas certas, organizou os recursos e apontou o caminho. Este dirigente foi o Infante D. Henrique, o Navegador. A sua obstinação e a sua

capacidade de organizar revelaram-se essenciais para a primeira grande empresa de descoberta moderna. Ao seu comando dera-se a acumulação do saber judeo-cristão-árabe com as contribuições recentes das cidades italianas que dominavam o comércio com o Oriente.

Em Sagres³, o Infante D. Henrique reuniu os livros e as cartas marítimas, os capitães, os pilotos e os marinheiros, os cartógrafos e os fabricantes de instrumentos e bússolas, os construtores navais e os carpinteiros, e outros artesãos, tudo e todos para planejar viagens, avaliar os descobrimentos e preparar expedições para pontos cada vez mais distantes do desconhecido. O Infante D. Henrique é considerado o iniciador da descoberta sistemática. Para ele, cada novo passo no desconhecido era um convite a ir mais além.

Afora lideranças comprometidas com os objetivos nacionais, Portugal tinha uma situação geográfica invejável na costa atlântica, entre o Mediterrâneo e o Mar do Norte, que lhe conferiu vantagens estratégicas adicionais. Os portos portugueses, na Idade Média, além de estratégicos, sob o ponto de vista militar, favoreciam um comércio crescente e contínuo com as repúblicas italianas, burgos-germânicos, franceses e escandinavos. Oliveira (2004)⁴ cita Cortesão e comenta sobre a importância do mar para Portugal:

"Ninguém (...) poderá estudar hoje o fenômeno da formação política de Portugal, sem o encarar nas suas relações com o território", esta afirmação atesta claramente uma indissociável importância dos geofatores na formação do Estado Português. Sendo condição fundamental de todos os Estados que para o serem devem possuir um território, nuns ele influí decisivamente, assumindo noutros papel de menor relevância. No caso Português, a Geografia desempenhou importante papel, pois cedo a importância estratégica da fachada atlântica da Península atraiu o interesse de várias potências, mormente as hegemônicas peninsulares.

Oliveira (2004) continua seu comentário dizendo:

Na realidade, a viabilização geopolítica do país foi seguramente o primeiro Grande Objetivo Nacional, porquanto a exígua dimensão inicial do nosso território seria uma vulnerabilidade que urgia superar. Assim, para além dos aspectos histórico-factuais comparados é de extraordinária importância a análise dos cenários geopolíticos.

³ Não há comprovação histórica da existência da Escola de Sagres.

⁴ Documento Eletrônico

Carvalho (2004, p. 3) cita Cortesão (1969) onde esse mostra que os modos de vida dos portugueses aliados à geografia foram fundamentais para o desenvolvimento de sua geopolítica:

... ao dealbar do Século XII, o povo ocupou toda a costa e criou o gênero de vida nacional, a Nação organizou-se em função marítima e, por esse esforço de massas, Portugal começou a viver de vida própria". Continua Cortesão "a história portuguesa pode resumir-se numa série de esforços para o aproveitamento das possibilidades atlânticas do território, o primeiro de arranjo interior sobre o anfiteatro longitudinal voltado para o mar, o segundo para utilizar as vantagens da sua posição no Sudoeste da Europa à esquina de dois mares, o terceiro para explorar todas as possibilidades da sua posição em relação às partes restantes do planeta, conhecidas e por conhecer... forjando a sua Individualidade na realização destes esforços.... e influindo na história da humanidade.

Na mesma linha de pensamento geopolítico de Jaime Cortesão, Carvalho (2004, p. 4) vai adiante e diz que:

A segunda etapa da viabilização de Portugal como País foi a da atlantização, na seqüência da derrota infligida pela Burguesia Marítima a fidalgos portugueses defensores do direito do rei de Castela ao trono de Portugal, no epílogo da crise dinástica de 1383-85. Etapa que se deveu à governação racional e competente do rei D. Dinis, o sábio "Lavrador" (da terra e do mar) que, ao criar as bases culturais, técnicas e fabris do poder marítimo nacional (mercante e naval) possibilitou povoar e desenvolver Madeira e Açores, aumentando com mais maritimidade centrífuga as possibilidades de sobrevivência da Individualidade do Portugal assim feito "quase-arquipelágico", o que levou a professora brasileira Therezinha de Castro a classificá-lo de "país da Europa fora da Europa", o professor espanhol Miguel Unamuno a afirmar que "o que faz Portugal é o mar".

Boorstin (1989, p. 151-2) argumenta no mesmo sentido e diz:

Portugal, sem nenhuma janela para o Mediterrâneo – o "Mar-no-Meio-da-Terra" -, mas fora abençoado com extensos rios navegáveis e portos fundos, virados para o Atlântico. ... Assim o povo português voltou-se naturalmente para fora, ... , para o ocidente, na direção do oceano insondável. Por isso, os descobrimentos portugueses exigiram um programa progressivo, sistemático, passo a passo, passo a passo, para ir se avançando rumo ao desconhecido. ... O feito dos portugueses foi o produto de um propósito claro que exigiu forte apoio nacional. Tratou-se de um grande protótipo de exploração moderna.

Como resultado das ações de D. Henrique, Portugal tinha nesse tempo informações e equipamentos no estado da arte para a melhor navegação, o que levou os portugueses a primazia nas explorações e descobrimentos. Portanto, D. Henrique organizou todos os recursos para a busca do objetivo estratégico ultramarino, utilizando a vantagem geográfica do território português. D. Henrique foi o verdadeiro precursor da doutrina geopolítica expansionista portuguesa.

A expansão ultramarina portuguesa

A crescente expansão espanhola, depois da união dinástica de Isabel e Fernando, fechou a expansão de Portugal para o leste, o qual não lhe impediu criar, no intervalo de alguns decênios, feitorias comerciais na África Ocidental e Oriental. A presença hostil e constante da Espanha foi o fator preponderante que contribuiu para o desenvolvimento de Portugal.

Possuidora de uma estrutura náutica ímpar na época, doutrinada em Sagres⁵, Portugal partiu para uma expansão ultramarina de conquistas, voltada para o comércio. Essa expansão reflete três posicionamentos fundamentais da época:

- O desenvolvimento econômico, social e político;
- A estrutura econômica, domínio da técnica e recursos de materiais;
- Início do seu projeto geopolítico de expansão comercial marítimo.

Esses posicionamentos caracterizam a fase do surto mercantil luso, justificando as necessidades expansionistas da Revolução Comercial. Assim, o mar que era sinônimo de incerteza e separação, transformou-se em solução das dificuldades portuguesas.

No decurso da expansão atlântica, Portugal abarcou distintas fases. Sua fase inicial correspondeu a ocupação dos arquipélagos das Canárias (temporariamente), Açores e Madeira, entre 1340 e 1420. Logo, os portugueses centraram seus esforços descobridores na costa do Magreb⁶. A tomada de Ceuta em 1415 abriu para Portugal as portas de um mercado rico em especiarias, escravos e ouro. Em seguida surgiram as rivalidades com Espanha porque a soberania portuguesa sobre Ceuta colocou um freio nos interesses espanhóis na África. Sucessivas explorações bordejando as costas africanas levaram os marinheiros lusos até o cabo Bojador (1434), Cabo Verde (1444), o rio Congo (1475) e, finalmente, a Calicute (1498) com Vasco da Gama, depois de haver dobrado o cabo de Boa Esperança.

Desta forma, inaugura-se uma estratégia geopolítica baseada no domínio dos pontos-chave da geografia política e econômica da vasta região a dominar. Esta

⁵ Sagres localiza-se na região do Algarve no sul de Portugal.

⁶ O Magrebe ou Magreb abrange o Marrocos, Sahara Ocidental, Argélia, Tunísia, Mauritânia e Líbia.

estratégia supõe profundos conhecimentos da geografia física, econômica e humana das vastas áreas banhadas pelo Atlântico.

A introdução do *Mare Clausum*

Independentemente do avançado grau náutico português, a Espanha, passo a passo, formava uma concorrência. Essa concorrência exigia de Portugal uma evolução constante de aparelhamentos e estratégias diplomáticas. Mas os interesses portugueses e espanhóis coincidiam na política do *mare clausum* ou *mar fechado*, defendido pelas duas nações contra o resto dos países com capacidade naval.

Esta política atlântica de Portugal estabelecia que o domínio dos mares estava ligado ao seu descobrimento, ou seja, os direitos de navegação eram exclusivos para a nação que havia descoberto os mares. Diante dos seus descobrimentos a Coroa portuguesa pretende obter respaldo legal a suas pretensões, que de alguma maneira são sancionadas através da bula de Nicolau V *Romanus Pontifex*⁷, em oito de janeiro de 1455, que na prática colocava todas terras descobertas na África em mãos de Portugal.

Na linha da política do *mare clausum*, surge o tratado de Alcaçovas-Toledo de 1480, em que Portugal, aceitando a partilha das terras do Atlântico pelo paralelo das Canárias, afasta a concorrência da Espanha na África e protege a chamada rota do Cabo. Oliveira (2004)⁸ enfatiza a aquisição de litoralidade para Portugal dizendo:

Devemos realçar que, logo desde os primórdios da nacionalidade, foi preocupação constante, demonstrada pela conquista dos territórios para sul, a aquisição de litoralidade e a obtenção dos estuários dos grandes rios então navegáveis. Fato que assume papel de vital importância para a sobrevivência do Estado que, por aquela via, garantia a dimensão mínima para existir, fugindo ao poder centrípeto, vindo da Meseta Central, pela criação, em oposição, de um poder centrífugo marítimo. Decorrente de tal maritimidade, veio a privilegiar-se um relacionamento de segurança com outras potências marítimas, de forma a garantir um eficaz domínio das rotas atlânticas.

⁷ Através da Bula *Romanus Pontifex*, o papa Nicolau V concede ao rei de Portugal, seus sucessores e ao infante D. Henrique, as terras descobertas ou a descobrir pelos Portugueses.

⁸ Documento Eletrônico

Portanto a política ou a doutrina do *mare clausum* tinha como objetivo principal proteger as rotas comerciais portuguesas da concorrência dos outros países e seria a viabilização geopolítica da conquista e posse futura dos territórios descobertos.

O tratado de Alcáçovas-Toledo

Portugal, na qualidade de principal Estado monárquico empenhado no reconhecimento das ilhas atlânticas e das costas africanas, durante a década de 1470 enfrentou uma série de problemas com a Espanha. Uma vez concluída uma guerra favorável aos espanhóis, representantes de ambos Estados firmaram um acordo de paz na localidade portuguesa de Alcáçovas, em quatro de setembro de 1479, ratificado em Toledo em março de 1480. O acordo recebeu a confirmação do papa Sixto IV pela bula *Aeterni regis*⁹ (Do Rei Eterno - 1481).

O tratado de Alcáçovas -Toledo se centrava em dois aspectos:

- 1) cláusulas relativas a acordos matrimoniais e de sucessão e
- 2) um acordo de paz perpétua entre Portugal e Espanha.

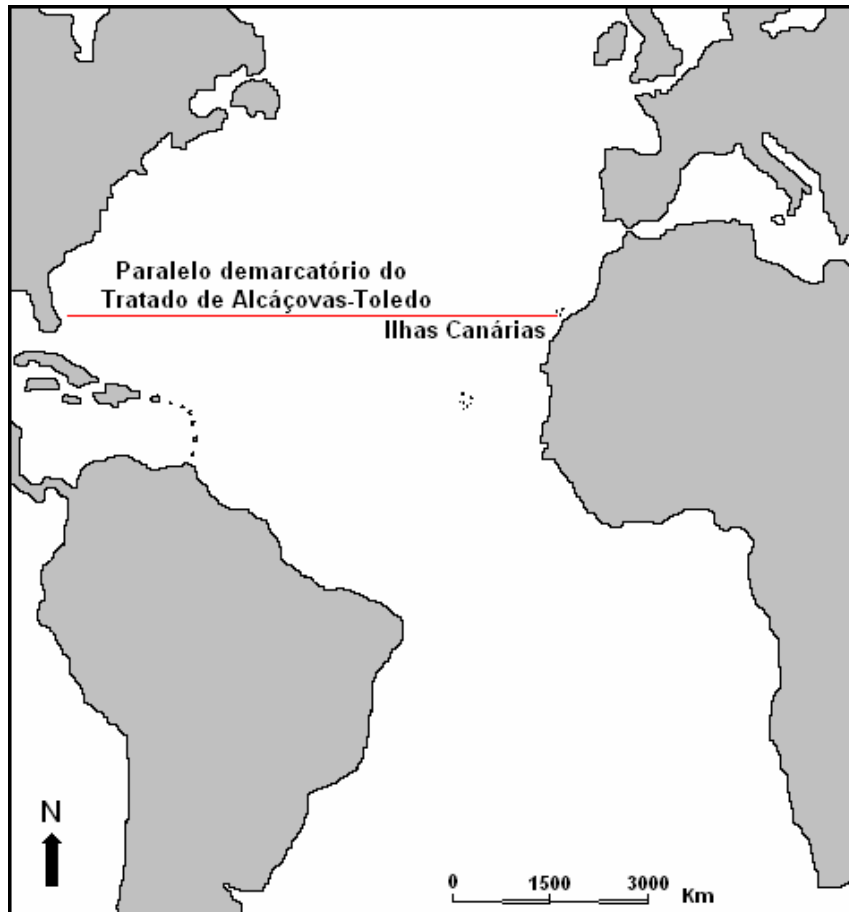
No segundo item, o tratado incluía algumas regras em torno da navegação pelo Atlântico, de maneira que não houvesse discrepâncias futuras no domínio das rotas atlânticas. Concretamente, se adjudicaram aos reis de Portugal todas as terras descobertas e quantas se viessem a descobrir "*das ilhas Canárias para o sul em direção a Guiné*", com a única exceção das próprias ilhas Canárias que ficavam para Espanha, conforme demarcado no Mapa 1.1. Dessa maneira, os monarcas espanhóis reconheceram a supremacia portuguesa na África e se comprometeram a não enviar expedições para aquelas zonas sem o consentimento dos reis de Portugal. A bula, na prática, dividia as terras descobertas e a descobrir por um paralelo na altura das ilhas Canárias, dividindo o mundo em dois hemisférios: a Norte, para a Coroa de Espanha e a Sul, para a Coroa de Portugal.

O tratado de Alcáçovas não previa a possível expansão para o oeste, pelo qual o projeto de Colombo encontrou acolhida na corte espanhola, já que

⁹ A bula *Aeterni regis*, de 1481, garantia a Portugal todas as terras ao Sul das ilhas Canárias, descobertas ou a descobrir.

ofereciam a solução das aspirações espanhola de expansão atlântica sem violar as cláusulas do tratado de Alcáçovas.

Mapa 1.1 – Paralelo demarcatório do Tratado de Alcáçovas –Toledo



Mapa: Jones Muradás

Em função da expansão europeia, o realmente importante deste tratado é que pela primeira vez as duas coroas que encabeçavam este processo tiveram que negociar a divisão dos espaços marítimos atlânticos que se estavam abrindo.

Neste momento histórico já se manifestava a aptidão diplomática portuguesa, preservando os locais onde já conhecia, como a costa da África. Portugal, na mesa de negociações, sempre sabia o que queria, pois sempre tinha informações concretas a respeito dos assuntos em tratativas, fundamental para garantir os interesses da coroa portuguesa.

A descoberta da América e suas conseqüências

Economicamente debilitada pela expulsão dos mouros e dos judeus, a Espanha precisava urgentemente de novas fontes de riqueza. Até mesmo a vaga perspectiva de encontrar ouro no novo caminho marítimo era bem-vinda. Diante desta debilidade, a família real espanhola obrigou a cidade portuária de Palos¹⁰, que caíra em desgraça junto à coroa por causa de pagamento irregular de impostos, a entregar três embarcações tripuladas a Cristóvão Colombo. A três de agosto de 1492, as caravelas Pinta, Niña e Santa Maria partiram de Palos com destino a oeste no oceano Atlântico. Nesta viagem descobre ilhas no Mar das Antilhas pensando ter chegado às Índias, em doze de outubro de 1492. No seu retorno, *tempestades* o fazem ir diretamente a Lisboa, onde relata o acontecimento a D. João II. Não se entende por que Cristóvão Colombo foi livremente ao palácio relatar a viagem, uma vez que deveria ser segredo de estado espanhol.

Este relato causou mal-estar em Portugal, pois segundo D. João II, a Espanha não havia cumprido o tratado de Alcaçovas-Toledo. Mediante as latitudes fornecidas pelo navegador, os cosmógrafos portugueses argumentaram que a descoberta efetivamente se encontrava em terras portuguesas. Os espanhóis, por sua parte, argumentavam não haver violado dito tratado, pois Colombo não havia invadido o espaço marítimo situado ao sul das Canárias ao navegar para o oeste. No entender dos Reis de Castela a expressão “*as ilhas de Canária para baixo contra Guiné*”, que figurava no Tratado, apenas limitava a navegação junto à costa africana. A frase é muito ambígua e por isso ambos os lados lhe atribuíram diferentes interpretações.

Escudados no papado, em busca de legitimidade para as suas conquistas, Espanha e Portugal viveram tempos de tensão e confronto a propósito da geografia de suas respectivas atuações no Atlântico.

Sucederam-se então reuniões diplomáticas, mas sem resultados. Em 1493, os Reis Católicos procuraram o papa Alexandre VI, para que mediasse e colocasse fim a controvérsia gerada. Na época, era conferido a autoridade papal o poder de repartir as terras que ainda não pertencessem a nenhum príncipe cristão. Quanto a este fato ilustra Carvalho (1998) citando Lima (1900):

¹⁰ Palos atual Palos de la Frontera é um município da Espanha na província de Huelva, comunidade autónoma da Andaluzia.

... subsistia ainda a tradição medieval da supremacia política da Santa Sé, que reconhecia a Roma o direito de dispor das terras e dos povos. Baseava-se isso, em parte, sobre o fato de o Edito de Constantino ter conferido ao papa Silvestre a soberania sobre todas as ilhas do globo; ora, isso porque as terras a descobrir eram todas, então, supostas serem exclusivamente ilhas.¹¹

Usufruindo a grande vantagem de o Papa Alexandre VI ser ítalo-espanhol, e que, por graça dos soberanos espanhóis, havia chegado ao Trono pontifício, e ainda, que o papa queria efetuar o casamento de seu filho Juan com María Henríques, prima dos monarcas, os Reis Católicos conseguiram obter uma série de Bulas de Demarcação que lhes asseguravam o direito de propriedade sobre as terras recém descobertas e numa delas, a Bula *Inter cetera*, atribuía entre outras coisas a Espanha o domínio exclusivo de todas as ilhas e terras firmes, já descobertas ou que viessem a sê-lo, situadas a ocidente de uma linha imaginária traçada de pólo a pólo que passasse 100 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde e dos Açores. Quanto à tramitação do pedido e à elaboração do documento, coloca-se a idéia de que tudo se fez secretamente para evitar a provável oposição dos cardeais de outras nacionalidades e inimigos de Alexandre VI – muito mais príncipe renascentista que propriamente papa – ou amigos de João II de Portugal.

As bulas alexandrinas

A partir de maio de 1493, o papa ditou cinco bulas conhecidas como as *Bulas de Demarcação* aos Reis de Espanha. Ao mesmo tempo, estas bulas de Alexandre VI constituíram o último grande ato de soberania universal do pontificado romano, pois nesta época, o Papa tinha a condição de *domínus orbis* com a qual podia dispor de terras dos *pagãos* e concedê-las para um *Príncipe Cristão*.

Naturalmente que os portugueses, não satisfeitos com a decisão, já que neste momento sabiam da existência de terras além dos limites que lhes eram atribuídos, assumiram uma atitude belicista, colocando a península Ibérica na eminência de um conflito armado.

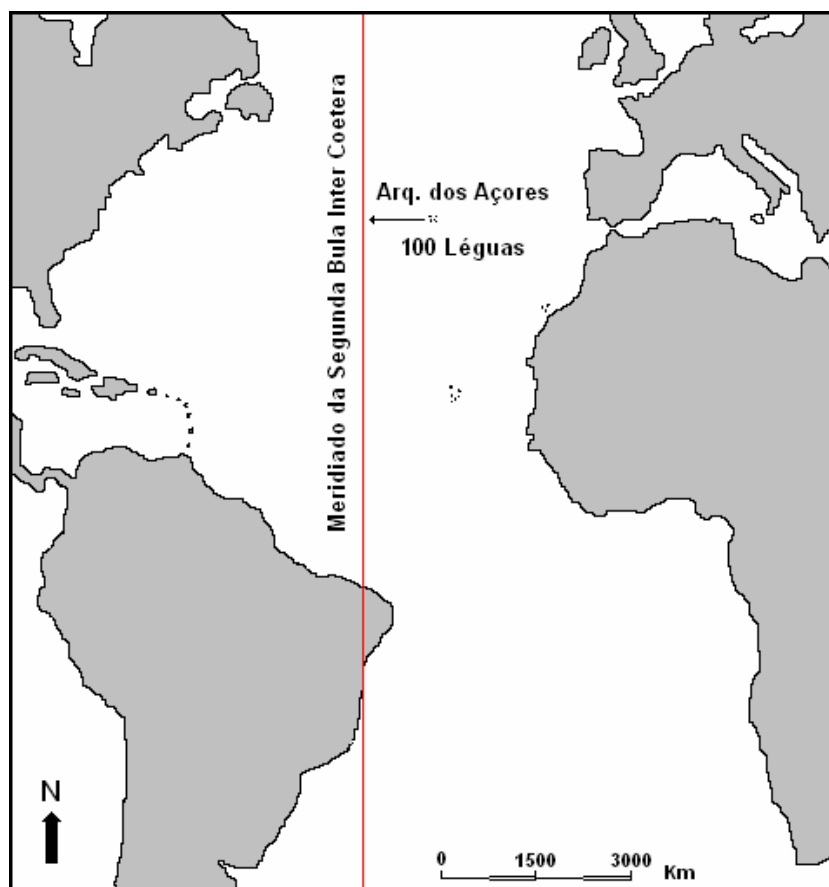
As bulas estipularam o seguinte:

¹¹ Oliveira Lima - Descobrimento do Brasil, vol. III do Livro do Centenário, Rio, 1900.

1) **Bula Inter cetera** (três de maio de 1493): dava aos Reis Católicos as terras situadas ao ocidente que não pertencessem a outros príncipes cristãos e reza assim: "*Doamos, concedemos e asignamos todas e cada uma das terras e ilhas supraditas, assim como as desconhecidas e as até aqui descobertas por vossos enviados e as que se venham descobrir que não estejam sujeitas ao domínio atual de algum senhor cristão.*" O pontífice se ajustava a doutrina jurídica da *Romanus Pontifex*, de Nicolau V (1445), que, a petição de Afonso V de Portugal, afirmou a exclusividade portuguesa sobre os territórios africanos desde o cabo Bojador até a Guiné.

2) **Bula Eximiae devotionis** (três de maio de 1493): ratificou e clarificou as concessões feitas aos Reis de Espanha pela bula anterior que reconhecia os monarcas espanhóis os mesmos privilégios que se outorgaram anteriormente a Portugal.

Mapa 1.2 – Meridiano demarcatório da Segunda *Bula Inter Cetera*



Mapa: Jones Muradás

3) **Segunda Bula Inter cetera** (quatro de maio de 1493). A bula estabelecia uma nova linha de marcação, um meridiano que separaria as terras a conquistar de Portugal e de Espanha. O meridiano passava a cem léguas a oeste dos Açores e de Cabo Verde. As novas terras descobertas, situadas a Oeste do meridiano a cem léguas das ilhas do Cabo Verde, pertenceriam à Espanha. As terras a leste, pertenceriam a Portugal. Dado que a latitude de ambos arquipélagos é diferente, a linha não era reta e não se podia utilizar um meridiano para precisar a demarcação (Mapa 1.2). Por isso se conhece como a *Bula de Partição*.

A bula excluía todas as terras conhecidas já sob controle de um estado cristão. Os termos da bula não agradaram a João II, julgando já ter direitos adquiridos que a Bula vinha ferir. E a bula criava confusão, pois um meridiano vinha anular o que um paralelo tinha estabelecido.

4) **Bula Piis fidelium** (25 de junho de 1493): concedeu ao frei Bernardo Boil amplas potestades para iniciar a evangelização dos índios americanos.

5) **Bula Dudum siquidem** (26 de setembro de 1493): precisou o domínio espanhol sobre as terras que se descobrissem mais além das encontradas por Colombo e anula todos os benefícios anteriormente concedidos a Portugal, abrindo aos espanhóis a possibilidade de fazerem viagens no Atlântico Meridional. Admitia a possibilidade de outros descobrimentos navegando para o oeste.

Mesmo desnecessárias para legitimar domínios, posto que o próprio ato do descobrimento o fazia, as bulas cumpriram as seguintes finalidades:

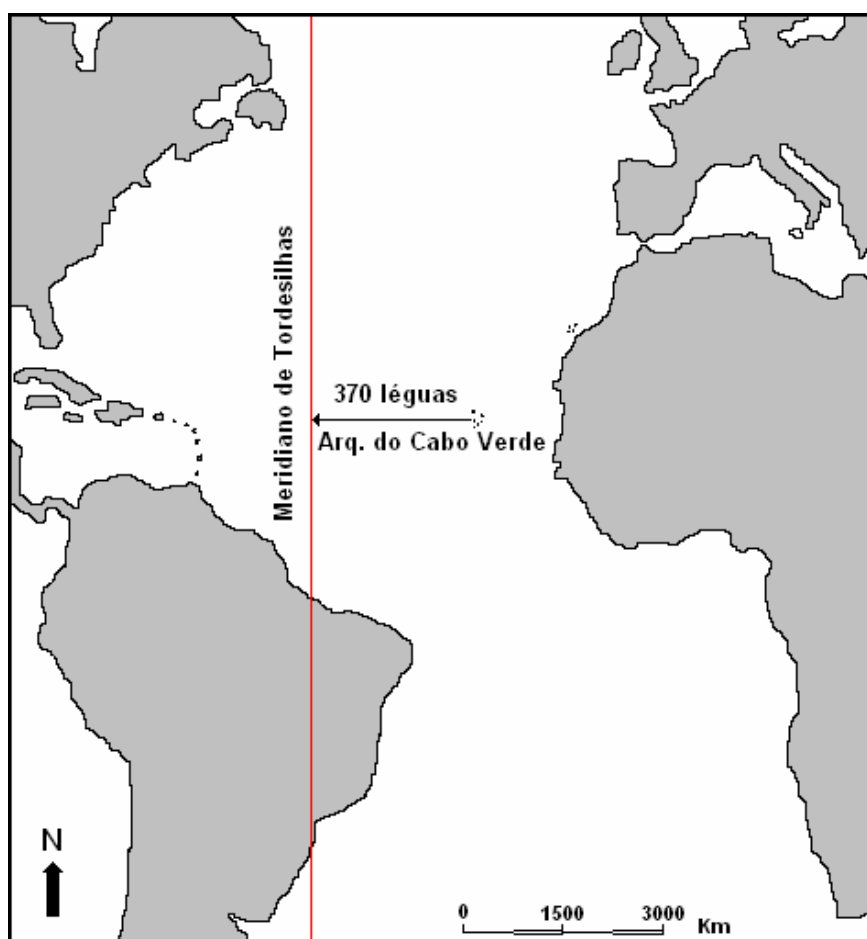
- tornavam desnecessária a prova de tal domínio;
- proporcionavam aquisição de direitos sobre terras não descobertas;
- excluía outros príncipes cristãos de toda a intervenção, navegação, conquista ou comércio nas áreas concedidas pelo pontífice.

As bulas alexandrinas representaram os últimos grandes atos de soberania dos papas. Com estas bulas a Santa Sé tentou conciliar interesses contrariados de príncipes cristãos, evitando sérios conflitos entre os reinos espanhol e português.

O Tratado de Tordesilhas

As Bulas do papa Alexandre VI não solucionaram a controvérsia que havia iniciado entre espanhóis e portugueses depois da primeira viagem de Cristóvão Colombo. Pelo contrario, os problemas prosseguiram a raiz de dois fatores: por um lado, a linha demarcatória proposta pelo papa na segunda *Bula Inter Cetera* -cem léguas ao oeste das ilhas Açores e Cabo Verde - resultava não ser uma linha reta e era difícil de concebê-la na pratica; por outra, Portugal não aceitou esta divisão argumentando que era impossível respeitar as cem léguas ao oeste por estas ilhas, já que a navegação portuguesa requeria abrir-se mais para o oeste para aproveitar os ventos atlânticos e poder assim dar a volta ao continente africano.

Mapa 1.3 – Meridiano demarcatório do Tratado de Tordesilhas



Mapa: Jones Muradás

Após várias missões diplomáticas frustradas, a pressão do rei português João II obteve sucesso, de maneira que os Reis Católicos Fernando e Isabel aceitaram buscar um novo acordo. Portugal e Espanha, através de seus delegados,

resolveram realizar uma reunião na localidade espanhola de Tordesilhas, a fim de estabelecer critérios definitivos para a conquista e posse dos territórios a serem descobertos.

Com base nesse documento, as terras do Novo Mundo ficariam repartidas entre as duas nações. Ali se levaram a cabo as negociações, donde os lusitanos impuseram habilmente seus critérios aos representantes dos Reis Católicos. Em sete de junho se assinou o Tratado de Tordesilhas. O Tratado tem duas versões, uma escrita em português – em poder da Espanha -, e outra escrita em espanhol que ficou em poder de Portugal. Seus textos tinham conteúdos diferentes. No texto em poder da Espanha (em português) somente fica estabelecida a distância de trezentas e setenta léguas a partir do arquipélago do Cabo Verde¹² - como mostrado no Mapa 1.3 - e em direção ao poente como terras da Espanha. Suas cláusulas mais significativas para este trabalho serão comentadas a seguir.

Pela "*Capitulação da Partição do Mar Oceano*", (Figura 1.1) que foi o nome oficial do Tratado de Tordesilhas, foram admitidas duas linhas demarcatórias: caso a Espanha descobrisse novas terras a Oeste até vinte de junho de 1494, a linha passaria a duzentas e cinqüenta léguas da ilha de Cabo Verde; do contrário, passaria a trezentas e setenta léguas, como vigorou. Desta forma, Espanha teria o domínio do hemisfério ocidental e Portugal do oriental. Portanto resolvia-se a controvérsia através de uma verdadeira partilha do mundo entre Espanha e Portugal. Parte do Tratado referente a partição está transcrito abaixo:

E LOGO os ditos procura/dores dos ditos senhores rrey e rraynha de Castella, de Liam, d'Aragam, de Cezilia, de Grada, et cetera / e do dito senhor rrey de Purtugal e dos Algarues et cetera disseram que por quanto antre / os ditos senhores seus constituintes ha certa deferença sobre o que a cada hua das ditas / partes pertence do que atha oje dia da fectura desa capitulaçom estaa por desço/brir no Mar Ociano, porem que elles por bem de paz e comcordia e por conseruaçam do di/uido e amor que o dito senhor rrey de Purtugal tem com os ditos senhores rrey e rra/inha de Castella e d'Aragam et cetera a suas altezas praz e os ditos seus procuradores / em seu nome e per virtude dos ditos seus poderes outorgaram e consentiram que se faça e asy/ne paloo dito mar Oceano hua rraya ou linha direita de poolo a poolo, scilicet, do Pollo / Artico e o Pollo Antartico que he de norte a sul, a qual rraya ou linha se aja de dar e / de dereita como dito he a trezentas e setenta legoas das ilhas de Cabo Verde pera a parte / do ponente per graaos ou por outra maneira como melhor e mais prestes se possa dar, / de maneira que nom sejam mais e que todo o que lhe qui he achado e descuberto / e daqui adiante se achar e descobrir por o dito senhor rrey de Purtugal e por seus na/uios, asy ilhas como terra firme, des

¹² As ilhas de Cabo Verde distam do equador 15° e as 370 léguas a oeste das ilhas do Cabo Verde situam-se a 46° 37' a oeste do Meridiano de Greenwich.

a dita raya e linha dada na forma susodita, / hyndo polla dita parte do leuaante dentro da dita raia e a parte do leuante ou do norte / ou do sul della, tanto que nom seja atrauesando a dita raya, que esto seja e fique e pertença a o dito senhor rrey de Purtugual e a seus socesores pera sempre jamais, e que todo ho outro, assy ilhas como terra firme achadas e por achar, descubertas e por descubrir, / que som ou forem achadas pollos ditos senhores rrey e rraynha de Castella e d'Aragam et cetera / e per seus nauios es a dita raya dada na fonna susodita, hindo por a dita parte / do ponente, epois de pasada a dita raia pera o ponente ou a o norte ou sul della, que / todo seja e fique e pertença a os ditos senhors rrey e rraynha de Castella e de Lian et cetera / e a seus socesores pera sempre jamais.” ESPANA (1994, p. 60-1).

Esta é a citação do documento português do Tratado Atlântico (escrito em português arcaico). Encontra-se arquivado no Arquivo Geral das Índias, em Sevilha.

Neste documento ambas as partes se comprometeram a realizar explorações e ocupar somente o hemisfério que lhe correspondessem de acordo com o tratado, ainda se autorizou aos barcos espanhóis atravessar a zona portuguesa nas viagens de regresso à Espanha, provenientes do Novo Mundo, a que está transcrito abaixo:

ITEM por quanto para que vayan los navíos de los dichos señores rey y reina de Castilla, de León, de Aragón, etc., desde sus reinos y señoríos a la dicha su parte allende de la dicha raya en la manera que dicho es, os forzoso que tengan que pasar por los mares de esta parte de la raya que queda para el dicho señor rey de Portugal, por ende es concordado y asentado que los dichos navíos de los dichos señores rey y reina de Castilla y de León y de Aragón, etc., puedan ir y venir, vayan y vengán por los dichos mares que quedan para el dicho señor rey de Portugal dentro de la dicha raya en todo tiempo y cada y cuando sus altezas y sus sucesores quisieren y tuvieren por bien. Los cuales vayan por sus caminos rectos y rotas desde sus reinos para cualquier parte de lo que está dentro de su raya y limite donde quisieren enviar a descubrir y conquistar y contratar, y que lleven sus caminos rectos por donde ellos acordaren de ir para cualquier cosa de la dicha su parte y de aquellos no puedan apartarse, salvo que el tiempo adverso en el mar los hiciera apartarse, pero que no tomen ni ocupen antes de pasar la dicha raya cosa alguna de lo que fue hallado por el dicho señor rey de Portugal en la dicha su parte, y si alguna cosa hallaren los dichos sus navíos antes de pasar la dicha raya, como dicho es, que aquello sea para el dicho señor rey de Portugal, y sus altezas 10 tengan que mandar dar y entregar inmediatamente. ESPANA (1994, p. 37-8).

No texto em poder de Portugal (em espanhol), além do estabelecimento do meridiano divisório, objeto do Tratado, define como fazer para demarcar:

ITEM para que la dicha línea o raya de la dicha partición se haya dé dar y de recta y lo más cierta que se pueda por las dichas trecientas y setenta leguas desde las dichas islas de Cabo Verde a la parte de poniente, como dicho es, es concertado y asentado por los dichos procuradores de ambas las dichas partes que dentro de los diez meses siguientes contados desde el día de la fecha de esta capitulación, los dichos señores sus constituyentes hayan de enviar dos o cuatro carabelas, a saber, una o dos

de cada parte, o más o menos, según se acordare por las dichas partes que sean necesarias, las cuales para el dicho tiempo sean juntas en la isla de Gran Canaria, y envíen en ella cada una de las dichas partes personas, así pilotos como astrólogos y marineros y cualesquier otras personas que convengan, pero que sean tantos de una parte como de la otra, y que algunas personas de los dichos pilotos y astrólogos y marineros y personas expertas que enviaren los dichos señores rey y reina de Castilla, de León y de Aragón, etc. vayan en el navío o navíos que enviare el dicho señor rey de Portugal y de los Algarves, etc., y asimismo algunas de las dichas personas que enviare el dicho señor rey de Portugal vayan en el navío o navíos que enviaren los dichos señores rey y reina de Castilla y de Aragón, tantos de una parte como de otra, para que juntamente puedan mejor ver y reconocer el mar y los rumbos y vientos y grados de sur y norte, y asignar las leguas sobredichas, tanto que para hacer el señalamiento y limite concurren juntos todos los que fueren en los dichos navíos que enviaren ambas las dichas partes y llevaren sus poderes. Los cuales dichos navíos todos juntamente continúen su camino a las dichas islas de Cabo Verde e de allí tomen su rota directa al poniente hasta las dichas trecientas y setenta leguas, medidas como las dichas personas que así fueren acordaren que se deben medir sin perjuicio de las dichas partes, y allí donde se acabaren se haga el punto y señal que convenga por grados del sol o del norte o por singladuras de leguas o como mejor de pudiera concordar. La cual dicha raya asignen desde el dicho Polo Ártico hasta el Polo Antártico, que es de norte a sur, como dicho es. Y aquello que asignaren lo escriban y firmen de sus nombres las dichas personas que así fueren enviadas por ambas las dichas partes, las cuales han de llevar facultad y poder de las dichas partes, cada una de la suya, para hacer la dicha señal y limitación, y, hecha por ellos estando todos conformes, que sea tenida por señal y limitación perpetuamente para siempre jamás, para que las dichas partes ni alguna de ellas ni sus sucesores para siempre jamás no la puedan contradecir ni tirar ni remover en tiempo alguno ni por alguna manera que sea o ser pueda. Y si ocurriera el caso que la dicha raya y límite de polo a polo, como dicho es, tocara en alguna isla o tierra firme, que al comienzo de la tal isla o tierra que así fuere hallada donde tocare la dicha raya se haga alguna señal o torre, y en línea recta desde tal señal o torre se continúen de ahí en adelante otras señales por la tal isla o tierra en línea recta con la dicha raya, los cuales partan lo que a cada una de las partes pertenece en ella. Y que los súbditos de las dichas partes no sean osados los unos de pasar a la parte de los otros, ni los otros a la de los otros atravesando la dicha señal o límite en la tal isla o tierra. ESPANA (1994, p. 35-37).

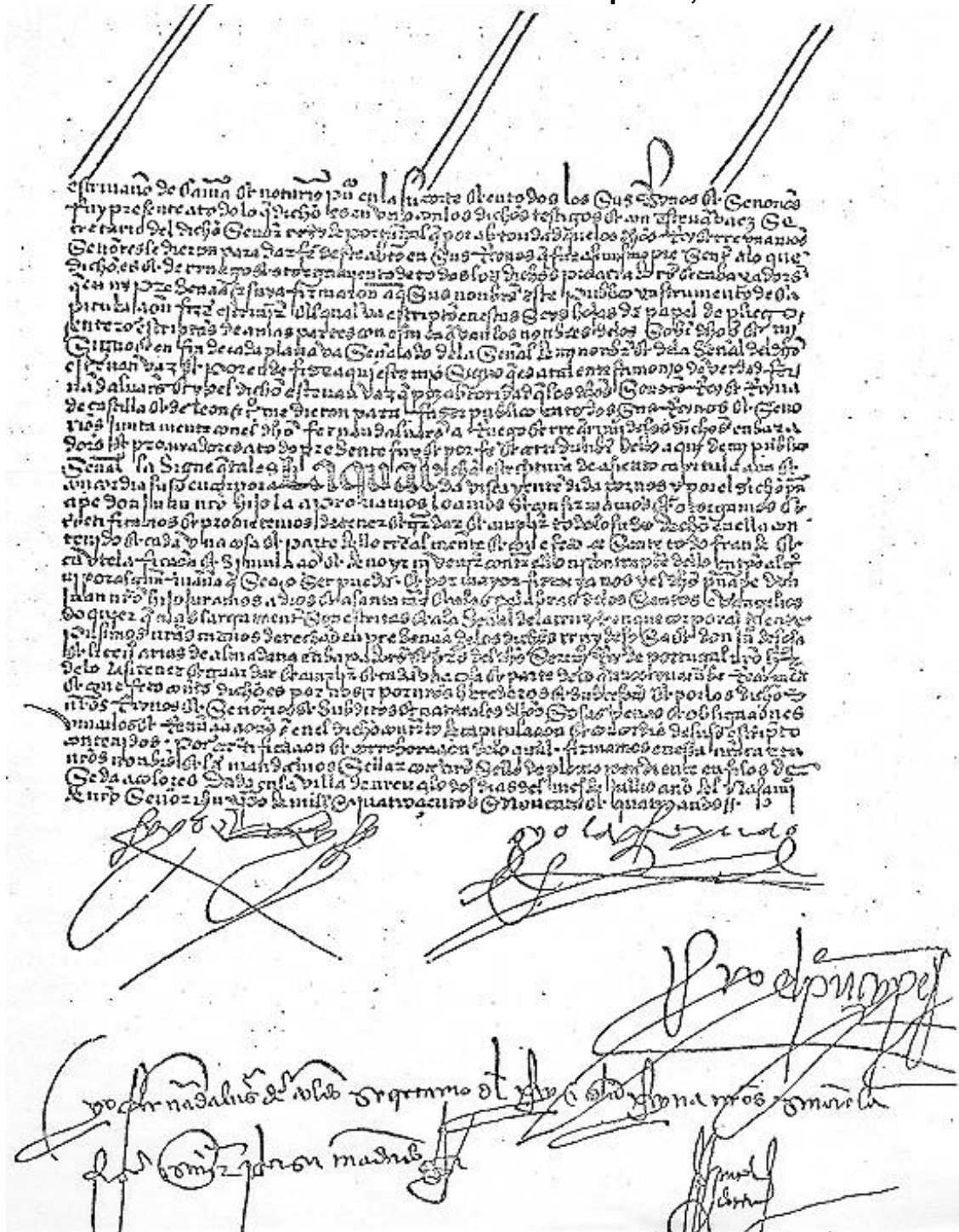
Este é o texto escrito pela Espanha do Tratado Atlântico em posse de Portugal, o original encontra-se no Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa.

Como se nota, Portugal não se comprometeu com a Espanha em nada a mais de que fixar uma linha demarcatória. De qualquer forma sabemos que não havia tecnologia, nesta época, para medir um meridiano, ou seja, fixar a longitude de um ponto. Reis (1994, p. 21) comenta este fato dizendo:

Mas para além do mistério que encerra, este convénio tem uma particularidade curiosa, invulgar em documentos deste tipo. Isto, porque os negociadores sobrestimaram a capacidade científica dos executantes, não se apercebendo que estes, na época, não dispunham dos mecanismos indispensáveis para levar a cabo a missão que lhes competia.

Abreu (1998, p.183) considera que o Tratado “foi meramente formal e teórico: ninguém sabia o que dava ou recebia, e se ganhava ou perderia com ele no ajuste das contas”. O que neste caso não concordamos, pois o Tratado tinha uma intencionalidade, por isso, a negociação.

Figura 1.1 - Fac-símile da última página do Tratado de Tordesilhas, de 1493, com as assinaturas dos Reis Católicos da Espanha, Fernando e Isabel.



Normalmente, em toda as negociações pacíficas os dois lados têm como resultado vantagens. A alteração da linha divisória de cem para trezentas e setenta léguas de Cabo Verde não foi boa apenas para Portugal, como é comum afirmar-se. Em uma negociação, como o Tratado de Tordesilhas, a menos que seja negociado pela força das armas, o que não foi o caso, só é possível, quando há interesse para ambas as partes e, por isso, é importante levar em conta quais as vantagens que poderiam advir para a Espanha. É possível que, estando Colombo procurando o caminho do Oriente por oeste, tornar-se conveniente para os Reis Católicos Fernando e Isabel que o início da sua área de influência se situasse o mais para ocidente possível, desde que não perdesse as terras descobertas por Colombo (as terras teoricamente perdidas a oeste eram ganhas a leste). Assim, assegurava-se à Espanha uma área maior, onde se poderiam encontrar novas terras durante o trajeto para alcançar a Índia. Reis (1994, p. 25) faz referência a isto em sua obra:

Já há alguns anos atrás, Ramon Ezquerro dizia “Siempre han considerado los historiadores portugueses un gran triunfo propio la modificación introducida en la línea de partición; pero, dada la incertidumbre de lo descubierto por Colon, suponiendo que eran aquellos países las soñadas Indias y que habia llegado a las cercanias del Catay, el traslado occidental de la Línea suponía asegurar a los Reys Católicos más extension hacia el Oeste ...”. Las Juntas de Toro y de Burgos, in El Tratado de Tordesilhas y su proyección, Valladolid, 1973, tomo I, pág. 154.

Portanto, à luz dos fatos, o único motivo que parece válido para ter levado D. João II a defender o alongamento da sua zona de influência a oeste teria sido a certeza da existência de novas terras. Na realidade, os portugueses já haviam descoberto as terras que seriam o Brasil, não divulgando essas descobertas por ficarem na zona que estava então atribuída a Espanha e pela política de segredo empreendida pelos portugueses. Isso nos leva a entender que o Brasil já era perfeitamente conhecido sob o ponto de vista da Geopolítica da Coroa portuguesa, assim restava ao soberano usar todos os artifícios para evitar uma corrida rumo às novas terras, preservando o interesse nacional português.

Devido à linha demarcatória estabelecida no Tratado, depois de tensas e complexas negociações, os lusos obtiveram a soberania sobre todas as terras e ilhas localizadas até trezentas e setenta léguas (cerca de mil setecentos e setenta quilômetros) a oeste do Arquipélago de Cabo Verde. Assim o arquipélago cumpre importante papel na geopolítica portuguesa, pois passou a ser a referência para a

demarcação do Tratado. Nessa linha incluíam-se não apenas todo o litoral brasileiro, desde o atual Pará até o sul de Santa Catarina, mas também as águas do Atlântico Sul - fundamentais para a realização de uma manobra náutica conhecida como a *volta do mar*, empregada para evitar as correntes marítimas que empurravam para o norte as embarcações que navegassem junto à costa sudoeste africana, e permitindo a ultrapassagem do cabo da Boa Esperança que permitiria aos portugueses chegar à verdadeira Índia, quatro anos depois da assinatura do tratado.

Na prática, o que se demarcou em Tordesilhas foram as zonas de influência e as fronteiras, reservando-se a dinâmica e a atuação de cada país a futura ação nos territórios. A novidade de Tordesilhas é usar o conceito de limite astronômico, pois se trata de um meridiano e seu antimeridiano correspondente, que corta o mundo em dois hemisférios.

A fronteira demarcada em Tordesilhas foi meramente enunciada, figurando em um texto que serviria de fonte de valor diplomático, mas que não seria levada em conta pelas impossibilidades técnicas da época. D. João II, conhecido como *Príncipe Perfeito* tinha uma visão geopolítica à frente de seu tempo e grande habilidade diplomática. Sempre teve consciência das suas dificuldades, o que pode ser demonstrado por seu pensamento geopolítico: “*conter Castela em terra e batê-la no mar*”.

Embora contrariasse a bula de Alexandre VI, o Tratado de Tordesilhas foi aprovado pelo Papa Júlio II na bula *Ea quae pro bono pacis*, dando proteção religiosa, em janeiro de 1506, e foi o último ato papal relativo a questões de divisão de terras entre países, motivo de posteriores conflitos entre as duas coroas e as outras nações européias que questionaram o reparto da *orbe* entre as potências ibéricas. Previsivelmente, França, Inglaterra e Holanda - que tinham saído atrasadas na corrida ultramarina - passaram a contestar a validade jurídica do tratado firmado em Tordesilhas.

A rota das Índias

Após o Tratado de Tordesilhas pouco se sabia das novas terras que passaram a ser exploradas pela Espanha. Nos anos que se seguiram, Portugal

prosseguiu no seu projeto de chegar a Índia, o que foi finalmente alcançado pela frota de Vasco da Gama, em 1498.

O perfil de Vasco da Gama mostrava capacidades de chefia, adequadas ao desempenho de uma missão com contornos políticos, militares, diplomáticos e comerciais, mas não se conheciam quaisquer dotes na área da navegação anteriores à expedição de 1497-99, a não ser que Vasco da Gama tivesse já comandado expedições de caráter sigiloso no Atlântico Sul, entre 1488 e 1495, mas sem provas que o sustentassem. Para uma nação pequena, o segredo era fundamental para resguardar-se da ambição de rivais marítimos mais poderosos.

A frota foi constituída por uma caravela e duas naus. Partindo em oito de julho de 1497, a armada chegou a Calecute – Índia quase dez meses depois, em maio de 1498, não sem dificuldades. Em agosto de 1498, após alguns conflitos, iniciou-se a viagem de retorno, chegando somente a Lisboa em fins de agosto ou inícios de Setembro de 1499 (cerca de um mês depois de Nicolau Coelho, que comunicara em primeira mão a notícia da chegada à Índia a D. Manuel). Vasco da Gama nesta primeira viagem, segundo Huberman (1978, p.98), obteve lucros financeiros que atingiram 6.000% (seis mil por cento).

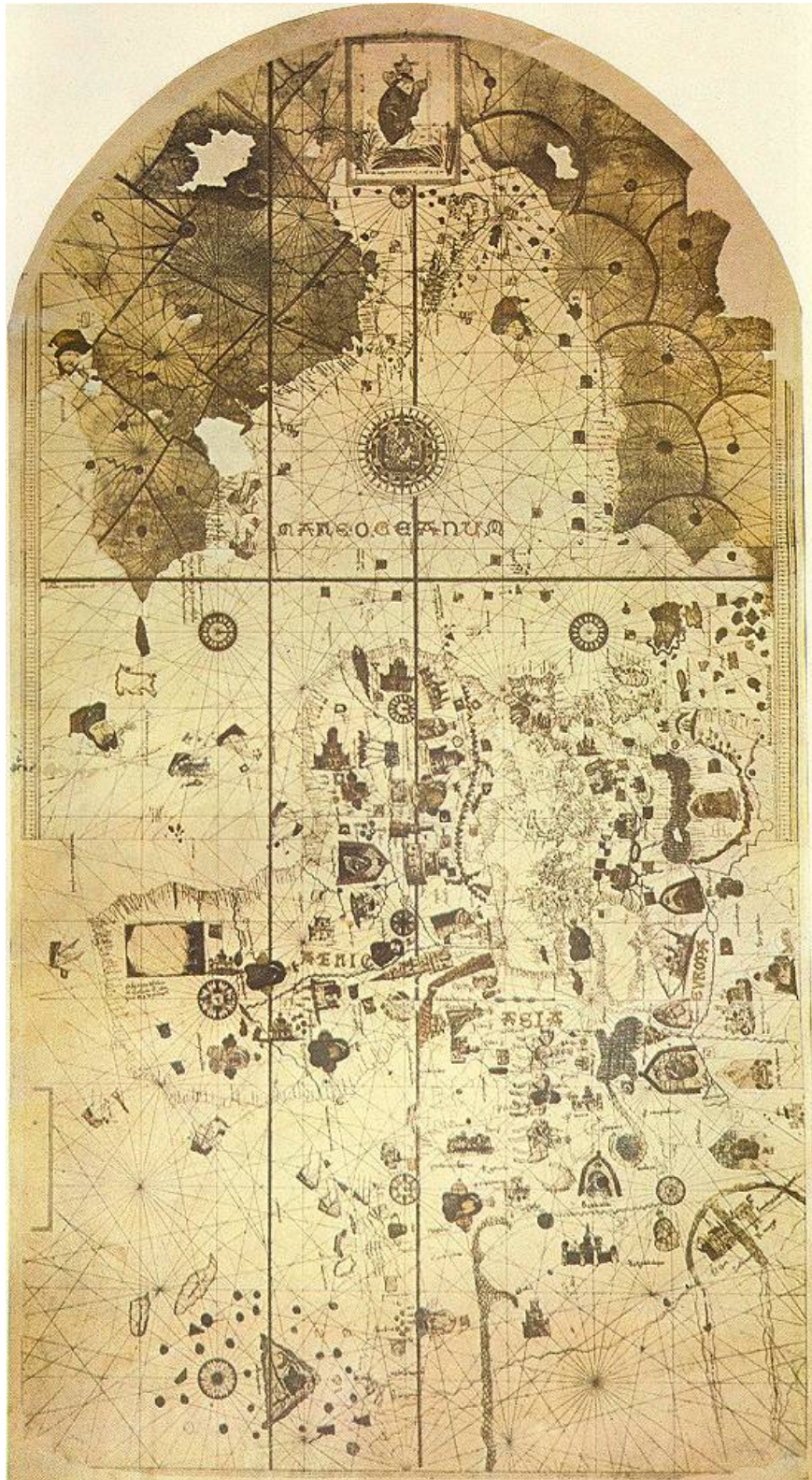
Assim se deu a viagem inaugural daquilo que viria a ser conhecido como a “Carreira da Índia”, abrindo uma rota direta entre a Europa e o Oriente através da circunavegação do continente africano.

O Descobrimento do Brasil

As costas do Brasil foram descobertas e exploradas pelo espanhol Vicente Yañez Pinzón, que chegou na ponta de Mucuripe, cerca de dez quilômetros ao sul da atual cidade de Fortaleza, no Ceará, em vinte e seis de janeiro de 1500. Portanto, oitenta e cinco dias antes de Cabral chegar ao Brasil.

O primeiro mapa a representar a América (Figura 1.2) e em que também aparece a costa norte do Brasil foi elaborado pelo navegador e cartógrafo espanhol Juan de la Cosa, através de sua viagem na frota do espanhol Alonso de Hojeta e com informações recebidas de Vicente Yañez Pinzón.

Figura 1. 2 - Mapa de Juan de la Cosa (1500)



Museu Naval de Madrid

Juan de la Cosa também acompanhou Cristóvão Colombo em sua segunda viagem à América. Esta é uma das provas da chegada dos espanhóis ao Brasil antes de Cabral. O Mapa-múndi feito por Juan de la Cosa, em 1500, mostra o

Novo Mundo na parte superior (em verde) e o Velho Mundo na parte central e inferior (em branco). O Equador, neste mapa, é visto na vertical. O mapa é bastante simplificado e apresenta somente o essencial. No Mundo Novo representa os trechos ao norte da costa da América do Sul desde a saliência oriental próxima ao Cabo São Roque até o promontório oeste do Golfo da Venezuela.

Quanto à cartografia da África e da Ásia, observa-se que La Cosa não tinha informações da viagem de Vasco da Gama e da expedição de Pedro Álvares Cabral. Assim, a costa africana, depois do cabo da Boa Esperança e a representação do litoral que corresponderia ao Brasil são bastante hipotéticas.

As análises rigorosas de Guedes (1975b, p.195) sobre o mapa de La Cosa, cotejando com a cartografia atual, demonstra que este descreve os acidentes geográficos de forma muito acertada. Portanto o mapa de Juan de la Cosa é um documento cartográfico de elevada seriedade para a época e um testemunho das viagens espanholas antes de Cabral.

Antes ainda de Pedro Álvares Cabral aportar em costas brasileiras, o espanhol Diego de Lepe também o fez em fevereiro de 1500 havendo dúvidas até hoje onde teria aportado. Ou no cabo Santo Agostinho em Pernambuco ou no cabo São Roque no Rio Grande do Norte.

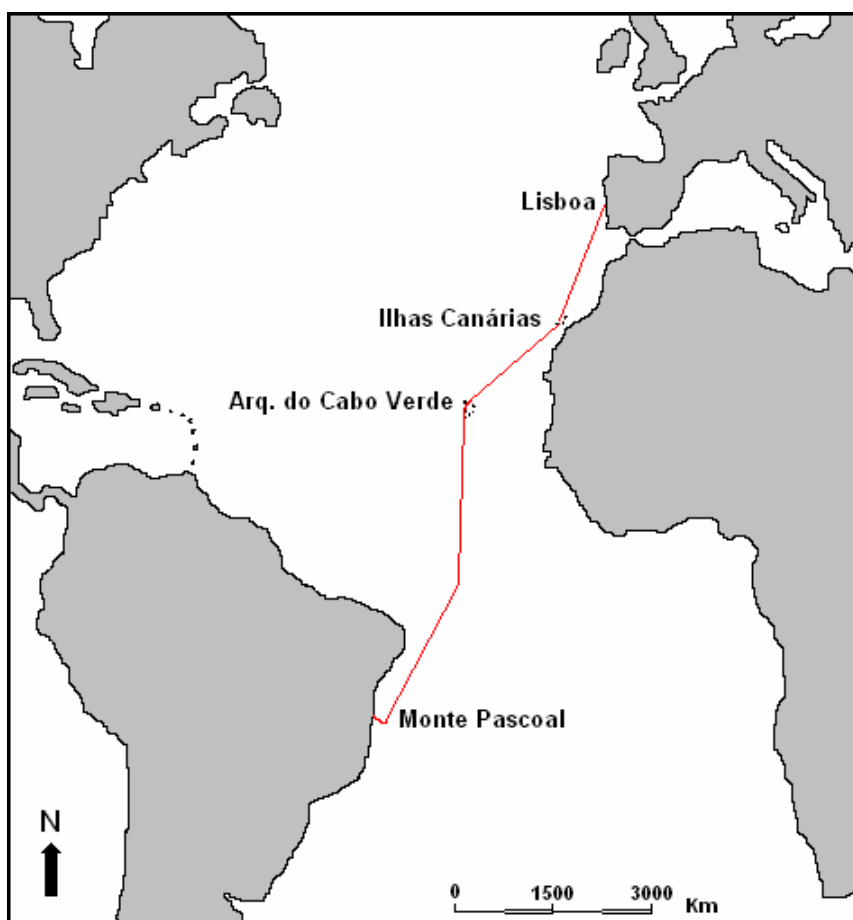
Com a segunda expedição rumo à Índia, para consolidar os contatos estabelecidos, sob o comando de Pedro Álvares Cabral, a frota (a maior até então aprestada por Portugal) parte de Lisboa (Belém) a nove de março de 1500. A esquadra incorpora treze navios bem armados (dez naus e três caravelas). Viajaram cerca de um mil e quinhentos homens¹³ numa expedição que tinha objetivos de natureza geopolítica, diplomática, comercial, militar e religiosa.

Após navegação sem problemas e um desvio de rota, conforme mostramos no Mapa 1.4, o atual Brasil foi *achado* em vinte e dois de abril de 1500 sendo chamado Ilha de Vera Cruz. Ao aportar nas enseadas do sul da Bahia, os pilotos e cosmógrafos que faziam parte da frota de Cabral não tiveram dúvidas de que haviam chegado a um território pertencente a Portugal, embora, naquele momento, ainda não se pudesse saber exatamente onde passava a linha demarcatória estabelecida seis anos antes pelo Tratado de Tordesilhas. As próprias

¹³ Na esquadra embarcou aproximadamente 2,5% da população de Portugal, estimada em 40.000 habitantes, na época.

complexidades jurídicas e geográficas que haviam cercado a assinatura do tratado, firmado seis anos antes da arribada de Cabral, permitem supor que os lusos estavam cientes da existência de novas terras na margem ocidental do Atlântico.

Mapa 1.4 – A derrota de Pedro Álvares Cabral ao Brasil



Mapa: Jones Muradás

De qualquer forma, o Tratado de Tordesilhas deu uma característica especial à terra encontrada, *achada* em 1500, já em 1494 possuía uma linha de demarcação de seus limites.

Alguns séculos mais tarde viriam a abrir-se uma polêmica historiográfica acerca do *acaso* ou da *intencionalidade* da descoberta. Devido à forma em que se deu este *achado*, a tese da intencionalidade ou do conhecimento prévio da existência de terras no Atlântico meridional encontrou apoio, entre outros, em passagem do *Esmeraldo de Situ Orbis*, de Duarte Pacheco Pereira¹⁴, passível de

¹⁴ Duarte Pacheco Pereira foi uma das testemunhas que assinaram o Tratado de Tordesilhas por parte de Portugal, um dos nomes ligados ao descobrimento do Brasil pré-Cabralino e que, supostamente, teria pilotado a esquadra de Cabral até o Brasil.

interpretação que colocaria o cosmógrafo e navegante em paragens do litoral sul-americano em data anterior à arribada da armada de Cabral. Zemor (s/d)¹⁵ nos dá alguns detalhes desta viagem:

Pesquisas recentes dão conta de uma expedição realizada em outubro de 1498, cujo resultado foi a primeira exploração de terras brasileiras. Assim, o primeiro português a chegar ao Brasil teria sido o navegador Duarte Pacheco Pereira, um gênio nas ciências vinculadas à navegação da época e um dos mais importantes negociadores do Tratado de Tordesilhas. Duarte Pacheco tendo descoberto o Brasil um ano e meio antes de Cabral, entre novembro e dezembro de 1498, desembarcou aqui num ponto próximo à fronteira dos atuais estados do Maranhão e do Pará. De lá, iniciou uma viagem pela costa norte, indo à ilha do Marajó e à foz do rio Amazonas. Quando regressou a Portugal, o rei ordenou-lhe que a expedição deveria ser mantida em sigilo. O motivo para que a descoberta fosse tratada como segredo de Estado era bastante simples: as terras encontravam-se em área espanhola, de acordo com a divisão estabelecida pelo famoso Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, quatro anos antes de Duarte Pacheco chegar à Amazônia.

Há ainda a carta que o mestre João Faras enviou a D. Manuel I, além de recomendações de natureza náutica acrescenta uma passagem em que informa o monarca de que, *“para conhecer a localização da nova terra, bastaria consultar o mapa-múndi que se encontrava em Lisboa, na posse de Pêro Vaz da Cunha onde ela estava desenhada”*.

A própria exigência na negociação portuguesa de aumento para o oeste do âmbito geográfico da esfera de influência geopolítica lusa, decorrente do Tratado de Tordesilhas, pode ser interpretada como prova inequívoca de um conhecimento anterior de terras fronteiras a África no Atlântico Sul.

A pouca informação documentada remanescente das viagens e ações portuguesas, no mar e em terra, não são conhecidas por força de uma sistemática política de sigilo seguida por Portugal. Neste momento, Portugal estava na vanguarda das inovações técnicas da ciência náutica – a tecnologia de ponta da época. Lisboa vivia infestada de espiões, principalmente espanhóis e italianos, que estavam em todos os lugares para descobrir os segredos portugueses, motivo que levou a Coroa Portuguesa a formalizar esta política. Boorstin (1989, p.162) argumenta este processo:

A suposta política portuguesa de secretismo levanta ao historiador problemas atormentadores, porque a própria política parece ter sido mantida secreta. Quando fazemos a crônica dos avanços portugueses no até então desconhecido, não podemos deixar de nos perguntar se qualquer

¹⁵ Documento Eletrônico

determinada viagem portuguesa não se encontra registada por causa dessa “política de secretismo”, ou simplesmente porque nunca foi feita. Os historiadores portugueses têm-se sentido compreensivelmente tentados a considerar a ausência de um registo de viagens pré-colombianas à América como uma espécie de testemunho de que tais viagens foram realmente efectuadas. Os Portugueses tinham algumas razões diplomáticas e compulsivas para anunciar as suas descobertas na América. Na África, porém, tinham todas as razões para ocultar tanto o conhecimento que haviam adquirido da verdadeira forma da costa, como os tesouros que de lá estavam a extrair. Os registos que existem desses descobrimentos iniciais portugueses da África são provavelmente apenas relatos mínimos das suas proezas.

Em relação ao conhecimento prévio da existência de terras no Atlântico Sul, Rocha (2006)¹⁶ nos diz que:

Relativamente à intencionalidade da Descoberta efetuada a 22 de Abril de 1500 está hoje descartada a hipótese do acaso. A tese do desvio por ventos, correntes ou tempestade não encontra sustentabilidade nas fontes nem nas condicionantes físicas à navegação nas paragens visitadas pela armada de Cabral. A rota efetuada (noroeste) denota uma firme intenção (antagónica à derrota lógica para atingir o objetivo prioritário – a Índia). A própria descrição textual coesa das terras avistadas (Monte Pascoal) só é compaginável com uma aproximação à costa rumando a noroeste. Assim se fundamenta a hipótese de que Cabral tivesse recebido instruções régias para que, no decurso da viagem para o Índico, explorasse o Oeste Atlântico (em busca da terra firme cujos sinais tinham sido já referenciados na expedição comandada por Vasco da Gama) estando, assim, o afastamento para Ocidente inserido no plano imperial Português (e, inclusive, de consolidação das condições de implantação do domínio índico), procurando encontrar o então provável prolongamento meridional do continente já identificado por Colombo, Caboto e, muito provavelmente, Duarte Pacheco Pereira. Assim se garantiria a operacionalidade da rota do Cabo.

A intencionalidade da derrota de Cabral que conduziu ao descobrimento de 22 de abril de 1500 parece inquestionável (pelas condições técnicas dos navios e pela situação do tempo e do mar) e a pouca publicidade do feito de Cabral, realizada por parte do poder régio, é justificável à luz da conjuntura geopolítica, diplomática e econômica portuguesa e aos precários equilíbrios de poder que então se geriam no contexto ibérico.

Deste modo, na previsão de que a descoberta da Ilha de Vera Cruz pudesse suscitar a eclosão de disputas com a Espanha acerca da esfera de influência em que o novo domínio se situava, o rei decidiu manter segredo sobre o assunto até obter informações sobre os respectivos limites. Somente em 1501, o rei de Portugal comunicava a descoberta da Ilha de Vera Cruz, depois chamada de

¹⁶ Documento Eletrônico

Terra de Santa Cruz, aos reis de Espanha, Fernão de Aragão e Isabel de Castela, seus sogros e rivais.

D. Manuel apercebeu-se de que, além de ter batido os Reis Católicos na corrida pela chegada ao Oriente (1499), acabava de abrir uma nova frente de competição com a Espanha, desta vez no hemisfério ocidental (1500). A Geopolítica usada pelos portugueses, executada com segredo de Estado, culminou com o êxito de Cabral.

A armada cabralina prosseguiria, ao fim de dez dias de presença nas terras de que tomaram posse, rumo à Índia, ao mesmo tempo em que o navio capitaneado por Gaspar de Lemos retornava para Lisboa levando a notícia do *achamento* do que viria mais tarde a ser o território do Brasil. O documento mais importante remetido a D. Manuel foi a carta de Pero Vaz de Caminha onde relatava a terra e a gente encontrada. Guedes (1975b, p.143) citando Capistrano de Abreu¹⁷ diz que a carta é “*o diploma natalício lavrado à beira do berço de uma nacionalidade futura*”.

Portanto, diante das evidências dos documentos, esta foi a descoberta sociológica do futuro território brasileiro pela armada comandada por Pedro Álvares Cabral.

Chama-se a atenção de que, no *achamento* das terras, os portugueses não encontraram um território desocupado, mas uma área povoada por povos indígenas que dispunham de uma certa organização político–social.

As convicções das duas Coroas em relação às terras descobertas por Cabral estarem dentro da área de influencia de Portugal em relação ao Tratado de Tordesilhas levaram a Espanha a acomodar-se em relação ao seu espaço, muito provavelmente devido a barreira da Cordilheira dos Andes. O relato abaixo dá luz a nossa argumentação:

Con la determinación, y convenio de esta línea, se creyó por el conjetural juicio de un prudente cálculo, que el Brasil pertenecía a la corona de Portugal, por considerarse estar al oriente del meridiano de demarcación, sin ponerse el mayor cuidado en establecer puntualmente hasta qué sitios podrían extenderse sus dominios, porque empleados castellanos y portugueses en formar establecimiento en aquellos países, como distaban mucho del Peru y del Brasil, no pensaron en la averiguación

¹⁷ ABREU, João Capistrano de, O Descobrimento do Brasil, Rio de Janeiro, 1929

de lo que les correspondía..." ("Disertación histórica y geográfica sobre el Meridiano de Demarcación". Jorge Juan y Antonio de Ulloa. Madrid, 1.748). in *Embaixada da Espanha*, 1994, p.9.

Nestas ações, houve a necessidade de a Coroa Portuguesa estabelecer uma Geografia Política para determinar uma Geopolítica que fosse plausível tanto na aceitação da Coroa Espanhola, quanto na resposta ao mundo ocidental que estava atento ao desenvolvimento precoce da coroa lusitana. Estruturada e finalizada a Geopolítica do descobrimento, restava agora a transformação do Brasil em capital efetivo. Esta fase finaliza com a partilha luso-espanhola das terras encontradas a partir do final do século XV, cuja mediação foi realizada pela Santa Sé a única e verdadeira autoridade supranacional que era admitida na época.

Figura 1.3 – Distribuição das terras no sul da América do Sul, de acordo com o Tratado de Tordesilhas.



Figura: Jones Muradás

A descrição das ações de Portugal e Espanha até as *descobertas*, dentro do novo contexto europeu, nos leva a situarmos quanto ao pensamento político, econômico, social e as relações internacionais que existiam naquela época, em que

influenciaria decisivamente na forma da ocupação e conquista dos territórios descobertos no Sul da América. Viu-se que o objetivo das navegações eram a busca de conquistas comerciais e não de terras. Suas diplomacias usaram artifícios para estabelecer acordos vantajosos, considerando cada informação sobre o Oceano Atlântico, como vitais para o futuro prolongamento da suas terras ultramarinas. Seria como os representantes destas coroas já estivessem pelos mares nunca antes navegados na perspectiva dos acordos bilaterais, com sentidos unilaterais para cada um dos países signatários dos acordos.

Outro fator importante é que neste período Portugal desenvolveu uma doutrina geopolítica para ultramar que rendeu grandes resultados, apesar dos poucos recursos econômicos e demográficos da Coroa. Esta doutrina foi sendo aprimorada, como veremos no decorrer deste trabalho, de acordo com as necessidades e os interesses nacionais portugueses.

Portanto a constituição dos Estados Ibéricos na forma absolutista, atendendo aos anseios do novo modelo econômico – o Capitalismo mercantilista e as dificuldades no momento, levou Portugal e Espanha à busca de novos espaços ao comércio marítimo, com isso levando a descobertas de novas terras e rotas que, como conseqüência, os levou a discussões diplomáticas e a firmarem tratados. O mais importante: Tordesilhas dividiu o mundo não cristão entre as Coroas Ibéricas e que afetou por mais de duzentos e cinquenta anos as relações de ambas. Devido ao problema de demarcação dos limites, Tordesilhas não era uma fronteira concreta, a ocupação é que a definiria. Assim, dentro do contexto político / econômico do século XV e a luz do Tratado de Tordesilhas, o formal *achamento* das terras que posteriormente foi chamado Brasil tinha o Sul deste, motivo desta tese, como terras espanholas, como mostramos na Figura 1.3. Desta forma, o Rio Grande do Sul e o sul do Brasil, como terras coloniais, nasceram espanholas e à luz disso começarão as explorações.

CAPÍTULO II

AS EXPLORAÇÕES IBÉRICAS E O MAGNUS BRASIL

As expedições de exploração e reconhecimento, assim como as ações geopolíticas para o controle (ou futuro controle) das terras do sul do Brasil até o Estuário do Prata foram a tônica no início do século XVI entre Portugal e Espanha. Estes procedimentos sempre estiveram ligados ao interesse econômico, como a busca e posse de especiarias e o encontro de metais preciosos.

As primeiras explorações

Após o *achamento* do Brasil começaram as expedições exploratórias e de reconhecimento. As viagens visavam principalmente a verificar as possibilidades de explorar economicamente o território *descoberto* dentro das concepções econômicas da época, ou seja, do mercantilismo e do metalismo.

Assim, no dia dezessete de agosto de 1501, uma frota de três caravelas comandada por Gonçalo Coelho, com Américo Vespúcio a bordo, aportou no Brasil estabelecendo a primeira exploração oficial de Portugal no Brasil. O local provável da chegada foi a Praia dos Marcos no Rio Grande do Norte. Com o calendário litúrgico nas mãos, Gonçalo Coelho batizou todos os acidentes geográficos do litoral brasileiro por onde navegou, do Rio Grande do Norte ao sul de São Paulo (Cananéia) de onde partiu em viagem de regresso a Lisboa em 15 de fevereiro de 1502.

Em 1503, Gonçalo Coelho, também acompanhado de Américo Vespúcio, realizou a segunda expedição ao Brasil. Depois de desacertos, as caravelas se

separaram sob comando de cada um deles. Vespúcio chegou ao Cabo Santo Agostinho em Pernambuco e costeou o litoral até chegar ao Cabo Frio onde fundou uma feitoria, o primeiro estabelecimento lusitano do Brasil. Vespúcio também realizou uma expedição exploratória ao interior pelo vale do Rio São João¹⁸ onde percorreu cerca de 250 quilômetros. Pode-se dizer que foi a primeira expedição ao interior brasileiro por um europeu.

Gonçalo Coelho navegou até a Baía da Guanabara onde também fundou uma feitoria. Segundo Fortes (1960, p.17), Gonçalo Coelho foi até a desembocadura do Estuário do Prata, o que não existe comprovação. Como resultado destas viagens ficou o mapeamento da costa com as respectivas denominações dos acidentes geográficos e a constatação da existência de pau-brasil.

A Coroa portuguesa, envolvida com os negócios lucrativos do Oriente, pouco mudou sua política com a descoberta do Brasil. Os portugueses não encontraram sociedades organizadas com base na produção para mercados e o território não oferecia metais preciosos, nem existência de especiarias e de outras riquezas de interesse imediato. Concomitante com tudo isso, havia a crise demográfica portuguesa, pois o total da população portuguesa era de cerca de quarenta mil habitantes. Portanto, nesse momento as notícias que chegavam a Dom Manuel não respondiam às expectativas econômicas da Coroa, que se concentrou em torno do comércio oriental.

No segundo semestre de 1502, sem condições para arcar os custos da exploração do atual território brasileiro, D. Manuel, o Afortunado, deu a outorga do monopólio da exploração de Pau-Brasil a um consórcio de mercadores portugueses liderado por Fernando de Noronha. Assim, a primeira atividade econômica portuguesa no Brasil foi a exploração e o comércio da madeira de pau-brasil. Era uma atividade extrativa, assistemática e predatória. Mais tarde, em 1504, Fernando de Noronha se tornou donatário da ilha que leva seu nome, sendo a primeira capitania hereditária do Brasil.

¹⁸ O Rio São João banha o estado do Rio de Janeiro. Nasce na Serra do Mar, nos limites entre os municípios de Silva Jardim, Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu. Tem sua foz no Município de Barra de São João, no litoral fluminense.

Nos anos seguintes os portugueses concluíram que o Brasil não era tão conveniente e necessário para a navegação para a Índia, diante disto o território seria abandonado pela Coroa portuguesa sendo arrendado a sua burguesia para a extração de Pau-Brasil.

A Índia continuava a ser o grande alvo das navegações marítimas portuguesas. Os interesses mercantil e religioso prevaleciam acima de qualquer outro, na primeira década pós-descobrimento; não houve, portanto, qualquer exploração mais significativa do Brasil.

A Costa do Ouro e da Prata

A expedição dos portugueses Estevão Fróis e João de Lisboa, em fevereiro de 1514, tinha como objetivo descobrir onde terminava o continente americano e averiguar se havia uma passagem para o Oceano Pacífico. Estes dois navegadores foram efetivamente os primeiros a explorarem a costa sul do Brasil, inclusive o litoral do Rio Grande do Sul. A expedição descobriu a foz do atual Rio da Prata¹⁹ em julho de 1514, a qual batizaram de Rio de Santa Maria, onde navegaram por cerca de 300 quilômetros em direção ao interior do continente, nesta ocasião encontraram os índios Charruas. Estes índios contaram da existência de ouro, prata e outros metais em uma terra chamada Peru e de seus habitantes, os Incas. Devido a estas informações, as Coroas Ibéricas se envolveram em uma corrida pela sua descoberta e exploração e a costa oriental sul da América do Sul começou a ser chamada a “Costa do Ouro e da Prata”.²⁰

Existia, portanto, a possibilidade de retorno financeiro na América do Sul dentro da lógica metalista vigente na época. Portugueses e espanhóis se empenhariam em conquistar o Rio da Prata, considerado a *porta de entrada* para as riquezas que falavam os índios.

¹⁹ O Rio da Prata é o estuário criado pelo Rio Paraná e o Rio Uruguai, formando sobre a costa atlântica da América do Sul uma muesca triangular de 290 km de largura. Corre de noroeste a sudeste e mede 48 km de comprimento no ponto que se toma como origem. No ponto onde as águas deixam de ser doces e se convertem no Oceano Atlântico seu comprimento é de 219 km. O limite exterior do Rio da Prata está determinado pela linha imaginária que une Punta del Este – Uruguai, com Punta Rasa no extremo norte do Cabo San Antonio - Argentina.

²⁰ Os portugueses chamavam os lugares de acordo com o bem econômico que poderia ser explorado. Ex. Costa da Malagueta na África, pois produzia pimenta malagueta.

Assim, não demorou para que a primeira frota partisse em busca da riqueza. A expedição espanhola de Juan Dias de Solis²¹ partiu em outubro de 1515, em duas naus, com a missão de penetrar no Estuário do Prata, explorar suas riquezas e verificar se havia passagem marítima para o Oceano Pacífico. Ainda deveria fazer medições astronômicas para verificar se estas terras estavam dentro do território que pertencia a Espanha. No seu trajeto até o Prata, Juan Dias de Solis navegou na costa do Rio Grande do Sul. Solis, ao desembarcar no estuário do Prata, foi morto pelos índios Charruas e seus homens decidiram voltar para a Espanha. No retorno uma das embarcações naufragou na ponta sul da Ilha de Santa Catarina e seus sobreviventes se instalaram em um pequeno vilarejo que ficou conhecido como Porto dos Patos.

Em resposta à expedição de Solis ao Prata, D. Manuel autorizou uma expedição guarda-costas ao Brasil que partiu em agosto de 1516 sob o comando de Cristóvão Jaques. A expedição era defensiva, colonizadora e organizadora do comércio de Pau-Brasil o qual a coroa tomou para si a partir de 1515. Entre suas decisões transferiu a feitoria do Rio de Janeiro para Pernambuco onde o Pau-Brasil tinha mais qualidade enviando cargas anuais a Lisboa.

Mas as Índias ainda era um destino em alta no mundo comercial da época. O português Fernando de Magalhães, a serviço da Coroa espanhola, partiu do porto de Sanlúcar na Espanha em vinte de setembro de 1519, tentando chegar a Málaga, na Malásia navegando pelo oeste, ou seja tentando contornar a América do Sul. Em onze de janeiro de 1520, chegava ao Prata, logo seguindo viagem para o sul por ter entendido não ser ali a passagem para o Pacífico. No dia vinte e sete de novembro de 1520 achou a passagem e enxergou as águas do Oceano que chamou de Pacífico. Além de acharem uma rota para as Índias pelo oeste as medições astronômicas realizadas verificaram que Málaga e as Molucas estavam em território que pertencia à Espanha pelo Tratado de Tordesilhas.

Apesar da preferência do comércio com as Índias, Portugal pretendia as riquezas do Prata e preparou nova expedição. A segunda expedição de Cristóvão Jaques tinha o objetivo de explorar o estuário do Prata.

²¹ Juan Dias de Solis fez parte da tripulação de Gonçalo Coelho na viagem ao Brasil, em 1503.

Partiu de Lisboa em novembro de 1521, chegando no Prata em janeiro de 1522 onde explorou o rio Paraná por mais de duzentos quilômetros rio acima. Em contato com os índios, confirmaram os dados de riqueza de uma serra de prata recebidos da expedição dos portugueses Estevão Fróis e João de Lisboa em fevereiro de 1514. Neste local, foi informado pelos indígenas que seu objetivo distava cerca de 1800 quilômetros, o que o fez retornar para Portugal para preparar outra expedição.

Figura 2.1 – Rota de Aleixo Garcia

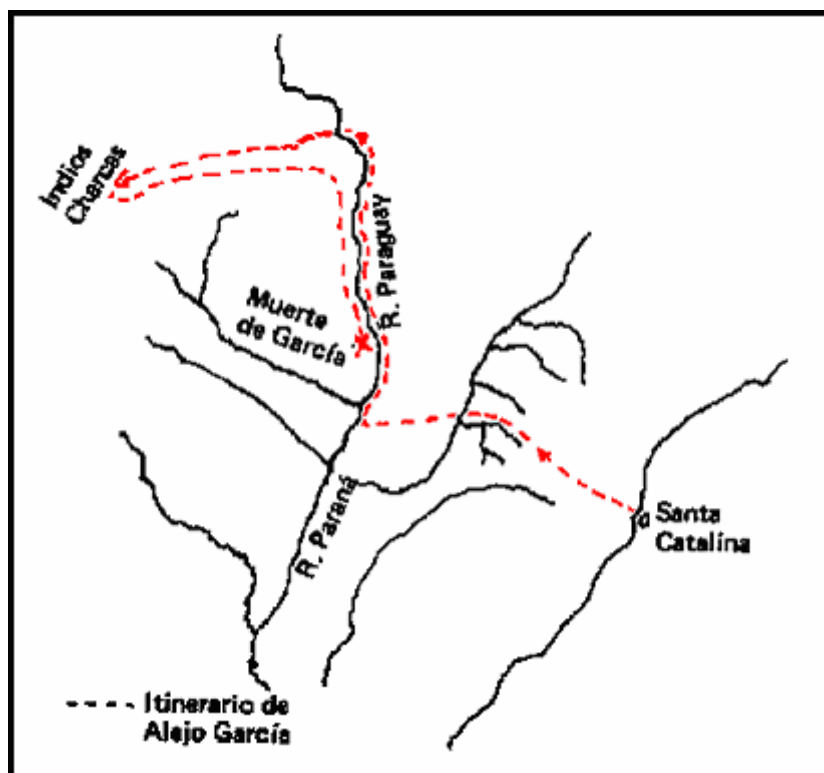


Figura modificada - Fonte: **ALTAMIRANO**, Marcos Antonio, **PRIETO**, Alba Nidia Dellamea de & **SBARDELLA**, Cirilo Ramón, Historia del Chaco.

Após receber informações dos índios locais e de, possivelmente, de homens do navio de Cristóvão Jaques o português Aleixo Garcia, no verão de 1524, provavelmente náufrago de um dos navios de Solís, partiu do Porto dos Patos, em frente à Ilha de Santa Catarina, com aproximadamente dois mil índios Carijós rumo a *Serra da Prata* no Peru. Garcia, guiado pelos nativos, tomou rumo oeste por um

caminho chamado pelos Tupi-guaranis de Peabiru²², que tinha a largura de 1,60 metros e mil e duzentos quilômetros de extensão, segundo Galdino (2002).

Figura 2.2 – Rota de Sebastião Caboto e Diego Garcia

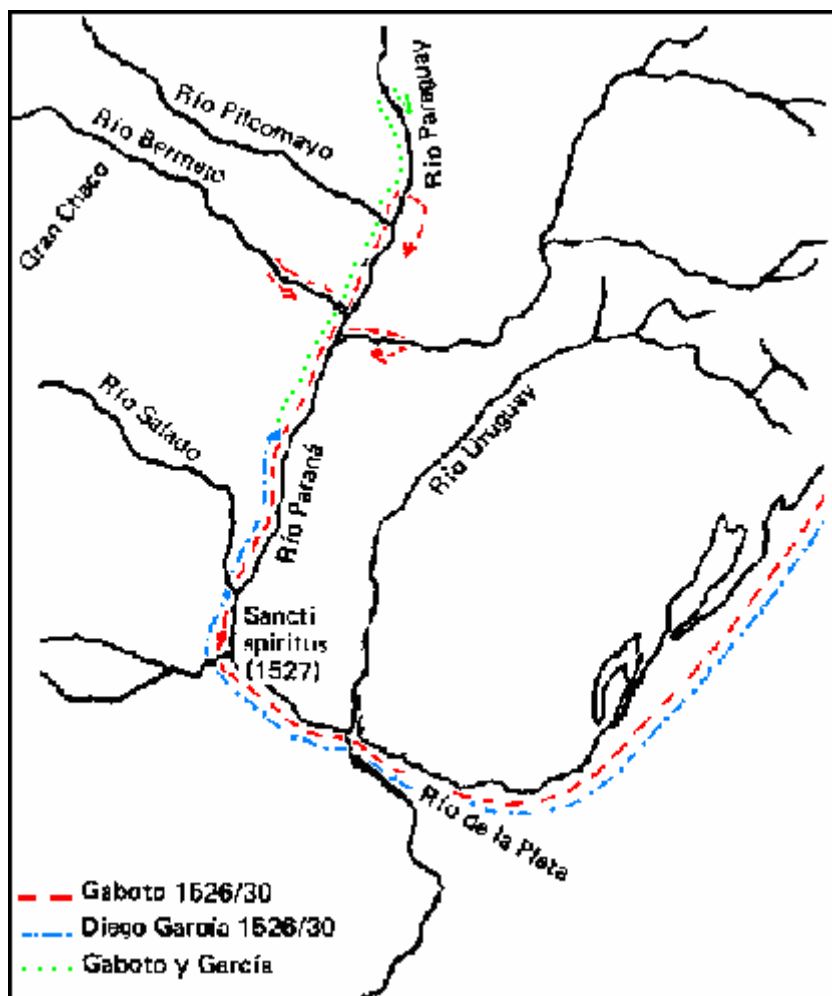


Figura modificada - Fonte: **ALTAMIRANO**, Marcos Antonio, **PRIETO**, Alba Nidia Dellamea de & **SBARDELLA**, Cirilo Ramón, Historia del Chaco.

Levou quatro meses para vencer a distancia até onde é hoje a cidade de Assunção, no Paraguai. Garcia atacou aldeias e saqueou artefatos de metais preciosos no percurso, chegando a estar a cento e cinquenta quilômetros das minas de Potosi, quando resolveu retornar. No regresso a tropa foi atacada pelos índios

²² Os Peabirus (na língua tupi, pe – caminho - abiru - gramado amassado), são antigos caminhos, utilizados pelos indígenas sul-americanos desde muito antes do descobrimento pelos europeus, ligando o litoral ao interior do continente. O principal destes caminhos, chamado de Caminho do Peabiru, constituía-se numa via que ligava os Andes ao Oceano Atlântico, mais precisamente Cusco, no Peru, à altura do litoral da Capitania de São Paulo (atual estado de São Paulo). Estendendo-se por cerca de três mil quilômetros, atravessava os territórios dos atuais Peru, Bolívia, Paraguai e Brasil. Um de seus troços era a chamada Trilha dos Tupiniquins, no litoral de São Vicente; outro partia de Cananéia; troços adicionais partiam do litoral dos atuais estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Payaguá onde foi morto Aleixo Garcia, os poucos sobreviventes retornaram com provas suficientes da riqueza dos povos da *Serra da Prata* o que aguçou ainda mais a vontade de conquista dos ibéricos. A expedição comprovou que o Rei Branco²³ de fato existia e chamava-se Huayana Capac.

Outro espanhol, Sebastião Caboto, chegou à Ilha de Santa Catarina²⁴ em outubro de 1526 em expedição rumo as Ilhas Molucas, via estreito de Magalhães. Depois de conhecer as histórias da expedição do português Aleixo Garcia à *Serra da Prata*, desistiu da missão original e foi explorar o Estuário do Prata. Aproximadamente em novembro de 1527, Caboto chegou ao Prata, navegou em torno de 300 quilômetros rio acima onde fundou o estabelecimento de Sancti Spiritus para servir de base de sua exploração. Seguiu pelo Rio Paraná navegando até encontrar o Rio Paraguai onde seguiu por este rio cerca de 200 quilômetros. Devido as grandes correntezas Caboto decidiu retornar perto da foz do Pilcomayo, o rio que conduziria à *Serra da Prata*. Altamirano (s/d)²⁵ completa os motivos que levaram Caboto a retornar: “... Gaboto continuó el reconocimiento del Paraguay hasta la altura de Asunción, y avistó la boca del Pilcomayo, pero la hostilidad de los payaguáes, la falta de víveres y la fatiga de sus hombres lo decidieron al regreso.” Voltou algum tempo depois para a Espanha.

Vimos, neste momento, que os desbravadores já estão tangenciando as terras do Rio Grande do Sul e o Sul do Brasil, sem, no entanto, explorá-las.

A cartografia da informação e da contra-informação

A Cartografia, também denominada na época a *Ciência dos Príncipes*²⁶, veio refletir o extraordinário desenvolvimento dos conhecimentos geográficos e antropológicos, exoticamente ilustrada com luxuosas e exuberantes iluminuras artísticas. Bastaram apenas alguns anos após a chegada de Cabral ao Brasil para

²³ Monarca cuja roupa era adornada com prata, por isso denominado o Rei Branco.

²⁴ Sebastião Caboto batizou a ilha com o nome de sua esposa Catarina Medrano

²⁵ Documento Eletrônico

²⁶ Sócrates lhe chamou ciência dos Príncipes, porque a eles, mais que aos outros homens, pertence o conhecimento dela.

que os europeus mapeassem, com impressionante detalhamento, toda a costa atlântica sul-americana. Segundo Sousa Neto (2000, p.10):

Aos cronistas cabia, na realidade, inventariar a natureza com fins à sua ulterior exploração. Era com base nessas informações que as decisões geopolíticas eram tomadas. Por sua vez, tais decisões imprimiam ao trabalho dos geógrafos-cartógrafos um importante papel na delimitação de fronteiras, no arranjo dos limites naturais, nos desenhos do território e, logo, nas concepções que se passaria a ter sobre eles.

Neste momento, grande parte do Mundo estava cartografado, sendo de conhecimento dos reinos e conseqüentemente dos navegadores. Os roteiros das viagens eram divulgados pelos tripulantes para os cartógrafos que faziam seus mapas de forma anônima, para não haver acusação de entrega de informações sigilosas, o que era considerado segredo de Estado. Segundo Sousa Neto (2000, p.10):

Tal era o trabalho dos cronistas, que muitas das informações contidas nas crônicas continuavam sem ser cartografadas e muitos dos mapas eram, como ainda hoje o são, de uso restrito do Estado. Por isso, os mapas são armas no processo de dominação territorial e, ao mesmo tempo, representam construções ideológicas altamente eficientes, porque, para muitos, os mapas parecem sempre representar com fidelidade o real. Na realidade, os mapas são formas de ler o mundo, mas não são o mundo.

Figura 2.3 - Planisfério anônimo português chamado de Cantino (1502)



Biblioteca Estense, de Modena, Itália.

O exemplo é o Planisfério anônimo português chamado de Cantino divulgado em 1502. Conhecido pelo nome de Mapa de Cantino, feito sob encomenda

de Alberto Cantino, embaixador em Lisboa, para o duque Hercule de Este, de Ferrara, a quem foi remetido em 1502. Foi elaborado por um cartógrafo anônimo.

É a mais antiga carta conhecida onde aparecem o Brasil e a linha das Tordesilhas. Era a primeira vez que se incluíam estas informações, porque os reis portugueses proibiam sua divulgação. O artista anônimo, que certamente pertenceria às oficinas reais, reproduziu todas as terras conhecidas por Portugal, chegando ao esmero de assinalar a ilha de Ascensão, de localização tão recente que seus descobridores ainda não haviam regressado. Para conseguir um mapa completo, Alberto Cantino, espião italiano, teve de subornar um cartógrafo de Lisboa, pagando-lhe doze ducados de ouro, recebendo um bom trabalho (Figuras 2.3 e 2.4). Mostra ainda a costa oriental da América do Norte, que só seria oficialmente descoberta dez anos mais tarde.

Figura 2.4 - Detalhe do Brasil no Planisfério anônimo português chamado de Cantino (1502)



Biblioteca Estense, de Modena, Itália.

É possível que o cartógrafo responsável pelo mapa de Cantino tenha obtido o grande número de informações exibidas em seus desenhos – dados que só constavam dos mapas feitos por espanhóis e ingleses – não só por vivência própria

nos locais esboçados mas também por conversas com pessoas que estivessem estado nos locais desconhecidos por ele e que precisavam ser representados.

Outro conjunto de mapas também é emblemático. O Atlas Miller, que apesar do nome é de origem portuguesa, produzido em 1519 por Lopo Homem, Pedro Reinel e o seu filho Jorge Reinel, com iluminuras de António de Holanda, é uma das maravilhas da cartografia portuguesa do século XVI (Figura 2.5). Uma das suas concepções geográficas descreve um globo em que as terras predominam sobre as águas, pois para além dos três continentes conhecidos dos Antigos há afinal um quarto, e o mar, cercado de terras, não é senão "uma grande lagoa".

Figura 2.5 – Planisfério de Lopo Homem, 1519, constante do Atlas Muller



Biblioteca Nacional da França, Paris.

O Atlas Miller é na realidade um instrumento de contra-informação geográfica, geopolítica e diplomática. É a expressão gráfica da visão geoestratégica portuguesa para enfrentar a visão espanhola. É uma falsificação geopolítica. O Atlas fazia crer que não era possível navegar e atravessar, de Ocidente para Oriente, pelo

outro lado do planeta. Por isso, os portugueses, ostensivamente divulgaram tal concepção. O segredo do Atlas Miller é tentar contrariar a idéia da circumnavegabilidade da Terra. Tentar impedir o projeto que, exatamente ao mesmo tempo, estava sendo preparado por Fernão de Magalhães.

O que é surpreendente é o fato de que, em ambos projetos, quer na elaboração do Atlas Miller em Lisboa, quer na preparação da viagem de Magalhães em Sevilha, participaram os mesmos cartógrafos, Pedro Reinel e o seu filho Jorge Reinel, por isso, a empreitada de Magalhães teve sucesso.

Figura 2.6 – Mapa da Terra Brasilis, incluído no Atlas Miller



Biblioteca Nacional da França, Paris.

Outro mapa deste Atlas é o "Mundus Novus Brasil". É a designação da América, cuja extremidade Sul liga-se à Ásia por um continente fantástico denominado *Mundus Novus*. As representações cartográficas do Brasil neste mapa demonstram uma costa do nordeste lançada muito para o leste (Cabo de Santo Agostinho) e próxima a costa da África. As terras do entorno do Estuário do Prata estão cartografadas como uma protuberância que penetra no Atlântico, a leste,

insinuando como terras de Portugal de acordo com o Tratado de Tordesilhas. As informações sobre a existência do Rei Branco e da Serra da Prata, levaram a Coroa portuguesa a alterar o mapa para incluir o estuário platino na área de soberania portuguesa.

Cortesão (1957, p.159) nos diz que, desde o começo do século XVI, a inviabilidade da demarcação dos limites traçados em Tordesilhas levou os portugueses a falsear a representação do Brasil nos mapas, *“quer diminuindo consideravelmente a distância entre o nordeste brasileiro e o arquipélago de Cabo Verde, quer distendendo a chamada costa leste-oeste no sentido do Oriente”*.

Como era impossível o cálculo da longitude neste tempo poderia colocar-se a Ponta do Seixa, ponto extremo leste do Brasil, onde bem entendessem. Como até hoje, o *papel* aceita tudo. Segundo Guedes, Max Justo in Faerman (1998)²⁷:

Por isso, quando traçavam o meridiano pelo equador, o rio da Prata caía na jurisdição portuguesa. Até o século XVIII, então, nós teremos mapas em que o rio da Prata (por astúcia dos portugueses) fica no mesmo meridiano que passa pelas imediações do rio Pará, na tentativa de manter as aparências do velho Tratado de Tordesilhas.

O Atlas Miller (Figura 2.6) feito a mão sobre pergaminho possui detalhada nomenclatura (146 nomes) indicando pontos da costa brasileira, do Maranhão à embocadura do rio da Prata. No interior, é decorado com animais, plantas e indígenas em atividades extrativas diversas e as inscrições, como de hábito na época, estão em latim.

As bandeiras colocadas sobre a Carta, uma ao Norte, na atual Guiana, e outra ao Sul, na atual Argentina, procuram afirmar a soberania lusitana nos pontos extremos da América do Sul. Portanto, antes de 1520, o Tratado de Tordesilhas, que limitava as terras da coroa portuguesa com as possessões espanholas, já estava sendo desconsiderado por Portugal.

Vemos que este mapa é desenhado ao sabor de interesses geopolíticos e constitui-se como um item essencial na busca do poder. Assim, o que está colocado é a cartografia do desejo imperialista, pois a primeira atitude na definição das fronteiras entre dois estados é a projeção, em mapas, do território que se reivindica. Verificamos, portanto, que a cartografia neste período também já estava a serviço da desinformação ou buscando os interesses geopolíticos de cada nação.

²⁷ Documento Eletrônico

Portanto, desde cedo, as informações privilegiadas eram propriedade dos reinos dominantes, não sendo diferente com as informações geocartográficas, pois se constituíam em instrumento de controle dos recursos naturais conhecidos. Os governantes precisavam representar os espaços que dominavam ou queriam dominar, os comerciantes as suas rotas de comércio. Assim a cartografia se tornou essencial e um instrumento para a prática do poder. Destarte a geografia/cartografia demonstra um saber estratégico que tem servido aos governantes no exercício do poder.

As incursões estrangeiras

Em razão das incursões de espanhóis e franceses ao longo do litoral brasileiro em busca de Pau-Brasil, a terceira expedição guarda-costas comandada por Cristóvão Jaques chegou a Pernambuco em maio de 1527. Estas forças navais tinham ordens de reprimir as ações de corso e controlar a navegação clandestina. A nível de Estado, para combater o corso, houve a criação de uma rede de espionagem, o aliciamento dos promotores do corso e a compra das célebres “cartas de marca” ou “cartas de corso”, documento que oficializava as ações dos corsários.

Neste mesmo ano, em julho do 1527, ocorreu o primeiro combate naval em águas brasileiras. O confronto estabeleceu-se, devido à esquadra de Cristóvão Jaques encontrar naus francesas contrabandeando Pau-Brasil, segundo relatos da época, o combate durou todo o dia, e a esquadra portuguesa colocou a pique as embarcações francesas.

As três viagens de Cristóvão Jaques ao Brasil tiveram os seguintes resultados:

- 1^a. reorganizou o comércio de Pau-Brasil, transferindo a feitoria do Rio de Janeiro para Pernambuco, importante no ponto de vista comercial;
- 2^a. explorou o Estuário do Prata e tentou influenciar o Rei para sua colonização, foi valiosa pela ressonância histórico-geográfica;
- 3^a. reprimiu as atividades do comércio clandestino no litoral brasileiro, importante na manutenção da segurança da costa brasileira.

A Coroa espanhola, sabendo das riquezas da América, desistiu das ilhas Molucas. Assim Carlos V da Espanha e D. João III de Portugal assinaram em 22 de abril de 1529 o Tratado de Saragoça.

Pelo Tratado de Saragoça definia-se a continuação do meridiano a 297,5 léguas do leste das ilhas Molucas, cedidas a Portugal mediante 350.000 ducados de ouro. Medições posteriores comprovaram que, pelo meridiano de Tordesilhas, as ilhas se encontravam em território pertencente a Portugal.

O Tratado de Saragoça resolveu o conflito entre as duas Coroas no Oriente, mas começou a disputa diplomática em torno da região do rio da Prata.

A contestação ao *Mare Clausum*

Com o retorno financeiro da exploração americana (o ouro espanhol e o pau-brasil português), outras potências marítimas europeias (França, Inglaterra, Holanda) passaram a questionar a exclusividade da partilha do mundo entre as nações ibéricas. Os reinos peninsulares – Espanha e Portugal – sustentavam o princípio do monopólio comercial nos territórios de suas respectivas possessões ultramarinas e nos mares respectivos em razão de eles serem os legítimos donos dessas terras. Os países excluídos do tratado de Tordesilhas reclamavam a aplicação do livre comércio.

Esse questionamento foi muito apropriadamente expresso por Francisco I²⁸ da França, que ironicamente pediu para ver a cláusula no testamento de Adão que legitimava essa divisão de terras. Cedo apareceram no Brasil aventureiros e especuladores, franceses principalmente, que promoviam o comércio clandestino. Floresceram o corso, a pirataria e o contrabando do Pau-Brasil²⁹. Estes vetores adaptaram-se facilmente aos índios brasileiros e foram seus aliados contra os portugueses. Era a luta entre o monopólio comercial e a liberdade dos mares.

²⁸ Francisco I, da França, disse: “Est-ce déclarer la guerre et contravenir à mon amitié avec Sa Magesté que d’envoyer labàs mes navires? Le soleil luit pour moi comme pour les autres: je voudrais bien voir la clause du testament d’Adam qui m’exclut de partage du monde!”

²⁹ Os homens engajados no trafico de Pau-Brasil eram chamados de brasileiros.

Figura 2.7 - Parte sul-americana do planisfério de Pierre Descelliers - 1546.



Museu Britânico – Londres

Apesar da política do *Mare Clausum*, os países não ibéricos não se descuidavam de ter o conhecimento e o uso da cartografia *no estado da arte*. O planisfério do francês Pierre Descelliers – Figura 2.7 -, é um exemplo disso, também conhecido como de Henrique II - rei da França -, que o teria mandado fazer em 1546. Nessa época, na França, por determinação real, foram copiados numerosos mapas, tendo por base os mapas portugueses, para uso eminentemente político, pois, embora a França não tivesse participado das grandes navegações, seus reis queriam interferir na política do Atlântico. E para isso precisavam manter-se a par dos descobrimentos de Portugal e Espanha.

As Coroas ibéricas utilizavam o *Maré Clausum* como ações dentro do seu projeto geopolítico de controles do mar. Walter Raleigh escreveu em 1612 que “Aquele que controla o mar, controla o comércio; e aquele que controla o comércio controla tudo”. Este pensamento foi compreendido pelos estrategistas navais do século XIX e XX, e pode ser transportado para as operações portuguesas nos mares.

A atuação das naus portuguesas no início do século XVI no Atlântico e no Índico foi na prática, exercícios de controle do mar e a busca de seu domínio, pois, no entender de Portugal o mar como extensão do território é propriedade de quem o descobriu.

Na Teoria do Poder Marítimo do norte-americano Alfred Thayer Mahan, este assegurou que o Poder Marítimo de um país decorre essencialmente da posição geográfica, da configuração física do litoral, extensão territorial, do caráter do seu povo e do seu governo (dedicação de ambos para as coisas do mar). Portugal tinha os todos os fatores.

Os conhecimentos militar-navais, no início do século XVI, ainda não convidavam a uma reflexão geopolítica que permitisse a estruturação de uma doutrina estratégica naval, e foi, na prática do exercício do controle do mar e na busca do seu domínio, que os portugueses foram aprendendo e aplicando algumas noções fundamentais para a manutenção do *status quo*.

Antes que o Mercantilismo e o Absolutismo se fortalecessem na Europa, eclodiu a Reforma Protestante, esvaziando a autoridade do Papa enquanto mediador das questões de relações internacionais. Tordesilhas foi sobretudo um regulador da expansão ibérica e o seu significado esvaziou-se progressivamente, conforme outros Reinos europeus o iam colocando em causa.

Enquanto a cristandade permaneceu una, o monopólio ibérico e a condição do *mar fechado* foi um fato grosso modo admitido. Entretanto, a Inglaterra, a Holanda e a França, mais tarde, se oporiam à doutrina do *mare clausum*, propondo a do *mare liberum*, como máxima de eficácia política. Agora estas potências começavam a sua trajetória no quadro geral do antigo sistema colonial da era mercantilista.

Depois de Tordesilhas, a Terra conheceu a sua mais rápida transformação. No espaço de quarenta anos, desapareceram séculos de estabilidade nos conhecimentos geográficos, os ensinamentos teóricos da nova geografia espalharam-se pelo Universo e os povos de todo o mundo tinham entrado em contato entre si.

O *Magnus Brasil*

Os mapas portugueses do início do século XVI colocam dentro dos territórios lusitanos, demarcados pela linha de Tordesilhas, tanto à foz do Amazonas quanto à do Prata, denotando claramente o interesse estratégico de Portugal sobre estas duas regiões. Assim, a união das duas grandes bacias mostrava o desejo dos portugueses que o meridiano de Tordesilhas fosse também uma fronteira natural, além do meridiano de Tordesilhas, que mesmo confirmado que a linha ficasse mais à leste, não se poderia contestar com o fato inquestionável *das barreiras naturais*. Foi uma justificativa da qual se serviu Portugal para aumentar seus domínios na América. Em nosso entender Portugal se antecipa na tentativa de demarcação de limites na América do Sul.

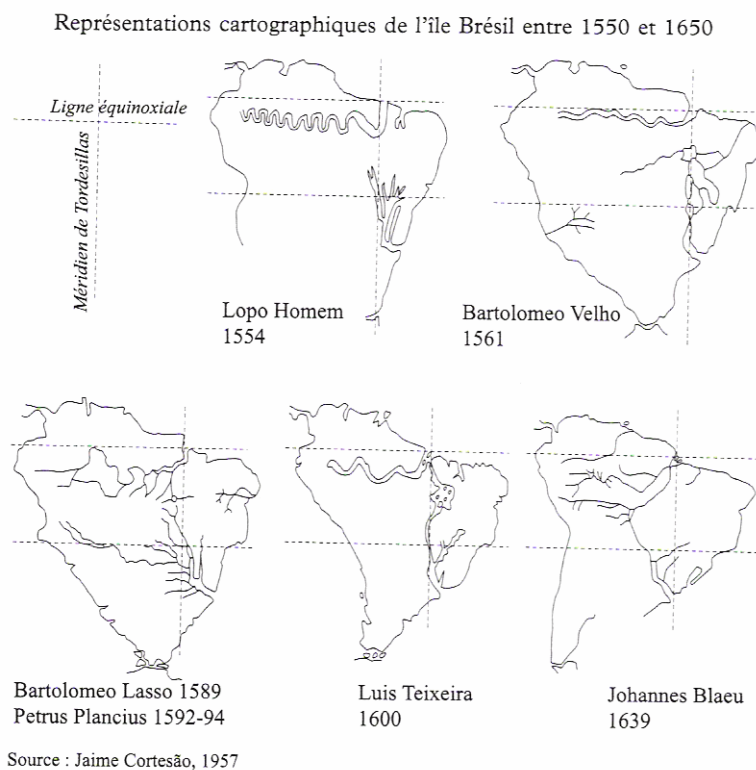
Desta forma o Tratado de Tordesilhas demarcaria o território entre as fozes dos Rios Marañón (Amazonas) ao norte e Estuário do Prata ao sul. Esta doutrina era chamada de *Magnus Brasil* na corte portuguesa e obedecia a um projeto geopolítico de Portugal de estabelecer os limites do território brasileiro através de limites naturais. O historiador português Jaime Cortesão, a chamou de *Ilha Brasil*. Esta denominação se dá em função de os portugueses passarem a divulgar que o Brasil era uma espécie de território insular com uma unidade territorial (ou uma grande ilha), situado dentro das águas dos rios Amazonas e do Prata. Alardeava-se que ambos os rios procediam de uma mesma nascente: um lago localizado no interior do continente, cartografado como lago de Xarayes. Esta doutrina surgiu por escrito em livros do português João Afonso datados entre 1528 e 1532 e divulgados a partir de 1544. A obra chamada *Voyages Aventureux* descrevia que os rios foram circunavegados por um navio português partindo do Maranhão e outro espanhol partindo do Prata. Não se tem notícias destas viagens, mas conhecendo a estratégia portuguesa de sigilo não se pode descartar esta possibilidade.

Droulers (2001, p.25) colabora com nosso pensamento e refere-se assim a ação geopolítica portuguesa:

C'est ainsi que les Portugais s'emploient, dès le XVI siècle, à pousser toujours plus vers l'ouest la ligne arbitraire de division entre les deux puissances catholiques, au nom du concept de l' "Île Brésil". Celui-ci a pour corollaire l'effacement progressif de la ligne de Tordesillas et devient le point de doctrine de l'expansion portugaise en terre américaine. Puisque les

territórios são desconhecidos, não se trata ainda de uma hipótese, mas que contém uma incontestável força geopolítica.³⁰

Figura 2.8 - Representações cartográficas da “Ilha Brasil” ou do “Magnus Brasil” entre 1550 e 1650 segundo Jaime Cortesão



Fonte: Droulers, Martine. *Brésil, une géohistoire*. Presses Universitaires de France, Paris, 2001, p.27.

Droulers (2001, p.27/28) referindo-se a Jaime Cortesão sintetiza toda a ação geopolítica e o pensamento de ocupação para as terras brasileiras pelos portugueses dentro da óptica do Magnus Brasil:

Selon l'historien Jaime Cortesão, cette représentation du Brésil comme une île serait l'expression de l'intuition d'une unité géographique, économique et humaine qui servira ensuite de base à la formation de l'État brésilien. Cette hypothèse justifie l'expansion et démontre l'impossibilité de diviser par un méridien artificiel une aussi vaste unité naturelle; on est bien en présence d'une cartographie construite au service d'un projet géopolitique. L'hypothèse de l'île Brésil a donc été forgée à la fois à partir des informations livrées par les indigènes ainsi que des premières explorations du bassin Paraná-Paraguay. L'existence de terres marécageuses (ou pantanais) entre les 21° et 16° de latitude sud corrobore d'ailleurs cette thèse qui correspond à une élaboration collective, laquelle,

³⁰ Tradução de Droulers (2001) “Assim, os portugueses a partir do século XVI, sempre empurraram para o oeste a arbitrária linha divisória dos dois poderes católicos, em nome do conceito de “Ilha Brasil”. Este corolário aboliu a linha de Tordesilhas e se torna um ponto da doutrina da expansão portuguesa em solo americano. Uma vez que os territórios são desconhecidos, é ainda apenas uma hipótese, mas contém uma inegável força geopolítica.”

mélangeant la réalité et l'imaginaire, serait la première manifestation de l'identité luso-brésilienne en gestation.³¹

Segundo Kantor (2007) as crônicas³² da época também se referiam ao Magno Brasil:

O conceito geográfico de ilha-brasil difunde-se não apenas na cartografia, mas também nas crônicas quinhentistas e seiscentistas, nas quais se identifica que as nascentes do Prata, Amazonas e São Francisco tinham origem num mesmo lago interior.

Da mesma forma Droulers (2001, p.28) diz que centenas de cartas foram criadas com o objetivo de legitimar expansionismo português, algumas delas mostradas na Figura 2.8:

Des centaines de cartes comportant ce type de représentation insulaire ont été répertoriées. Elles soulignent l'influence de la cartographie et la force de la représentation que les Portugais mettent au service de leurs intérêts politiques et commerciaux pour légitimer leur expansionnisme. Une forme idéale, en somme, pour faire apparaître l'unité géographique et humaine du Brésil, même si ses contours restent encore largement flous³³.

A figura 2.8 dá ampla mostra da evolução cartográfica deste projeto geopolítico. No mapa de João Teixeira Albernás (Figura 2.9) verifica-se como era cartografada a doutrina do Magnus Brasil, marcando as terras de cada coroa. Assim, a união das duas grandes bacias mostrava o desejo dos portugueses que os limites fossem uma fronteira natural. Cerri (2000) nos indica os passos desta doutrina geopolítica:

Compreensível, entretanto, porque o primeiro passo da definição das fronteiras de um Estado nacional é exatamente esse: o da projeção do território que se reivindica. O segundo passo é a obtenção do direito de ocupá-lo, o que pode ocorrer de maneira pacífica, após um processo de

³¹ Tradução de Droulers (2001) “De acordo com o historiador Jaime Cortesão, a representação do Brasil como uma ilha seria uma expressão da intuição de uma unidade geográfica, econômica e humana que servira de base para a formação do Estado brasileiro. Esta hipótese justifica a expansão e demonstra a impossibilidade de dividir por um meridiano artificial tão vasta unidade natural: está presente uma cartografia construída a serviço de um projeto geopolítico. A hipótese da Ilha Brasil é forjada a partir das informações prestadas pelos indígenas e as primeiras explorações da bacia do Paraguai-Paraná. A existência de terras úmidas (ou pantanais) entre 21° e 16° de latitude sul corrobora efetivamente com esta tese que corresponde a uma elaboração coletiva, que mistura realidade e o imaginário, seria a gestação da primeira manifestação da identidade luso-brasileira.”

³² Segundo Kantor (2007) essas eram algumas crônicas que se referiam a Ilha-Brasil: Pero Magalhães de Gandavo, na História da Província de Santa Cruz (c.1570), especialmente no capítulo XIV; Gabriel Soares de Souza, 1584; Ambrosio Fernandes Brandão Diálogos das Grandezas do Brasil, Simão Estácio da Silveira, Simão de Vasconcellos (1661) ou Sebastião da Rocha Pita (1730).

³³ Tradução de Droulers (2001) “Centenas de cartas com este tipo de representação insular foram identificadas. Elas sofreram a influência da cartografia e da força da representação que os portugueses utilizaram a serviço de seus interesses políticos e comerciais para legitimar seu expansionismo. Uma forma ideal, em suma, para mostrar a unidade geográfica e humana do Brasil, apesar de seus contornos estarem ainda em grande parte pouco claro.”

colonização, por exemplo, e um acordo entre as partes adversárias, ou através do conflito militar em que a vontade de integrar um pedaço de terra ao território nacional é imposto ao adversário pela força das armas. E o último momento, então, é o processo de demarcação das díades, em que os Estados em questão estabelecem os pontos geográficos por onde passam as linhas que os separam.

Chama-se a atenção de que, da mesma forma da interpretação ardilosa do tratado de Alcaçovas-Toledo pela Espanha, utilizou-se Portugal, no caso do Brasil, da Doutrina do Magnus Brasil, ou seja, que o Brasil fosse uma ilha, Ilha Brasil de Cortesão. Portugal advogava estabelecer os limites brasileiros em limites naturais e que uma ilha é indivisível devido a ter limites naturais em mananciais hídricos.

Figura 2.9 – Magnus Brasil nas Cartas de João Teixeira Albernás – 1640



Biblioteca de Port de Toulon

O conhecimento, ou também a invenção, do Magnus Brasil ou Ilha Brasil de Cortesão foi uma cartada geopolítica de extrema inteligência da corte portuguesa. Este conceito que começou a ser divulgado em 1528 fez com que Portugal aumentasse de forma considerável o território do Brasil em relação ao Tratado de Tordesilhas em razão do que considerava a indivisibilidade do território demarcado por limites naturais e depois acrescido de outras terras argumentando o uso pela

posse – *uti possidetis* – no Tratado de Madrid, de 1750. Advogamos que o *uti possidetis* foi à operacionalização da doutrina do Magnus Brasil.

Ao contrário do que alguns autores escrevem, a tese geopolítica do Magnus Brasil foi aceita tacitamente pela Espanha, pois em nenhum momento histórico a expansão territorial brasileira para oeste foi contestada. A única região onde houve conflitos pela posse da terra foi a do Prata, palco de muitos conflitos bélicos.

Em razão da floresta impenetrável no norte e do pantanal no Centro-Oeste brasileiro não serem reconhecidos como portadores de recursos econômicos, na época, estes territórios não foram disputados. Comprova-se, portanto, que as disputas territoriais são baseadas principalmente por interesses econômicos. Desta forma em 1750, no estabelecimento do Tratado de Madrid o Brasil já tinha garantido quase toda a sua atual extensão territorial.

Fossemos cartografar a concepção atual da Doutrina Magnus Brasil, seria representado de acordo com a Figura 2.10.

Figura 2.10 – Figura da concepção atual do Magnus Brasil

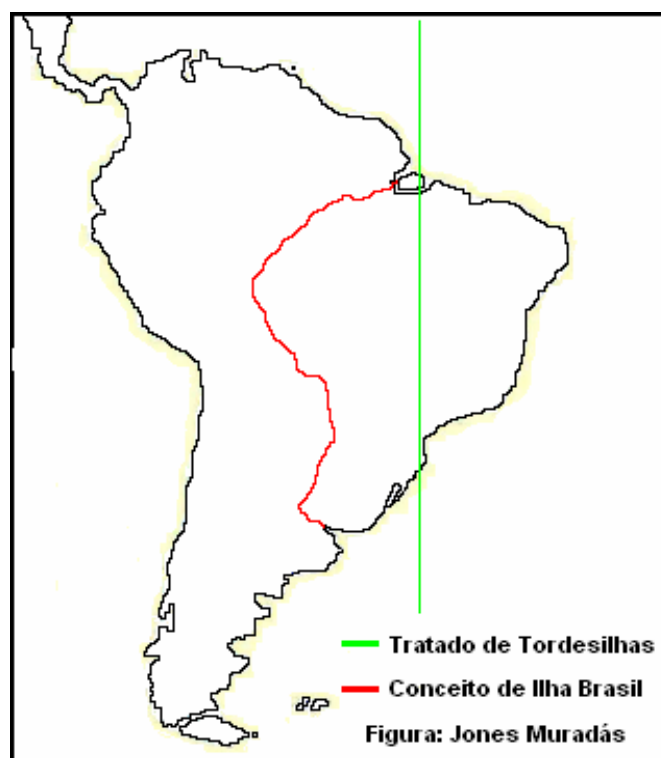


Figura: Jones Muradás

Couto e Silva (2003, p.149) refere-se assim a questão do *Magnus Brasil*:

... o mito político da Ilha-Brasil - o de um estado perfeitamente delimitado a leste pelo oceano Atlântico, desde o delta amazônico ao estuário platino, e, a oeste, por dois grandes rios nascidos, em oposição, de um mesmo lago imenso do interior - ganharia foros de idéia-força poderosa, expansionista e agressiva, a inspirar muitos dos desmesurados feitos do bandeirismo aventureiro e audaz, e a sempre presente ação política, realista, objetiva, incansável e por vezes maquiavélica, da metrópole portuguesa.

Magnoli (1997, p.47) se refere a esta doutrina geopolítica da seguinte forma:

... a força da noção da Ilha-Brasil derivaria, precisamente, da subversão do horizonte histórico e diplomático e da sua substituição por um ordenamento ancestral. No lugar dos tratados entre as coroas - e, em particular, do acerto de Tordesilhas -, ela invocava uma verdade prévia, anterior à história. Por essa via, introduzia-se a lógica da descoberta: a descoberta de uma terra pré-existente, de um lugar de contornos definidos, de uma entidade indivisível. O Brasil erguia-se como realidade geográfica anterior à colonização, como herança recebida pelos portugueses. Ao invés de conquista e exploração colonial, dádiva e destino. Nas palavras do padre Simão de Vasconcelos, cronista da Companhia de Jesus, o Amazonas e o Prata eram 'duas chaves de prata que fecham a terra do Brasil' ou 'dois gigantes que a defendem e a demarcam entre nós e Castela' (apud Cortesão, 1956, p.137).

Assim a expansão territorial brasileira começou a desenhar-se na tese geopolítica do *Magnus Brasil* ou da *grande ilha* divulgada a partir da década de 1520 na obra de João Afonso. Além disso, a Coroa portuguesa usou todo o conhecimento da Geografia Política e da Geopolítica para o afastamento da Espanha no processo de colonização do Brasil. Concomitantemente ouve a construção da ocupação. Droulers (2001, p.276) refere-se a este pensamento dizendo que:

La vision territoriale unifiée est donc précoce et se manifeste par un souci permanent de maîtrise de l'espace ... , traduit par les oeuvres des ingénieurs, des architectes, des cartographes dont le résultat est le découpage d'un grand pays dans le Nouveau Monde.³⁴

Fora da Península Ibérica, os principais centros da atividade cartográfica, neste momento, eram a Itália e os Países Baixos, principalmente Antuérpia. O autor do Mapa da América do Sul, Arnoldus Florentinus (Figura 2.11) era de uma família de cartógrafos da Antuérpia. Feito em fins do século XVI, apesar da deformação no contorno, nele já aparecem bem definidos toda a costa brasileira e o estreito de Magalhães.

³⁴ Tradução de Droulers (2001) "A visão territorial unificada precocemente se manifesta por um desejo permanente de controlar o espaço ... , traduzido por obras de engenheiros, arquitetos, cartógrafos, o resultado é a criação de um grande país do Novo Mundo."

Neste mapa, verificamos que alguns países já aceitavam a teoria portuguesa da fixação de limites do território brasileiro através de “marcos” naturais; notamos, portanto, que a política de expansão territorial portuguesa no Brasil, começou com a cartografia e que era utilizada como instrumento ideológico. Desta maneira, ela serviu para consolidar possessões e conquistar terras, legitimando o poder sobre elas. Nesse mapa está cartografado a idéia de Magnus Brasil, prova que a doutrina era aceita pela comunidade internacional. Portanto, o projeto geopolítico português do Magnus Brasil era aceito *além mar*.

Figura 2.11 – Mapa da América Meridional de Arnoldus Florentinus



Imagem: *Mapas Históricos Brasileiros*, da enciclopédia *Grandes Personagens da Nossa História*, ed. Abril Cultural, São Paulo/SP, 1969. Reprodução do livro *Geschichte der Kartographie*, Safari-Verlag, Berlim

A colonização do Brasil

A colonização do Brasil pelos portugueses foi nula em princípio, mas no ano de 1530, alarmado, o Rei João III ante os intentos de penetração das Coroas de Espanha e da França, enviou uma importante expedição ao comando de Martín

Afonso da Sousa. A intromissão de corsários e piratas no Atlântico Sul, deu oportunidade a um dos projetos mais importantes e ambiciosos de D. João III – a exploração e colonização do Brasil. É neste quadro que a expedição chega ao Brasil, no final de janeiro de 1531. Tinha como objetivo principal lançar os fundamentos da ocupação efetiva da terra, estabelecendo núcleos de povoamento; colonizar portanto, povoando a terra, defendendo-a, organizando sua administração e sistematizando sua exploração econômica.

A expedição tinha, ainda, os seguintes objetivos, não menos importantes:

- expulsar os corsários franceses da costa brasileira;
- explorar o Rio Maranhão (Amazonas);
- fundar um forte em São Vicente (SP);
- explorar o Estuário do Prata; e
- descobrir a Serra da Prata e tentar conquistar o território do Rei Branco.

Desta forma, D. João III e seus assessores traçaram as linhas mestras da geopolítica para o Sul do Brasil que permanecem válidas por mais de duzentos anos.

No auge de sua capacidade a Marinha portuguesa prestava um grande serviço na exploração de novas terras, no recolhimento de vários elementos - antropológicos, cartográficos, botânicos, geográficos, hidrográficos e na fundação de povoados, na imposição da força, ao expulsar pelo poder de fogo da sua artilharia a presença francesa das águas brasileiras.

Neste mesmo ano, realizou-se a segunda expedição (entrada) ao interior do Brasil. Segundo estudos de Jaime Cortesão (in Bueno, 1999) este concluiu que a expedição cruzou a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira seguindo pelo Vale do Rio Paraíba até chegar nos Campos de Piratininga ou seja na área onde hoje é chamada a cidade de São Paulo.

Em setembro de 1531, com autorização de Martim Afonso de Souza e liderados por Francisco Chaves e Pero Lobo, partiram 80 homens armados rumo a *Serra da Prata* na mesma rota que utilizou em 1524 o português Aleixo Garcia ou seja a Rota do Peabiru. O seu destino foi trágico como o de Garcia. Esta foi a primeira *bandeira*³⁵ paulista de que se tem documentação.

³⁵ As entradas tinham o objetivo de explorar ou conhecer o território. As bandeiras tinham o objetivo de penetrar em território indígena e escravizar seus ocupantes.

Em continuação a suas atividades Martim Afonso de Souza chegou ao Estuário do Prata em outubro de 1531, com o objetivo de explorar e, se possível, tomar posse. Esta ação obedecia a um projeto geopolítico de Portugal de estabelecer o território através de limites naturais.

Martim Afonso estava com os navios mal conservados o que o levou a desistir de explorar o Estuário da Prata. Mas enviou Pero Lopes de Souza a explorar o Rio Paraná acima. Mesmo sabendo estar em território espanhol, Souza fincou dois *padrões*, marcos que demarcavam os descobrimentos lusitanos, com inscrições em português e tomou posse da terra em nome do rei D. João III.

Enquanto Pero Lopes de Souza explorava o Rio Paraná, Martim Afonso de Souza explorou, segundo Bueno (1999, p.54), as terras do litoral da atual Montevideu até o atual Rio Tramandaí no Rio Grande do Sul. Este rio foi batizado de Martim Afonso e a Laguna dos Patos foi chamado de Rio de São Pedro. Este explorador verificou a impossibilidade de aportar neste litoral, tanto que ficou inabitado até o início do século XVIII. Portanto Martim Afonso de Souza foi o primeiro europeu, que se tem conhecimento, a explorar o solo gaúcho.

Segundo Ferreira Filho (1978, p.21), contestando Bueno (1999) em relação ao momento da denominação, Pero Lopes de Souza no retorno desta expedição teria penetrado no sangradouro da Laguna dos Patos, que então teria sido denominado Rio de São Pedro, em homenagem ao seu padroeiro. Conclui-se que este fato se deu devido a informações de Martim Afonso quando de sua exploração pelo litoral desta região. De qualquer forma, um ou outro registro, determina a exploração do Rio Grande do Sul, neste período.

Os marcos colocados por Pero Lopes de Souza dariam origem, posteriormente, a uma polêmica secular entre Portugal e Espanha, travada em torno da posse do Rio da Prata. Os portugueses, defensores do Tratado de Tordesilhas, passaram a advogar a tese da posse pela descoberta, baseados pelo fato do Rio da Prata ter sido descoberto em 1514 por Estevão Fróis e João de Lisboa. Tal decisão equivaleria negar o Tratado de Tordesilhas, mas foi a posição política que Portugal adotou naquele momento, principalmente porque já existia a Doutrina do Magnus Brasil.

Martim Afonso de Souza regressou para Cananéia e depois fundou São Vicente (1532) e Piratininga que foram as primeiras povoações portuguesas no Brasil.

São Vicente tinha localização estratégica, facilmente defendida, era um excelente porto marítimo-fluvial que permitia rápido acesso ao interior do continente. Piratininga, protegida pela barreira da Serra do Mar, ficava nas proximidades do Rio Tietê, um dos principais formadores da Bacia do Prata. Brás Cubas fundou o porto de Santos em 1539, elevado à categoria de vila, recebendo Câmara Municipal em 1545.

Figura 2.12 – Mapa de São Vicente de João Teixeira Albernás – 1631



Imagem: Mapas Históricos Brasileiros, da enciclopédia Grandes Personalidades da Nossa História, ed. Abril Cultural, São Paulo/SP, 1969.

O Mapa desenhado, em 1631, por João Teixeira Albernás (Figura 2.12), representa a Capitania de São Vicente. O mapa mostra em primeiro plano Santos e São Vicente, vendo-se bem ao fundo, sobre as montanhas, a vila de São Paulo. A região mostra-se bastante recortada e montanhosa. A costa é apresentada em detalhes, e nela estão indicados os melhores pontos para a entrada e atracação de navios.

Estas povoações ficavam dentro da demarcação de Portugal do tratado de Tordesilhas, quase no limite com a zona que pertencia a Espanha, e nas cercanias de rios que eram afluentes do Paraná, um dos formadores do Prata. Ao fundá-las, Martim Afonso estava lançando a base a partir da qual os portugueses poderiam tentar a conquista da "Costa do Ouro e da Prata" por terra.

Arteaga (1999, p.27) mostra que havia preocupação por parte dos espanhóis com estas vilas constituídas no sul do Brasil:

En el área que interesa al Rio de la Plata, que es el sur de Brasil, hay que señalar dos fundaciones: San Vicente, la primera colonia portuguesa en 1532 y el colegio y reducción jesuítica de San Pablo de Piratininga en 1553. Ambos centros fueron núcleos de una sociedad mestiza, ambos se ubicaron prácticamente en la línea de Tordesillas. Desde ya, podemos visualizar un problema inmediato: la frontera demográfica del sur del Brasil coincidía con la frontera jurídica e irremediavelmente desbordaría el límite político en su crecimiento y expansión.

Não foi por acaso que São Vicente se tornou o primeiro estabelecimento fixo dos portugueses no Brasil, nem é uma causalidade o fato de São Paulo ter-se tornado o local a partir do qual os bandeirantes deram início à pseudo expansão territorial, e que mais tarde levaria a romper a barreira de Tordesilhas e a incorporar vastas porções de terra que, por direito, pertenciam à Espanha. São Vicente foi destruída em 1534 por espanhóis e portugueses descontentes com questões locais e Piratininga se desfez por ausência de moradores

Estratégias Geopolíticas

Portugal, na conquista do território, inaugura uma estratégia geopolítica baseada no domínio dos pontos-chave da geografia política e econômica da vasta região a dominar. Esta estratégia supõe profundos conhecimentos da geografia física, econômica e humana das vastas áreas do litoral Atlântico. Ela foi lançada e executada na Índia e continuou a ser adotada no Brasil, conforme as Teorias de Walter Raleigh e Alfred Thayer Mahan, que já referimos.

Esta estratégia foi a da ocupação dos pontos-chave geográficos e teve uma tripla componente. Em primeiro lugar, a ocupação dos estreitos e ilhas situadas nas principais rotas comerciais.

Em segundo lugar, a pesquisa e o aproveitamento das melhores enseadas e baías para aí construir fortalezas e ancoradouros adequados à troca com o *hinterland* ou a servirem de apoios e aguadas. Por fim o domínio adequado das bacias fluviais mais importantes, porque constituem vias de penetração e ocupação do sertão e ainda serem vias de permuta com os povos indígenas que se abeiram dos rios e suas fozes.

Couto (1995, p.335) completa a idéia sobre estas ações: "*dos condicionalismos de ordem geográfica, fatores de natureza socioeconômica e geopolítica encontram-se na origem da colonização pontual, ou seja, a ocupação apenas das partes estratégicas da orla costeira*".

Na essência, os portugueses lançam as bases da estratégia geopolítica suportada no aproveitamento tático das posições geográficas peculiares (estreitos, ilhas, ancoradouros, fozes de rios) para dominar *manu militari* dilatadas regiões continentais e controlar as rotas marítimas principais que cruzavam os mares que banham tais regiões; além dos condicionalismos de ordem geográfica, fatores de natureza socioeconômica e geopolítica, portanto, encontram-se na origem da colonização pontual, ou seja, a ocupação apenas das partes estratégicas da orla costeira.

A Espanha conquista o Peru

Com a conquista de Francisco Pizarro do Império Inca de Atahualpa em novembro de 1532, eram paralisadas todas as atividades exploratórias e colonizadoras dos ibéricos na *Costa do Ouro e da Prata*, que ia de Cananéia até o estuário do Prata.

Francisco Pizarro desembarcou em Tumbes, na costa oeste do Peru, e marchou em direção a Cuzco, a capital imperial dos Incas. Com apenas 153 homens com 27 cavalos, conquistou o reino localizado nas montanhas andinas, na costa oeste da América do Sul. Nesta oportunidade, uma enorme quantidade de metais preciosos fora obtida como resgate pela vida do Inca Atahualpa: em troca da liberdade do imperador, os incas tinham enchido de ouro o aposento no qual Atahualpa fora preso por Pizarro. Essa peça tinha sete metros de comprimento por cinco de largura e de dois de altura. Quando a sala ficou repleta, Pizarro exigiu que outro aposento, com o dobro das dimensões, fosse enchido de prata. Ainda assim, não hesitou em mandar executar Atahualpa.

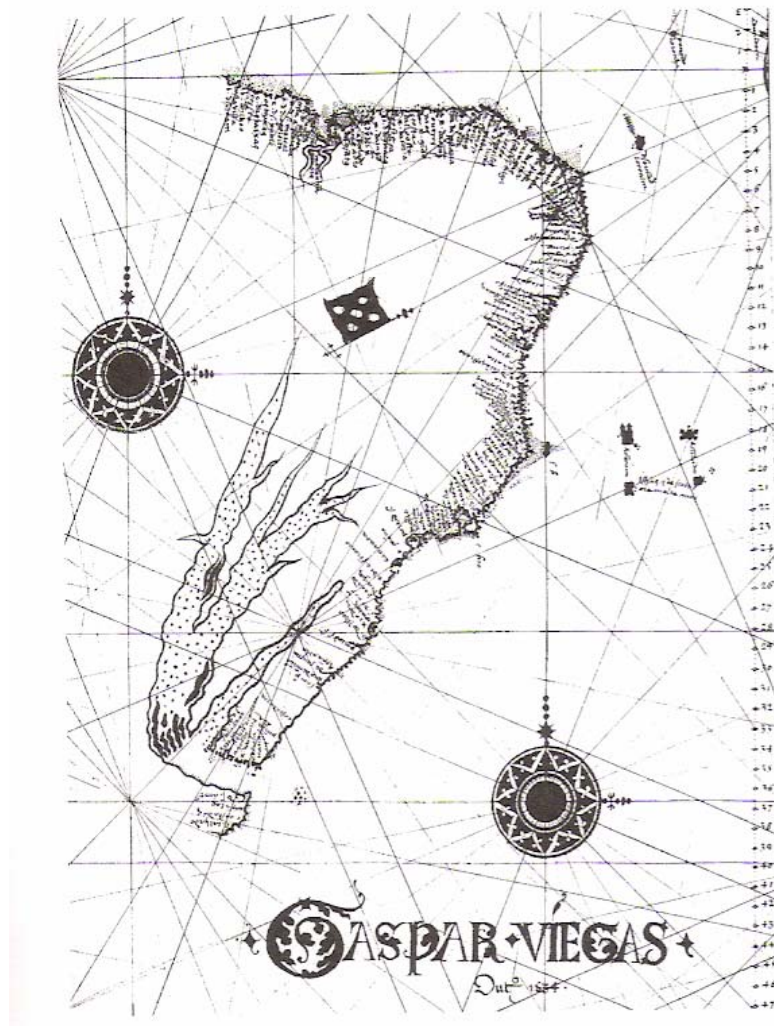
Os portugueses perceberam que o reino que Pizarro conquistara era o do lendário território do *Rei Branco*. Daquele momento em diante, a Coroa portuguesa iria desinteressar-se pela *Costa do Ouro e da Prata*. Todo o dinheiro gasto e as vidas perdidas desde 1514 na exploração daquela região tinham sido em vão: o território do

Rei Branco estava em mãos dos rivais espanhóis. Como consequência, a intenção de ocupação do Prata foi abandonado pelos portugueses e com ele a possível exploração e posse do sul do Brasil.

As Capitanias hereditárias

Em 1532, Dom João III dividiu o Brasil em Capitanias Hereditárias. O objetivo da distribuição das Capitanias era promover a ocupação territorial do Brasil através do povoamento, acelerando, assim, a efetiva colonização do Brasil.

Figura 2.13 - O Brasil na Carta Atlântica de Gaspar Viegas (1534) - detalhe



Biblioteca Nacional de Paris

Na verdade, a capitania hereditária foi uma tentativa de passar para particulares o encargo da colonização e o custo da instalação no Brasil, uma instalação que envolvia a aplicação de capitais vultosos.

Figura 2.14 – Mapa de Bartolomeu Velho – 1562



Imagem: Mapas Históricos Brasileiros, da enciclopédia Grandes Personalidades da Nossa História, ed. Abril Cultural, São Paulo/SP, 1969.

Para isso, os donatários recebiam poderes políticos, judiciários e administrativos de que lhes advinham vantagens econômicas. A partir do litoral,

distribuiu o território brasileiro em quinze capitanias hereditárias. A terra foi repartida em faixas paralelas e irregulares, doadas com muitos privilégios aos mais ilustres fidalgos da corte portuguesa.

Pero Lopes de Souza foi beneficiado com a doação de três lotes. Aquele mais ao sul, o único que interessa a este trabalho, - batizado de capitania da Terra de Santana - de 40 léguas, começava na ilha do Mel, na Baía de Paranaguá (PR) e ia até o Rio Araranguá, em Laguna (SC). Tal escolha implicava não apenas uma invasão das possessões espanholas (já que a linha de Tordesilhas passava em Cananéia), mas revelava também uma astuciosa estratégia de risco calculado. Embora tivessem desistido de desafiar a Espanha sobre o estuário do Prata, os portugueses pretendiam desalojar os desertores espanhóis instalados entre Cananéia e Laguna. Abrir mão da costa desprovida de portos naturais que se iniciava ao sul de Laguna – caso do Rio Grande do Sul - não foi difícil, pois aquele era um litoral tão inóspito que permaneceria inabitado pelos europeus até as primeiras décadas do século XXVIII.

O mapa-base para a divisão das Capitanias hereditárias foi feito pelo astrônomo Gaspar Viegas, em 1534 e é chamada Carta Atlântica – Figura 2.13. Este mapa superdimensionava a bacia do rio Paraná e estendia os domínios portugueses até a foz do estuário do Prata. Chama-se a atenção que esta carta foi realizada com informações de Martim Afonso e Pero Lopes e que pela primeira vez é localizado na cartografia portuguesa o rio de São Pedro, ou seja, a Barra do Rio Grande. Por razões estratégicas, também ignorava deliberadamente a existência do rio Amazonas (então chamado Marañón). Não se tratou de erro ou desconhecimento, mas de sigilo geopolítico: aos portugueses não interessava revelar aos espanhóis que o imenso rio era conhecido e já fora explorado por eles.

O soberano D. João não distribuiu as terras ao sul do Brasil por dois motivos:

- para evitar conflitos com a Espanha, maior potência militar da época.
- não distribuiu o sul do atual Brasil, do rio Araranguá até o Prata, pois seria de sua reserva pessoal, do rei.

A coroa não distribuiu a área onde existia a possibilidade de maiores lucros futuros, pois era a Costa do Ouro e da Prata. Prova disto é o Mapa de Bartolomeu Velho – Figura 2.14, datado de 1562, onde mostra a expressão "d'el Rei nosso Senhor" sobre a região sul do Brasil, apontado na seta, atribuindo à coroa portuguesa a posse e jurisdição direta sobre todo o espaço abaixo do lote de Pêro Lopes de Sousa até o estuário do Prata.

Figura 2.15 - Mapa do Brasil com as divisões em capitanias - Luís Teixeira, 1586



Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal.

Outro motivo seria não explorar a atual costa do Rio Grande do Sul em razão de não haver portos naturais para fazer a *cabeça-de-ponte* para o interior.

Em 1574, Luís Teixeira desenhava o mapa (Figura 2.15) em que representa as capitanias hereditárias com seus respectivos donatários (do Norte para o Sul): Rio Grande, Itamaracá, Pernambuco, Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Paraíba do Sul e São Vicente. A Bahia, considerada capitania de Sua Majestade, era a sede do governo-geral do Brasil. Nota-se que a colônia foi dividida em 15 capitanias e no mapa de 1574 somente aparecem nove. A divisão por capitanias culmina na linha de demarcação do Tratado de Tordesilhas.

No mapa, a linha de Tordesilhas aparece deslocada cerca de dez graus de longitude³⁶ para Oeste, erro realizado de forma proposital, pois favorecia os portugueses, estendendo mais para ocidente as fronteiras da colônia brasileira. Segundo este mapa também se pode inferir que a capitania de Pero Lopes de Souza iria até o Estuário da Prata, pois nada impede esta interpretação, em oposição ao mapa de Bartolomeu Velho.

No entanto, apesar de não haver o desafio à Espanha - grande potência militar na época, no momento de distribuir as capitanias Portugal continuava a determinar seus limites no Prata conforme é visto nos mapas, inclusive ajustando a linha de Tordesilhas neste estuário.

O sistema de Capitanias Hereditárias não deu o resultado esperado devido à falta de recursos dos donatários, no choque com os interesses do Estado absolutista português, nos ataques dos índios, a distância da metrópole, a má administração e a falta de interesse dos donatários.

Com o fracasso das Capitanias Hereditárias criou-se, em 1548, o cargo de governador-geral, o primeiro dos quais foi Tomé de Souza. O objetivo era centralizar a administração e dar apoio e ajudas às capitanias. Com o Governo Geral as capitanias não foram extintas, no entanto, com o tempo, as capitanias foram retornando para a Coroa, confiscadas por abandono ou por compra dos herdeiros. Os donatários passaram a prestar obediência ao governador-geral que era o representante do rei na colônia. A Bahia foi transformada em Capitania Real do

³⁶ Neste momento histórico ainda não havia como medir a longitude de forma correta.

Brasil e passou a ser sede do Governo Geral, com a fundação de Salvador, em 1549, primeira cidade do Brasil.

O trabalho de Tomé de Souza e de seus sucessores se viu favorecido pelas missões católicas, especialmente as dos jesuítas, que chegaram em 1549, idêntico ano da fundação de Salvador. Os governadores Duarte da Costa (1553-1557) e Mem de Sá (1558-1572) tiveram de lutar contra a invasão francesa no Brasil.

A tentativa portuguesa no Amazonas

Desde 1531, os portugueses estavam convictos de que deveriam estabelecer-se na região do Amazonas. O projeto não apenas se encaixava no conceito geopolítico do *Magnus Brasil* como estava diretamente relacionado com o plano de conquistar o lendário território do *Rei Branco* que, no norte da América do Sul, era chamado de Eldorado.

Após a viagem exploratória realizada por Diogo Leite em 1532, os europeus concluíram, através do relato dos indígenas, que, como o Prata, aquele enorme rio nascia no topo das montanhas andinas no oeste do continente. Pela mesma fonte, os exploradores souberam também que tais montanhas eram habitadas por um povo nativo que possuía inesgotáveis reservas de ouro e de prata.

Com 1.500 homens (900 soldados) e 120 cavalos (primeira utilização no Brasil) a bordo, a expedição, sob o comando do capitão Aires da Cunha, partiu de Lisboa em novembro de 1535 e chegou a Olinda em 6 de janeiro de 1536 uma esquadra de 10 navios incumbida da missão de percorrer a Costa Leste-Oeste - a porção menos conhecida do litoral brasileiro e também tentar a conquista do Peru, considerada de enorme importância estratégica. O caráter militar da expedição revela que o projeto era a penetração armada pelo interior do continente, através da via fluvial do Amazonas, até os Andes, após a qual planejavam abrir uma via de comunicação entre o Atlântico e o Peru - em busca do território do Rei Branco e do mitológico Lago Dourado, suposta nascente do Amazonas e do Prata. A expedição fracassou, arruinando financeiramente seus investidores, os donatários Fernão

Álvares, João de Barros e Aires da Cunha, mas os conhecimentos geográficos da região foram capitalizados para uma posterior exploração.

As expedições espanholas ao Prata e ao Amazonas

Determinado a ocupar o estuário do Prata o imperador espanhol Carlos V ordenou a D. Pedro de Mendoza conquistar e ocupar este território em seu nome. Em janeiro de 1535 D. Pedro chegou ao Prata e, no dia 02 de fevereiro batizou o local onde se estabeleceu de Santa María del Buen Aire, futura Buenos Aires. Os espanhóis não foram bem-sucedidos na ocupação do território. Sendo forçado a abandonar a povoação pelos indígenas D. Pedro de Mendoza se dirigiu ao fortim de Sancti Spiritus de onde retornou para a Espanha em abril de 1537.³⁷ Somente em 1580, por obra de Juan de Garay, se faz a segunda inauguração da futura metrópole de Buenos Aires, com o apoio logístico da província do Paraguai. Vale lembrar que Buenos Aires, nos seus primórdios, sempre foi uma cidade sitiada pelos índios. Segundo Kossok³⁸ (in Moreira 2000, p.95) *“Los indios y el desierto hacian de Buenos Aires una ciudad sin territorio”*

No dia 15 de agosto de 1537 os remanescentes da expedição de Mendoza fundaram a vila de Nuestra Señora de Santa María de la Asunción, hoje atual capital do Paraguai, nas confluências dos rios Pilcomayo e Paraguai. Foi um duro golpe estratégico contra Portugal pois a localização de Assunción bloqueava o caminho do Peabiru a oeste e ficava na mesma latitude de Cananéia (25º Sul) que ficava dentro de áreas espanholas pela demarcação do Tratado de Tordesilhas. Assim os espanhóis poderiam percorrer por terra de Cananéia a Assunción sem contornar as terras no Estuário do Prata e, ainda, bloqueava os portugueses de acesso as riquezas peruanas.

Uma nova expedição espanhola, sob o comando de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, partiu em direção do Prata em novembro de 1540. Chegou no Porto dos Patos, na costa ao sul da ilha de Santa Catarina em março do ano seguinte. Tomando conhecimento da existência da rota terrestre pelo Peabiru e da fundação de

³⁷ D. Pedro de Mendoza morreu no arquipélago dos Açores quando retornava para a Espanha.

³⁸ KOSSOK, Manfred. El Virreinato del Rio de la Plata. Buenos Aires. La Pleyade, 1972. p.51

Assunción, Cabeza de Vaca se lançou na expedição rumo a esta localidade, chegando a ela em março de 1542. Em setembro de 1543 Cabeza de Vaca partiu para o norte em busca, segundo Bueno (1999, p.146), da “*Serra da Prata – cuja existência as lendas propagadas pelos nativos não cessavam de ecoar*”. Chegou no Rio Cuiabá, afluente do Rio Paraguai em janeiro de 1544, onde devido a época de cheias e ao ataque de moscas, mosquitos e morcegos resolveu retornar. Estava a menos de 700 quilômetros do seu objetivo.

Também, devido as cheias, Cabeza de Vaca navegando nos alagadiços do Chaco paraguaio e o Pantanal mato-grossense, deve ter, segundo Bueno (1999, p.147) “*concluído que a tese segundo a qual o Amazonas e o Prata nasciam em “uma lagoa dourada” estava correta: tal lagoa nada mais era do que a grande área pantanosa*”, conforme a descrição do navegador João Afonso. Estas informações Cabeza de Vaca, com certeza, deve ter dado a Carlos V no seu retorno a Espanha.

O capitão espanhol Francisco de Orellana partiu de Quito, no Equador, em junho de 1541, acompanhado por 48 homens, entrou com um bergantim nas águas do Atlântico, no dia 26 de agosto de 1542. Foi o primeiro homem a ter navegado, da nascente à foz, os cerca de 7.250km do maior rio do mundo. Era a prova irrefutável de que havia uma ligação fluvial entre o Brasil e o Peru. Da mesma forma que Cabeza de Vaca o espanhol Orellana informou a Coroa espanhola os resultados de sua expedição.

Por sua localização estratégica, o rio das Amazonas despertou de imediato o interesse de espanhóis e portugueses. Sua conquista tornou-se projeto prioritário de ambas as Coroas.

Em 11 de maio de 1545, Orellana partiu de San Lucar de Barrameda, na Espanha, em direção à foz do Amazonas, com quatro navios e cerca de 400 homens. Após uma acidentada viagem, chegou à ilha de Marajó em 20 de dezembro. Esta expedição foi tumultuada por diversos fatores. Orellana faleceu, provavelmente de malária.

No entanto, a *Serra da Prata* na atual cidade boliviana de Potosí foi conquistada pelos espanhóis em 1545. A *Serra* era um cerro de formato cônico e de cerca de 600 metros de altura, quase inteiramente de prata. Foi extraída no decorrer dos anos deste cerro mais de 6.000 metros cúbicos de prata demandando uma

grande quantidade de riqueza para a coroa espanhola. Com a conquista da *Serra da Prata* pelos espanhóis, Assunción e a região do Estuário do Prata perderam momentaneamente sua importância estratégica.

As expedições de Orellana e de Cabeza de Vaca, realizadas quase na mesma época, levaram os espanhóis a perceberem, de certa forma, que a tese geopolítica do *Magnus Brasil* estava *certa*. Os lusos, em razão desta tese, expandiram o território lentamente para oeste, além dos limites estabelecidos pela linha de Tordesilhas, com o consentimento tácito da coroa espanhola. Séculos depois, no tratado de Madrid de 1750, ficou cristalizada a posse política do território.

A colonização espanhola

Em 1554 a jurisdição espanhola sediada em Assunção começou a expandir-se para a margem esquerda do rio Paraná, cuja transposição colocava a Espanha diante de um território imenso, dentro dos seus legítimos direitos de conquista limitados pelo meridiano de Tordesilhas, visando a fixação do domínio espanhol no litoral Atlântico.

Os conquistadores espanhóis do rio da Prata, na tentativa de consolidar uma rota terrestre entre Assunção e o porto de São Francisco, no litoral catarinense, fundaram entre 1554 e 1589, quatro vilas na antiga província do Guayrá, ao longo da antiga trilha indígena denominada caminho do Peabirú.

Em 1554 Garcia Rodriguez de Vergara fundou o *pueblo* de Ontiveros, a uma légua do Salto das Sete Quedas, cuja população inicial contava com 60 espanhóis, repartindo-se, então, pelos povoadores quarenta mil famílias indígenas.

A 1557, a três léguas de Ontiveros, Ruy Dias de Melgarejo fundou outro *pueblo*, a Ciudad Real del Guayrá³⁹, na confluência dos rios Piquiri e Paraná com o mesmo *direito* sobre a escravidão do gentio.

Em 1576, novo povoamento espanhol foi fundado, denominado Villa Rica Del Espiritu Santo, estabelecido na confluência dos rios Ivaí e Corumbataí. Na época João de Garay era o Governador de Assunção. Este povoado era a sentinela

³⁹ Área atual do município de Terra Roxa – Paraná, próximo à fronteira com o Paraguai.

espanhola mais avançada no sertão de Guairá. Neles, a partir de 1610, os padres espanhóis organizaram missões ou reduções⁴⁰ jesuíticas.

Portugal do Século XVI: a política e a economia

No reinado de D. Manuel, apesar das dificuldades financeiras relativas ao peso da manutenção do Estado que crescia de tamanho a cada dia, conseguia levar a termo. No entanto, no governo de D. João III, se inicia uma grande depressão a que sucederem implicações trágicas para o aparelho do Estado e para a economia do Império. A escassez da prata alemã e o esgotamento do ouro da Costa da Mina, base monetária para a compra de especiarias do Oriente, condicionam a circulação de mercadorias.

A partir dos anos 1520, o Império Português começa a sofrer a concorrência de dois novos atores políticos no palco internacional:

- o Império Turco no Mediterrâneo Oriental;
- Carlos V reúne principados, cidades e bispados europeus a Espanha.

A Espanha imperial de Carlos V desequilibra nitidamente a seu favor todo o quadro geo-estratégico peninsular e até europeu. A Espanha torna-se uma potencia militar

A Espanha de Carlos V era um Estado plurinacional, um conjunto de territórios em que cada um conservava seu próprio estatuto, sua economia e sua moeda particular. O único vínculo comum era a pessoa do soberano, os membros que o compunham não tinham o sentimento de formar uma comunidade e não contribuíam por igual com os gastos do conjunto. Apesar das aparências o império espanhol era frágil devido a sua dispersão, porque se tratava de um conglomerado de territórios sem coesão.

No tocante as questões de Relações internacionais, para Portugal, neste tempo o entendimento com a Espanha era fundamental. Quanto à política europeia, por seu turno, as posições diferiam fortemente. O Império de Carlos V, mergulhado

⁴⁰ Aldeamentos de indígenas cristianizados

numa dura luta com a França de Francisco I, pelo domínio da Itália, e em busca da hegemonia europeia, tentava assegurar apoios. Neste momento a estratégia seguida por D. João III, e que já vinha há muito sendo aplicada, passava pela defesa intransigente da neutralidade, distanciando-se dos campos de batalha em solo europeu, para canalizar as suas forças e rendimentos em proveito da defesa da navegação comercial. Também deve-se levar em conta que numa Europa fortemente dividida, religiosamente, a D. João III não tinha muito campo de manobra, diante da dependência diplomática e política de dois dos grandes poderes católicos: a Santa Sé e o Império de Carlos V.

Os novos tempos obrigaram D. João III a controlar os custos despendidos na manutenção de um Império que não parava de crescer. Tão amplo domínio territorial e marítimo implicava o desvio dos lucros provenientes da venda das especiarias para as crescentes despesas militares e produtos manufaturados que o país não produzia. A balança comercial deficitária deparava-se, cumulativamente, com o engrandecimento oneroso do Estado. Portugal, assim, contrariava o princípio mercantilista da balança comercial favorável.

Em face de um império que assentava os seus pilares numa teia de rotas e entrepostos, comerciais e militares, vigiados por algumas unidades navais e poucos milhares de homens, tornava-se óbvio a importância da componente naval. D. João III compreendeu plenamente essa prioridade. Por isso, era forçado defender a navegação. Durante o seu reinado registraram-se cerca de 139 batalhas ou combates navais. Ainda que este seja um longo período de governo, tal proporção de batalhas e combates demonstra o papel dissuasor da Armada, a par da sua importância na organização do Estado e na sociedade quinhentista portuguesa.

A última grande depressão a atingir o reinado de D. João III, verifica-se entre 1545-1553. Com efeito, o Império Português, depois desta crise, não voltará a ser o mesmo. As causas desta depressão podem ser apontadas como:

- aparecimento de uma nova potência, os turcos, inicia-se o fim do domínio lusitano sobre o litoral marroquino, com a conseqüente perda econômica;
- os ingleses começam a interferir regularmente nos mercados da África Ocidental;

- a rota terrestre para as Índias reanima-se, concorrendo de forma efetiva com a rota marítima;
- mercadores turcos e venezianos instalam-se em Bassorá, Ormuz e no Malabar, ameaçando o comércio português no Índico;

Assim, Portugal, com limitados recursos econômicos e demográficos, só conseguiu manter um estatuto de grande potência europeia graças ao seu poder naval. Os marinheiros portugueses eram cobiçados por toda a Europa. Muitos (cartógrafos, pilotos, cosmógrafos) estiveram ao serviço das várias nações europeias, que tinham interesse na área marítima.

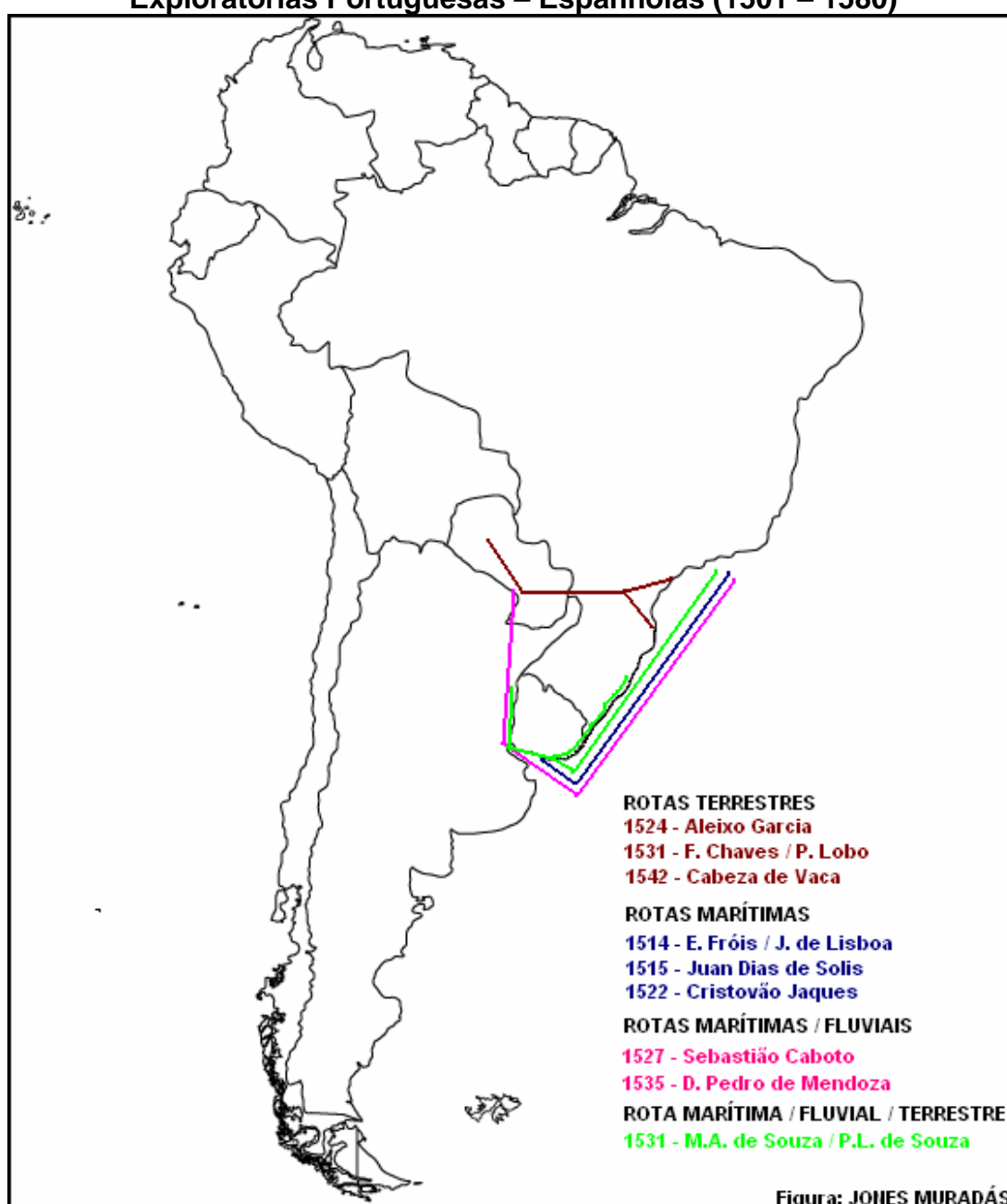
D. João III veio a falecer no ano de 1557. Deixou como sucessor seu neto, D. Sebastião, que reinou de 1557 a 1578. A educação que o rei recebera, havia feito dele quase um fanático religioso. Somente pensava combater os *Inimigos da Fé*, e, reconquistar as praças de África, perdidas no reinado de seu avô, para depois poder conquistar o império de Marrocos.

Em 1578 o imperador de Marrocos Muley-Ahmed foi destronado por seu tio Abd-el-Melik e pediu auxílio a Portugal para reconquistar o trono. Desprezando seus conselheiros, D. Sebastião embarcou para África com um exército mal organizado e pior comandado. Em quatro de agosto de 1578, o exército português comandado por D. Sebastião, foi completamente derrotado e destruído pelos Árabes na batalha de Alcácer-Kibir. D. Sebastião, vendo que a batalha estava perdida e as tropas sendo destruídas, num gesto de grande desespero entranhou-se nas fileiras inimigas e nunca mais foi visto com vida. Neste combate foram mortos ou ficaram prisioneiros milhares de portugueses. Por D. Sebastião não ter descendentes diretos o cardeal dom Henrique, seu tio, assume o trono e morre dois anos depois. Com ele acaba a dinastia de Avis e inicia-se uma crise de sucessão dinástica. O rei espanhol reclama o trono português por descendência indireta. O principal pretendente é um neto de dom Manuel I, o rei Felipe II, da casa Habsburgo, que, além da Espanha, reinava sobre o Sacro Império Romano-Germânico e os Países Baixos. Felipe II impõe sua aceitação como rei de Portugal. Inicia-se, assim, a União das Coroas Ibéricas.

Consolidação geopolítica

Diante dos fatos e ações da seqüência cronológica assinalados, percebemos que o Rio Grande do Sul e o sul do Brasil foram sendo envolvidos, cercados, mostrado na Figura 2.16. Por estes fatos e ações, porém, não foram explorados pois não tinham atrativos econômicos que dessem retorno financeiro de acordo com a lógica econômica reinante na época.

Figura 2.16 – Mapa do envolvimento do Sul do Brasil pelas Expedições Exploratórias Portuguesas – Espanholas (1501 – 1580)



Podemos resumir os acontecimentos geopolíticos de interesse para este trabalho, no período 1500 – 1580, de acordo com os tópicos abaixo:

1. As expedições portuguesas e espanholas ao Prata passavam ao largo da costa riograndense (lado oriental) e rios próximos (lado ocidental), sem no entanto aportá-las. Por terras as expedições tiveram um trajeto transversal, mas sem tocar no atual Estado do Rio grande do Sul;

2. A política de expansão territorial da América Portuguesa, hoje o Brasil, começou com a cartografia, que era utilizada também como instrumento ideológico. Desta maneira ela serviu para legitimar o poder arbitrário dos colonos sobre o *Novo Mundo*; toda a cartografia portuguesa da época, portanto, era realizada com objetivo geopolítico, insinuando que suas terras iam até a margem norte do Estuário do Prata, de acordo com o Tratado de Tordesilhas. A manutenção da doutrina do Magnus Brasil fez as fronteiras do Brasil alargarem-se posteriormente, assim este projeto geopolítico foi o precursor da grandeza territorial do Brasil.

3. As ações portuguesas dentro dos assuntos de relações internacionais com a Espanha passaram a serem controladas e não impositivas, uma vez que esta era a maior potencia militar europeia da época;

4. O domínio dos pontos estratégicos do território não incluía o sul do Brasil, pois este não tinha pontos a defender em razão da costa não ter portos naturais. Esta costa somente era trajeto (passagem) e não tinha aspectos econômicos a serem explorados;

5. No final deste período, com a União das Coroas Ibéricas não havia fronteiras a reivindicar.

No mapa de Vaz Dourado de 1573 – Figura 2.17 -, um dos principais cartógrafos portugueses do século XVI, afirma, poucos anos antes da União das Coroas Ibéricas, o domínio ou a intenção de soberania portuguesa do território até a margem norte do Prata.

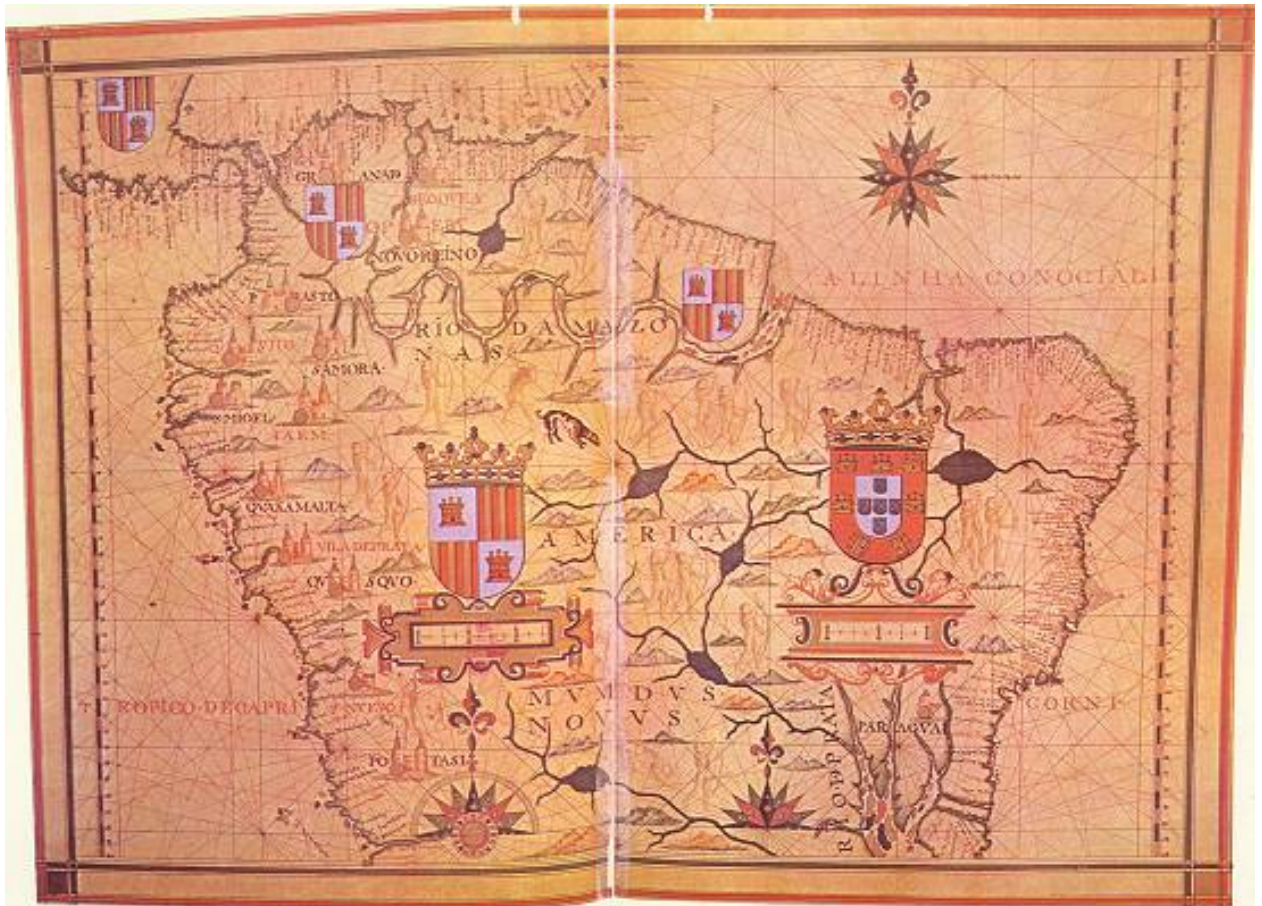
Os relatos anteriores estão colocados para demonstrar a dinâmica de atuação dos atores no cenário da América do Sul e suas paulatinas ações geopolíticas. Dentro deste contexto notamos duas condutas de Portugal na forma de demonstrar / reivindicar territórios na América:

- Neste período, o Tratado de Tordesilhas foi posto a prova, pelo menos duas vezes, para enfraquecê-lo. Primeiro com a intenção de ter a posse dos

territórios descobertos e depois com o estabelecimento do projeto do Magnus Brasil e suas diretrizes de ocupação para o sul (no Prata) e oeste na América do Sul; e:

- utilizando a (falsa) cartografia, definindo o Prata como dentro da sua área estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas.

Figura 2.17 - Mapa America Mundus Novus, de Vaz Dourado – 1573



Museu Britânico, Londres.

Assim, dentro das possibilidades e circunstâncias econômicas e políticas (e até religiosas), Portugal foi fazendo o melhor de si na administração e conquista de novos territórios na América do Sul. O atual sul do Brasil foi lentamente conhecido, mas no final deste período (1580), em razão da unificação das coroas ibéricas o Rio Grande do Sul e o Brasil eram território espanhol de fato. Diante disso, um novo paradigma de conquista territorial e de fronteiras se estabelece na América do Sul.

CAPÍTULO III

A UNIÃO DAS COROAS IBÉRICAS 1580 – 1640

O Período da União das Coroas Ibéricas foi o tempo em que Portugal ficou submetido à Espanha, entre 1580 e 1640, em razão da crise sucessória da monarquia portuguesa e do expansionismo da dinastia dos Habsburgos. Este período começa com a América do Sul pertencendo exclusivamente a Espanha. Em 1580, Felipe II de Espanha obteve por herança a coroa de Portugal. Para Schaub (2001, p.37) a ascensão de D. Filipe II ao trono de Portugal não foi, para a época, mais do que uma sucessão natural, já que este era o pretendente ao trono com maior legitimidade para ocupá-lo. Houve apenas alguma apreensão pela ausência do monarca em Lisboa e no território português e ainda de insatisfação pela dificuldade da nobreza portuguesa em estabelecer laços sociais diretos com o seu rei. Ainda, segundo Schaub, a idéia de usurpação do trono por um monarca estrangeiro foi forjada posteriormente por aqueles a quem o autor chama “*arqueólogos da nacionalidade*”. Nos capítulos das Cortes de Tomar⁴¹, Filipe I de Portugal (Felipe II, na Espanha) jurou respeitar os interesses portugueses, incluindo garantias dos direitos de representação em Madrid, através do Conselho de Portugal.

Filipe II de Espanha, “o Prudente”, reinou de 1581 a 1598. A nova monarquia hispano-lusitana abrangia na Europa toda a península ibérica, Nápoles,

⁴¹Cortes de Tomar - 1581, onde Filipe II de Espanha (I de Portugal) foi aclamado rei de Portugal. Nessas cortes, a fim de atrair a simpatia dos portugueses, jurou governar o Reino segundo os seus usos e costumes tradicionais: todas as leis, direitos, regalias e liberdades dos portugueses seriam assegurados; para os cargos públicos e de confiança do Reino, só seriam nomeados portugueses de nascimento; a língua do Reino continuaria a ser a portuguesa; o império colonial português seria respeitado.

Sicília, Milão, Sardenha e Bélgica; na Ásia as feitorias portuguesas da Índia, da Pérsia, da China, da Indochina, e a da Arábia; na África: Angola, Moçambique, Madeira, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Canárias, toda a América menos algumas ilhas das Antilhas, parte dos atuais Estados Unidos e o Canadá, e parte da Guiana; na Oceania tudo o que então havia conhecido e pertencente aos europeus. As Molucas eram a parte mais importante dessas possessões. A Europa começou a assustar-se com este poderio colossal. Apesar das preocupações dos países europeus, Kennedy (1989, p.58) nos indica o que realmente era o reino dos Habsburgos:

Embora os estrangeiros considerassem com freqüência o império de Carlos V, ou o de Filipe II, como monolítico e disciplinado, ele era na verdade um amontoado de territórios, cada qual com privilégios próprios e orgulhosos de sua identidade. Não havia uma administração central (e muito menos uma legislatura ou judiciário) e o único elo de ligação real era o próprio monarca. A ausência dessas instituições, que poderiam ter estimulado um sentimento de unidade, e o fato de que o governante nunca podia visitar o país tornavam difícil ao rei levantar fundos numa parte de seus domínios para guerrear em outra.

Assim estava receosa a Europa de que, pelo caminho da conquista, Filipe II chegasse a realizar o sonho ambicioso de monarquia universal.

Causas da expansão territorial brasileira

Diante do novo espaço de poder, os inimigos da Espanha eram agora os inimigos de Portugal. Voltaram-se contra Portugal alguns países que não eram até então seus inimigos. Perdeu-se o comércio inglês e holandês. Os holandeses, proibidos de acesso a Lisboa, fundaram as Companhias das Índias para a ocupação das conquistas portuguesas na Ásia, África e no Brasil.

Berger, Winz, & Guedes (1975, p.485) nos dá mais pormenores:

Realizada afinal a união das monarquias peninsulares, modificou-se a tranqüila posição de Portugal, que tinha conseguido permanecer fora das chamadas Guerras de Religião, mantendo boas relações com os demais reinos da cristandade, mesmo quando lutavam entre si. Após a aclamação de Felipe II como Rei de Portugal, com o título de Felipe I, passaram a ser inimigos desse país todos que o fossem de Espanha, como França, Inglaterra e Holanda, os dois últimos compradores de mercadorias portuguesas, oriundas das possessões ultramarinas, inclusive açúcar.

Assim, em razão disso, as colônias que eram de dominação portuguesa começaram a ser assediadas pelos inimigos da Espanha. A Holanda invade o nordeste brasileiro e Angola. Eram dois locais estratégicos. O nordeste brasileiro tinha um enorme cultivo de cana-de-açúcar e a produção de açúcar seu produto nobre e raro, muito necessitado na Europa. Em Angola a dominação holandesa impediu a exportação de escravos para o trabalho nos engenhos brasileiros. Assim houve o estrangulamento econômico da colônia brasileira.

Diante destes fatos os portos espanhóis foram fechados aos inimigos. Berger, Winz, & Guedes (1975, p.485) se referem a esta nova situação desta forma:

Fechados os portos ao comércio que não fosse português ou espanhol, surgiram outras leis contra os estrangeiros, proibindo-lhes o acesso ao Brasil e também o exercício do comércio, mineração, agricultura, inclusive forçando-os à repatriação. Apenas espanhóis e portugueses podiam transitar e estabelecer-se livremente nas possessões ultramarinas; foi o que se deu com São Paulo, cujo número de castelhanos aumentou rapidamente. As embarcações lusas passaram a freqüentar as índias de Castela, com o fim comercial, de onde retornavam com ouro, prata em barras e pedrarias.

Com a ocupação dos portos negreiros na África de São Jorge de Mina, São Tomé e São Paulo de Luanda, pelos holandeses, o apresamento de índios se expandirá no Brasil. A escravidão do índio surgiu como negócio rentoso, porque os holandeses controlavam o tráfico negreiro. Assim, durante a União Ibérica, o indígena passou a substituir o negro nos engenhos da Bahia e da Baixada Fluminense.

Com a unificação dos reinos Espanha-Portugal, não houve motivos geopolíticos externos para a conquista e exploração do território sul-americano uma vez que este espaço era praticamente de dominação espanhola. A união das Coroas facilitou o avanço para o sul e oeste, porque então não havia mais o meridiano de Tordesilhas a resguardar, apenas um monarca reinava nos dois territórios. Este motivo foi um dos fatores que levou a exploração do centro-sul do continente em busca da escravização de índios; as questões de política externa do reino, portanto, influíram decisivamente nas questões econômicas e geopolíticas internas da colônia na América do Sul.

A Companhia de Jesus e os Jesuítas portugueses

A Companhia de Jesus cujos membros são conhecidos como Jesuítas é uma ordem religiosa fundada em quinze de agosto de 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados pelo basco Íñigo López de Loyola (Santo Inácio de Loyola). Era um movimento da Contra-Reforma e tinha o objetivo de desenvolver trabalho de acompanhamento hospitalar e missionário em Jerusalém ou aonde o Papa os enviasse. Era uma organização rigorosamente disciplinada, enfatizando a absoluta auto-abnegação e a obediência ao Papa e os superiores hierárquicos. Em 1540 o Papa Paulo III confirmou a ordem através da *Bula Regimini Militantis Ecclesiae*.

Os padres jesuítas conseguiram obter grande influência na sociedade nos períodos iniciais da idade moderna (séculos XVI e XVII), porque foram por muitas vezes os educadores e confessores dos reis nessa época, D. Sebastião de Portugal, por exemplo.

As missões jesuítas na América foram controversas na Europa, especialmente na Espanha e Portugal, onde eram vistas como interferentes à ação dos reinos. Os jesuítas opuseram-se várias vezes à escravidão indígena, fundaram uma série de aldeamentos missionários, chamados Missões ou Misiones no sul do Brasil, ou ainda Reducciones ou Reduções, no Paraguai, que eram organizados de acordo com o modelo católico. Estes aldeamentos na América do Sul eram unidades de produção auto-suficientes, com relação de produção do tipo feudal.

Os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, na expedição de Tomé de Souza, tendo como Superior o Padre Manuel da Nóbrega. Com o 2º Governador Geral Duarte da Costa (1553), chega José de Anchieta. Em 1554, no dia da conversão de São Paulo, funda em Piratininga um Colégio, o qual sustentaria durante dez anos.

Antes dos padres da Província do Paraguai, jesuítas portugueses haviam penetrado no Rio Grande do Sul, a partir de 1605, estabelecendo reduções desde o rio Mampituba até o rio Gravataí. Todavia, tanto por falta de apoio das autoridades jesuítas da Província do Brasil, com sede em Salvador, quanto pela hostilidade dos pombeiros⁴², este “ciclo português” de penetração missionária no Rio Grande não

⁴² Pombeiro era o mercador de escravos africanos, na falta destes, comercializavam os índios.

deixou marcas duradouras. Assim os jesuítas portugueses foram expulsos do sul do Brasil pelos interesses econômicos, não pela autoridade constituída.

No Brasil Colônia os jesuítas portugueses pouco sucesso conseguiram em catequizar os índios em missões, devido à ação freqüente de escravagistas, pombeiros, preadores e ações do povo e das malocas⁴³. As tentativas de padres jesuítas portugueses de estabelecer reduções ou missões no Brasil colonial fracassaram devido aos grandes interesses econômicos dos colonizadores que representava o índio naquele momento histórico.

Sob influência da Companhia de Jesus, em trinta de julho de 1609, uma lei de Filipe III da Espanha declarou livres todos os índios. A escravidão dos índios foi proibida, mas se manteve sobre eles a jurisdição dos jesuítas. Houve grandes reclamações da aristocracia local, por ter desordenado a economia da colônia, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, que a Coroa retrocedeu, por lei de 10 de janeiro de 1611 ao regime anterior, eram os escravos prisioneiros de guerra justa. A escravização dos índios sempre foi a principal causa dos conflitos entre o povo e os jesuítas no Brasil. A ação dos jesuítas resultava em simples transferência da escravidão em favor da Companhia, que os tratavam, porém, com grande humanidade.

O período jesuítico no atual sul do Brasil pode ser dividido em duas fases; a primeira, de 1610 a 1640, destruída pelos bandeirantes paulistas e, a segunda fase, a dos Sete Povos, com início a partir de 1682, com a de São Borja.

A colonização espanhola

Como pretexto para a exploração colonial, utilizou-se o argumento da necessidade de civilizar os povos americanos, por meio da cultura e da fé cristã. Dessa forma, acobertou-se a dominação dos índios, justificando-a como um empreendimento comercial e de cristianização.

Francisco Pizarro e Diogo Almagro, no Peru, foram os conquistadores espanhóis que, devido à violência e extensão de suas conquistas, marcaram mais

⁴³ Malocas eram expedições paulistas de caça aos índios.

fortemente o início do processo de colonização dos territórios espanhóis na América do Sul.

Efetuada a conquista, a exploração de ouro e principalmente de prata passou a ser o eixo da colonização espanhola, durante os séculos XVI e XVII. Peru e Bolívia respondiam pela produção de metais preciosos, enquanto, outras regiões se integravam ao sistema econômico colonial como produtoras de bens agrícolas.

A produção colonial espanhola foi organizada a partir da exploração da mão-de-obra indígena. A encomienda consistia na exploração dos nativos como servos nos campos e nas minas. A Coroa encomendava a captura de indígenas a um intermediário - o encomendero - e os distribuía aos colonizadores, que recebiam o índio como seu servo. A servidão era justificada como um pagamento de tributos, feito pelos índios em forma de serviços, por receberem proteção e educação cristã. O encomendero, por sua vez, transferia parte dos tributos para a Coroa.

Organizada com base na exploração estabelecida pelo mercantilismo, a sociedade colonial espanhola apresentava no topo da escala hierárquica os chapetones, espanhóis da metrópole que ocupavam altos postos militares e civis (justiça e administração), e o clero. A aristocracia colonial era constituída de espanhóis nascidos na América, os criollos, grandes proprietários e comerciantes que, por constituírem a elite colonial, participavam dos lucros.

Os espanhóis e os indígenas

Os indígenas tiveram papel preponderante neste período. Os índios mais próximos aos oceanos Pacífico e Atlântico foram rapidamente subjugados tanto por espanhóis como por portugueses. Os índios do centro-sul do continente foram mais aguerridos, vendendo caro a liberdade e aculturação.

Os índios em combate com os portugueses foram quase sempre derrotados, infligindo poucos revezes a estes. As atuações dos pombeiros e preadores dizimaram os índios do litoral sul do Atlântico e as bandeiras o fizeram no interior do atual sudeste, centro-oeste e sul do Brasil. Nestas ações os portugueses foram truculentos e pela força das armas escravizaram os índios e destruíram suas aldeias.

Ao contrario, os espanhóis, no centro-sul da América não tiveram condições de dominar rapidamente o território indígena pela força devido a pouca quantidade de homens e armas, obtendo reveses seguidos. No entanto, este território recebeu serviços religiosos, pois numerosos missionários de diferentes ordens: jesuítas, franciscanos, etc., trataram de evangelizar os nativos a custa de imensos esforços e sacrifícios.

Segundo Altamirano et alli (2007)⁴⁴:

Allí donde fracasó o fue imposible la conquista militar, penetró el misionero y con el arma de la fe y la persuasión, consiguió doblegar la fiereza natural de los habitantes del Chaco e inducirlos suavemente a aceptar los primeros rudimentos de la enseñanza cristiana y de la vida social.

Para fazer frente a questão indígena, Felipe III de Espanha, pela Real Cédula de 16 de dezembro de 1617, dividiu a Gobernación do Río da Prata em duas: a Gobernación do Paraguay ou de Guayrá com capital em Asunción que conservava sob sua jurisdição as cidades de Villa Rica del Espíritu Santo e Santiago de Jerez; a Gobernación do Río da Prata com capital em Buenos Aires que incluía as cidades de Santa Fe de la Vera Cruz, San Juan de Vera de las Siete Corrientes e Concepción del Bermejo.

Altamirano et alli (2007) disserta sobre os motivos desta Célula:

Entre los fundamentos de la medida señalaba el monarca el peligro en que estaban algunas ciudades del Río de la Plata de ser destruidas por los indios Guaycurúes y Payaguás por lo que convenía dividir la extensa gobernación para atender mejor a su defensa. Además, la necesidad de la permanencia del Gobernador en Buenos Aires para su seguridad y defensa y el propósito de extender la expansión colonizadora hacia el Este y el Norte de Asunción, que se había detenido después de la muerte de Domingo de Irala.

Altamirano et alli (2007) descrevem as ações bélicas dos índios contra os espanhóis:

En realidad los ataques y sublevaciones habían sido frecuentes con anterioridad. En 1614 una coalición de guaycurúes y payaguáes puso en serio peligro no sólo a Concepción, sino a la propia ciudad de Asunción, lo que determinó que los vecinos de ambas ciudades recibieran autorización para armarse y hacerles una guerra ofensiva. Esto exacerbó aún más en los indígenas el odio que sentían por el blanco y al ver debilitada a Concepción del Bermejo arreciaron en sus ataques a la ciudad y a sus encomiendas. El desinterés de los gobernantes, la falta de medios y las enormes distancias hacían ineficaces los auxilios enviados desde Santa Fe y Buenos Aires.

⁴⁴ Documento Eletrônico

Altamirano et alli (2007)⁴⁵ continuam a dar-nos informações a respeito dos embates dos espanhóis contra os índios:

Nuevos y más duros ataques se sucedieron en 1621 y 1629, hasta el punto de que el propio Gobernador del Río de la Plata, Góngora debió enviar una fuerza de 50 hombres para proteger a Corrientes y Concepción atacadas por los indios guaycurúes. Preludio del desastre final fue el arrasamiento de Matará por los indios Tocagues, Hohomas, Vilos y Colastinés en 1631. La matanza fue general y sólo unos pocos sobrevivientes hallaron refugio en Concepción. La pérdida de esta encomienda, principal sostén de la ciudad, fue un golpe mortal para la castigada ciudad de Concepción del Bermejo. ... El Cabildo de Concepción, ante el inminente peligro, resolvió el abandono de la población y así, en un día no precisado entre los años 1631 y 1632, una triste caravana de pobladores partió rumbo a Corrientes en una marcha penosa, a pie y portando las pocas pertenencias que pudieron reunir apresuradamente"... "Destruída Concepción del Bermejo entre los años 1631 y 1632, el Gran Chaco Gualamba no sólo quedó bajo el dominio exclusivo de las tribus chaqueñas, sino que éstas reiniciaron una feroz guerra ofensiva contra las poblaciones fronterizas, que ocasionó a lo largo del Siglo XVII y gran parte del Siglo XVIII, ingentes pérdidas en vidas y bienes a los españoles. Estos ataques eran tanto más efectivos y fulminantes, por cuanto el aborigen chaqueño aprendió a dominar rápidamente el uso del caballo como arma de guerra, aumentando su movilidad y modificando parte de sus antiguos hábitos para convertirse en nómada montado.

Canabrava (1984, p.31) tem a mesma percepção do ambiente no Prata e nos diz:

A precariedade de condições naturais favoráveis ao estabelecimento de centros estáveis de povoamento, explica, em grande parte, os movimentos de avanço e de recuo da colonização europeia nessa região. A história do primeiro século de colonização, com cidades que emigram mais de uma vez à procura de melhores sítios, com as guerras entre o índio e o branco, pela disputa dos vales, privilegiados, com as cidades mortas, definitivamente abandonadas, mostra bem que foi somente através de um processo seletivo que o conquistador europeu conheceu e se assenhoreou dos únicos pontos em que era possível o desenvolvimento de centros permanentes de população.

Percebe-se, de acordo com o que relata Altamirano et alli e Canabrava, a fraqueza espanhola no domínio do território, refletindo na segurança da população responsável por sua colonização.

Antes da Real cédula de 1617, o governador do Paraguai, Fernando Arias de Saavedra, tentara fixar a dominação espanhola na margem esquerda do Uruguai, mas os charruas, inimigos dos espanhóis, infligiram-lhe grande derrota.

O primeiro governador do Rio da Prata, Diego de Góngora, tratou de infiltrar a dominação espanhola em território rio-grandense. Para isso incumbiu da

⁴⁵ Documento Eletrônico

missão o jesuíta Roque González, assassinado pelos índios Tapes, algum tempo depois.

Para fazer frente a esta grave situação, as autoridades das distintas jurisdições espanholas recorreram ao estabelecimento de fortes e reduções, estas a cargo de jesuítas, franciscanos e mercedários, a fim de servirem de proteção contra os ataques das tribos guerreiras e evitar a ruína das cidades mais expostas a ditos ataques, como Salta, Santiago del Estero, Talavera de Esteco, Asunción, Corrientes e Santa Fé. Mas também recorreram a empresas de conquista e de castigo quando aquelas medidas se revelaram como insuficientes; empresas que pela natureza do terreno, a índole bélica das tribos e seu conhecimento do terreno, a falta de recursos em homens e armas, e sobre tudo a ausência de uma política de coordenação entre os distintos governos espanhóis sobre o trato que deveria dar-se a os indígenas, resultaram falidas ou de escassos resultados.

As citações de Altamirano et alli (2007) e Canabrava fazem ver a precariedade de segurança que havia na época para os povoados espanhóis no centro-sul da América do Sul. Fatos ocorridos na mesma época da destruição das reduções de Guairá e as vilas espanholas pelos Bandeirantes.

Nelas encontravam seu equilíbrio o vigoroso expansionismo paulista, já excessivamente afastado de suas bases e a medíocre capacidade defensiva da raquítica sociedade hispanopratense, nucleada nas imediações de Buenos Aires. O centro de gravidade das riquezas do Peru havia feito descuidar quase que por completo a frente atlântica do império espanhol, abandonando-se a antiga rota indígena que conduzia da costa de Santa Catarina ao Paraguai, seguida por Aleixo García em 1516 até o Alto Peru, e em 1541 por Cabeza de Vaca até a recém fundada Asunción; todos, atrás da mítica *Sierra de Plata*. Ao abandonar-se a rota, se abandona também o ponto de partida: a costa sul do atual Brasil, progressivamente ocupada pelos portugueses; vê-se, portanto, que os espanhóis, nesse tempo, não tinham as condições de tomar efetiva posse dos terrenos ao sul em razão de não ter força militar disponível e um projeto geopolítico de efetiva ocupação do espaço.

O sertão e seus habitantes

Com o crescimento dos povoados no interior do Brasil também começa a exploração do sertão. A palavra sertão, no contexto colonial brasileiro, é ambígua. É simultaneamente uma terra de ninguém e, contudo, uma região cuja habitação por parte de certos grupos marginais, ou marginalizados pela sociedade, era considerada aceitável. Um aspecto determinante dos sertões era a sua ausência de limites. Por muito que se entrasse no sertão, este mais se prolongava. Assim para Russell-Wood (1999, p.9):

Sertão não era uma palavra neutra. O contexto e a utilização de adjetivos demonstram que o sertão possuía certas conotações. Os sertões eram regiões normalmente não habitadas pelos portugueses. O sertão passaria a ser visto como a personificação de uma força disruptiva e potencialmente perigosa. Era bárbaro, caótico, não cristão, não civilizado, e hostil aos valores e princípios (justiça, cristandade, disciplina, estabilidade, boa administração) apreciados pelos portugueses. Era uma região esquecida por Deus e desconhecida do homem civilizado. Resumindo, a civilização e a ortodoxia acabavam onde o sertão começava. O conceito era essencialmente etnocêntrico, concebido pelos administradores coloniais, missionários católicos, e colonos que se orgulhavam de ser os representantes da civilização assim entendida pelos portugueses. Os brancos não se limitavam a viajar até ao sertão: penetravam neste ou faziam entradas. Estas penetrações estavam associadas à conquista ou supressão, e não à noção de expansão de fronteiras.

Os habitantes naturais do sertão eram as populações aborígenes. Além destas, duas outras categorias de pessoas associadas ao sertão não eram nativas desta área, sendo movidas por um de dois motivos, muitas vezes interligados, ou sejam: refúgio e oportunidade. O sertão era um local de refúgio para aqueles que rejeitavam ou que eram rejeitados pela sociedade, ou que fugiam da Igreja, da justiça, ou da opressão. Aqui se incluíam pessoas que fugiam da inquisição, as que evitavam processos civis ou criminais, e escravos fugidos ou pessoas de ascendência africana ou mestiça.

No sertão, destacam-se três características:

- a violência: as entradas para matar, escravizar e violar índios, ou para a apropriação de terras tribais; os ataques índios, ofensivos ou retaliatórios, a estes intrusos;

- a evasão: os habitantes ou aqueles de passagem pelo sertão dedicavam-se, com uma virtual impunidade, ao contrabando, à fuga aos impostos e ao roubo de gado;
- a inortodoxia religiosa: não existiam limitações às manifestações individuais ou coletivas de crenças e práticas religiosas.

Os Paulistas e as Bandeiras

Apesar da deterioração do poder político português na Europa, na colônia brasileira foi de liberalização de ações, principalmente em São Vicente e São Paulo. O motivo da liberalização de ações, segundo Schaub (2001, p.29), se deu pela ausência física do monarca do território português e os longos anos sem convocação de Cortes o que resultou no acréscimo de poder social por parte dos municípios e dos grupos aristocráticos portugueses. Isto se refletiu nas colônias, inclusive na América do Sul.

Localizada relativamente longe do litoral, no topo da serra do Mar, a vila de São Paulo desempenharia importante papel no processo de expansão territorial da colônia. São Paulo estava desvinculada do processo agro-exportador. Como a vila não apresentava condições climáticas favoráveis à cultura da cana-de-açúcar, ciclo econômico da época, sua população acabou se dedicando, inicialmente, à lavoura de subsistência, com o cultivo de gêneros alimentícios. Segarra (1970, p.13) descreve o perfil dos paulistas na época:

Desde la segunda mitad del siglo XVI se había elaborado en la altiplanicie de San Pablo una singular formación social, tras la fusión de portugueses y españoles con indígenas guayanás y tupís, y posteriormente esclavos negros. El núcleo bandeirante, igualitario, dinámico y expansivo, dirigido por caudillos detentores de poderes omnímodos, irradiaría, siguiendo el imán del oro, las esmeraldas, el gariado y los indios esclavizables para las plantaciones.

Como já foi referido anteriormente na citação de Berger, Winz, & Guedes, no período da União das Coroas Ibéricas, apenas espanhóis e portugueses podiam transitar e estabelecer-se livremente nas colônias, foi o que se deu com São Paulo, cujo número de espanhóis aumentou de forma significativa. Neste período, entre 1580 e 1640, estima-se que o espanhol fosse a segunda língua da vila de São Paulo, a primeira seria de base tupi-guarani.

Mas no início do século XVII surgiu um negócio muito rendoso para os habitantes de São Paulo: a caça e a venda de índios escravizados. São Paulo tornou-se uma área especializada no apresamento dos índios para vendê-los como escravos nas zonas açucareiras.

Para isso os paulistas faziam incursões periódicas em seu vasto território, capturando-lhe os índios livres, antecipando as ações das bandeiras de preagem nas "reduções" missionárias e nos "pueblos" espanhóis. Segundo Segarra (1970, p.13):

Favorecidos por su aislamiento, prescindían generalmente de las autoridades coloniales portuguesas y hasta violaban sus ocasionales interdictos, para partir con las - fronteras a cuestras y constituirse en avanzadas de elementos más pacíficos que se asentaban definitivamente, sin cuidarse gran cosa del olvidado acuerdo tordesillesco.

A atividade era realizada por meio de expedições organizadas por particulares, conhecidas como bandeiras. No início, as bandeiras iam à procura do índio no interior da mata virgem. Mais tarde, a principal fonte de abastecimento dessas expedições passou a ser as missões (ou reduções) jesuíticas.

Esgotadas as possibilidades de caça aos índios mais próximos e interrompido o tráfico de escravos índios pela ação dos missionários jesuítas, que não permitiam a escravidão, os paulistas uniram-se em sociedades com venda de ações, para prear indígenas nas *reduções* indígenas estabelecidas pelos missionários da Companhia de Jesus, primeiro em Guairá e depois no Tape. Essas sociedades acionárias, organizadas na câmara de vereadores de São Paulo, receberam o nome de Bandeira por causa da sua organização militar.

A rota dos paulistas era marcada pelos rios; suas técnicas de conquista incluíam desde alianças com os caciques e a mediação nas guerras intertribais, até o fomento dessas mesmas guerras e a matança brutal. O apresamento de indígenas e a busca de metais e pedras preciosas foram os principais objetivos das bandeiras. Estima-se que 300 mil índios foram escravizados entre 1614 e 1639.

Bandeirantes, Jesuítas espanhóis e as Missões de Guairá

A princípios do século XVII, os jesuítas espanhóis penetraram em uma região que chamaram Guairá. Encontrava-se a leste do rio Paraná e entre seus

afluentes, Iguaçu e o Paranapanema, mais ou menos a meio caminho entre Asunción e São Paulo.

As terras de Guairá ficavam a oeste do atual estado do Paraná, ocupadas por encomiendas e pelos povoados de Villa Rica del Espiritu Santo e Ciudad Real del Guayrá, conforme é mostrado na Figura 3.1. e 3.2. Os espanhóis destes povoados serviam de intermediários na venda de índios para os paulistas, em troca de ferramentas, alimentos e tecidos.

Figura 3.1. Mapa da localização das Missões de Guairá e Tape



Figura: Metcalf, Alida C. Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Paraíba, 1580-1822.

Os espanhóis pediram ao bispo de Tucumã missionários para civilizar⁴⁶ os índios em reduções em razão de sua belicosidade. Chamava-se de missão a ação de evangelizar os índios. A fim de que esta ação fosse contínua, os missionários reduziam os índios, isto é, confinavam-nos num determinado espaço, chamado de redução, aldeia ou pueblo. Na redução os índios estavam a salvo dos encomendeiros espanhóis e das bandeiras paulistas, pois os jesuítas não permitiam a escravidão dos nativos. Os jesuítas José Cataldino e Simão Masseta penetraram

⁴⁶ Civilizar significava transmitir aos índios a fé cristã e valores da cultura ibérica.

na região do Guairá, no atual Paraná, e fundaram, em 1610, as reduções de Nossa Senhora de Loreto e de San Inácio.

O padre Roque González de Santa Cruz atravessou o rio Paraná, de oeste para leste, e fundou Encarnación de Itapúa, em 1615. No mesmo ano, mais ao norte, fundou Corpus Christi. Mais treze reduções surgiram entre os rios Tibaji e Iguazu, de 1622 a 1629, como mostrado na figura 3.2.

Segundo Segarra (1970, p.14) os jesuítas tinham clara a previsão estratégica da ocupação do território, pois as reduções eram *"distanciadas en diez leguas unas de otras y enfrentadas a través del río, que sirve como vía de comunicación entre ellas y hasta Buenos Aires"*.

De acordo com Figueira (2003, p.178):

Nas missões os índios eram catequizados e aprendiam a lavrar a terra e a executar diversos tipos de tarefa. Como esses nativos já estavam adaptados ao trabalho agrícola, os integrantes das bandeiras - os bandeirantes - achavam muito mais interessante e lucrativo caçá-los no interior das missões. As missões jesuíticas se apresentavam, assim, como uma importante fonte de mão-de-obra, onde os índios já se achavam aldeados pelos padres e adestrados para o trabalho e a obediência.

Segarra (1970, p.14/15) continua com suas impressões a respeito das Missões:

Las misiones del Guairá y del alto Paraná constituían para las bandeiras una presa ideal, con sus millares de guaraníes concentrados y hechos al trabajo rural. Los invasores contaban con una alianza premonitoria en la clase alta del Paraguay: los encomenderos, perjudicados en su explotación del indio por la competencia jesuita.

Arteaga (1999, p.29) também tem a mesma opinião de Segarra e diz:

Por otra parte, el éxito de los jesuitas en el Guayrá se convirtió en la causa de su ruina. El espectáculo de las reducciones con miles de guaraníes cristianos, agricultores y dóciles, fue un atractivo irresistible para las bandeiras paulistas que con sus mamelucos rapaces cayeron sobre los pueblos misioneros.

Diante de tantas facilidades, houve vários ataques às missões. Mas foi a bandeira comandada por Antônio Raposo Tavares, organizada em 1628, que de fato inaugurou o ciclo de caça ao índio. Neste ano uma imponente bandeira integrada por sessenta e nove brancos, novecentos mamelucos e mais de dois mil índios, saíram de São Paulo. Em janeiro de 1629 os bandeirantes atacaram as reduções e escravizaram entre oito e dez mil índios.

Figura 3.2 - Mapa das Missões de Guairá - Detalhe



Figura: Modificada de Metcalf, Alida C. Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Paraiba, 1580-1822.

Autoridades espanholas também favoreceram, durante a vigência da União Ibérica, a destruição das missões jesuíticas de Guairá. Contaram com o apoio de D. Luís de Céspedes Xérias, governador do Paraguai, que era sócio do bandeirante e vereador Antônio Raposo Tavares naquele momento. Os espanhóis de Villa Rica e Ciudad Real atacaram as reduções para capturar os índios das missões e vendê-los aos bandeirantes. Os bandeirantes receberam e levaram mais de dezoito mil cativos para São Paulo.

Mais tarde os Bandeirantes voltaram para buscar os indígenas que ficaram nas duas missões restantes, San Ignacio e Loreto. Arteaga (1999, p.29) nos dá mais detalhes e diz que: *La acción de Raposo Tavares en los nuevos asaltos las misiones del Guayrá de 1630 y 1631, se perdieron no menos de 30.000 indios.*

Logo os índios fugiram com seus catequistas para o Paraguai. O padre Ruiz de Montoya reuniu dez mil nativos e navegando pelo rio Paranapanema e Paraná, chegaram na atual Argentina, onde se reuniram nas novas reduções. Este contingente de guaranis iria mais tarde se fixar na região do Tape. Conta Arteaga (1999, p.29) que:

Los jesuitas consideraron que la situación era insostenible y el P. Ruiz de Montoya, a fines de 1631, organizó el éxodo hacia el sur de 10.000 indios en canoas y balsas, por el Paraná, asentándose a orillas de un alluyente de este río, el Yabebiry.

Não havendo mais índios em reduções ou missões no centro da América do Sul os bandeirantes foram para o sul, no Tape, em busca de índios.

As reduções do Tape e os Bandeirantes

Destruídas as missões do Guairá, não desistiram, ainda, os jesuítas espanhóis de estabelecerem-se no sul do Brasil. Com o apoio do governo de Buenos Aires foi estimulado o povoamento do Tape através da ação dos jesuítas, uma vez que este governo não tinha condições materiais, financeiras e principalmente de homens. Para isso contribuíram os religiosos da Companhia de Jesus. Segundo Lessa (1984, p.25):

O Superior das Missões de Guaranis, Padre Roque Gonzáles, é convidado a visitar Buenos Aires, onde o governador e o bispo o recebem com grandes honras. Disse-lhe o governador de todo o seu interesse na conquista espiritual dos despovoados campos que hoje constituem o Rio Grande do Sul, e o bispo conferiu patente em virtude da qual ficava a Companhia de Jesus autorizada a fundar paróquias indígenas em toda a extensão de seu bispado.

Os missionários reduziram milhares de guaranis, navegaram pela mesopotâmia Paraná-Uruguai, fixando reduções na chamada zona do "Tape". Em 1626, padre Roque González de Santa Cruz atravessou o rio Uruguai e iniciou a redução de São Nicolau, junto ao rio Piratini, primeira Redução do 1º ciclo missionário no lado esquerdo do rio Uruguai, seguindo os projetos de colonização espanhola. Logo em seguida funda São Francisco Xavier.

A fundação das reduções jesuíticas do *Tape* representou uma dilatação das missões do Paraguai para o Rio Grande do Sul, e, portanto, uma penetração que se fazia sob ordens de autoridades espanholas. Com esta fixação dos jesuítas no Tape resultou na primeira presença européia a habitar o Rio Grande do Sul.

A área estendia-se pelas bacias dos rios Jacuí, Ijuí, Piratini, Taquari, Ibicuí, Rio Pardo, limitando-se, por um lado com as escarpas das serras do Mar e Geral e com o rio Uruguai, por outro. As missões do Tape estão indicadas na figura 3.3.

No ano de 1627, houve a fundação de Candelária do Ibicuí. Em 1628 fundaram Assunção do Ijuí, Candelária do Piratini e Todos os Santos de Caaró. Em 15 de novembro de 1628 Roque González de Santa Cruz e o padre Afonso

Rodrigues foram trucidados pelos índios, em Caaró, e de João de Castilho em Assunção do Ijuí.

Figura 3.3 - Mapa das Missões localizadas no Tape



Figura: Modificada de Metcalf, Alida C. Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Paraíba, 1580-1822.

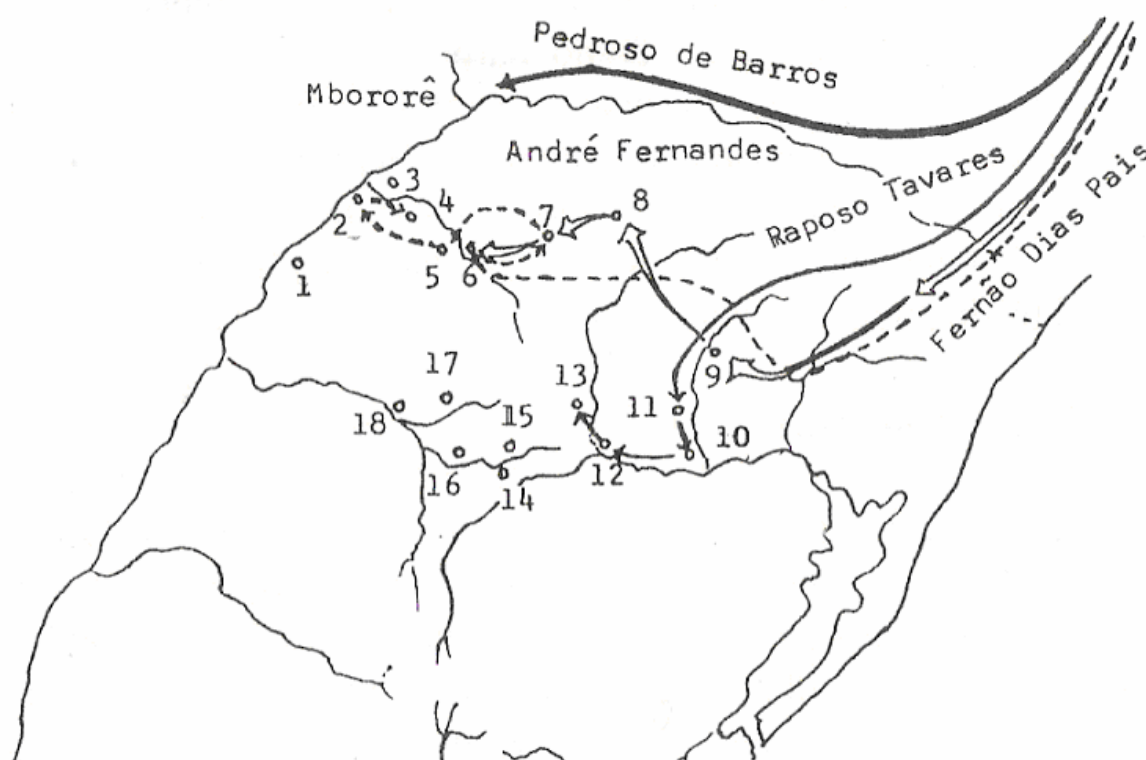
Na seqüência, em 1631, fundaram Apóstolos e São Carlos, em 1632, São Tomé, São José, Sant'Ana, Natividade, São Cosme e Damião, Jesus-Maria e São Miguel, ao longo dos rios Ibicuí, Vacacaí e Taquarí. Em 1634 houve a fundação dos três últimos povos do 1º ciclo missioneiro no Rio Grande do Sul: São Cristóvão, São Joaquim e Santa Tereza.

Em 1634 o padre Cristóbal de Mendoza introduziu o gado no Tape, para criação extensiva, fato que seria de extrema importância para o futuro econômico do Rio Grande do Sul. Também foi o fundador de São Miguel de 1632. Foi martirizado, em 1635, nas imediações da redução de São Joaquim.

Estabelecidas as reduções, os bandeirantes vieram no encalço dos índios aldeados. As bandeiras penetraram no atual Rio Grande do Sul, atacando as missões para buscar a posse da mão-de-obra indígena. Em princípios de 1635, a bandeira de Luís Dias Leme faz longa incursão pelo interior rio-grandense. No fim do ano de 1636, a bandeira de Antônio Raposo Tavares capturou índios e destruiu as reduções de Jesus Maria, San Cristóbal e San Joaquin. Em 1637 o bandeirante

André Fernandes preou os habitantes das reduções do vale do rio Ijuí. No ano de 1638, Fernão Dias Pais Leme percorreu o vale do rio Ibicuí, aprisionando índios missioneiros.

Figura 3.4 – Mapa da Rota dos Bandeirantes no Rio Grande do Sul



Reduções dos Tape a as rotas das expedições em bandeira

- | | | |
|-------------------------|-------------------|--------------------|
| 1. São Francisco Xavier | 7. São Carlos | 13. Natividade |
| 2. São Nicolau | 8. Santa Tereza | 14. Cosme e Damião |
| 3. Assunção | 9. São Joaquim | 15. São Miguel |
| 4. Candelária | 10. Jesus, Maria | 16. São José |
| 5. Caaró | 11. São Cristóvão | 17. São Tomé |
| 6. Apóstolos | 12. Santana | 18. Candelária |

Fonte: Moacyr Flores – História do Rio Grande do Sul

As freqüentes bandeiras, e sob pressão da igreja, os índios reduzidos conseguem, em 1639, através de negociação direta do padre jesuítas Antônio Ruiz de Montoya com o Rei da Espanha, armas de fogo para sua própria defesa e defesa dos territórios espanhóis. Assim os índios puderam adestrar-se nas artes da guerra.

O padre jesuíta Domingos de Torres foi o encarregado de preparar os exércitos índios. Segundo Arteaga (1999, p.31):

En 1639, las autoridades españolas autorizaron a los jesuitas para que armasen a los indios. Algunos padres y hermanos jesuitas con experiencia militar previa a su ingreso a la Compañía de Jesús se encargaron de adiestrarlos y preparar las fortificaciones de los pueblos.

O governador de Buenos Aires, Mendo de la Cueva, aproveitou-se disso e requisitou os índios das reduções jesuíticas para participar de expedições punitivas contra tribos insubmissas que inquietavam os habitantes de Corrientes e Santa Fé. Este foi o início de uma mudança de atitude, os índios, a partir de então se transformaram numa força militar à disposição das autoridades coloniais espanholas.

Chama-se a atenção que a autorização de armar os índios se deu ainda no período da união das Coroas Ibéricas; assim, apesar de a Companhia de Jesus ser uma ordem religiosa, os jesuítas também faziam às vezes militar e política, defendendo seus interesses e mais tarde os dos espanhóis.

Em março de 1641 a bandeira de Pedroso de Barros penetrou no Tape com um exército de mais de 400 homens dotados de armas de fogo e mais de 2500 tupis flecheiros, navegando em mais de 250 embarcações. Após vários combates a bandeira teve uma derrota fragorosa no que ficou determinado como Batalha de Mbororé Neste evento, o exército guarani foi comandado pelo padre jesuíta Domingos de Torres. Segundo o que conta Arteaga (1999, p.31):

Los paulistas fueron derrotados en una serie de batallas libradas en canoas en el rio Mbororé, afluente del alto Uruguay. La persecución duró varios días y hubo feroces combates, pero la victoria de Mbororé puso fin a las agresiones de los bandeirantes contra las misiones del Tape y determinó la frontera entre las posesiones españolas del Plata y las portuguesas en el sur del Brasil.

Apesar da vitória, os jesuítas retiraram os índios para a margem ocidental do rio Uruguai, pois as missões estavam destruídas, o que resultou no abandono da área, encerrando a primeira fase de ocupação das ordens religiosas no sul do Brasil.

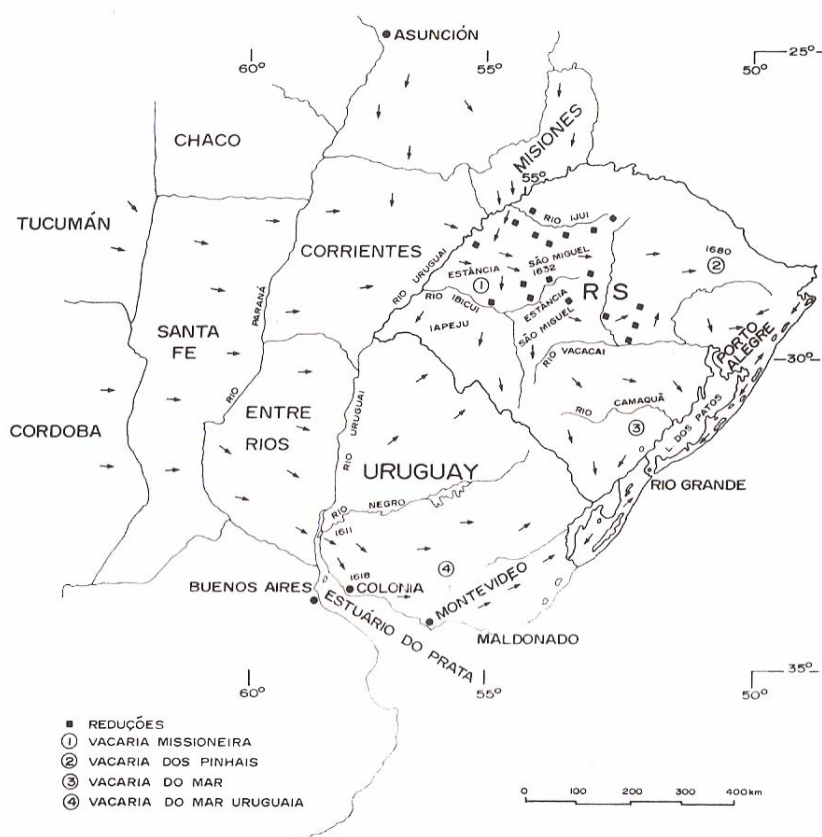
A partir desta data, os paulistas não mais vieram ao Rio Grande com intenções de prear, porque não havia mais índios. O território estava desocupado, desterritorializado. Também se deu, porque com o fim do domínio espanhol os portugueses conseguiram expulsar os holandeses da África, restabelecendo-se a

normalidade do tráfico negreiro. Com isso, desativou-se a atividade de caça ao índio, que havia sido sempre uma mão-de-obra alternativa ao escravo negro.

A Vacaria del Mar

Após os bandeirantes devastarem as reduções no tape, os jesuítas retiraram-se para a margem direita do Uruguai, levando os índios, os jesuítas, porém, transferiram o gado, introduzido por Cristóbal de Mendoza, para o sul do rio Jacuí, livrando-o da pilhagem das bandeiras. Nessa região, os rebanhos espalharam-se e reproduziram-se livremente nas pastagens naturais e de boa aguada, dando origem à Vacaria del Mar. Também os eqüinos, para aqui trazidos do Peru, um pouco mais tarde, se haviam reproduzido em inumeráveis manadas.

Figura 3.5 – Mapa da Introdução do gado no Rio Grande do Sul e as Vacarias



Fonte: VIEIRA, Euripedes falcão & RANGEL, Susana Salun. Geografia Econômica do Rio Grande do Sul. Sagra, 1993.

Estes rebanhos, abandonados no pampa do atual estado do Rio Grande do Sul e do Uruguai, reproduziram-se à solta tornaram-se selvagens, formando uma imensa reserva de gado, principalmente na região uruguaia de Maldonado e às margens da Lagoa Mirim. Este gado será o responsável pela viabilização econômica do Rio Grande do Sul. Dessa forma, estava lançado o fundamento econômico básico de apropriação da terra gaúcha: a preia do gado xucro.

Consolidação das ações do período 1580 – 1640

Nas ações e acontecimentos no cenário do centro-sul da América do Sul durante o período da União Ibérica vimos que as ações de guerra da Espanha na Europa e suas conseqüências foram às causas dos “movimentos” dos atores durante a União das Coroas Ibéricas, do atual sudeste brasileiro até o Prata. Em razão do excesso de preocupação com as questões européias a América do Sul ficou em segundo plano.

Os espanhóis estavam compenetrados nas questões políticas européias, nos conflitos bélicos encabeçados pelos Habsburgos como guerras de conquista, manutenção de espaços políticos ou de ordem religiosa. Fatos que impediam uma atuação mais efetiva na área do Prata. Kennedy (1989, p.55) ilustra as dificuldades que a Espanha tinha na Europa:

... os Habsburgos simplesmente tinham coisas demais a fazer, inimigos demais a combater e frentes demais a defender. A resistência das tropas espanholas não podia compensar a necessidade de dispersá-las pelas guarnições internas, pelo norte da África, na Sicília e Itália e no Novo Mundo, bem como pelos Países Baixos. Como o Império Britânico três séculos depois, o bloco dos Habsburgos era um conglomerado de territórios muito dispersos, um tour de force político-dinástico que exigia enormes recursos permanentes, em materiais e engenhosidade, para manter-se de pé. Como tal, constitui um dos melhores exemplos de excessiva distensão estratégica na história: pois o preço de ter tantos territórios era a existência de numerosos inimigos, peso esse carregado também pelo Império Otomano contemporâneo.

Com isso se relaciona a questão, muito significativa, da cronologia das guerras dos Habsburgos. Eram freqüentes, nesse período, os conflitos europeus, é certo, e seus custos constituíam um peso terrível para todas as sociedades. Mas os outros Estados - França, Inglaterra, Suécia e até mesmo o Império Otomano - desfrutaram de certos períodos de paz e recuperação. Foi o destino dos Habsburgos, em especial os de Espanha, ter de voltar-se imediatamente da luta contra um inimigo para um novo conflito contra outro; à paz com a França seguiu-se a guerra com os turcos; à trégua no Mediterrâneo sucedeu-se um extenso conflito no Atlântico, que por sua vez foi substituído pela luta no noroeste da Europa. Durante alguns períodos terríveis, a Espanha imperial combateu em três frentes ao mesmo

tempo, e com seus inimigos ajudando-se uns aos outros, de forma deliberada, diplomática, comercial e mesmo militarmente.

Desta forma, faltavam recursos humanos e materiais para colonizar os atuais Argentina e o Paraguai, por isso os reveses contra os índios do Chaco e arredores, levando inclusive a facilitar ou ajudarem os portugueses nas suas empreitadas de preia de índios.

A região sul por sua vez não contribuía com retorno econômico como o Peru e Bolívia - ouro e prata, por exemplo - para financiar os custos dos seus conflitos na Europa. A região do Prata não tinha nenhum ciclo econômico em andamento e na mesma forma não tinha um projeto geopolítico, por isso não obteve a atenção necessária da Espanha, demorando assim a consolidar a ocupação do território. Devido a isto os espanhóis tardaram a subjugar os índios em sua região de atuação, perdendo terreno para os portugueses, que se inseriam no território na forma de Bandeiras.

Kennedy (1989, p.56) nos apóia neste pensamento, mostrando a importância econômica para a Espanha do litoral pacífico e região andina da América do Sul:

É fácil compreender por que as possessões do Novo Mundo eram uma área de importância vital para a Espanha. Durante bem mais de um século, elas proporcionaram aquele acréscimo regular à riqueza da Espanha, e portanto ao seu poder militar, sem o qual o esforço Habsburgo não poderia ter sido mantido por tanto tempo. Mesmo quando os ataques ingleses e holandeses contra o império colonial hispano-português exigiram um dispêndio crescente em frotas e fortificações de além-mar, os ganhos diretos e indiretos da coroa espanhola nesses territórios continuavam consideráveis.

O fato crucial que levou a encenação dos atores neste período foi a falta de mão-de-obra para atuar nas lavouras brasileiras. A coroa espanhola não tendo como prover, fornecer escravos negros, deixou a elite portuguesa colonial solucionar o problema de mão-de-obra, fazendo a escravização dos índios, inclusive com o apoio dos encomenderos espanhóis, conforme se referiu Segarra. Para prear os índios nas missões foram utilizadas as Bandeiras.

Os bandeirantes, portanto, não estavam conquistando terras ou alargando fronteiras porque neste momento toda a América do Sul era espanhola. Estavam em busca de índios para escravizar e utilizar na lavoura de cana-de-açúcar de São Vicente e Bahia. Nesta missão foram até o centro do atual Rio Grande do Sul.

Nesta época a metrópole, a Espanha, utilizava comercialmente o açúcar brasileiro. Desta forma, o índio era um bem, um recurso econômico necessário e o Bandeirante estava buscando-o. Os próprios espanhóis ajudaram os portugueses a atender sua demanda por índios nos saques nas reduções ou missões em Guairá. Ajudaram por interesses econômicos locais ou por, talvez, ordens expressas do rei.

Diante destes argumentos, houve, em nosso entender, permissão tácita da Coroa espanhola para a formação das Bandeiras, dando-se elas por interesses econômicos e políticos advindos da Europa. Havia a necessidade de mão-de-obra escrava para atuar na lavoura de cana-de-açúcar com a conseqüente recolha de impostos desta atividade e lucros na sua comercialização pela coroa espanhola e seus súditos. Era a exploração colonial que extraia o excedente econômico produzido na colônia a fim de ser acumulado na metrópole.

Deve-se levar em conta que neste período o centro sul do continente sul-americano de controle espanhol, por sua vez, teve severas dificuldades para colonizar o território, não conseguindo ocupar plenamente o atual espaço argentino/paraguaio, em razão de seus revezes contra os índios, principalmente na região do chaco, onde estes eram extremamente belicosos, deixando a ocupação, em forma de reduções/missões, com as ordens religiosas. Vale lembrar que os revezes espanhóis contra os índios se deram na mesma época das ações das Bandeiras em Guairá e no Tape, demonstrando a fragilidade espanhola na colonização e ocupação do território.

De outro modo, em nenhum momento os jesuítas espanhóis descrevem as atuações das bandeiras como ações de outro país ou de estrangeiros. A missão dos Bandeirantes, na descrição do padre Antonio Vieira em carta a seus superiores, colabora com nossa argumentação:

Partiram os moradores de São Paulo ao sertão em demanda de uma nação de índios chamados serranos distante daquela capitania muitas léguas pela terra adentro, com intento de ou por força ou por vontade os arrancarem de suas terras e os trazerem às de São Paulo e aí se servirem deles como costumam.

Já o padre Antonio Ruiz de Montoya disse que: *“A vida desses bandidos é ir ao sertão trazendo índios presos para vendê-los como pombas”*.

No entanto Raposo Tavares referiu-se sobre os fatos como: “*É Deus que nos dá a ordem, no Livro de Moisés: combatei as nações pagãs*”.

Apesar de, na época, haver um sentido econômico para as Bandeiras, hoje há a interpretação de conquista territorial por historiadores de ambos os lados. Arteaga (1999, p.27) se refere assim das Bandeiras:

El período filipino daría el marco adecuado a ello con el abatimiento de las defensas jurídicas, políticas y militares. Durante esos sesenta años, la unión personal hizo irrelevante la línea de Tordesillas y por la frontera abierta irrumpió en territorios españoles el contingente trashumante de las bandeiras paulistas.

Ferreira Filho (1978, p.24) argumenta que:

Guaira foi a tentativa de estrangulamento. Alcançado por ali o mar, estaria perdida para o Brasil toda a ampla área que constitui hoje os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Raposo Tavares atacou Guaira, onde era suprema autoridade o Pe. Montoya, o herói paulista estava apenas repelindo a penetração castelhana que ameaçava de seccionamento o território brasileiro.

Concordamos com os resultados obtido pelos Bandeirantes mas não com os motivos das suas ações. Os Bandeirantes, em nosso entender, não alargaram fronteiras.

Também, a pretensão de chegada do espanhol ao litoral atlântico, em um momento de reino único, tratava-se de conseguir uma comunicação com o mar para a entrada e saída de mercadorias e pessoas, não se tratando, naquele momento histórico, de tentativa de estrangulamento e sim de legitima ocupação territorial, já que o continente tinha um comandante único na ocasião, Felipe IV da Espanha (Felipe III, de Portugal), e todas as ações eram realizadas, teoricamente, em seu nome. Também lembramos que neste tempo não houve nenhum conflito de forças internas, portuguesas e espanholas, por ocupação do território no período de União das Coroas Ibéricas.

Após as ações dos bandeirantes, ao contrario do que diz a historiografia, o território não foi conquistado. Foi, sim, desocupado. Com a preia ou a migração dos índios e dos jesuítas a desocupação foi quase que completa transformando no que convencionou-se dizer que era *terra de ninguém*. Com esta desocupação do território formou-se um vazio geopolítico no sul do atual Brasil.

A destruição das missões em Guairá e no Tape, contudo, não foi seguida de imediato povoamento da região pelos luso-brasileiros. Se as bandeiras não

ocuparam, elas tiveram o mérito de explorar e descobrir o território e dar condições de Portugal pós-restauração, com base no conhecimento, a pretensão na posse da terra, de acordo com a teoria geopolítica do Magnus Brasil.

Costa (2001, p.30) vai ao encontro da nossa argumentação dizendo que:

Os bandeirantes, partindo de São Paulo, se não promoveram ocupações de fato, abriram vias de circulação e com isso criaram algumas pré-condições para ocupações futuras, em especial com a descoberta de ouro e pedras preciosas em pontos do interior (atuais Minas Gerais e Mato Grosso), a partir de fins do século XVII.

Em relação à desocupação, César (1979, p.72) citando Jaime Cortesão⁴⁷ nos dá outra alternativa a este fato:

Tem-se exagerado notavelmente a força destruidora das bandeiras. Portugueses e luso-brasileiros limitaram-se muitas vezes a provocar e precipitar a força migratória, latente nos índios. Foi o que sucedeu no Guairá e no Tape. As reduções desfizeram-se como castelos de cartas que eram. Em muitos casos bastou um sopro para desabarem.

Segarra (1970, p.13) ilustra este pensamento dizendo: *“Aun sus apologistas no encuentran, al cabo, más argumento para justificarlos que el consagrado y verídico calificativo de “fundadores de la grandeza territorial del Brasil”.*

As bandeiras de caça ao índio destruíram as missões jesuíticas espanholas nos atuais oeste paranaense e no centro do Rio Grande do Sul, o que contribuiu para incorporar, mais tarde, esses territórios ao atual Brasil, revertendo naquele momento, um impulso geopolítico interno. Vellinho (1970, p.32/33) nos ajuda em nossos argumentos e diz:

Se naquele momento os jesuítas do Paraguai não tivessem sido rechaçados, talvez não fosse possível recuperar. mais tarde a larga região de que eles viriam a apoderar-se a partir de 1687, quando voltaram a insistir no intento de levar suas conquistas político-religiosas até o Atlântico, através da área natural que depois formaria o Rio Grande do Sul.

Cabe ainda dizer que em relação aos jesuítas, estes somente conseguiram se estabelecer efetivamente na América do Sul, onde não havia algum ciclo econômico em desenvolvimento.

Depois de 1640, não houve mais preias de índios no centro-sul da América do Sul porque:

⁴⁷ Jaime Cortesão. Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil

- no Paraguai os índios eram extremamente belicosos e não estavam aptos para trabalhar na agricultura;
- no Tape e em Guairá não havia mais índios para prear;
- os índios localizados em reduções na Argentina, estavam armados e muito longe de São Paulo;
- houve a volta do trafico negreiro da África.

Em nosso entender, não houve avanço das fronteiras neste período, porque não houve ocupação do território do sul do Brasil, continuando no eixo São Paulo / São Vicente, ou seja, aproximadamente no Trópico de Capricórnio. O mapa de Guglielmo Sansone - Figura 3.6 - geógrafo de Luís XIV de França, publicado em Roma no ano de 1677, mostra a América do Sul dividida em seis partes: Terra Firme, Peru, Chile, Terra Magelânica (onde se situava o estreito de Magalhães), Paraguai e Brasil. O importante deste mapa para o nosso trabalho é que o Brasil está com seus limites estabelecidos praticamente na linha do Trópico de Capricórnio, limites que nós advogamos para Portugal no final do período da União das Coroas Ibéricas.

Figura 3.6 - Mapa America Meridionale, por Guglielmo Sansone –1677



Imagem: Mapas Históricos Brasileiros, da enciclopédia Grandes Personalidades da Nossa História, ed. Abril Cultural, São Paulo/SP, 1969.

No entanto, os historiadores de língua espanhola indicam o atual Rio Grande do Sul como área onde ficava a fronteira sul, entre Espanha e Portugal, pós-restauração.

Segarra, (1970, p.13/14) diz que:

En 1580, por extinción de la dinastía de Aviz, la corona portuguesa había recaído en Felipe II de España. Sin provecho para ésta, la unificación peninsular, que duró hasta 1640, resultaría nefasta para Hispanoamérica, pues la línea divisoria entre ambos dominios perdía en la práctica su razón de ser, prestando una cuasi legitimidad a las entradas paulistas en territorio ajeno. ... En efecto, la Banda Oriental comenzaba a asumir en su totalidad el carácter de zona fronteriza entre el ámbito español y el portugués que, mutatis mutandi, conserva hasta hoy.

Segundo Arteaga (1999, p.31):

Esta unión repercutió negativamente en los territorios españoles del Plata. ... A partir de 1640, Portugal restauró su monarquía independiente con Juan IV de Braganza. La frontera con el Brasil había quedado determinada por la batalla de Mbororé.

Figura 3.7 - Mapa Americae Descriptio, Nicolau Visscher – 1650



A batalha de Mbororé foi realizada em 1641, no Tape, no atual Estado do Rio grande do Sul.

A "*Novissima et Accuratissima Totius Americae Descriptio*" confeccionado por volta de 1650 por Nicolau Visscher – Figura 3.7 - mostra os limites portugueses no Tape, ou seja, no atual Rio Grande do Sul, sendo que este se estende até o canal da Laguna dos Patos inclusive o território da restinga chamada atualmente de São José do Norte, provavelmente utilizado para a tese dos historiadores de língua espanhola para afirmar como o atual Rio Grande do Sul como fronteira sul entre Espanha e Portugal.

Consolidando o pensamento sobre as fronteira no final do período da União das Coroas Ibéricas, a Figura 3.8 mostra a faixa de fronteira em que advogamos, em verde, e a que os historiadores platinos, em vermelho, indicam.

Mas, apesar do que dizem Arteaga e Segarra, na realidade houve uma desocupação do território do sul do Brasil pela extinção dos indígenas ou pela sua migração para a Argentina e sua reocupação, pelo homem europeu, não se deu imediatamente, porque:

- a Espanha naquele momento não tinha condições financeiras, materiais e humanas para ocupar plenamente o território platino;
- Portugal estava restabelecendo-se política e financeiramente da sua ocupação espanhola.

Figura 3.8 – Mapa da localização das Faixas de Fronteira

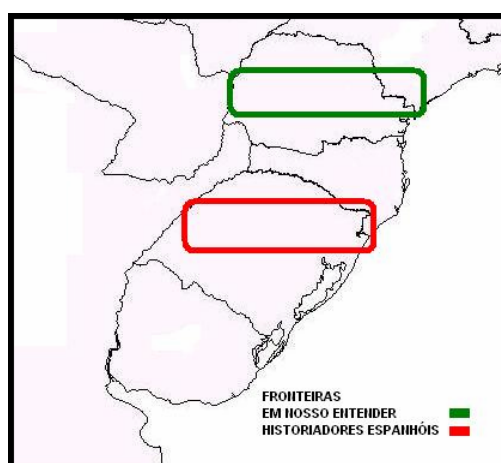


Figura: Jones Muradás

No entanto, diante das afirmações dos historiadores de língua espanhola, entendemos que a Espanha pós-restauração portuguesa aceitava a área de fronteira entre os dois reinos no atual Rio grande do Sul. Portugal continuaria a advogar o Estuário do Prata como limite natural, de acordo com a teoria do Magnus Brasil, identificado na Figura 3.7.

No mapa de Antônio Sanches - Figura 3.9 - elaborado em 1641 a divisão da América é simples: de um lado, o Peru (Espanha); do outro, o Brasil (Portugal). Mostra o pensamento geopolítico português para a América do Sul pós-restauração.

Figura 3.9 - Mapa da América do Sul por Antônio Sanches, 1641



Biblioteca Koninkijke, Haia - Holanda,

Outro mapa – Figura 3.10 - que mostra a pretensão portuguesa é o *America Pars Meridionalis*, obra do cartógrafo holandês Henricus Hondius e apareceu pela primeira vez em 1638 no *Totius Orbis Terrarum*, de Gerardi Mercatoris e Jodocus Hondius. O mapa mostra que do Lago de los Xarayes partem três grandes rios. Para o Norte o rio de las Amazonas, rumo ao Sul o Paraguay e o Meiyari em direção ao Nordeste. Os dois últimos formam os limites naturais de uma vasta região que se prolonga para Leste e que o cartógrafo chamou Brasilia,

demarcando, assim, os territórios portugueses na América do Sul. No entanto na data em que foi elaborado este mapa ainda existia a União das Coroas Ibéricas e o autor mostrou que a província tinha o território defendido por Portugal antes e depois daquela União.

Figura 3.10 – Mapa America Pars Meridionalis, de Henricus Hondius – 1638



Imagem: Mapas Históricos Brasileiros, da enciclopédia Grandes Personalidades da Nossa História, ed. Abril Cultural, São Paulo/SP, 1969.

O fato é, como mostramos nos mapas, que neste período histórico a cartografia era realizada de acordo com os interesses de cada parte. Pela impossibilidade de serem demarcados os meridianos, ambas as Coroas faziam incursões no território alheio, com a justificativa de seus cartógrafos particulares que modificavam voluntária e involuntariamente os meridianos divisórios, ou seja, por erros de cálculo causados pela tecnologia imprecisa da época ou por erros propositais de caráter ideológico.

A União Ibérica traz duas conseqüências importantes para o Brasil. Uma é a livre movimentação entre os domínios portugueses e espanhóis na América, o que facilitou e estimulou a penetração dos luso-brasileiros no interior do território, além

da linha de Tordesilhas. No entanto, os espanhóis também entravam sem grandes problemas em territórios portugueses, se estabelecendo e com isso obtendo títulos de propriedade que seriam respeitados pela diplomacia posterior. A outra são as invasões sofridas pela colônia por parte da França e Holanda inimigas da Espanha.

Como resultado das ações dos atores deste período vemos:

- O jesuíta, não conseguindo fazer seu trabalho de catequese em missões no lado português e tendo sucesso no lado espanhol da América do Sul, em razão de não haver ciclo econômico na área de colonização espanhola.
- Os índios sendo subjugados no lado português e dificultando a colonização do lado espanhol.
- As autoridades constituídas conseguindo sucesso na ocupação do território no lado português e dificuldade no lado espanhol.
- Neste período, os conflitos se deram contra os índios e seus protetores, os jesuítas.
- A livre movimentação entre os domínios portugueses e espanhóis na América facilita e estimula a penetração dos luso-brasileiros no interior do território e vice-versa, além da antiga linha de Tordesilhas.

Desta forma isto se refletiu diretamente na forma de ocupação do território e a marcação dos espaços de futuras evoluções na conquista territorial.

Quando da consolidação das missões no Tape, esta foi a primeira ocupação colonial no território do Rio Grande do Sul e, a partir da Vacaria del Mar, se deram condições para o início de uma efetiva exploração econômica do território riograndense. Também neste período houve a primeira denominação conhecida do sul do Brasil de *Capitania del-Rei*, nome utilizado por Felipe II, de Espanha, mas, que já constavam nos mapas ao tempo de D. João III.

A fase da União das Coroas Ibéricas termina com uma constatação. A Espanha não tinha projeto geopolítico, ou era incipiente, para o Prata. Portugal iria retomar o projeto do Magnus Brasil.

Este período finaliza sem reconhecimento do Estado a quem pertença o atual território do Rio Grande do Sul e o sul do Brasil. As ações geopolíticas futuras é que vão determinar de quem será este território. O espaço não era vivificado, era

uma zona morta ou passiva à espera de uma valorização real. Era uma zona de transição ou frente de contato. O espaço também é uma zona climática diferente do resto da Brasil, fator importante para a época, em razão do costume dos povoadores com o clima tropical.

Com a existência da União das Coroas Ibéricas, a linha de Tordesilhas, no nosso entender, extinguiu-se após 1640 devido a livre movimentação de pessoas e mercadorias e a também livre ocupação territorial na América, quando o Tratado era invocado pela Espanha se dava por puro realismo político. Agora, a conquista do território do centro-sul da América do Sul se dará pela ocupação e/ou pelo conflito. Com a restauração da Coroa portuguesa, estava começando um novo ciclo nas relações de poder na América do Sul e o Rio Grande do Sul e o sul do Brasil, ainda não ocupado: são *terras de ninguém*.

CAPITULO IV

DA RESTAURAÇÃO PORTUGUESA AO TRATADO DE MADRID – 1640 - 1750

A restauração da Coroa portuguesa se deu após um crescente sentimento de autonomia e foi consumada com a revolta de 1640, na qual um grupo de conspiradores da nobreza aclamou o duque de Bragança como Rei de Portugal, com o título de D. João IV (1640-1656), dando início à Dinastia de Bragança. A restauração relança a autonomia de Portugal na época em que se recriaram os estados-nação via Paz de Vestfália⁴⁸. No período de 1580 a 1640, da dominação filipina, se destruiu quase por inteiro o projeto português. Durante os sessenta anos que a Coroa portuguesa ficou em mãos espanholas houve a depauperação do reino e a deterioração do poder nacional português.

Sobre a restauração portuguesa Schaub (2001, p.97) diz que:

... nos discursos setecentistas de justificação da Restauração e legitimação de D. João IV, a perda da coroa portuguesa pelos Habsburgos não surge como revolta contra a união dinástica com um estrangeiro, mas sim como reposição do modelo justo e legítimo de gestão da coroa, num cenário de oposição à relação reino-rei e à interpretação dos acordos de Tomar adotadas por Olivares e sua facção cortesã.

⁴⁸ A chamada Paz de Vestfália, o Tratado Hispano-Holandês, que pôs fim à Guerra dos Oitenta Anos, foi assinado no dia 30 de janeiro de 1648 em Münster. Já o tratado assinado em 24 de outubro de 1648, em Osnabrück, entre Fernando III, Sacro Imperador Romano-Germânico, os demais príncipes alemães, França e Suécia, pôs fim ao conflito entre estas duas últimas potências e o Sacro Império. O Tratado dos Pirineus, de 1659, o qual deu fim à guerra entre França e Espanha, também costuma ser considerado parte da Paz de Vestfália.

A Paz de Vestfália inaugurou o moderno sistema internacional, ao acatar noções e princípios tais como o de soberania estatal e o de Estado-nação. Também estabeleceu o estado territorial soberano como a forma dominante de organização internacional. Por essa razão, costuma ser o capítulo inicial nos currículos dos estudos de Relações Internacionais.

A Paz de Vestfalia teve grande importância para Portugal que, em luta contra a Espanha, temia que esta, libertada das guerras que sustentava no centro da Europa, reorientasse o seu poderio militar sobre os portugueses, o que iria perigar a restauração da independência. Por isso procurava-se, por via diplomática, uma aliança com outros países europeus. A situação viria a tornar-se ainda mais problemática para Portugal, quando, em 1659, a França celebrou com Espanha o Tratado dos Pirineus.

As sucessivas guerras em que Portugal participou ao lado da Espanha contra as potências europeias tiveram como resultado a quase completa ruína económica e o isolamento na política internacional. Assim, na ruptura brusca com a Espanha, faltavam a Portugal armas, aliados políticos e económicos. Estava afastado das relações exteriores pela política do *mare clausum*, comum ao imperialismo espanhol. No jogo da grande estratégia europeia de confrontação entre o Norte e o Sul da Europa, Portugal aliou-se às potências protestantes como forma de gerir a independência. A primeira iniciativa dos restauradores foi a de enviar missões aos poderes da Europa, a fim de obter reconhecimento, ajuda militar e comércio.

Portugal conseguiu firmar a paz com a Espanha e manter sua independência. O esforço nacional foi mantido durante vinte e oito anos, com o qual foi possível sustentar as tentativas de invasão dos exércitos espanhóis e vencê-los nas mais importantes batalhas, assinando o tratado de paz definitivo em 1668.

Esses anos foram bem sucedidos devido à conjugação de diversas vertentes, como a coincidência das revoltas na Catalunha, os esforços diplomáticos da Inglaterra, França, Holanda e Roma, a reorganização do exército português e a consolidação política e administrativa.

Paralelamente, as guerrilhas organizadas pelos colonos conseguiram expulsar os holandeses do Brasil e as tropas portuguesas de Angola e de São Tomé e Príncipe (1641-1654), restabelecendo o poder atlântico português. No entanto, as perdas no Oriente tornaram-se irreversíveis e Ceuta ficaria na posse dos Habsburgo.

Depois de guerras esgotantes, a economia ficou exaurida. O Brasil e África estavam intactos, e o que se perdera na Ásia só confirmava o declínio dessa área. Devido a estarem indisponíveis as mercadorias indianas, Portugal passou a só obter lucro com a cana-de-açúcar do Brasil.

A geopolítica de Portugal, a partir da Restauração, foi o da balança de poder entre os estados europeus que bordejam o Atlântico, agora convertido em *mare liberum*, com a França e Inglaterra disputando a primazia. Predominou a aliança com a Inglaterra.

O evento imprevisível que permitiu à Coroa enfrentar os novos tempos político-econômicos foi a descoberta de ouro, em 1697, na província de Minas Gerais. Portugal, em síntese, conservou suas possessões africanas (Angola e Guiné) e o nordeste brasileiro, que foram reconquistados, mas perdeu, irremediavelmente, o controle do comércio oriental. O Brasil havia se tornado a mais valiosa possessão portuguesa.

Bastante debilitado, não restou a Portugal outra saída que não a de aplicar com toda rigidez a política mercantilista, objetivando uma eficaz exploração colonial do Brasil.

Uma das decisões mais significativas ocorridas com a Restauração foi a criação do Conselho Ultramarino por D. João IV, em 1640, regulamentada em 1642. O novo órgão nasceu subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos e estava encarregado exclusivamente da administração colonial. Foi o passo decisivo para a centralização administrativa colonial.

O objetivo do Conselho Ultramarino era reorganizar a administração do Brasil para obter maiores recursos e para garantir o real controle e poder sobre a colônia. Assim, as intenções eram:

- limitar os poderes da aristocracia latifundiária.
- centralização político-administrativa.
- limitava o poder das Câmaras Municipais - submissão às autoridades metropolitanas.

A nova política colonial portuguesa começou a caminhar no sentido da maior restrição: em 1661, proibiu-se o comércio do Brasil com navios estrangeiros; em 1684, foi proibido aos navios brasileiros aportar no estrangeiro. O exclusivo metropolitano implantava-se rápida e rigidamente, tornando-se a metrópole a intermediária obrigatória entre Brasil e Europa. Dentro desse contexto, começam as ações do novo período para Portugal e o Brasil.

A Espanha pós-restauração de Portugal – na Europa e América do Sul

A Espanha pós-restauração de Portugal continuava com importantes conflitos, em várias frentes, no cenário europeu debilitando mais ainda suas combalidas finanças. Assim não tinha muita disponibilidade financeira para investir no controle e manutenção do espaço sul-americano. A Espanha assinou dois tratados relativos aos seus conflitos dentro do que é considerada a Paz de Vestfália. O Tratado Hispano-Holandês, que pôs fim à Guerra dos Oitenta Anos, assinado no dia trinta de janeiro de 1648, em Münster e o Tratado dos Pirineus, de 1659, o qual deu fim à guerra entre França e Espanha, também considerado parte da Paz de Vestfália.

Os resultados do tratado foram muito abrangentes. Dentre outras conseqüências, os Países Baixos ficaram independentes da Espanha. O poder dos Sacro-Imperadores foi irreparavelmente abalado e os governantes dos estados germânicos voltaram a gozar da prerrogativa de determinar a religião oficial dos seus territórios⁴⁹. O tratado deu reconhecimento legal aos calvinistas. Três grandes potências emergiram: a Suécia, as Províncias Unidas e a França. Começa também o declínio da Espanha no cenário europeu.

Em relação à América do Sul, a Coroa espanhola encontrava inúmeros problemas em seus domínios. A extensa Gobernación del Río de la Plata era cada vez mais difícil de administrar o avanço português pelo norte e o leste, ainda se agregavam as incursões dos piratas franceses, ingleses e holandeses nas terras austrais.

Continua a impossibilidade de posse territorial espanhola

Devido à existência do povoado de Asunción, os espanhóis de Buenos Aires preferem transitar em trilhas sob o seu domínio, isto é, manter as rotas terrestres e fluviais que poderiam escoar as riquezas de Potosi, em vez de dominar o

⁴⁹ Cuius regio, eius religio – a religião é de quem é a região.

Atlântico sul, ao sul de Cananéia. Mais uma vez, a defesa do interesse econômico imediato é que vai determinar as ações a serem seguidas pelos governantes espanhóis.

O Governador de Buenos Aires, estimulado pela pouca distância das criações e o retorno econômico relativo a preia do gado, lançava medidas de ocupação deste território. A política de ocupação territorial espanhola no extremo sul, neste período, era proteger seus faeneros⁵⁰, e ao norte, no atual Rio Grande do Sul, a ocupação se dava pelo uso dos jesuítas nas missões.

Neste mesmo período, a colonização espanhola continuava com a dificuldade em deter os índios em seu território. Segundo Altamirano et alli (2007)⁵¹:

Entre 1660 y 1662 el Gobierno del Paraguay ordenó la construcción de seis fuertes sobre las márgenes del Río Paraguay a fin de contener las arremetidas de los guaycurúes del Chaco que amenazaban directamente a la ciudad de Asunción. Corrientes también sufrió duros ataques de los abipones y payaguáes en 1673 y 1689, obligando a los propios vecinos de la ciudad a armarse para no perecer y aunque lograron contener estas embestidas la campaña correntina experimentó los efectos devastadores de estas incursiones.

Los vecinos de Santa Fe debieron salir numerosas veces a combatir a los belicosos "calchaquíes", pero ello no impidió la devastación y la muerte, el robo de ganado y la destrucción de estancias en la campaña. Tal fue la gravedad de la situación que el Cabildo de Santa Fe resolvió su traslado más al sur, a su actual emplazamiento, hecho que tuvo lugar entre los años 1651 y 1661.

A esto se sumó la reconquista por parte de Portugal de Angola arrebatada por los holandeses, hecho que restableció el flujo de esclavos africanos hacia el Brasil. Orientadas en otras direcciones de la geografía brasileña, las bandeiras descubrieron oro en Minas Gerais(1693) y Cuiabá (1720). lo que dio origen a una nueva era de la economía sustituyendo a la economía de las plantaciones azucareras como motor principal.

Enquanto Portugal ocupava, ou tentava ocupar, todo o litoral, do Amazonas ao Prata, e grandes espaços no centro da América do Sul, a Espanha tinha grandes dificuldades de subjugar os índios no Chaco e arredores. Segundo Altamirano et alli (2007):

El Siglo XVII terminó así, con un Chaco Gualamba bajo el total dominio de las tribus guerreras tobas, mocovíes y abipones, entre otras, y la impotencia de las autoridades españolas por lograr su conquista y establecer la ansiada comunicación entre el Este y el Oeste a través de la boscosa región chaqueña. Entre los factores que contribuyeron a este resultado fue el ya mencionado dominio del caballo por las tribus chaquenses, hecho que les permitió colocarse en un pie de igualdad ante los tercios españoles y, sumado a ello, su superioridad numérica y su conocimiento del monte que les servía de seguro refugio. Pero también influyó, y mucho, el maltrato que los indios sufrían en las encomiendas y la

⁵⁰ Faeneiros são caçadores de gado xucro.

⁵¹ Documento Eletrônico

práctica de sacarlos del medio natural para reducirlos cerca de las poblaciones hispánicas, donde ni el clima ni el medio natural les eran favorables, lo que produjo en ellos mortandad o, en el mejor de los casos, la fuga hacia sus lugares de origen. Tampoco las autoridades de las distintas jurisdicciones acertaron a coordinar entre ellas una estrategia válida para asegurar el éxito de las empresas conquistadoras y atraerse a los principales caciques chaqueños sin alterar sustancialmente sus patrones culturales.

Portanto a Coroa espanhola não conseguia se apossar e colonizar o território, ficando com os jesuítas a função de ocupação e colonização através da catequese.

Os espanhóis e o impedimento ao livre comércio no porto de Buenos Aires

A pesar da precariedade das condições naturais do estuário para manutenção de centros estáveis de população o estabelecimento do porto foi determinado pelas necessidades indispensáveis de fazer comunicação com a metrópole. No entanto, a fraqueza militar e política espanhola na costa leste da América do Sul era evidente. Além disso havia o fato de Buenos Aires ter seu porto fechado para o livre comércio colonial espanhol na maior parte do século XVI e até após a metade do XVII. Esse fator retardou o desenvolvimento da cidade e do seu entorno, atrasando o desenvolvimento deste ponto estratégico do litoral e causando a demora da posse do território a que lhe pertencia pelo Tratado de Tordesilhas.

Prova disso é que logo após a re-fundação de Buenos Aires (1580) havia se estabelecido relações comerciais com os portos do Brasil. Mas, apesar da união das coroas ibéricas, houve a proibição desse intercâmbio. Canabrava (1984, p.64) diz que:

Essa política comercial visava proteger os interesses econômicos criados no Peru e objetivava enquadrar Buenos Aires no sistema comercial pré-existente. Assim, contrariando a perspectiva geral dos habitantes do porto, de usufruir as vantagens de sua situação geográfica excepcional, como porta do Atlântico, para a vasta região anterior, a cidade se viu reduzida a simples mercado consumidor, satélite do Peru, abastecido pela via real de Tucumán.

Outro dado importante para estabelecer o procedimento de porto fechado é que a região do entorno a Buenos Aires era desprovida de minerais nobres - a principal riqueza segundo o conceito mercantilista da época - fato relevante para não

haver trocas e a conseqüente liberalização comercial do porto. Canabrava (1984, p.65), em relação a este fato diz que:

Essa situação explica porque, largo tempo, a cidade viveu existência atrofiada e medíocre. Muitas vezes foi ela ameaçada de novo despovoamento; a cidade sofreu até, nos primeiros anos, sangrias no seu núcleo de população original: dos 60 vecinos - espanhóis e crioulos oriundos de Assunção que em 1580 tinham auxiliado Juan de Garay na fundação da cidade, restavam, cinco anos depois, apenas 50: a estes, muito imprópriamente poderia caber o título de vecinos, pois dispunham apenas de uma camisa e de uma libra de pólvora. Havia moradores que preferiam deixar em abandono a habitação da cidade, casa de adobe coberta de tórtara, para residir na área rural, de maneira a suprir melhor as necessidades de subsistência da família.

Quando havia a liberalização comercial as cédulas reais espanholas concediam permissão por tempo limitado ao comercio em Buenos Aires. Ao findar a permissão dava origem a períodos de estagnação econômica ou de franco contrabando. De modo geral, produzia fases de desequilíbrio econômico e social pela ausência de base jurídica que viesse apoiar uma situação comercial permanente.

A cédula real de 1618 permitiu o comércio de mercadorias para as províncias de Tucumán e do Peru, mediante o pagamento de 50% de novos direitos alfandegários que seriam pagos na aduana de Córdoba, interior do atual território argentino. O objetivo dessa disposição foi interromper de maneira terminante as relações entre Buenos Aires e as províncias do Tucumán e do Peru, e ainda, o condenando o porto e a cidade à destruição econômica. Assim, documentos legais procuraram estabelecer uma linha de isolamento em torno do porto de Buenos Aires, pela ruptura das principais rotas de comunicação intercolonial com nítida intenção de beneficiar economicamente os locais de produção de minérios nobres e a recepção de mercadorias na costa do Pacífico.

A instalação de alfândega em Córdoba assinala a supremacia dos interesses do comércio monopolista, que tinha intenção de defender o monopólio da rota oficial Antilhas - Pacífico, contra a influência crescente da via comercial do Atlântico.

O porto de Buenos Aires até quando tinha permissão de comercializar, não tinha muita importância em razão dos fatos acima descritos e ainda a concorrência forte dos portos do Pacífico Canabrava (1984, p.147) nos mostra algumas razões para essas dificuldades:

Apesar de não possuímos estatísticas para poder avaliar objetivamente a importância quantitativa das transações comerciais do porto de Buenos Aires não se pode exagerar sua real importância. A corrente comercial, licita e de contrabando que se infiltrava no vice-reino pelo porto de Buenos Aires, sofria a concorrência da que provinha de Callao, o grande porto peruano do Pacífico: aí se concentrava o intercâmbio comercial realizado com a Europa por meio do istmo, e o comércio fraudulento com as Filipinas, direto ou por intermédio de Acapulco. As operações comerciais realizadas pela via de Buenos Aires, mesmo nas épocas de maior florescimento do comércio de contrabando, tiveram papel secundário em relação ao volume total das transações comerciais do vice-reino, por causa da grande distância dos centros consumidores, problema agravado pelo estado rudimentar da técnica dos transportes, Não se pode esquecer de que o comércio no estuário do Rio da Prata só pôde se desenvolver quando o porto se tornou intermediário das trocas entre os mercados do exterior e os centros mineiros do Alto Peru, pois a população branca das Províncias do Rio da Prata e de Tucumán, ainda escassa e não enriquecida, possuía poder aquisitivo muito baixo.

Percebemos, portanto, que o fechamento comercial do porto de Buenos Aires pelas autoridades espanholas impediram o crescimento econômico e político da cidade e seu entorno nesse período, inclusive sendo um dos fatores que levaram a demora na efetiva conquista territorial da margem sul do estuário do Prata. A consequência desses atos possibilitou, no decorrer do século XVII, a ocupação da margem norte do estuário pelos portugueses com a fundação de Colônia do Santíssimo Sacramento.

Expansão do território brasileiro

Após a Restauração da monarquia, a diplomacia lusitana colocou em prática ou permitiu os atos de posse dos súditos portugueses. Portugal procurou estender o máximo sua soberania sobre o território meridional, empurrando as fronteiras e buscando preencher o vácuo que separava os estabelecimentos portugueses ao sul de São Vicente das fundações espanholas em Buenos Aires. A Coroa portuguesa, portanto, procurou confirmar suas fronteiras, principalmente no sul. Segundo Vellinho (1970, p.29):

A dilatação das fronteiras portuguesas em direção ao Prata esbarravam inicialmente no maciço florestal que recobria a bacia do rio Paraná e as duas grandes barrancas do curso superior do rio Uruguai. Era um território inóspito, quase ignorado, que se estendia desde São Paulo até a margem norte do Prata. Assim, centenas de quilômetros distavam entre as últimas povoações portuguesas e o limite natural que a coroa portuguesa almejava para limite meridional do Brasil.

Assim, devido às dificuldades do terreno, lentamente se processou o domínio territorial lusitano manifestando-se nas fundações de Sorocaba (1646) no vale do Paraíba, Paranaguá (1648), prosseguiu com o povoamento de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco (1658) no litoral catarinense, em Curitiba (1668) no altiplano paranaense, Nossa Senhora do Desterro (1662) na ilha de Santa Catarina e Santo Antônio dos Anjos de Laguna⁵² (1686), conforme mostramos na figura 4.1. À Laguna foi dada a missão de ocupar e povoar os campos do sul, assegurando o trânsito terrestre para Colônia do Sacramento, impedindo, ao mesmo tempo que os espanhóis se estabelecessem em qualquer ponto da costa. Também exerceu a função de centro redistribuidor das gentes que demandavam o Rio Grande e suas mercadorias. Estava iniciada neste momento a expansão da fronteira pioneira.

Figura 4.1 – Localização dos primeiros povoados no sul do Brasil

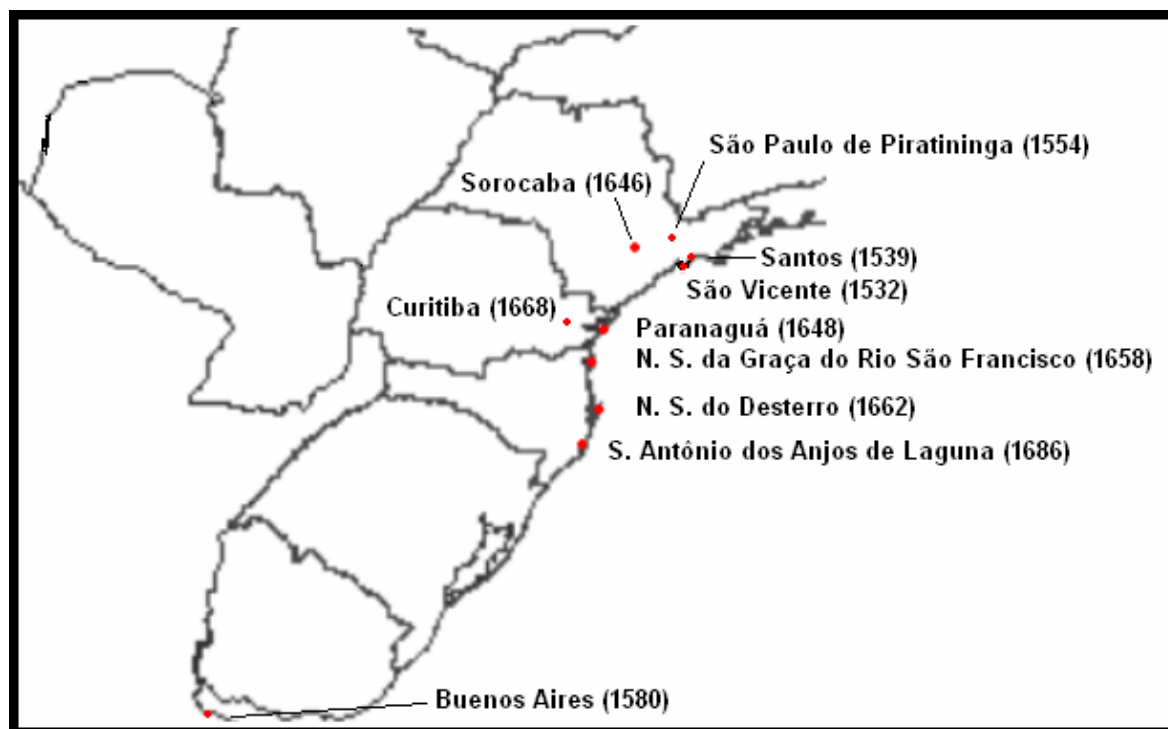


Figura: Jones Muradás

Para Arteaga (1999, p.27): *“El limite o la frontera de la expansión colonial portuguesa hacia el interior del Brasil será fluida y cambiante desde principios del siglo XVII, conformando lo que se ha dado en llamar una ‘frontera pionera’.”*

Sanguinetti (1989, p.16) conceitua fronteira pioneira como:

⁵² Santo Antônio dos Anjos de Laguna tem registro de vários anos de fundação. A Prefeitura Municipal de Laguna informa ser em 1676, fontes dizem ser 1684 e outras delas informam ser 1686, a moda, a qual adotamos.

La 'frontera pionera' es, en definitiva, el escenario de un avance sobre territorios despoblados que ese mismo avance va poniendo en valor a raíz del afincamiento humano, así como también supone la aparición previa y posterior de una nueva economía.

Portugal, continuando a afirmar sua intenção de ter suas terras limitadas no Prata e para impulsionar a colonização, concedeu a Salvador Correia de Sá uma capitania, cujo limite meridional se aproximava do paralelo de Porto Alegre. Pouco mais tarde, em cinco de março de 1676, eram doadas ao filho e neto daquele fidalgo, João Correia de Sá e Visconde de Asseca, as restantes terras para o sul, à margem esquerda do estuário platino.

Os Assecas não chegaram a tomar posse efetiva daquelas terras, deixando de instalar as capitanias. Por isso, em março de 1727, estas capitanias reverteram ao patrimônio real. Nota-se que a doação da capitania se deu antes da bula papal, o que veremos adiante, que determinava que a diocese do Rio de Janeiro tinha limite no estuário do Prata. O motivo determinante dessa concessão foi eminentemente geopolítico, visando criar um fato novo.

O povoamento passou a ter como principais bases econômicas às atividades pastoril e de mineração e tinham como estímulos políticos frear a nova expansão das missões jesuíticas no Tape e o interesse da Coroa por estender seus domínios até a margem esquerda do Prata.

Os habitantes do Pampa – dos Mozos Perdidos ao Gaúcho

O ecossistema de campos que ocupa extensas planícies de uma parte da Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul - região da Campanha - denomina-se Pampa, cujas pastagens naturais são ideais para a criação de gado. Era habitada, inicialmente, na maioria por índios charruas e minuanos, que viviam da caça e que logo se adaptaram magnificamente ao cavalo, por volta de 1600. Assim este habitat passou a abrigar um novo tipo social, que, sem pátria e sem lar, era formado por desertores, fugitivos, vagabundos, criminosos, tanto portugueses como espanhóis, negros e índios, todos marginalizados, de uma forma ou de outra, pela sociedade latifundiária pecuarista em formação.

São frutos de cruzamento étnico, filhos de índia nativa com europeu. Sua miscigenação com o europeu fundiu as culturas ibérica e americana, e gerou os *mozos perdidos*, homens que optaram pela vida no pampa. O primeiro registro do tipo é em Santa Fé, em 1617, quando *mozos perdidos*, vestidos à semelhança dos charruas, assaltavam as estâncias.

O abandono das estâncias jesuíticas, em 1640, que se internavam até o centro da Banda Oriental pelo sul e nas cercanias do Atlântico pelo leste, fez que estes campos se constituíssem em *terras de ninguém*, e o gado chimarrão foi explorado ilegalmente. A caça de gado nessas pradarias possibilitou a formação de um personagem característico: o changador. Os changadores eram habitantes clandestinos da campanha, aliados dos charruas, recusavam qualquer obediência ao governo espanhol de Buenos Aires.

Preferiam viver sem fazer nada, de forma nômade, alimentando-se do que a Vacaria do Mar dava. O cabildo de Buenos Aires, em 1642, registrou cuatreros e vagabundos que, à maneira dos *mozos* de Santa Fé, roubavam o gado das estâncias. As cartas dos jesuítas registram que em 1686, já no segundo ciclo jesuíta, surgiram os vagos ou vagabundos pilhando as estâncias missioneiras. Em 1700 aparecem registros como changadores na Vacaria do Mar, e como vagabundos e changadores perto de Montevideú, em 1705.

Assim, dava-se o nome de changadores aos que se ocupavam em matar animais alçados, para tirar proveito de seus couros e graxas. Com o tempo suas incursões foram passando de changas para atos de contínuos ilícitos e desaforos e, conseqüentemente, perseguidos pela justiça espanhola.

Produto de uma cultura tipicamente rural, ginete excepcional, mescla de espanhol, português, negro, mulato, mestiço, charrua e guarani, o changador foi amo e senhor da região das antigas vacarias jesuíticas. O lento avanço de estâncias provenientes de Buenos Aires, Montevideú, Santa Fé, Corrientes, Rio Pardo e Rio Grande lhe tirou a soberania das pradarias.

Com o resultado natural de uma nova necessidade econômica, era no território sulino a única mão-de-obra disponível e que poderia fazer o trabalho de abater o gado xucro. Os changadores, em parceria com os charruas, extraíam couro e graxa - usada na Europa para a iluminação residencial e pública -, fazendo

escambo com navios portugueses, ingleses e franceses que fundeavam no estuário do Prata.

Os changadores que realizavam delitos de contrabando e roubo de gado na Banda Oriental del Uruguay tinham a facilidade de introduzir-se no Brasil, ajudados pelos portugueses que se ocupavam do mesmo ilícito, e, crescendo seu número, foram organizadas partidas militares espanholas para reprimir seus ilícitos e insultos.

Quando pagavam impostos pela courama eram chamados de faeneros, mas quando vendiam o couro e o sebo aos piratas franceses no litoral, entre Maldonado e Castilhos Grandes, eram denominados de changadores ou contrabandistas.

Em 1746, no interior da Campanha rio-grandense surgiram os termos gaudério e pilhadores que acompanhavam os exércitos ao longe, substituindo o termo changador.

Gaudério quer dizer folgazão, divertido, do latim gáudio. Esses não tinham paradeiro. Numa vida errante, não construíam lares. Segundo Lessa (1984, p.17) *“por causa desse viver de gáudio, de despreocupação, de gozo, ganham outro nome: “gaudérios”.*”

Os primeiros camponeses a serem chamados de gaúchos foram os gaudérios, mestiços, índios, peões, contrabandistas, caçadores de gado chimarrão, teatinos, etc.

A palavra *gaúcho* aparece em crônicas de viajantes na América do Sul por volta de 1770. Demonstra uma nova adaptação, ou melhor, a culminação dos tipos anteriores, presente simultaneamente no Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina. Investigações recentes provam conclusivamente que o nome gaúcho nasceu no trifinio argentino-uruguaio-brasileiro atual. A primeira menção documental conhecida dos gaúchos se encontra em uma comunicação entre autoridades no Vice-Reino da Argentina em outubro de 1771. Este texto permite supor que o termo não era novidade. Nas comunicações espanholas oficiais da época o termo gaúcho era substituído por *coureadores*. Tudo se supõe que o termo gaúcho era voz bem conhecida na região platina, mas por ser tida como palavra índia não parecia apropriada para escrevê-la em um documento oficial.

Também em outros escritos da época já eram referidos como no *Diário Resumido*, de 1787, de José de Saldanha, que dizia:

Gauches, palavra espanhola usada neste país para expressar aos vagabundos, ou ladrões do campo, quais Vaqueiros, costumados a matar os Touros chimarrões, a sacar-lhe os Couros, e a levá-los ocultamente as Povoações, para a sua venda ou troca por outros gêneros.

Ribeiro (2007) também se refere ao gaúcho, verbalizando:

Os gaúchos, por sua vez, eram os mestiços resultantes do caldeamento de índias e espanhóis e habitavam os amplos espaços pastoris, dedicando-se ao gado que se multiplicava no campo. Mantiveram, pela endogamia, suas características biológicas e tendiam, pelo isolamento, a conservar as técnicas de subsistência, as formas de organização social, a visão de mundo, os hábitos e a língua. A influência central do ladino era o porto que o colocava em contato com o mundo e tendia a torná-lo cada vez mais exógeno. A influência central do gaúcho era a campanha, que o deixava atrelado ao país e dedicado ao pastoreio.

Desta forma a palavra gaúcho é a designação que, pelo ano de 1787, começa a substituir ao antigo changador, documentado desde 1729, e gaudério, documentado desde o ano de 1746, que eram as denominações espanholas *“das gentes que se empregam em fainas de matança de reses... tiram seus couros e negociam com os portugueses do Rio Grande, que os recebem em troca de bebidas, tabaco negro e algumas roupas”*.

Somente a partir de 1800, o termo gaúcho se generalizou. Gaúcho era, pois, um termo regionalizado usado no domínio espanhol colindante com o português do Rio Grande, conforme mostramos na figura 4.2.. Este domínio formava o atual território uruguaio, o território das Missões e o sul - sudeste do Rio Grande do Sul e das atuais províncias argentinas de Corrientes e Misiones. Esta extensa zona, portanto, esteve infestada durante todo o século XVIII deste tipo social. Eram em sua maior parte fugitivos da justiça ou desertores dos exércitos, espanhóis e portugueses, negros e mulatos, mestiços ou índios guaranis fugitivos das missões e índios charruas que se uniam para saquear. Suas vítimas eram os proprietários da região e os povos de índios das Missões que possuíam estâncias de gado. O gaúcho não tinha chefes nem leis convencionadas, porém dispensava o mais sério respeito aos que o acolhiam e às suas propriedades.

Em nosso entender, os gaúchos primitivos vagavam na busca de serviços. Eram contrabandistas numa terra que não existiam fronteiras definidas. Caçadores de gado selvagem, num mundo onde a natureza era a lei da sobrevivência, apesar

do gado ser monopólio do rei da Espanha. Buscavam domas, tropeadas, pequenas lidas que lhes garantissem a sobrevivência.

Este tipo social era um desempregado que obtinha trabalho no período da safra das charqueadas, couramas e nos rodeios, por isto ele respeitava a propriedade do estancieiro para garantir emprego na próxima safra. Os gaúchos também viviam das arreadas ou califórrias, roubo do gado das estâncias para retirar o couro e o sebo.

Figura 4.2 – Evolução geográfica dos Gaúchos

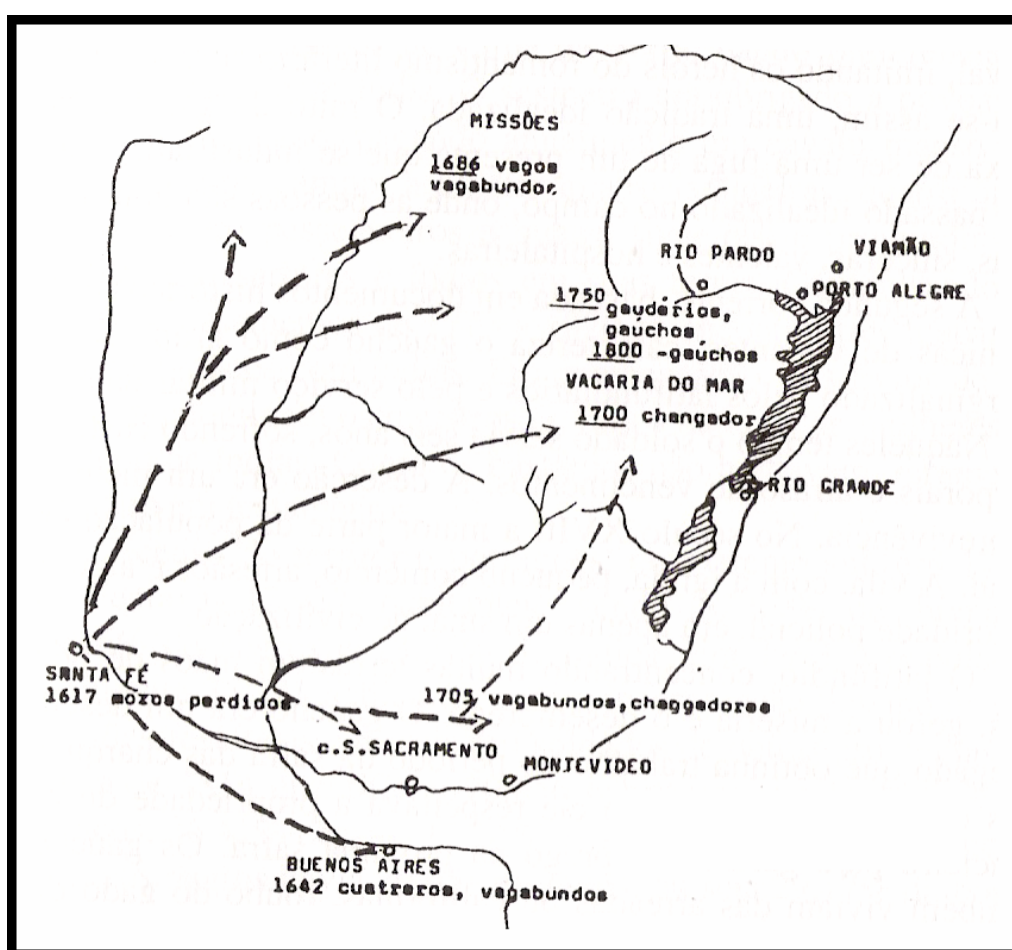


Figura modificada: Flores, Moacyr. História do Rio Grande do Sul, 1997. p.70

Neste período, muitos gaúchos eram vaqueanos, pois conheciam a região nos seus mais mínimos detalhes e guiavam viajantes e exércitos pelo pampa. Outros tocavam infindáveis tropas de gado por léguas sem fim. Havia ainda os carreteiros, que transportavam produtos cortando a região de todas as maneiras. Os antigos e primeiros gaúchos nômades são injustamente chamados de ladrões no período do gado chimarrão, época de enfrentamento de forças pela posse do gado sem dono.

Trabalhavam sazonalmente em fazendas, eram pouco exigentes e pareciam se divertir no trabalho mais duro – eram exímios laçadores, boleadores, carneadores e artesões de produtos de couro necessários a montaria. Também influenciavam de forma espantosa os filhos dos colonos da campanha ou povoados por onde passavam.

Augusto Saint-Hilaire, na sua viagem ao Rio Grande do Sul em 1820, estabeleceu as diferenças entre o campeiro que trabalha nas estâncias e o gaúcho pilhador e ladrão, que se engaja nos exércitos espanhol ou português apenas para saquear, não entendendo o significado de pátria. Nicolau Dreys, em 1839, classificou-o como integrante de uma sociedade agine – sem mulher -, formada originariamente do contato da raça branca com a indígena, recrutando constantemente indivíduos com gosto pela vida fácil, sem ordem e sem destino.

Começou-se a ver que o gaúcho bárbaro possuía qualidades úteis para a guerra, como, por exemplo, sua destreza de ginete, sua resistência para as fadigas e penúrias, seu amor a liberdade, seu valor pessoal e sua lealdade ao caudilho.

O primitivo gaúcho habituado a uma vida cheia de perigos tornou-se um dos melhores soldados de cavalaria do mundo, pela determinação e extraordinária habilidade ao montar o cavalo.

As constantes carnações, o contato com o sangue, tornava-o sempre preparado para a guerra. Era tão valente soldado que José Garibaldi, o Herói dos Dois Mundos, após combater na Revolução Farroupilha, numa fracassada batalha, na Itália, lembrou seus soldados e disse: *“Daí-me um esquadrão da Cavalaria Rio-Grandense e eu vencerei o mundo!”*.

Sobre o hábito da guerra vale a pena completar a questão com a observação de Saint-Hilaire, citada por Lessa (1984, p.166), em relação ao gaúcho rio-grandense: *“Em geral, os homens daqui são extremamente corajosos (...). Contam-se às centenas seus atos de bravura. Estão sempre dispostos às mais árduas lutas, mas é difícil sujeitá-los a uma disciplina regular (...).”* Nunca desertam, diz Saint-Hilaire, pela covardia, mas o fazem freqüentemente quando os deixam inativos e então retornam aos lares.

Vejamos, ainda, algumas observações de Dreys (1990, p.115) sobre os gaúchos rio-grandenses:

“Nas guerrilhas do Rio Grande empregadas contra o estrangeiro, adquiriram uma reputação de firmeza e de coragem que o inimigo não desconheceu. A coragem do rio-grandense é fria e perseverante (...).”

Fazendo um parêntese, é bom lembrar que os gaúchos (considerando além do Rio Grande, os gaúchos do Uruguai e Argentina) foram a base utilizada na guerra em seus respectivos países, os quais lhes devem seja a independência, seja a manutenção das fronteiras – por exemplo: sem os gaúchos, basicamente rio-grandenses, Rosas, na Argentina, não teria caído). No Brasil o caso é exemplar: quem manteve as fronteiras ou lutou nas guerras foram os homens deste Estado, mesmo que os livros de história não lembrem disso”.

Os gaúchos, enquanto nômades, segundo suas conveniências, se enquadrilhavam em ações bélicas, acompanhando, por exemplo, a Juan de San Martín em 1776, onde foram enviados a São Borja para custodiar a fronteira, ante eventuais avanços portugueses e a Borges do Canto, em 1801, na conquista dos Sete Povos.

A incorporação do gaúcho aos exércitos que lutaram pela fixação de limites, tanto ao lado de Portugal quanto de Espanha, e depois brasileiros e platinos, trocou a repulsa anterior em simpatia, o estigma em estima. Assim, foram grandes instrumentos a serviço da Geopolítica de Portugal e depois do Brasil que os tinha como aliados e eram combatidos pelos espanhóis. Como soldados eles facilitaram a expansão e a manutenção do território para Portugal, no sul do Brasil.

Terminadas as guerras, as condições da vida campeira se haviam modificado totalmente. O trabalho mais organizado das estâncias fazia impossível a volta ao nomadismo e o gaúcho se assentou nelas tanto por necessidade como por inclinação, transformando-se no braço indispensável do trabalho. O gaúcho peão era o mais hábil cavaleiro e um militar de cavalaria de primeira ordem.

Com o trabalho fixo, o gaúcho sedentarizou-se. O gaúcho, que também era conhecido por peão, além de trabalhar para o patrão, protegia a estância dos ladrões de gado e de terras. Com o passar do tempo muitos dos Estancieiros possuíam um verdadeiro exército, para se proteger dos inimigos e das invasões espanholas.

Atualmente, no Uruguai a figura do gaúcho é um símbolo nacional na medida que o país teve na pecuária sua atividade principal. Na Argentina, a situação é diferente. Lá o gaúcho é uma figura nacional, mas os sentimentos em relação a ele oscilam. Na virada do século XIX, ele era visto como símbolo de atraso que gradualmente deveria ceder seu lugar aos imigrantes mais modernos. No Brasil, o

gaúcho é um tipo regional que compareceu na construção territorial e social da identidade do estado do Rio Grande do Sul; a figura do gaúcho foi, portanto, fundamental no projeto geopolítico da conquista e manutenção territorial luso-brasileira no sul do Brasil.

A fundação de Colônia do Santíssimo Sacramento

Após a Guerra da Restauração, perdurou a indefinição de limites nas Filipinas e na América do Sul, desta forma os reinos ibéricos delegaram ao Papa Inocêncio XI a decisão de seus conflitos territoriais. Lessa (1984, p.35) diz que: *Portugal prepara argumentos diplomáticos provando que a ocupação das Filipinas havia “deslocado” a linha de Tordesilhas bem para o oeste de Laguna.*

Acatando tacitamente os argumentos portugueses o Papa Inocêncio XI, pela bula Romani Pontificis de vinte e dois de novembro de 1676, institui no Brasil um outro bispado além do da Bahia, o bispado do Rio de Janeiro, estendendo até o Rio da Prata sua jurisdição. A vitória da diplomacia lusitana se dá com a fixação do limite meridional da nova diocese. Fato que reconhecia a área como território português. Ao promulgá-la, o Papa Inocêncio XI nada mais fez que atender pedidos da coroa portuguesa, cujos desígnios expansionistas, ali amparados pela Santa Sé, viriam a completar-se com a fundação de Colônia do Sacramento (1680). Isso não legitimava o fato para Portugal, no mínimo comprovava que existiam dúvidas sobre a posse espanhola. Tornava-se necessário marcar presença naquele vazio territorial, naquela terra de ninguém.

Com esses argumentos Portugal estende seus domínios até a foz do Prata e o Príncipe D. Pedro, Regente de Portugal ordena em 1678 a fundação de uma colônia naquela região, limite do bispado do Rio de Janeiro, para sustentar e afirmar seus direitos sobre o território.

Cumprindo determinação real e com apoio dos comerciantes do Rio de Janeiro, D. Manoel Lobo aportou em vinte de janeiro de 1680 na península junto à ilha de São Gabriel, em frente a Buenos Aires no rio da Prata, para fundar a Colônia do Santíssimo Sacramento, destinada a múltiplas funções. São elas:

- assegurar um limite *natural* estável para o Brasil, afirmando os direitos portugueses no extremo sul;
- criar um porto de livre comércio, mantendo comércio e comunicação com os vizinhos;
- obter e manter a livre navegação no Rio da Prata.
- estabelecer um forte militar;
- garantir as comunicações fluviais entre suas diversas zonas interiores, o que resultava indispensável para a unidade do país;
- apoderar-se da riqueza pecuária da Banda Oriental;
- desagregar o domínio espanhol no Prata, interrompendo a ligação entre territórios hispânicos;
- atuar como empório de um comércio ilícito (contrabando) que deveria penetrar para o interior dos territórios da coroa espanhola os produtos ingleses, extraído em troca prata e frutos do país.

Figura 4.3 – Localização da Colônia do Santíssimo Sacramento



Figura: Jones Muradás

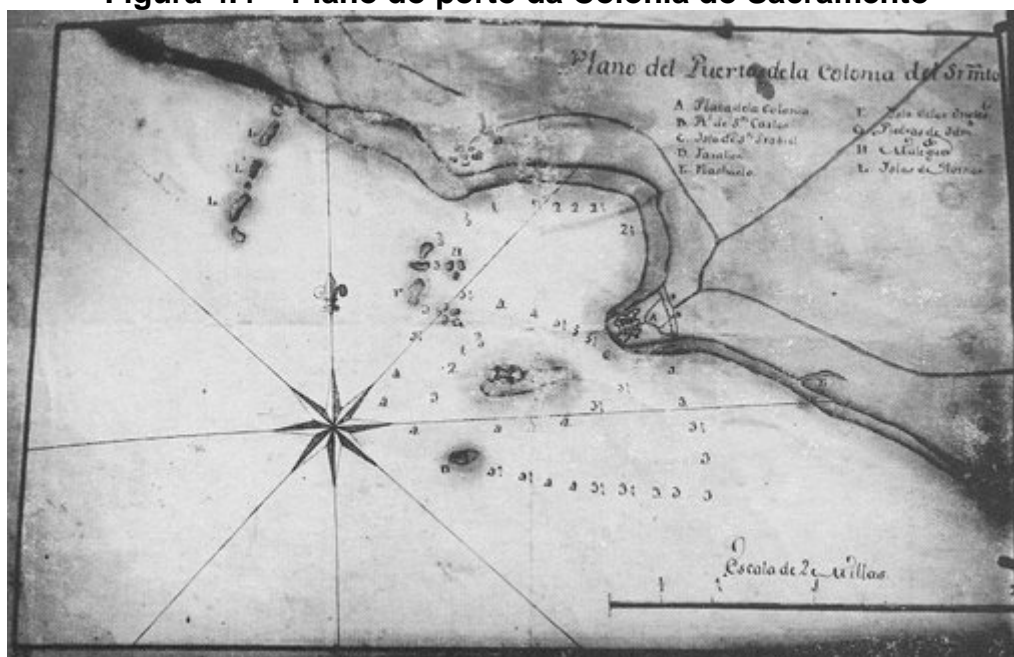
O lugar escolhido, conforme as figuras 4.3 e 4.4, em frente a ilha de São Gabriel, era uma península arenosa protegida por um escudo de ilhas, duzentos e cinquenta quilômetros da boca do estuário, a cem quilômetros da desembocadura do rio Uruguai e a quarenta quilômetros da cidade de Buenos Aires. O núcleo desse

estabelecimento foi uma fortificação simples, iniciada com planta no formato de um polígono quadrangular.

Esse novo núcleo de ocupação portuguesa localizava-se nas proximidades do que seria o principal centro da colonização espanhola na América do Sul: a cidade de Buenos Aires. Situado próximo à Foz do rio Prata, Buenos Aires desempenhava importantes papéis na conservação da hegemonia comercial espanhola na região. Era um ponto estratégico que lhes permitiriam controlar a região, objetivo geopolítico que Portugal perseguiu por muito tempo, mostrando, desde logo, que a intenção era obter o que almejava. Costa (1988, p.31) refere-se à Colônia do Sacramento como “*verdadeira sentinela geopolítica*”.

A Inglaterra, interessada também em controlar o mercado platino, associou-se politicamente aos portugueses na fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento. Isso se deu porque os britânicos estavam interessados no contrabando da prata, que por ali se escoava saindo dos domínios espanhóis da Bolívia e do Peru.

Figura 4.4 – Plano do porto da Colônia do Sacramento



Sem data e Anônimo - Biblioteca Nacional da Argentina

Ferreira Filho (1978, p.31) comenta a fundação de Colônia com estes termos:

Estava de boa fé a Corte lusitana acreditando que seus domínios deviam limitar-se, ao sul, pelo estuário do Rio da Prata. E vivia tão firme nessa convicção que, ao fundar a Colônia do Sacramento, na praia fronteira à ilha de São Gabriel, esperava receber dos castelhanos da outra margem um tratamento cordial, compatível com as normas da boa vizinhança.

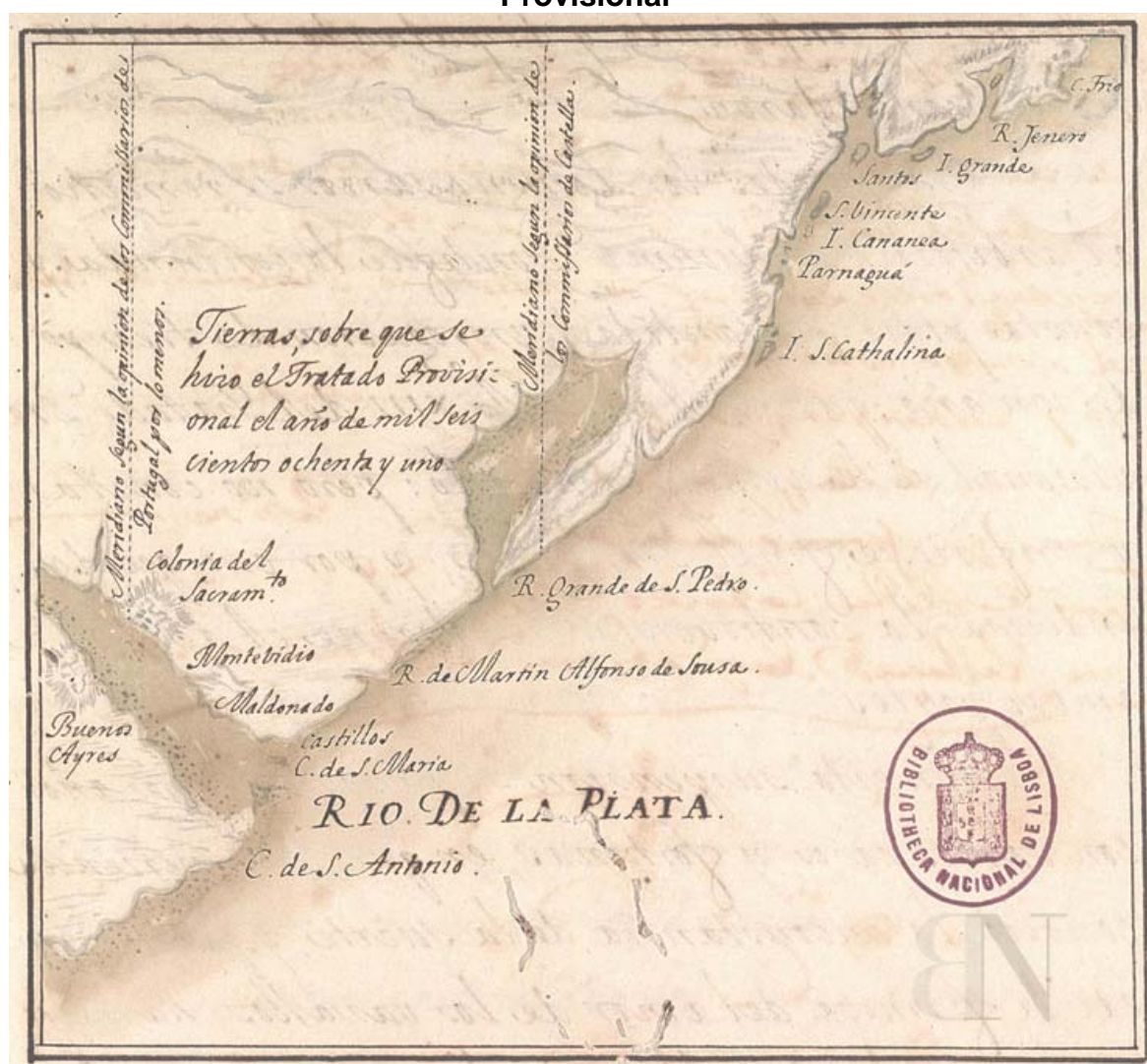
D. José de Garro, governador de Buenos Aires, tentou solução diplomática para embargar a ocupação sob a invocação do Tratado de Tordesilhas, D. Manuel Lobo ponderou que o assunto deveria ser debatido nas Cortes.

Sem solução para o impasse, D. José de Garro ordenou que recrutassem espanhóis de Santa Fé e Corrientes com a ajuda decisiva de um exército de três mil guaranis das reduções mobilizados e aprestados pelos jesuítas espanhóis para sitiarem por terra a Colônia do Santíssimo Sacramento. Sem aguardar ordem da metrópole espanhola, essas forças atacaram o estabelecimento lusitano, defendido por insignificante potencial bélico. Depois de vários ataques às fortificações, na madrugada de sete de agosto de 1680, Colônia do Sacramento foi conquistada e destruída. Foi o primeiro combate terrestre entre guarnições de Portugal e Espanha na América do Sul.

Segundo Vellinho (1970, p.37): *“Buenos Aires sentiu bem o alcance do perigo e, antes de qualquer consulta à Metrópole, resolveu por si mesma acometer o baluarte que vinha pôr em xeque sua hegemonia sobre o delta platino.”*. Desta forma, como era um sistema de economia fechada que ia fender-se, a integridade do império espanhol ameaçava desconjuntar-se naquela porção territorial.

As medidas defensivas, tomadas pelas autoridades espanholas de Buenos Aires, interessadas em assegurar a integridade do pacto espanhol no estuário do Prata, prejudicaram todas as nações que até então se dedicavam ao comércio ilegal de ouro, prata e gêneros de consumo na região. Entretanto foi a Inglaterra, responsável pelo maior número de violações ao monopólio comercial espanhol da bacia platina, que mais diretamente se viu atingida das iniciativas de controle dos agentes da Coroa de Madri. Objetivando burlar o zelo protecionista da Espanha, a Grã-Bretanha estimulou o governo de Lisboa a estabelecer este ponto avançado de povoamento no extremo sul do território brasileiro. Portanto a localização da Colônia do Sacramento, explica as verdadeiras finalidades de sua fundação. Realmente, edificada bem defronte à cidade de Buenos Aires, a nova povoação lusitana objetivava assegurar à Inglaterra uma base de operações para seu comércio ilegal no Prata. Além da finalidade bélica, o estabelecimento da Colônia atendia aos interesses do setor mercantil da burguesia portuguesa interessado em recuperar o acesso ao contrabando no rio da Prata: o intercâmbio com Buenos Aires.

Figura 4.5 – Mapa da localização da Colônia do Sacramento pós Tratado Provisional



A Espanha, em guerra com a Holanda e não querendo outra frente de luta, realizou o Tratado Provisional ou Tratado de Lisboa sobre a Colônia de Sacramento, assinado em Lisboa entre Carlos II, Rei da Espanha e o Príncipe D. Pedro, Regente de Portugal, a sete de maio de 1681 e ratificado em Madrid a vinte e cinco do mesmo mês – Figura 4.5. Esse tratado determina que o Governador de Buenos Aires devolva aos portugueses a Colônia do Santíssimo Sacramento, com artilharia e munições, e para ela encaminhar os seus habitantes que estiverem em Buenos Aires ou nos arredores, podendo, no entanto, desmanchar as fortificações que lá houvesse feito. Portugal somente recuperou Colônia em 1683, depois de prolongados contatos entre diplomatas portugueses e espanhóis.

A fundação de Colônia do Sacramento foi um acontecimento importantíssimo e de intensa ressonância geopolítica. Estas funções foram vista como ameaça pela coroa espanhola, que faria tudo para neutralizá-la ou destruí-la.

Noutros termos, a fundação da Colônia do Sacramento representou a associação anglo-lusa para a conquista do amplo mercado colonial platino, que só seria possível após a destruição do esquema monopolista espanhol na área. Dessa forma, a Colônia transformou-se em um dinâmico centro de contrabando anglo-português. A fundação da Colônia e a abertura de mercado consumidor de gado e couro nas Minas Gerais, e gado muar posteriormente, determinaria o desenvolvimento da pecuária na futura Capitania do Rio Grande de São Pedro. A Colônia do Sacramento traduziu a geopolítica portuguesa de acercar-se do limite natural do Rio da Prata. Foi o pomo de discórdia que suscitaria disputas diplomáticas e militares pelo domínio da Banda Oriental e que viria a balizar a política de Portugal e do Brasil Império, no sul do continente até a metade do século XIX.

Os Jesuítas espanhóis se restabelecem no Tape

Contra atacando as ações portuguesas no Prata e procurando interromper este avanço em direção ao litoral Sul, são estabelecidas missões jesuíticas no Tape. O governo espanhol ordenou a fundação de povoados a partir do rio Uruguai, para ocupar as terras com estâncias e lavouras. Por falta de população branca, os padres jesuítas⁵³ com os índios guaranis foram responsáveis pela ação, onde reiniciaram, a partir de 1682, a segunda fase das reduções jesuíticas, chamada posteriormente do Território dos Sete Povos das Missões. Vellinho (1970, p.65) reforça nosso pensamento dizendo:

... o retorno dos padres da Província do Paraguai ao Tape não pode deixar de ser considerado estrategicamente como uma réplica à fundação da Colônia do Sacramento. A posição conquistada pelos portugueses no Rio da Prata punha em sério perigo os incontáveis rebanhos em que se havia desdobrado, ao longo de cinqüenta anos, a pequena ponta de gado aqui introduzida pelo desventurado P. Cristóbal de Mendoza quando da primeira entrada dos jesuítas. Daí o incansável encarniçamento com que o exército missionário se atirava contra o baluarte inimigo.

⁵³ Não vamos entrar em considerações se os jesuítas tinham o objetivo de criar um Império Teocrático - estado eclesiástico subordinado a igreja católica - ou não. Nesta tese vamos somente considerar que eram povoados que tinham a identidade espanhola e que estavam associados econômica e militarmente a Espanha.

Os Sete Povos foram, portanto, estabelecidos à retaguarda de Colônia de Sacramento numa tentativa de bloquear suas comunicações por terra.

Houve, deste modo, a fundação de San Borja ou São Borja, no local da antiga redução de São Tomé, pelo padre Francisco Garcia. São Borja é o primeiro Povo do 2º ciclo missionário do Rio Grande do Sul. No retorno, os jesuítas encontram na Vacaria do Mar o gado, deixado anteriormente, que se reproduziu extraordinariamente nos mais de 40 anos em que ficou abandonado nos campos.

Antes de fundarem cada aldeia, os jesuítas cuidavam para que a escolha recaísse em lugares altos, de fácil defesa, com matas e água abundante. E, com esse cuidado, no decorrer de mais de vinte anos vão fundando os povos restantes.

Figura 4.6 – Localização, em detalhe, das aldeias dos Sete Povos



Figura: Jones Muradás

A fundação de San Nicolás ou São Nicolau ocorreu em 1687, retransmigando do outro lado do rio Uruguai e estabelecendo-se bem próximo a antiga redução de São Nicolau de 1626. A fundação de San Miguel ou São Miguel Arcanjo, no mesmo ano, também retransmigando, ergueu-se bem distante da redução de São Miguel, de 1632. São Miguel foi considerada a capital dos Sete

Povos. Também em 1687 foi fundada San Luís ou São Luiz Gonzaga, pelo padre Miguel Fernandes.

Em 1690, foi fundada San Lorenzo ou São Lourenço Mártir, pelo padre Bernardo de La Vega. Em 1697 foi fundada San Baptista ou São João Batista, originário de uma desmembração do povo de São Miguel, fundado pelo padre Antônio Sepp. A última povoação foi fundada em 1706 e foi San Ângelo ou Santo Ângelo Custódio em local que ficava entre os rios Ijuí e Ijuizinho, no atual município de Entre-Ijuís. Este Povo, em 1707, muda-se definitivamente para a margem direita do rio Ijuí, no mesmo local onde está hoje a cidade de Santo Ângelo.

As Missões dos Sete Povos atingem, em 1732, seu maior índice populacional: 39.343 pessoas, sendo as três mais populosas neste ano São Nicolau, com 7.751 habitantes; São Lourenço com 6.513 e São Luiz com 6.182.

Em 1709, os jesuítas conduziram gado para a atual região dos Campos de Cima da Serra, ficando conhecida como a Vacaria dos Pinhais, em terras do atual município de Vacaria e adjacências.

A criação de gado fazia-se em estâncias longe dos povos. A propriedade era sempre da comunidade. A estância de São Miguel era em Santa Tecla, no atual município de Bagé, distante quase 600 km, São João, no Tupanciretã, e outras, como mostrado na figura 4.7. Nessas estâncias também se criavam cavalos e ovelhas.

Verifica-se que pelas distâncias, nestas ações de povoamento, os jesuítas espanhóis dominaram uma vasta faixa de terra rio-grandense, muito mais ampla do que a modernamente chamada região missioneira, desde as florestas do rio Uruguai, pela margem esquerda, abrangendo todo o planalto médio e a campanha, até ao sul dos municípios de Rosário do Sul e Santana do Livramento, podemos considerar, portanto, como postos avançados do domínio espanhol.

Figura 4. 7 – Localização dos ervais e estâncias dos Sete Povos

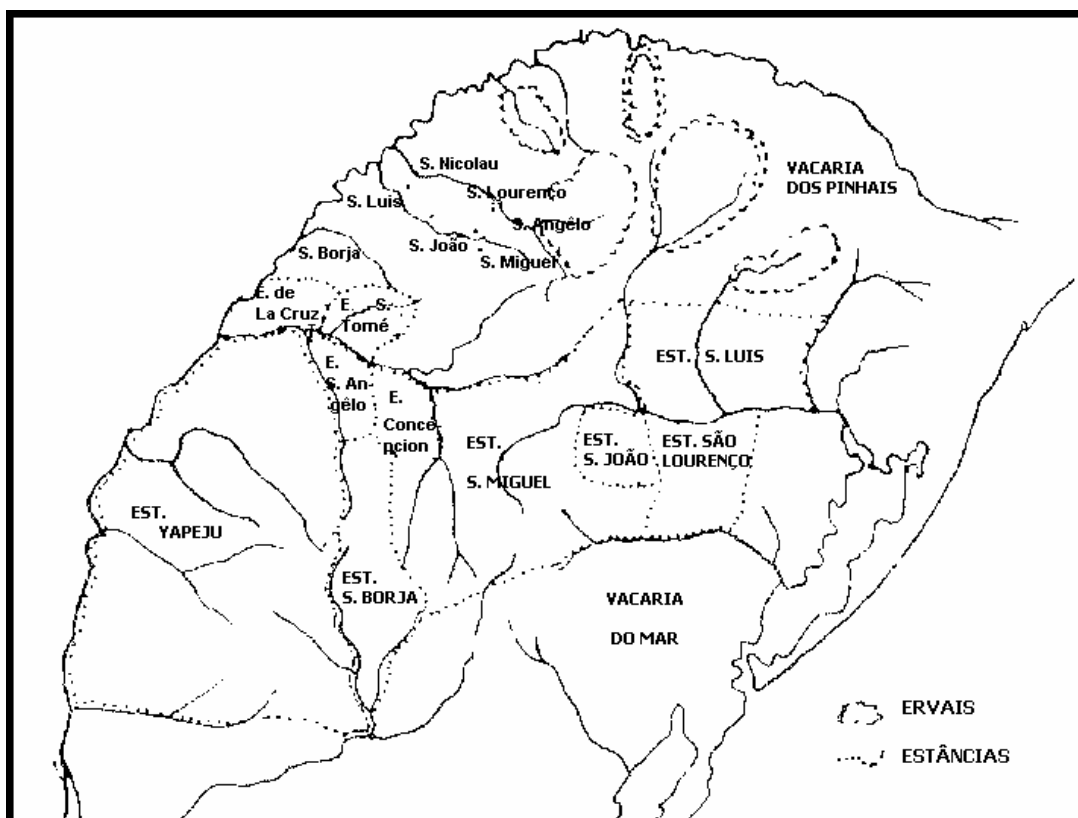


Figura modificada: Flores, Moacyr. História do Rio Grande do Sul, 1997, p.36.

As recentes missões mantinham estreito contacto oficial com as autoridades espanholas, a cada doutrina que os padres estabeleciam era agraciada com ato de reconhecimento emanado de Buenos Aires, o que confirma que a expansão jesuítica, além de seu cunho religiosa, tinha, também, um caráter abertamente político.

Os guaranis das missões deviam respeitar o rei espanhol e pagar os impostos, através de serviços prestados, construindo fortificações, defendendo o território e ficando a disposição como força militar nos confrontos contra índios infiéis e as pretensões portuguesas. Estavam subordinados aos governos de Assunção e Buenos Aires.

No empenho de exaltarem sua lealdade política, os jesuítas se gabavam de haver prestado à Espanha, ao longo da história missioneira, uma cooperação ininterrupta e decisiva. Nos seus protestos de vassalagem discriminavam os serviços com que cooperaram em expedições de guerra ou ações estratégicas.

Os índios, militarmente, estavam bem adestrados, estavam organizados em companhias, com os respectivos quadros, tinham canhões, fabricavam pólvora e mantinham um arsenal diversificado.

Desta forma, os jesuítas espanhóis puseram os índios de suas reduções, devidamente militarizados, à disposição das autoridades de Buenos Aires e de Assunção contra a ameaça e hostilidade de tribos amotinadas, assim como, contra os portugueses nas campanhas contra Colônia do Sacramento, Montevideu e posteriores.

Essa eficiência em homens e armas, essa capacidade de mobilização de que tanto se orgulhavam os missionários, converteram a Província Jesuítica do Paraguai, em face da penúria em que viviam as tropas regulares espanhola, numa temível potência militar.

Loydi (1967) faz uma reflexão da força militar desenvolvida pelos jesuítas espanhóis contra os portugueses, assinalando que *"los indios eran casi la única fuerza armada con que podia contar el Gobierno de Buenos Aires, amén de ser la única fuerza armada que nada costaba al erario"*.

Devido a essas situações, os jesuítas gozavam de grande prestígio em Buenos Aires. O poder dos jesuítas era tão forte que os governadores agiam de acordo com eles. Vellino (1970, p.104), em relação a estas ações políticas e militares dos jesuítas diz que:

Não há a menor dúvida que os Sete Povos, a fração mais importante da Província do Paraguai, não eram somente redutos de catequese e edificação. Eram ainda verdadeiras praças de guerra intensamente ocupadas na preparação militar dos índios, tendo desempenhado, aberta e confessadamente, uma contínua e fervorosa função política.

O vasto domínio do sul do Brasil, já agora disputado pelos luso-brasileiros, pertencia nominalmente ao complexo colonial da Espanha, sob jurisdição de Buenos Aires, e era rigorosamente patrulhado por índios missioneiros que se revezavam constantemente sob a vigilância dos curas. Fora da alçada dos índios e dos jesuítas espanhóis, estava apenas o litoral rio-grandense, como vemos na figura 4.7.. Por aí cruzavam os primeiros luso-brasileiros que tocavam os rebanhos de Colônia do Sacramento para Laguna e depois Sorocaba, no estreito corredor, espremido entre o mar e o domínio espanhol das Missões.

Diante do exposto, os jesuítas, alinhados com o Estado espanhol, desempenhavam, por intermédio das missões, uma função estratégica na defesa de fronteiras para as colônias espanholas na América, impedindo o avanço português.

Foi meritória, no sentido universal, a obra civilizadora dos jesuítas no Rio Grande do Sul, mas era contrária aos diversos interesses portugueses no Brasil. Os chamados Sete Povos das Missões representavam uma grave ameaça à expansão territorial do Brasil até o Prata, pois os propósitos ligados à evangelização e à conversão fundiam-se com os interesses bélicos do colonialismo espanhol. Com o avanço português, as Missões passaram a fazer oposição as tentativas de ocupação dos núcleos de povoamento dos portugueses.

Portanto, mais uma vez, o Rio Grande do Sul estava ocupado, a massa de índios reduzidos, em constante vigília militar, se constituía no dispositivo mais temível e eficiente armado contra a expansão luso-brasileira. Assim, não fossem os jesuítas e seus índios, o Brasil ter-se-ia estendido territorialmente até o Prata, confirmando a doutrina do Magnus Brasil.

Retomada do povoamento e o comércio na Colônia de Sacramento

Retomada a povoação de Colônia do Sacramento, permanecia o ponto fraco que era a situação de isolamento em que se encontrava esse núcleo. Voltou o povoamento ao mesmo desamparo anterior, desprovido de recursos, isolado do restante do território brasileiro.

Tal abandono constituiu grave erro dos portugueses, por deixar a fortificação exposta aos mesmos perigos. A fundação da Colônia do Sacramento tornou aconselhável a criação de núcleos que, ao longo do litoral sul, constituíssem verdadeiros pontos de apoio à povoação das margens do Prata. Corrigindo esta situação o governo do Rio de Janeiro decidiu criar a povoação de Laguna, em 1686, no litoral de Santa Catarina e constituí-la como ponto de apoio da Colônia de Sacramento. Francisco de Brito Peixoto foi o encarregado desta empresa, estabelecendo um entreposto comercial. Suas embarcações mantinham a ligação com Santos. A fundação de Laguna tinha o objetivo de apoiar com alimentos e homens a Colônia do Santíssimo Sacramento, pois a viagem por mar pela costa do

Rio Grande do Sul e atual Uruguai só se realizava de novembro a março, época de ventos e correntes mais benéficos.

Também recebeu a incumbência de criar condições que assegurassem a linha de comunicações terrestres com a Colônia, impedindo, ainda, que os espanhóis se fixassem no litoral rio-grandense.

Na seqüência, Colônia do Sacramento se convertera em poderoso centro de gravitação econômica. Ali nascera e se desenvolvera o comércio do gado e seus derivados, ali se estabelecera a base de um intenso e extenso contrabando com os domínios espanhóis, representado por altas somas em dinheiro.

Lopez (1998, p.37) nos dá uma síntese da questão do contrabando no Prata:

O contrabando foi não apenas a reação clandestina às exações do fisco e que se locomovia por entre as brechas do sistema, como também uma decorrência da própria incapacidade da Espanha em abastecer suas colônias. Foi visto que os metais americanos inundaram a Espanha para alimentar o luxo das minorias mas não favoreceram o desenvolvimento da produção - pelo contrário, financiaram a dependência espanhola dos artigos manufaturados das nações industrializadas. A Espanha importava mercadorias de Flandres, da Itália, da Inglaterra e da França e as repassava ao Novo Mundo. Em quantidade insuficiente, porém, especialmente levando em conta o tamanho do continente e o seu aumento populacional. Tal fato acabou ampliando os espaços do contrabando.

A partir de 1700 todo o comércio clandestino da América do Sul, em que avultava a prata, se concentrava ali. Explica-se, portanto, o encarniçamento das lutas que a cada passo incendiavam a praça portuguesa. Mas nem por isso fora descurada a remessa de colonos civis e agricultores para o lugar.

A colonização do sul do Brasil

Praticamente duzentos anos depois do achamento do Brasil, a costa do Rio Grande do Sul, embora conhecida, foi pouco explorada, devido à sua configuração, como informa Dreys (1990, p.24) *“em toda esta vasta extensão da costa não há lugar algum em que o mar não rebente com violência e do porto de Laguna ao do Rio Grande nenhum abrigo se oferece ao navegante...”* e à inacessibilidade da barra do Rio Grande na época, em conseqüência não havia homem branco que tivesse se estabelecido definitivamente nesta zona do extremo sul.

Os campos sulinos e toda a região do Prata não despertaram interesse das metrópoles coloniais, por ser uma zona deserta e aparentemente desprovida de recursos econômicos. Osório (1990, p.34) nos dá mais detalhes sobre o sul do Brasil na época:

... com uma população autóctone pouco organizada e dispersa, condições climáticas que não permitiam cultivos de exportação e na ausência de metais preciosos, realmente só passou a "existir" para os colonizadores no final do século XVII.

Especificamente quanto à Campanha gaúcha, nem mesmo a fundação da Colônia de Sacramento, em 1680, foi suficiente para levar à região uma ocupação efetiva. Na realidade, até fins do século XVII, os limites do Brasil na região sulina permaneceram incertos e desconhecidos. Isso ocorreu, porque Espanha e Portugal, nos primeiros momentos da conquista americana, não se preocuparam em definir os contornos dos seus respectivos domínios na porção meridional do continente ou não puderam. Somos da corrente que as Coroas não estabeleceram limites, porque a Espanha não conseguia se impor no território platino e Portugal estava com suas povoações muito longe, geograficamente, para conseguir efetivamente se estabelecer no Prata.

Figura 4.8 – Animação do Triplo Vetor Colonizador do Sul do Brasil

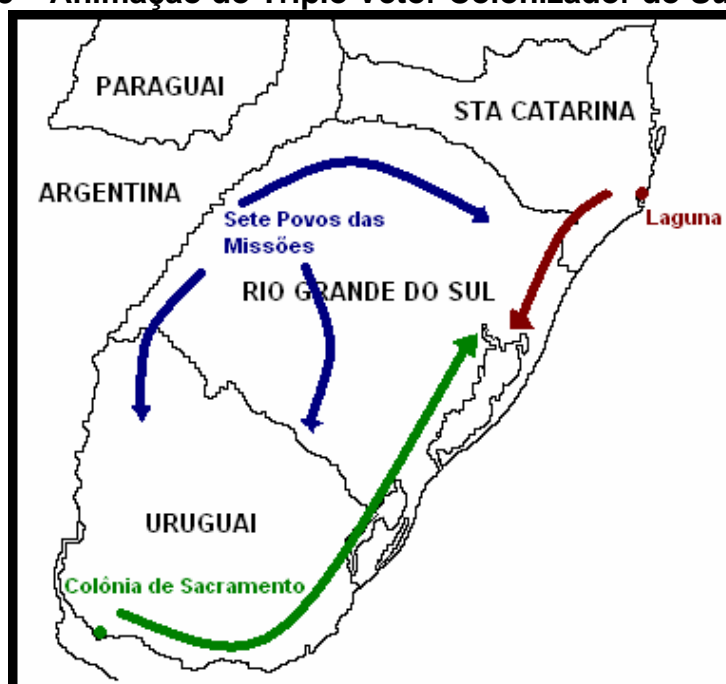


Figura: Jones Muradás

No final do século XVII, convergiu um triplo vetor colonizador – figura 4.8 - que envolveu a área do atual Rio Grande do Sul:

- dos portugueses que, desbravando a região pelo litoral fundaram por meio de forças militares regulares a Colônia do Sacramento (1680).
- dos jesuítas, que fundaram os Sete Povos das Missões na bacia do rio Ijuí (1682).
- dos paulistas que fundaram Laguna (1686) e se estabeleceram no território, penetrando no interior sulino, visando à conquista de rebanhos de gado *vacum* abandonados pelos jesuítas, após a destruição de suas missões pelos bandeirantes (1640).

Portugal atuava no sentido de incorporar a região a seus domínios, pois estava interessado em participar do comércio local. Isso explica o estímulo dado à ocupação das terras sulinas. A partir de Laguna, organizaram-se diversas expedições, visando à ocupação meridional, em nome da Coroa Portuguesa. Laguna era o último povoado do Sul. Daí sua importância estratégica para ocupar o território do atual estado do Rio Grande do Sul, ameaçado que estava pela colonização espanhola, que iniciava adentrar pela bacia do Prata.

Hameister & Gil (2007, p.273) nos dizem das preocupações dos habitantes do atual sul do Brasil da efetiva ocupação deste espaço:

Ainda que as intenções ou os motivos imediatos daqueles que trilhavam o território existente entre a Vila da Laguna e a Colônia do Sacramento fossem diferentes, as preocupações e os assuntos abordados nas correspondências oficiais destes dois pólos com outras regiões da Colônia e do Império Português se repetiam: os índios, as guerras, os gados, o comércio e a necessidade de povoamento para o bem da Coroa. Trazer famílias; aproximar e fixar índios; estabelecer, lavouras, benfeitorias e criações; abrir rotas para o trânsito terrestre de homens e tropas de animais; defender os territórios; eram temas que se repetiam nas missivas. Os mimos e os favores trocados entre lusos, luso-brasileiros e as populações autóctones também mostraram-se presentes nas alianças matrimoniais obtidas pelo menos no lado lagunista das famílias que foram à conquista do sul.

Portanto, a partir do povoado de Laguna, havia o claro propósito de estabelecer novas povoações nos imensos espaços vazios que se alongavam de Laguna aos domínios espanhóis no Prata, como forma de cumprir o desejo de Lisboa de garantir a posse da ainda inabitada área.

Medidas para reconhecimento e posse do território

Em fins do século XVII, o território do atual Estado do Rio Grande do Sul – a Capitania d'El Rei Nosso Senhor, em especial o litoral, tornou-se importante estrategicamente para Portugal por representar o caminho terrestre entre Laguna e a Colônia do Sacramento, pois até então era percorrida somente por contrabandistas, changadores e tropeiros⁵⁴. A viagem por mar, pela costa, como já nos referimos, somente se realizava de novembro a março, época de ventos e correntes mais favoráveis. De qualquer forma, o caminho por terra, pelo litoral, de Laguna à Colônia era mais seguro que a viagem por mar. Vellinho (1970, p.111) ilustra como era este caminho:

A época, fins do século XVII e começos do século seguinte, o Rio Grande era apenas um cordão litorâneo escassamente transitado pelos tropeiros primitivos. Flanqueando o domínio espanhol das Missões, esses pioneiros tangiam seus rebanhos através de campos litigiosos, areias e sertões, e de pouso em pouso, improvisando currais ao longo da derrota interminável, iam até às feiras de Sorocaba, e mais adiante.

Entre a praça portuguesa, sobre o Rio da Prata, e Laguna, que era o entreposto mais próximo na direção norte, apenas o vazio geográfico, terras sem dono, parte indivisa daquele "medonho deserto de seiscentas léguas", assim medido pelo espanto de Saint-Hilaire.

Portanto a região começa a ser importante para a Coroa Portuguesa e ocupada e a movimentação comercial da riqueza ganadeira, estabelecida no circuito Colônia do Sacramento – Laguna influenciou na decisão de ocupação do espaço platino.

Francisco de Brito Peixoto, fundador de Laguna, determinou medidas de reconhecimento de percursos que ligassem Laguna à Colônia, assegurando o trânsito terrestre para a Colônia, permitindo acesso direto à fortificação do rio da Prata. Havia também a missão de ocupar e povoar as campanhas do Sul, impedindo que os espanhóis se estabelecessem em qualquer ponto da costa. Neste trânsito de mercadorias e pessoas começam os fluxos dentro do atual sul do Brasil, essencial para o início do povoamento. Graças a esse caminho, os lusos descobriram a Vacaria do Mar. Em 1695 já existia uma guarda portuguesa nos arredores da atual cidade de Torres - RS.

⁵⁴ A palavra "tropeiro" deriva de tropa, numa referência ao conjunto de homens que transportavam gado e mercadoria no Brasil colônia.

A ligação terrestre entre a Colônia do Sacramento e Laguna ocorreu em 1703, dessa viagem pelo litoral ficou um relato chamado *Roteiro por onde se deve governar quem sair por terra da Colônia do Sacramento para o Rio de Janeiro ou vila de Santos*, representado na figura 4.9, e foi escrito por Domingos da Figueira. Mas logo abandonaram a rota do litoral utilizando o caminho pelos campos que se estendem entre o Oceano e a Laguna dos Patos.

A crítica situação de Colônia do Sacramento tornava imperiosa a necessidade de ativar a ocupação e povoamento do território até então utilizado, salvo esparsas tentativas de fixação das primeiras invernadas, apenas como corredor entre Laguna e Sacramento. Alimentava-se a ilusão de que esta providencia ainda pudesse garantir estabilidade dos portugueses no Prata.

Figura 4.9 – Representação do Roteiro Colônia do Sacramento – Laguna



Figura: Jones Muradás

Em 1715 foi estabelecido um posto de vigilância na margem norte do Canal, na chamada *Barranca do Norte*, provavelmente no local da atual cidade de São José do Norte, para assegurar a posse da barra e impedir incursões isoladas dos espanhóis. Foi constituído, com este posto de vigilância, o primeiro contingente populacional do Rio Grande do Sul e da região. A posse da barra garantia o comércio praticado por tropeiros que conduziam gado ao longo do litoral, rumando a São Paulo. Esse posto de vigilância serviu de apoio aos pousos⁵⁵ e currais entre a barra do Rio Grande e o rio Tramandaí.

⁵⁵ Chamava-se "encosto" o pouso em pasto aberto e "rancho" quando já havia um abrigo construído.

Se os jesuítas dos Sete Povos e/ou os espanhóis de Buenos Aires em conluio, ocupassem a Barra do Rio Grande de São Pedro, estabelecendo uma povoação fortificada, a possibilidade de povoar e explorar essas regiões pelos portugueses iria malograr.

Por isso, o lagunista Francisco de Brito Peixoto, recebeu ordens para que ocupe o Rio Grande de São Pedro, e o português, João de Magalhães, seu genro, parte, em 1725, para ocupar a barra do Rio Grande. Segundo Cortesão (2001, p.302/3) documentos oficiais estabelecem o fato e definem os objetivos:

... Francisco de Brito Peixoto foi encarregado de "conquistar as campanhas do Rio Grande de S. Pedro e fez a dita povoação, conservando nela trinta pessoas, armadas em guerra, e por João de Magalhães, seu genro. Para defenderem aquele porto e que a nação espanhola ou índios tapes ou minuanos não senhoreassem daquela paragem, por ser de muita utilidade à coroa de Portugal ...

Essa ocupação, verdadeiro ato inicial da ocupação do Rio Grande, realizou-se em novembro de 1725 e representava a pronta reação à fundação de Montevideú, pelos espanhóis. A povoação de João de Magalhães foi sobre a margem norte do Canal do Rio Grande, lugar onde hoje está estabelecida São José do Norte, em frente à cidade do Rio Grande. A ocupação eminentemente estratégica da porta de entrada marítima do Rio Grande, visava finalidades econômicas e geopolíticas.

Começou-se desde então a compreender quanto aquela região poderia completar e, no caso da provável perda da Colônia, fechar o Brasil, pelo sul, servindo-lhe de ponto de apoio, contra o poderio e a expansão dos espanhóis do Prata.

O Contrabando no Prata

Buenos Aires era o centro de escoamento das riquezas minerais vindas das Minas de Potosi, localizadas em território boliviano e alcançadas pelo rio da Prata. Era núcleo chave das transações comerciais entre a Espanha e suas colônias sul-americanas e sede de um poderoso sistema fiscalizador destinado a coibir o

contrabando de ouro e outras mercadorias, realizado por holandeses, franceses e ingleses na zona platina.

Colônia do Santíssimo Sacramento tinha se tornada base de ativo contrabando, com grandes prejuízos para Buenos Aires e induzindo o governador desta povoação, em 1699, a dirigir-se ao monarca espanhol pedindo autorização para investir contra a Colônia, ocupando-a e destruindo-a. Contemporizou a Coroa em autorizar o novo ataque.

Economicamente essa região era muito importante, principalmente pelo intenso contrabando que se fazia no estuário do Prata, envolvendo tanto navios portugueses como navios mercantes ingleses. Segundo o historiador C.R. Boxer (1977):

... entre janeiro e outubro de 1735, trinta navios carregados com mercadoria para este comércio de contrabando, estavam ancorados ao largo de Sacramento, inclusive quatro navios ingleses procedentes de Lisboa, possuidores de passes tanto do governo português como do governo inglês, e navegando sob as duas bandeiras, conforme lhes parecia conveniente.

Ainda, segundo Prado (2003, p.20):

... a região platina da primeira metade do século XVIII era ao mesmo tempo um limite, uma separação. Mas era também o ponto de contato, interação e trocas recíprocas entre portugueses, espanhóis, jesuítas, índios tape, minuano, charrua, entre outros. Enfim tratava-se de um espaço fronteiriço aberto, uma região que nesse momento incorporava-se ao mundo ocidental inserida em sociedades de antigo regime, como era o caso dos impérios ibéricos da primeira metade do século XVIII.

Além de desempenhar papel importante no escoamento da prata peruana, vinda de Buenos Aires, o porto de Colônia do Sacramento tornou-se importante mercado de couros. Entre 1726 e 1734, a exportação anual do produto variou entre 400 mil e 500 mil peças, a maior parte trazida de território espanhol.

Em pouco tempo, a Colônia de Sacramento transformou-se em florescente centro de comércio de contrabando. Sua fundação, portanto, representava uma ameaça ao monopólio espanhol na região platina e a Colônia de Sacramento tornou-se alvo de constantes ataques dos espanhóis, que consideravam, ainda, a presença portuguesa uma ameaça ao controle do estuário.

O vazio de poder no Tape, abriu espaço para o crescimento do contrabando pelos tropeiros. O vazio a que nos referimos é a ausência das Coroas portuguesa ou espanhola na região. O contrabando é endossado tacitamente pela

Coroa portuguesa e se fundamenta nas ações geopolíticas realizadas na região: ocupação e defesa do território e apoio logístico a Colônia do Sacramento.

A segunda queda de Colônia do Sacramento

O segundo ataque espanhol à Colônia do Sacramento ocorreu em consequência da alteração da posição política tomada por Portugal em relação à Guerra de Sucessão da Espanha, irrompida após o falecimento de Carlos II. Inicialmente, o monarca luso - D. Pedro II - apoiou as pretensões do Duque de Anjou, candidato francês ao trono espanhol. Entretanto, pressionado pela Inglaterra, Portugal mudou de atitude, colocando-se a favor do Arquiduque Carlos de Habsburgo, cujos interesses eram sustentados pela Alemanha, Holanda e Grã-Bretanha. Assumindo o governo de Madri o *protegido* de Luiz XIV da França, como Filipe V de Bourbon, Portugal viu-se envolvido diretamente na guerra sucessória da Espanha, o que provocaria o segundo ataque dos espanhóis de Buenos Aires à Colônia do Sacramento. Assim, D. Alonso Valdés Inclán sitiou a Colônia do Santíssimo Sacramento em outubro de 1704, com mais de quatro mil guaranis, sendo esta, a segunda investida. Após cinco meses de resistência sob a liderança do governador Sebastião da Veiga Cabral, chega uma esquadra portuguesa de resgate, consegue danificar as naus inimigas e afastá-las. Veiga Cabral, operando rapidamente, fez embarcar a sua tropa e os civis, as armas e munições que fora possível salvar. Antes de embarcar, incendiou todas as casas e alojamentos, deixando em poder do inimigo somente escombros. A retirada se deu em 15 de março de 1705.

Colônia do Sacramento caiu novamente em poder dos espanhóis. Estes, sempre muito superiores em efetivo e recursos, devidos à proximidade de sua base de operações e, também, ao grande abandono em que ficava a Colônia. Chama-se a atenção que a Espanha, mais uma vez, utilizou-se de um grande número de índios nas suas forças sob o comando jesuíta, o que foi determinante na ofensiva, expediente que Portugal não lograva mais fazer.

Depois do término da guerra de Sucessão da Espanha, tiveram início, sob os auspícios da Inglaterra, as negociações de paz entre as duas potências ibéricas,

surgindo novamente na ocasião o problema da Colônia do Sacramento. Pelo Tratado de Utrecht de seis de fevereiro de 1715, os representantes diplomáticos de Portugal, D. Luís da Cunha e o quarto conde de Tarouca, conseguiram o reconhecimento dos direitos lusos àquele posto cisplatino. No tratado negociou-se a devolução apenas da praça de guerra, mas, por um estratagema do Conde da Cunha, na cláusula seis, ficou estipulado que a Espanha "*restituirá a Sua Majestade Portuguesa o território e Colônia do Sacramento*".

No ano seguinte, vencidas as tentativas espanholas de anular o que fora estipulado na cidade holandesa de Utrecht, Manuel Gomes Barbosa, representante luso, retomou a administração da Colônia de Sacramento. Pelo Tratado seu território ficara reduzido a um semicírculo, cujo raio não devia exceder ao alcance de um tiro de canhão, o que significava cerca de três quilômetros, naquele tempo. Era como uma ilha em território inimigo.

Após alguns discussões, o soberano espanhol concede o inteiro domínio da margem setentrional do Prata e confirma que o rio da Prata era o limite ao sul do Brasil. A região do Rio da Prata, no sul, tornou-se foco importante das atenções do Governo brasileiro, por ser uma rota comercial estratégica de saída para o mar. Segundo Lessa (1984, p.40) a:

Solene reocupação dessa praça em 1716. Mas, dessa vez Portugal traz, além de soldados várias famílias de colonos do arquipélago de Açores. Reforça as muralhas da cidadela, reata as relações com os índios nômades e vê nos próprios gaudérios um reforço guerrilheiro para qualquer eventualidade.

O objetivo é assegurar o controle da terra, o domínio dos caminhos e a posse do gado.

A fundação de Montevidéu

Em decorrência da segunda restituição de Sacramento a Portugal, luso-brasileiros e espanhóis providenciaram a instalação de outros núcleos de povoamento na margem do rio da Prata.

A próxima iniciativa da Capitania Real do Rio de Janeiro, dando ordem para que a Comandância Militar de Colônia fundasse um fortim no rumo de Laguna. Sai de Colônia uma flotilha de quatro naus e trezentos soldados para acampar e

tomar conta do monte Vídeo. Como resultado deste processo de ocupação do território, em 1723 foi erigida pelos portugueses a aldeia de Montevideú, em território até então completamente desabitado. Os protestos do governador de Buenos Aires por esta ocupação são respondidos com a indicação de que os portugueses haviam se estabelecido ali por pertencerem estas terras ao rei de Portugal.

Sem demora, o governador de Buenos Aires convoca forças de Santa Fé e Corrientes mais um contingente de quatro mil índios guaranis dos Trinta Povos. Ao ser informado de que esse exército já está a meio caminho, desprovidos de recursos, a força portuguesa desiste de seus projetos de ocupação e abandona o local.

Figura 4.10 – Localização de Montevideú



Figura: Jones Muradás

O governador de Buenos Aires, Bruno Mauricio de Zabala, com auxílio dos índios missioneiros, chega ao local e levanta o forte de San José, em 1724, dando assim início a uma cidadela incrustada entre as posições portuguesas de Colônia e Laguna: Montevideú. A nova povoação foi definitivamente ocupada pelos espanhóis em 1726, onde Bruno Mauricio de Zabala, governador de Buenos Aires, funda *Monte*

Vidio com quatrocentos soldados e cinquenta famílias de agricultores das ilhas Canárias e ganhando estatuto de cidade.

O selo postal do Correio do Uruguai (figura 4.11) comemora os 250 anos de aniversário do Forte de Montevidéu. O desenho é baseado em um mapa de Domingo Petrarca e retrata a enseada de Monte Vidio, em 1724. O outro selo postal – figura 4.12 - mostra o mapa da enseada, em 1748, é anônimo e foi reproduzido em Martinez, pela Cartografia Histórica da República Argentina, Buenos Aires, 1893.

Figuras 4.11 e 4.12 – Enseada de Montevidéu



Fonte: Correio do Uruguai

A presença espanhola em Montevidéu com mais recursos agravou a situação de Colônia do Sacramento, pois além de tornar extremamente difíceis as comunicações terrestres entre Colônia do Sacramento e o Rio de Janeiro, propiciou a expansão espanhola pela região da atual República do Uruguai.

Portanto, o rápido desenvolvimento de Montevidéu tornou mais acentuado o isolamento de Colônia do Sacramento. A povoação portuguesa passava, assim, a ser uma ilha incrustada numa área de franca expansão espanhola e a geopolítica portuguesa no Prata viu-se prejudicada.

O tropeiro e a ocupação do espaço do sul do Brasil

A descoberta de ouro em Minas Gerais em 1695 e depois em Goiás e Mato Grosso provocou uma grande movimentação econômica no mundo colonial, desencadeando o movimento demográfico para a região de mineração. Era

necessário, agora, formar uma linha de logística de equipamentos e alimentação para suprir a área de mineração.

Para solucionar a carência de transporte da região das Minas, primeiro com mulas adquiridas nas províncias espanholas e depois com a estruturação de criatórios no sul do continente, no atual território gaúcho, havia o problema de ligar a área de criação com um ponto no centro do Brasil, em que pudessem invernar e serem comercializadas. Para tanto, fazia-se necessário abrir um caminho terrestre do extremo meridional do Rio Grande do Sul até Curitiba e depois São Paulo para abastecer as regiões de mineração com alimento e animal de transporte e também como meio de defesa da Colônia do Sacramento.

Por volta de 1703, estando o litoral do Rio Grande do Sul desabitado, tropeiros estabeleceram uma trilha entre a Colônia do Sacramento e Laguna. Conduziam mulas compradas nas fazendas espanholas e gado vacum capturado na Vacaria do Mar. O transporte de animais pelo litoral era impraticável a partir de Laguna. A solução seria uma estrada através da serra que, alcançando os campos de Vacaria e Lajes, se prolongasse para Curitiba e daí para São Paulo.

1. Os tropeiros e o gado espanhol

A criação de gado e mulas para carga se deu nas estâncias das províncias espanholas de Corrientes e Santa Fé, na Argentina, que tinham se especializado na produção de animais de tropa para as minas de prata de Potosí (antigo Vice-Reinado do Peru e atual Bolívia), tanto no sentido de transportar para o interior os produtos provenientes da Espanha, como no sentido inverso, trazer das minas a prata, que era embarcada em navios nos rios da Bacia do Prata e no porto de Buenos Aires.

A decadência da mineração espanhola deixou ao abandono grande quantidade de mulas nos criadouros espanhóis, criando uma oferta de muares que encontrariam um novo mercado em Minas Gerais. Desta forma, houve um novo estímulo para a sua criação, pois a mula era o único animal usado na exploração e carregamento de minérios e mercadorias diversas.

Assim, o comércio de mulas para as zonas de mineração brasileiras torna-se um negócio tão rendoso que até os jesuítas espanhóis entraram nele, inicialmente comprando os animais para revender aos tropeiros, depois mantendo suas próprias criações. O contrabando foi tão intenso que o rei da Espanha decidiu controlar as saídas, instituindo um permeio (licença) para o trânsito das tropas.

2. Os tropeiros e a ocupação do litoral rio-grandense

Em torno de 1715, João de Magalhães ocupa o litoral, até o canal do Rio Grande, onde levantou acampamento no lugar onde hoje é o município de São José do Norte. Esta medida foi de alcance inestimável para a exploração da Vacaria del Mar. O caminho dos tropeiros se dava através de São José do Norte, Estreito (atual distrito de São José do Norte), Solidão (atual distrito de Mostardas), Quintão (atual distrito de Palmares do Sul), Tramandaí, Torres, Mampituba (atual Passo de Torres - SC), Araranguá e Laguna. Nestes locais fixam-se os primeiros currais para descanso das tropas, mostrados na Figura 4.13.

Figura 4.13 – Traçado do caminho dos Tropeiros São José do Norte – Laguna



Figura: Jones Muradás

Para o oeste, além do canal da laguna dos Patos, era povoada por manadas de bovinos e cavalares. Iniciando o tráfico de animais, abria-se nova era na economia do Brasil. Após permanecer isolado e inexplorado por mais de dois

séculos, pois carecia de sentido econômico no contexto do processo de acumulação primitiva de capitais, o Rio Grande do Sul começa a despertar atenção econômica.

Arrebanhar a gado, levar parte para o norte e parte para as estâncias que se fundavam, entre o Rio Tramandaí e o Rio Grande, constituía uma atividade tão lucrativa como a mineração que se fazia no centro do país. Foram os tropeiros que, ao longo da faixa litorânea, instalaram as primeiras estâncias do Rio Grande do Sul.

A exploração dos rebanhos eqüinos valia mais do que o comércio de contrabando, que os portugueses operavam com toda a região ao sul do Rio da Prata. O Sul e o Centro brasileiro agora se completavam economicamente. E, ciente disso, a metrópole manteve à idéia de conservar a posse desse espaço. O comércio de tropas iria render abundantes dízimos à Coroa. A vinda do gado dos pampas ajudou no projeto, já que foi estabelecido um circuito comercial permanente para a região, tendo por base o contrabando. Tabaco e aguardente eram proibidos nos territórios espanhóis, tornando-se, então, a moeda de troca pelos rebanhos, junto com o ouro dos mineiros. Portanto, graças a essa opção de troca, houve a tolerância dos espanhóis que viviam na região.

3. O tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu e o caminho ao centro da Colônia

Nesse tempo se estabelece no Rio Grande Cristóvão Pereira de Abreu, vindo de Laguna. Foi considerado o maior dos tropeiros. Cristóvão Pereira de Abreu se tornara arrematador e principal exportador de couros e mercador de gado e cavalos da Colônia do Sacramento. Para o melhor escoamento das manadas, Cristóvão Pereira sugeriu, em 1727, a construção do caminho do morro dos Conventos. Por este caminho seria levado, para o norte, o gado arrebanhado no sul. Francisco de Souza Faria foi o encarregado da abertura do caminho.

Em 1730, concluiu a abertura de uma tortuosa trilha desde a praia do Morro dos Conventos, barra do rio Araranguá, até os campos de Lajes, Curitiba e Sorocaba, com pastagens e facilidade de marcha pelo divisor de águas, sem necessidade de cruzar rios caudalosos. Ele também havia descoberto o que se chamaria de *Vacaria dos Pinhais*. Estava aberto o *Caminho ou Estrada dos*

Conventos - a primeira estrada a ligar o Sul ao resto do Brasil, conforme mostramos na figura 4.14.

O comércio sistemático e continuado desses animais permite estabelecer historicamente o ano de 1730 como o início desse importante ciclo que saiu das praias de Araranguá galgava escarpa de São José dos Ausentes e Bom Jesus para infletir pelos campos de Lages e Curitiba e direcionar para o norte até seu ponto final em Sorocaba, local de comercialização dos animais.

Figura 4.14 – Traçado do Caminho do Morro dos Conventos



Figura: Jones Muradás

Tinha o governo grande interesse nessa estrada, sob tríplice aspecto:

- favorecer o serviço de mineração do ouro em Minas Gerais, tornando fácil a aquisição de animais de transporte;
- aumentar as rendas da fazenda real com os quintos cobrados aos tropeiros;
- e estabelecer entre São Paulo e a Colônia uma comunicação militar segura, livre dos azares da navegação marítima daquele tempo.

Em 1731, Cristóvão Pereira de Abreu saiu com uma tropa de oitocentos cavalos e muars da Colônia do Sacramento e, seguindo o roteiro de Souza Faria,

chegou a Curitiba, passou por Sorocaba em 1733 e foi terminar sua jornada em São Paulo.

Em 1736 ou 1737 Cristóvão Pereira de Abreu abriu o *Real Caminho de Viamão ou Estrada Real do Viamão*, encurtando a trilha do Morro dos Conventos, partindo de Capão da Porteira, atual distrito de Viamão, subindo pelo vale do rio Rolante até os campos de Cima da Serra, atravessando no Passo de Santa Vitória, no rio Pelotas, atingiu os campos de Lajes, viabilizando a união mais rápida com Sorocaba, conforme mostramos na Figura 4.15. Acompanhado de cento e trinta homens, constrói mais de trezentas pontes para encurtar o trajeto, que poderia ser feito em trinta dias (Viamão - Vacaria – Lages – até Sorocaba), dando origem aos primeiros esboços de povoações de: Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula e Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria, no Rio Grande do Sul. Esta estrada começa a dar forma a unidade nacional.

Figura 4.15 – Traçado do Real Caminho de Viamão



Figura: Jones Muradás

Laguna fica à margem dessas novas rotas e entra em decadência, dando lugar assim ao novo ciclo e novas cidades serão fundadas ao longo do Real Caminho do Viamão.

Furtado (1979, p.77) nos diz mais sobre esta atividade:

Cada ano subiam do Rio Grande do Sul dezenas de milhares de mulas, as quais constituíam a principal fonte de renda da região. Esses animais se concentravam na região de São Paulo onde, em grandes feiras,

eram distribuídos aos compradores que provinham de diferentes regiões. Deste modo, a economia mineira, através de seus efeitos indiretos, permitiu que se articulassem as diferentes regiões do sul do país.

4. As conseqüências do tropeirismo⁵⁶

Nas rotas das tropas, aos poucos, foram instalando-se pequenas roças e pastos que funcionavam como pontos de auxílio para tropeiros, viajantes e seus animais. O repetir ininterrupto dos pontos de pouso (pernoites), descanso e alimentação do gado veio a ser a gênese das vilas, freguesias e hoje sedes municipais. Com estas paradas para descanso, o comércio começou a surgir, dando assim, início a um povoado. Foi deste modo que várias cidades importantes no sul do Brasil foram criadas, influenciadas pela atividade do tropeirismo, como: Carazinho, Cruz Alta, Passo Fundo, Vacaria, Soledade, Erechim (RS), Rio Negro, Campo do Tenente, Lapa, Porto Amazonas, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul, Jaguariaiva, Sengés, Guarapuava, (PR), Canoinhas, Lages (SC), Itararé, Itapeva, Itapetininga e Aracoaba da Serra (SP), conforme mostramos na Figura 4.16. Chama-se a atenção que o Caminho das Missões, também mostrado na figura 4.16, se dá em território disputado entre Brasil e Argentina, que falaremos com pormenores no Capítulo VIII.

O comércio de animais foi o fator determinante para integrar efetivamente o sul ao restante do Brasil, em que pese às diferenças culturais entre as regiões da colônia. Os interesses mercantis foram responsáveis por essa fusão e, indiretamente, pela prosperidade da propriedade estancieira gaúcha.

Os tropeiros, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, foram se afazendendo ao longo das trilhas, criando e mantendo a necessária resistência contra os espanhóis. Colonizaram o território, se enraízaram. Com sua atividade, o tropeiro vai levando o idioma português, a idéia integradora, a vontade da expansão e o novo costume. Unifica o território e a cultura. Cria a brasilidade. Nas rotas estabelecidas pelos tropeiros portugueses, os espanhóis não ocuparam nenhuma delas, com exceção da Colônia do Sacramento-Chuí, a mais ao sul, hoje em território uruguaio. As rotas eram estratégicas para a logística da colônia portuguesa

⁵⁶ O Tropeirismo é a condução de animais soltos ou de mercadorias em lombos de animais arreados.

por isso eram ocupadas e defendidas. A saga tropeira possibilitou o avanço das fronteiras e assegurou a unidade dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Figura 4.16 – Localização das principais sedes de municípios na Rota dos Tropeiros



Figura: Jones Muradás

O tropeiro foi importante, pois, além de conduzir as tropas, eles passaram exercer as mais variadas funções como:

- o abastecimento da região mineradora e outras;
- a ocupação da região interior do Brasil, contribuindo para consolidar o domínio português;
- contribuição na movimentação econômica da colônia;
- intercâmbio cultural do Rio Grande do Sul com o Brasil;
- funcionavam como correio, levando e trazendo notícias entre os pontos de pouso e povoados;
- intermediavam negócios entre os comerciantes;

Os tropeiros eram sempre aguardados com ansiedade. A chegada da tropa sempre movimentava a vida dos povoados. Eles eram respeitados por seu poder econômico e político, além de terem-se também tornado, segundo Zemella (1990, p.191):

... figura extremamente popular, o tropeiro, se no princípio da era mineradora teve qualquer cousa do antipático, pela especulação que fazia dos gêneros, aos poucos foi adquirindo, ao lado da função puramente econômica de abastecedor das Gerais, um papel mais social e simpático de portador de notícias, mensageiro de cartas e recados. Representava um verdadeiro traço de união entre centros urbanos afastadíssimos, levando de uns para outros as novidades políticas, as informações sobre as cousas de uso, correspondências, modas, etc.

Portanto a ação dos tropeiros foi responsável pela formação de um grande movimento de comércio e intercâmbio interno na colônia que acabou interligando as diferentes áreas da colônia portuguesa.

A ação dos tropeiros acabou resultando na articulação dos diversos núcleos coloniais portugueses e possibilitou a unificação do conjunto colonial que passaria depois a ser o Brasil.

5. A importância do Tropeirismo

O tropeirismo foi da maior importância para a economia e a fixação do homem no interior do Brasil. Ao contrário das incursões dos bandeirantes que preava índios e buscava ouro, sem quaisquer intenção de ocupação territorial, o tropeirismo, além de ampliar espaços, ocupavam terras.

O comércio intenso de animais no sentido sul-norte assegurou ao Brasil a ocupação e posse de um imenso espaço geográfico quando da oportunidade da assinatura dos tratados com os espanhóis.

O governo português utilizou-se desses artifícios para incentivar a ocupação da região sul. Desta forma se intensificou a ocupação da região platina, que resultou, no final, na incorporação do Rio Grande do Sul ao domínio português. Assim, reconhecemos que o tropeirismo foi um fator relevante para a expansão territorial do Brasil meridional, alargando suas fronteiras em território disputado com a Espanha, pois eram os responsáveis pelos fluxos. Prova é que quando houve o interesse pela criação pecuária, em São Paulo e Minas Gerais, os governadores não permitiram esta atividade, não só porque viria diminuir os ingressos provenientes do imposto de entrada, como porque era preciso povoar o sul, e a pecuária era o único instrumento que atraía gente que defendesse a fronteira das incursões e ameaças espanholas. Segundo o capitão-general da Capitania de São Paulo:

O negócio mais limpo que tem esta Capitania de São Paulo é o dos animais que se vão buscar à fronteira de Viamão: neste tráfico lucram os que têm dinheiro e o emprestam, ganham os que vão comprar, utilizam-se os fazendeiros que povoam a fronteira, e nas passagens e Registros pagam a Sua Majestade consideráveis direitos. Tudo isto se perde com o estabelecimento das referidas fazendas dentro dos Registros e em Minas, porque multiplicando-se com o tempo a produção há de cair o negócio que vai fazer a Viamão, e não só se perdem os direitos que se pagam a Sua Majestade nos Registros, mas despovoar-se-á a Fronteira, pois não haverá alguém tão desesperado que queira viver naquelas partes faltas do necessário, exposto ao gentio e aos trabalhos da guerra faltando-lhe o avultado lucro.

Portanto este comércio foi importante para a expansão das fronteiras e posterior manutenção do território do Brasil, assim, a ação geopolítica se aliava às necessidades econômicas do estado. Desta forma vimos que o tropeiro teve relação direta com o povoamento brasileiro, contribuiu para a expansão e consolidação de fronteiras e mudou a história das relações comerciais no país.

As concessões de Sesmarias e o estabelecimento das Estâncias

Foi o padre jesuíta Cristóbal de Mendonza quem criou a estância em terras gaúchas. Em 1634, o Padre Mendonza trouxe mil cabeças vacuns desde a atual Argentina, gado esse que foi distribuído em estâncias para o abastecimento dos povos missioneiros, abandonadas posteriormente.

Na seqüência Portugal adotou no sul do Brasil, paralelamente ao avanço das fortificações militares, a estratégia da divisão de terras em sesmarias⁵⁷.

A Lei⁵⁸ das Sesmarias já tinha sido utilizada em Portugal e posta em prática no século XIV, momento em que este país entrou em crise de abastecimento de alimentos, devido ao abandono de terras aráveis de sua população campesina que emigrara para os centros urbanos da época.

Na região sul do Brasil, seu objetivo era incentivar ao povoamento e dar início à uma agricultura comercializável no mercado europeu, e também, para a

⁵⁷ Por determinação régia de sete de dezembro de 1697 uma sesmaria media três léguas por uma légua ou 19,8 km por 6,6 km, totalizando área de aproximadamente 13.068 hectares.

⁵⁸ A Lei das Sesmarias foi promulgada, em 1375, pelo Rei D. Fernando I e foi uma das primeiras leis agrárias da Europa que mereça tal nome.

ampliação da base de defesa de sua vasta colônia, com dificuldades de pessoal para defendê-la.

Portanto o interesse econômico português era apoderar-se do gado das Vacarias, seu interesse político era a posse de novas terras e a garantia de acesso ao mercado platino.

Para garantir estas conquistas, em 1732 a coroa portuguesa inicia a concessão sesmarias em *terras abandonadas*, atendendo às solicitações dos tropeiros que pretendiam se estabelecer na região.

Desta forma, se *oficializava* o domínio português na região, fazendo com que surgissem as estâncias, as quais contribuíram para fixação do homem à terra e consolidar a presença portuguesa no território. Em 1732, Manoel Gonçalves Ribeiro recebeu a primeira sesmaria na praia das Conchas, em Tramandaí. As primeiras estâncias, no atual Rio Grande do Sul, foram estabelecidas em Tramandaí, Capivari, Viamão e no Rincão do (Rio) Gravataí, conforme a figura 4.17.

Figura 4. 17 – Localização da área de distribuição das primeiras sesmarias no Rio Grande do Sul

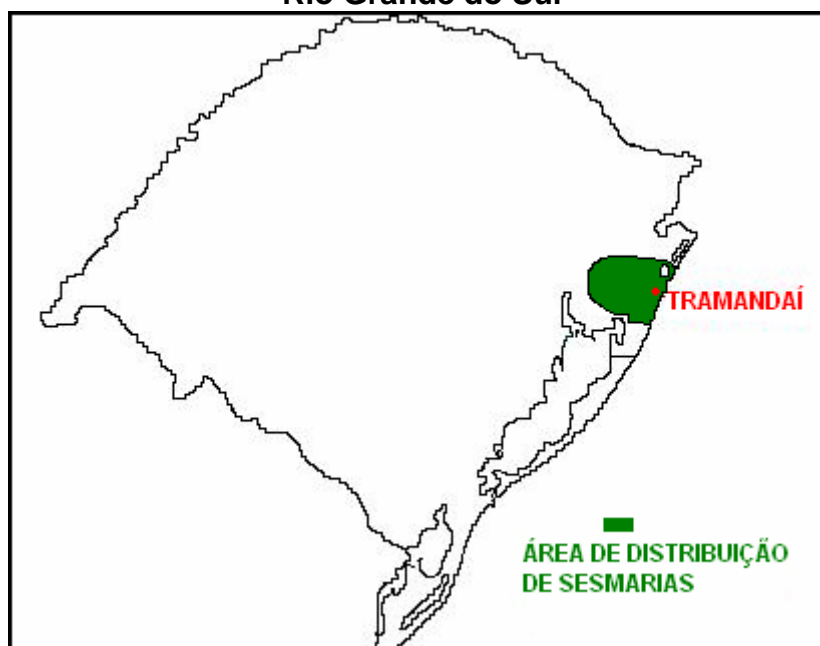


Figura: Jones Muradás

As terras doadas pela Coroa, em forma de sesmarias, constituíam-se em propriedades livres e hereditárias, mas o sesmeiro tinha o dever de explorar e defender sua propriedade. Essa distribuição se fazia necessária para impedir o avanço espanhol. Assim as constituições das estâncias nas sesmarias são de

fundamental importância nesse espaço e contexto, defendendo o território e criando gado. Segundo Gomes (2001, p.21): “*Estanciar significa o ato de permanecer, ficar, fixar-se em algum lugar.*”

As primeiras estâncias tinham como limites os marcos geográficos naturais, como rios, Coxilhas, matos, etc., delimitando as propriedades. Cada um sabia o que era seu. Depois, com os escravos, vieram as cercas de pedra, existentes ainda hoje, chamadas de taipa. Na metade do século XIX aparece a cerca de arame, fazendo a divisa de poteiros, invernadas e postos.

A lida do gado era feita pelos *peões* da estância, que por sua vez eram controlados pelos *capatazes*. Esses peões e capatazes, embora homens livres, eram fortemente atrelados ao estancieiro, e além de sua função específica, tinham de defender a propriedade, o proprietário, e a sua família, dos ataques espanhóis, já que as lutas pelos limites permaneciam. Esse traço de relação vai permanecer por muito tempo nas estâncias gaúchas.

Nas estâncias o rebanho vivia solto e sem grandes cuidados. Os peões eram trabalhadores livres, brancos, índios ou mestiços, sempre prontos a se defender de ataques dos espanhóis, dos índios não submetidos, dos contrabandistas e dos ladrões. É essa a origem do gaúcho, misto de vaqueiro e soldado.

Os beneficiados com essa política foram os militares que ganhavam a terra como recompensa por serviços prestados e a quem tivesse bens ou condições para investir na terra e torná-la produtiva, seja com a agricultura ou com a criação de gado. Assim, segundo Pesavento (1997, p.15), “*os tropeiros se sedentarizaram e os militares, que deram baixa, se afazendaram*”.

A estância se torna um núcleo habitacional, baseada na criação de gado, que se tornou a base da economia sul-rio-grandense. Assim, o estabelecimento da estância era uma estratégia para controlar o território e tirar proveito econômico das pastagens.

Outro aspecto importante da estância é o militarismo, ou seja, o estancieiro era também um militar e seus peões e escravos eram soldados de suas

milícias. Deveriam defender o território dos ataques indígenas e espanhóis. Vellinho (1970, p.111) refere-se assim a esta situação:

A indústria semibárbara das arreadas, que ao tempo atraía aventureiros de procedência vária e de várias colorações étnicas, foi também a atividade que empolgou os primeiros povoadores. Mas estes, investidos logo a seguir na propriedade de largos tratos de campo - as sesmarias - ou postos a serviço delas como capatazes ou peões, eram ao mesmo passo engajados nos corpos de linha ou nas milícias, pois a situação estratégica dessas terras controvertidas exigia que cada súdito de Portugal que se estabelecesse no extremo sul do Vice-Reinado, se mantivesse em constante vigília, os sentidos sempre voltados para uma fronteira ainda por conquistar e de onde a cada momento podia irromper o inimigo.

Albornoz (s/d, p.10) completa este pensamento dizendo:

O binômio estancieiro e militar, que caracterizou a ocupação lusitana no Rio Grande do Sul, permitiu o alargamento das fronteiras, pois o dono de terras, gado e escravos, juntamente com seu peões, constituía-se numa unidade militarizada, que garantia a posse da terra.

Nestas grandes propriedades rurais, o esquema de segurança da fronteira era montado pelos próprios latifundiários. Ao defender seus interesses, os seus bens, estava automaticamente garantindo o controle e domínio da área luso-brasileira.

Desta forma, os proprietários das estâncias foram agentes de transformações históricas que se passaram nesse cenário. Eles atendiam o interesse geopolítico da Coroa e mantinham seus interesses econômicos.

A casa sede geralmente era de arquitetura simples. A rusticidade das construções se deve tanto ao ambiente violento e belicoso das fronteiras sul e oeste como também pela distância dos centros comerciais e cidades da província. Nesse contexto as casas das estâncias se constituíam numa espécie de fortaleza. Weimer (s/d, p.28) refere-se assim sobre as casas das estâncias:

Construída no alto das coxilhas, se constituíam numa espécie de estabelecimentos de defesa do território e sentinelas avançados do domínio português. Esta era a razão primeira pela qual recebiam um acabamento que mais lembra a de uma fortaleza do que uma habitação rural.

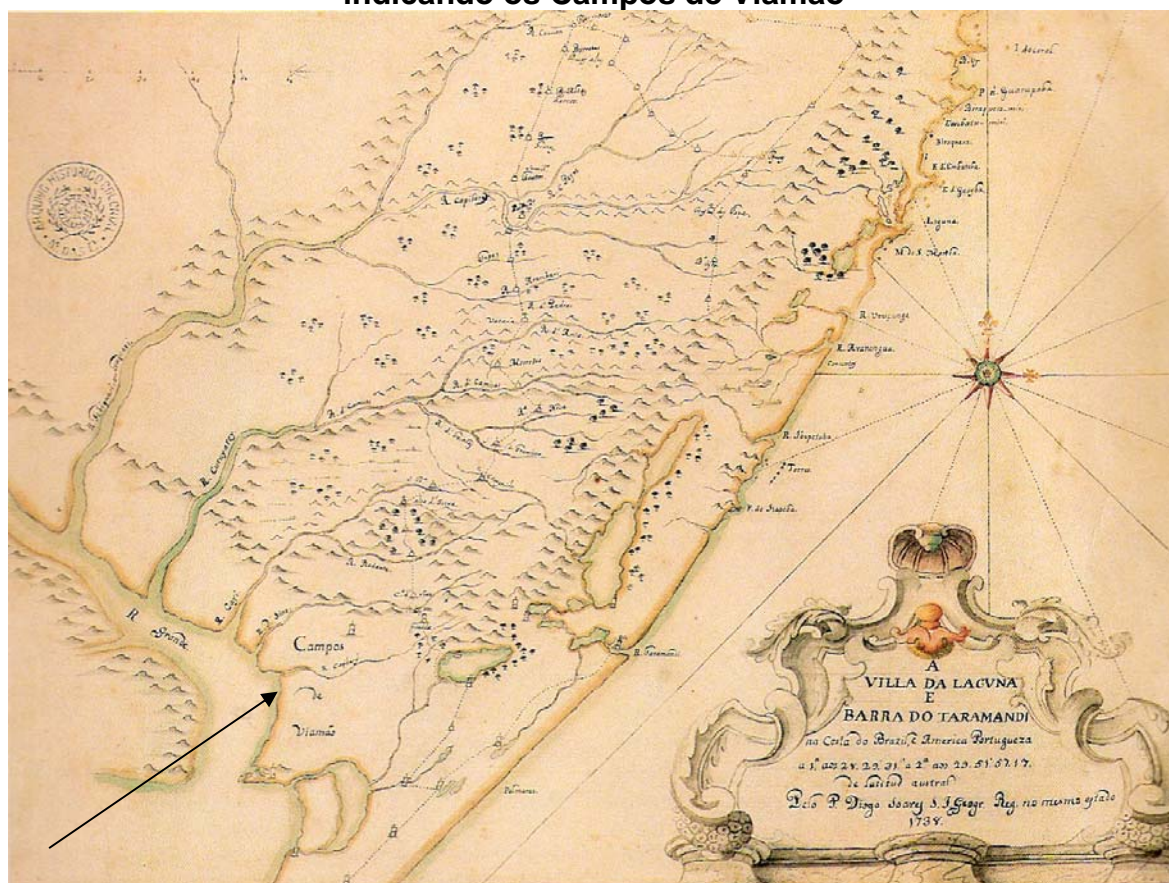
Mas, não raro, também tentavam ampliar o espaço de busca para a preia de gado. Neste caso, os sesmeiros seguidamente invadiam o espaço uruguaio, (1979, p.92) relata questões com os sesmeiros luso-brasileiros:

“É mais que provável houvessem esses pioneiros penetrado profundamente na campanha uruguaia, ali encontrando resistência. Daí se

terem fixado, primeiramente, no Estreito e, após, como estamos vendo, nos Campos de Viamão e Gravataí. Documento há pouco divulgado comprova que em 1735 o Cabildo de Montevideu se reunia para felicitar o governador pelo êxito obtido sobre os portugueses no Rio Grande. Seriam partidas volantes de preadores de gado, e o seu ponto de partida tanto podia ser a Colônia do Sacramento, como a Laguna ou as mencionadas sesmarias. De um ou de outro lado que viessem, significativo é o fato de haver sido o Rio Grande cenário de conflitos dessa natureza, muito antes da ocupação oficial.”

Portanto a estância pode ser entendida como um estabelecimento rural, de criação de gado, militarista, relacionada com a consolidação das fronteiras.

Figura 4.18 – Mapa do litoral, de Laguna a barra do rio Taramandi (Tramandaí), indicando os Campos de Viamão



Diogo Soares, 1738, Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa.

Com o povoamento se propagando pelos campos, se estabeleceram os currais - os fixos, que aguardavam o gado das preias – os fluxos. As notícias da opulência pastoril criavam interesse e traziam novos migrantes. As riquezas do Prata escoavam-se para o norte, ininterruptamente. Iniciava-se, assim, o povoamento de maneira espontânea, como um prolongamento de Laguna, observada a lentidão compatível com a exigüidade demográfica desta vila e as possibilidades da época.

Com a rota de tropas afastada de Laguna, os lagunenses e tropeiros⁵⁹ buscaram o caminho do gado, estabelecendo-se com currais e solicitando sesmarias ao sul do rio Mampituba, nos chamados Campos de Viamão, mostrado no mapa 4.3, com uma seta. Os Campos de Viamão não eram bem determinados, segundo César (1979, p.89):

Os limites do antigo Viamão não podem ser dados hoje com muita certeza. Sabe-se, contudo, que com esse nome eram vagamente chamadas às terras que demoram aquém do Mampituba, tendo a leste o Oceano, e a oeste e sul a baliza fluvial do Guaíba e da Lagoa dos Patos. Para os vicentistas que alcançaram o Rio Grande seguindo o caminho natural da praia arenosa, Campos do Viamão eram todas essas planícies despovoadas à margem esquerda do Rio de São Pedro.

Em 1734, os campos que estão entre a barra do Rio Grande e o Tramandaí estão povoados com vinte e sete fazendas. Estes primeiros fazendeiros eram lagunenses que vinham para o sul e povoaram as terras do Rio Grande. Surgem, desta forma, as primeiras estâncias de criação, origem dos grandes latifúndios gaúchos.

Em 1736, os Campos de Viamão se estendiam até as margens do Lago Guaíba, ocupados por estâncias, que também criavam mulas para as outras capitanias.

No final do século XVIII já havia mais de 500 estâncias na Capitania do Rio Grande de São Pedro, atual estado do Rio Grande do Sul, sendo que em 1741 já existiam quarenta e seis fazendas, de acordo com a discriminação mostrada na Figura 4.19. A atração a aventura e a tentativa do ganho garantido remetia cada vez mais pessoas em busca de sesmarias no sul do Brasil. Vellinho (1970, p.112) ilustra este acontecimento:

Apesar dos riscos e sobressaltos, que esses acontecimentos acarretavam, o povoamento do interior continuava, através de concessões de sesmarias, em ritmo cada vez mais sôfrego, particularmente no vale do Jacuí, após o tratado de 1750. Era como se os próprios perigos chamassem. Os campos, reíunos e os rebanhos, como se dotados de irresistível magnetismo, atraíam verdadeiras levas de gente pleiteando o seu quinhão. Além da mobilização espontânea dos moradores do Continente, gente interessada acudia de toda a parte, principalmente de São Paulo. Vilas do planalto curitibano, antes prósperas, agora definhavam: seus homens válidos, atingidos pela mesma febre, largavam tudo em direção às campanhas do sul.

⁵⁹ No século XVIII era chamado de tropeiro o dono da tropa. No início do século XIX o termo tropeiro designava também o capataz da tropa. Mais tarde o termo generalizou-se, referindo-se a todos que trabalhavam com a tropa de vacuns, cavaleiros ou muareis.

Figura 4.19 - Discriminação das Estâncias, no Rio Grande de São Pedro, 1741.

Mapa das Fazendas Povoadas de Santos no Rio Grande de São Pedro, a 8 de Setembro de 1741.

Mapa das Fazendas Povoadas de Santos no Rio Grande de São Pedro, a 8 de Setembro de 1741															
FAZENDAS DA PARTE DO NORTE							FAZENDAS DA PARTE DO SUL								
Tabela de Discriminação das Estâncias															
Aldeias	500	160	1100	160	100	400	200	200	200	200	300	300	300	300	300
Casas	600	0	500	400	300	200	100	100	100	100	100	100	100	100	100
outras	0	0	0	600	300	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: <http://genealogias.org>

Em 1779 inicia a doação de terras ao norte do rio Piratini, ficando esse local, posteriormente, para os Portugueses. Em 1789, independente do acordo do Tratado de Santo Ildefonso, começaram as doações de Sesmarias na parte meridional do rio Piratini, área que comporta hoje os municípios de Arroio Grande, Jaguarão e Herval.

Esta região assume um papel estratégico importante no início deste povoamento, porque o canal de São Gonçalo permitia a navegação fluvial, sendo que pelo sul se alcançava a Lagoa Mirim e se chegava a Banda Oriental do Uruguai; partindo para o norte atingia-se o núcleo charqueador pelotense, a Laguna dos Patos, o porto marítimo do Rio Grande, somando-se a proximidade com os Campos Neutrais, povoados de grandes rebanhos de gado e a facilidade do contrabando. A população civil e militar, expulsa da Colônia do Sacramento, ocupa as áreas localizadas ao sul do rio Piratini até o norte do rio Jaguarão. Receberam sesmarias nesta zona militarizada de fronteiras. Dessa maneira o início do povoamento da região deu-se primeiro com esses estabelecimentos estancieros cuja primeira finalidade era defender o território; depois se transformaram em unidades produtivas, principalmente com a produção do charque e seus subprodutos.

Rodrigues (1979) cita Francisco João Roscio que escreveu, em 1781, o *Compendio noticioso do Continente do Rio Grande de São Pedro* e testemunha a

enorme distribuição de sesmarias no atual Rio Grande do Sul, no entanto, não estavam sendo ocupados efetivamente. Disse ele:

Como nas outras partes do Brasil, nenhum morador se contenta com poucas léguas de terras, querem mais, ainda que se sirvam de uma insignificante parte junto de sua cabana e deste modo toda a campanha está deserta, todos os campos estão dados e têm senhorio.

O povoamento, neste período, caminhava a passos largos no Rio Grande do Sul e praticamente todas as suas terras tinham proprietários.

Do ano de 1790 até o ano de 1819, no sul de Pelotas, no espaço compreendido ao norte, pela margem direita do rio Piratini; ao oeste, pelo arroio Piratini da Orqueta; ao leste, pelo canal de São Gonçalo e Lagoa Mirim; ao sul, pelo arroio Chasqueiro, foram concedidos 34 títulos de doação de terras, as sesmarias, principalmente doadas a militares e famílias açorianas.

As estâncias que se estabeleceram no século XIX são uma estratégia da Coroa Portuguesa para efetivar a posse das terras, consolidando assim os limites. A ocupação no tempo e espaço do território sulino teve um desenvolvimento lento e de acordo com as possibilidades de penetração, seguindo os caminhos naturais dos lagos e rios.

As fases do processo de concessão de sesmarias no sul do Brasil são as seguintes:

De 1730 a 1750: inicia o processo de ocupação na faixa costeira entre o oceano Atlântico e as grandes lagoas, de Torres ao Chuí, conhecido como "antigo caminho das tropas";

De 1750 a 1780: começam a ocupar o interior da Província, acompanhando o avanço militar em direção às Missões;

De 1780 a 1822: fase em que se avultam as concessões de terras, principalmente em direção aos campos do sul.

Este processo de doação de terras através dos títulos de concessão de sesmarias e a legitimação dos *arranchementos*, foi sem dúvida, responsável pelo avanço português em terras de domínio espanhol. Com certeza foi uma estratégia exitosa para os lusitanos, que conseguiram empurrar a fronteira até o Rio Uruguai a Oeste, e ao Sul, até os rios Jaguarão e Quaraí.

A singularidade dessa política de distribuição de terras pela Coroa portuguesa, consistia em que, ao legalizar a posse, transferia para o sesmeiro o

ônus da manutenção deste território, garantindo e resguardando automaticamente os seus domínios no extremo sul brasileiro.

Portanto as concessões de sesmarias e o estabelecimento das estâncias que se estabeleceram no século XVIII e XIX são uma estratégia da geopolítica portuguesa que efetivou a posse das terras, consolidando a ocupação do território. Há uma estreita relação entre os estancieiros e a consolidação da fronteira do sul do Brasil. Assim, a ação geopolítica era estabelecer estâncias para consolidar a ocupação territorial e a expandir a fronteira. Assim, o sistema de sesmarias assegurou a ocupação do solo, garantindo a defesa perante os interesses de conquista espanhola e desenvolvendo-o com fins comerciais. Assim, a exploração econômica e a geopolítica luso-brasileira dirigiram a ocupação do território rio-grandense.

A Colônia do Sacramento e as novas ameaças

A Colônia do Sacramento estava permanentemente sob a ameaça espanhola, que primava em não acatar as convenções firmadas pelos seus reis.

No ano de 1734, a Colônia do Sacramento prosperava. Navios portugueses levavam tecidos, alimentos, ferramentas, escravos, madeiras, ferro, aguardente, pólvora, arame e vinho e o sal, importante para a salga da carne e do couro. As autoridades da Colônia faziam o contrabando com Buenos Aires, que era apenas um porto militar, proibido de receber navios mercantes, contando com a corrupção das autoridades espanholas. Assim, a Colônia do Sacramento transformou-se num forte empório do comércio de couro da região platina. Segundo Lessa (1984, p.43) *“Em 1735, o novo governador de Buenos Aires, D. Miguel de Salcedo, acredita que a Banda dos Charruas jamais poderá se expandir enquanto houver implantado em Colônia o quisto lusitano”*.

Usando como pretexto o rompimento de relações diplomáticas entre Portugal e Espanha, motivado por um pequeno incidente ocorrido com empregados do embaixador português em Madri, o governador de Buenos Aires ordenou, em outubro de 1735, uma nova investida militar contra a Colônia do Sacramento. Entretanto, dessa vez, os lusitanos, liderados por Antônio Pedro de Vasconcelos,

resistiram por vinte e três meses, até setembro de 1737, ao cerco inimigo, utilizando todos os seus esforços, para não permitirem a ocupação da povoação.

Foto 4.1 – Portão de Campo da Fortaleza de Colônia do Sacramento



Foto: Jones Muradás

D. João V manda uma esquadra ao Brasil e através da Carta Régia de vinte e três de março de 1736, ordena uma investida militar no Prata. O governador Gomes Freire de Andrada fica responsável pelas ações e determina a organização e a responsabilidade da expedição ao brigadeiro José da Silva Pais, que deveria ir imediatamente ao Prata.

Nesta Carta Régia havia basicamente três ordens:

1. levantar o cerco de Colônia do Sacramento;
2. tomar ou desmantelar a cidadela de Montevidéu; e
3. criar presídio, em qualquer hipótese, na barra do Rio Grande de São

Pedro

Figura 4.20 - “Planta Topográfica da Praça da Nova Colônia com o seu novo desenho pelo Brigadeiro Jozé da Sylva Paes Anno de 1736”



1736, Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa.

As ordens da Carta Régia para criar o presídio na Barra do Rio Grande são as que seguem, transcritas por Barreto (1979, p.13):

E, porque não é menos importante a de segurar a Baía do Rio Grande de São Pedro e campanhas circunvizinhas, que igualmente pertencem aos meus domínios, do perigo a que estão expostas de que os espanhóis pretendam na presente ocasião usurpá-las também, como já intentaram em outro tempo; por cuja causa o Conselho Ultramarino me tem representado, em repetidas consultas, a necessidade que há de povoarem-se sem dilação as ditas campanhas, levantando na margem do mesmo rio, da parte sul, uma fortaleza, que sirva de defesa ao porto e de amparo aos povoadores que quiserem estabelecer-se naquele sítio, para o que se oferecem presentemente muitas pessoas do Rio de Janeiro, conforme avisa o Brigadeiro José da Silva Pais: Me pareceu ordenar ao dito governador que

confira também esta matéria nas juntas, o que mando fazer, assentando-se que pode ter lugar o tratar-se presentemente do estabelecimento da dita colônia, concorrereis da vossa parte a ajudá-lo e executando com o mesmo zelo e prontidão tudo o que o dito governador encarregar ao vosso cuidado, pertencente a esta expedição, para a qual mando remeter na presente ocasião as peças de artilharia, armas, munições, instrumentos de mover terra e outros petrechos que poderão ser necessários. E tenho resoluto mandar transportar das ilhas até 300 casais e alguns soldados para se estabelecerem na dita Colônia, quando com efeito se consiga e sejam necessários.

D. João V ordenou na Carta Régia o povoamento na Barra do Rio Grande, conquanto haja paz com a Espanha, no momento da chegada da esquadra ao Brasil, conforme a continuação da transcrição de Barreto (1979, p.14):

Ainda que se não faz crível que o Governo Espanhol, reconhecendo a injustiça e má fé com que deu principio às hostilidades, as procure suspender, contudo, como é preciso prevenir todos os casos, vos advirto que, se no tempo em que chegardes ao Rio de Janeiro, constar que com efeito têm os espanhóis suspenso as ditas hostilidades, restituído os navios que represaram e reparado inteiramente qualquer outro dano que hajam causado aos meus vassallos, se não deve intentar cousa alguma contra eles, mas só tratar-se da expedição do Rio Grande de São Pedro, pelas razões que ficam ponderadas; se, porém, constar que só suspenderam as hostilidades, sem reparar os danos referidos, se executará o mais que tenho resoluto.

A dezesseis de dezembro de 1736, na altura da Ilha das Flores, no estuário do Prata, reúne-se, a esquadra portuguesa, contando com navios de vários tipos e diversos calados. Essa concentração se viu aumentada com as embarcações que se achavam na Colônia. A presença dos navios portugueses imobilizou a força inimiga. Não deixava, contudo, essa imobilidade dos navios espanhóis, de representar uma vitória portuguesa, liberando a Colônia de um sítio prolongado e incômodo, ainda que por simples ato de presença. É mostrado na Figura 4.20 a Planta Topográfica de Colônia de Sacramento realizada pelo Brigadeiro Silva Paes.

Silva Paes consegue aliviar o cerco de Colônia, mas aborta o ataque a Montevideú. Quando chegou ao estuário platino, o brigadeiro Silva Paes verificou que os recursos que trazia eram insuficientes para permitirem ação eficiente de conquista daquela cidadela. Não conseguiu desembarcar em Montevideú, que estava em poder dos espanhóis. Barreto (1979, p.21) nos dá uma panorâmica do que acontecia naquele momento em Montevideú:

No interregno, quiseram Silva Pais e Ribeiro Coutinho examinar de mais perto as defesas terrestres de Montevideú e, no dia 14, às 7 horas da noite, em um bergantim e um escaler, puseram pé em terra numa ilha

dentro da enseada e viram ao amanhecer, segundo o brigadeiro, "uma praça de corpo muito diferente do que se lhes tinha representado, com baterias que defendiam o porto e um forte, a guarnição trabalhando nas ruínas, bastante cavalaria..., duas baterias à borda d'água e as muralhas guarnecidas com uma ponte à roda", o que levou Silva Pais a formar juízo diverso daquele que se havia feito por informações, parecendo-lhe que "não se poderia acometê-la com menos de dois mil homens, por se achar muito fortificada.

O malogro do estabelecimento de uma base em Montevideu, com o objetivo de dar calor, como então se dizia, à Colônia do Sacramento. Paes Leme resolveu retirar-se para outro ponto da costa, mais ao norte, onde pudesse estabelecer uma base de operações e aguardar novos recursos capazes de permitir uma ação enérgica e decisiva contra Montevideu. Rumaram para a região da atual cidade de San Fernando de Maldonado, atual Uruguai, ou simplesmente Maldonado.

Os barcos lusitanos chegaram a Maldonado a vinte e quatro de dezembro de 1736. Não encontrando qualquer impedimento, por ali andaram examinando tudo; acharam o porto pequeno, desabrigado, e os projetos de fortificação e presídio caíram por terra, por carência de água - que não havia senão à distância de uma légua - e falta de lenha - que não encontraram em toda a costa. Devido a impossibilidade da realização do pretendido, rumaram para o canal do Rio Grande para cumprir com a terceira ordem da Carta Régia.

Neste momento, era assinado o Tratado de Paris, em vinte e seis de março de 1737, entre Portugal e Espanha, com mediação francesa, e devia assegurar a paz nas fronteiras do sul. Cada metrópole permanecia na posse do que tivesse.

Os planos externos à península ibérica

Vamos neste momento argumentar sobre um dos motivos, ou o principal motivo, da ordem real expedida através da Carta Régia de vinte e três de março de 1736, dada ao Brigadeiro Silva Pais, de se estabelecer o Presídio de Rio Grande de São Pedro, em qualquer situação, no canal de acesso da Laguna dos Patos, atual cidade de Rio Grande.

A costa rio-grandense tinha sido visitada desde o século anterior por estrangeiros, principalmente navegantes holandeses e piratas franceses; um destes últimos apresou, na altura de 29° de latitude Sul – altura do Morro dos Conventos - SC, um navio negreiro do traficante judeu português Antônio da Costa e levou-o em custódia ao canal da Laguna dos Patos, situado a 32°10' de latitude Sul – atual cidade de Rio Grande - RS, onde o liberou com a condição de aí permanecer por pelo menos duas semanas.

O traficante, neste tempo, segundo Bueno (1999), explorou as cercanias e formou a idéia de promover uma empresa de colonização na área que encontrou deserta. Preso pela inquisição de Lisboa, somente anos depois é que conseguiu reunir-se em Londres com os membros de sua família, todos com sólida posição econômica e social, aí aprimorando, com seu irmão João da Costa, o projeto que concebera.

Este último empolgou-se e promoveu entendimentos com várias personalidades políticas e do mundo das finanças. As negociações foram sendo demoradas pelos aspectos políticos que envolviam e, ao lhe parecer que tendiam elas ao fracasso, João da Costa estabeleceu contactos com a corte russa, por intermédio do Príncipe de Cantemir.

Esses fatos chegaram ao conhecimento das Coroas de Portugal e Espanha, necessariamente influenciando no ânimo real a iminência de um desembarque na área, ou pelos ingleses ou pelos russos.

Da mesma forma, a Corte portuguesa tivera denúncia dessas iniciativas, entre outros pelo próprio João da Costa e pelo ministro espanhol em Londres, este, com o sentido de evitar a intervenção de terceiras potências, mais poderosas, numa questão em que essa presença fatalmente tenderia à exclusão daquelas, com a agravante de uma expansão futura a outros territórios sul-americanos.

É, portanto, seguro dizer que o Rei de Portugal apressou a ocupação do Rio Grande, não só com fins militares de dar retaguarda à Colônia do Sacramento, como também geopolíticos, de não permitir uma ingerência estranha nos interesses que só diziam respeito às duas nações ibéricas.

Como todo esse assunto foi tratado de forma secreta, e de tal modo que só há poucos anos foi encontrada parte da documentação pertinente, é natural que não fosse mencionado nas consultas do Conselho Ultramarino, nem que figurasse nas instruções e na correspondência da época. Daí, quase certamente, aquele

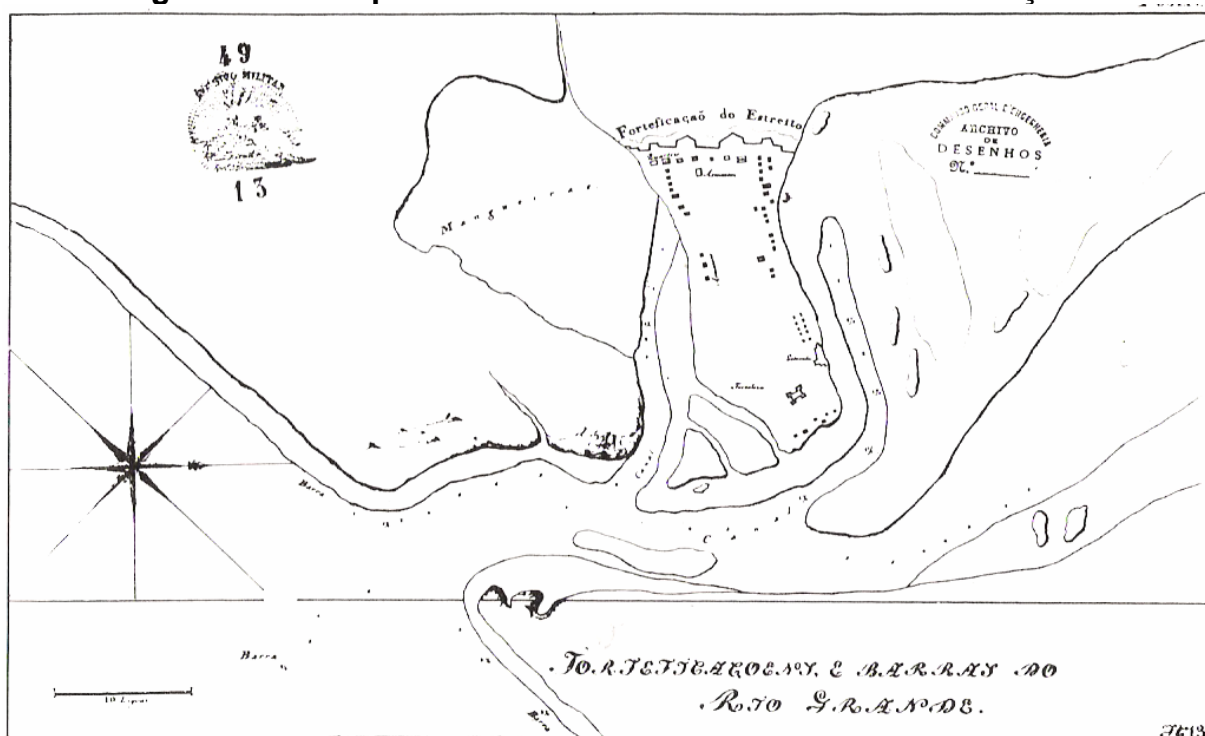
trecho da carta de dezessete de abril de 1736 - poucos dias após a saída da esquadra de Lisboa - em que D. João V recomendava a Gomes Freire "*ponha em execução o projeto da povoação do Rio São Pedro, ainda mesmo que nada deva intentar contra os castelhanos.*"

A Vila e a Comandância Militar do Rio Grande

O Brigadeiro Silva Pais depois do reconhecimento de Maldonado iria cumprir a última incumbência que lhe fora atribuída pela Carta Régia de D. João V, a fundação do presídio no Rio Grande de São Pedro. Esse era seu propósito estratégico, pois desde sua chegada ao Brasil, por ele se batia. Silva Pais enxergara o que representaria para Portugal a ocupação do Porto do Rio Grande.

A expedição do Brigadeiro José da Silva Paes fundou nas proximidades do canal da Laguna dos Patos, em dezanove de fevereiro de 1737, a povoação Rio Grande de São Pedro, antes da assinatura do tratado de Paris.

Figura 4.21 – Mapa da Barra do Rio Grande e suas Fortificações



Arquivo Militar de Lisboa, sem data.

Levando em conta apenas as questões de navegabilidade, era imperativo a escolha como atracadouro a margem Norte, de melhor acesso e profundidade, mas, os fatores estratégicos predominaram e o presídio português foi estabelecido nas dunas da margem Sul, pois oferecia acesso direto à Colônia do Sacramento.

Assim estava lançada a base para a incorporação do atual território do Rio Grande do Sul ao Brasil. Rio Grande era um posto militar avançado e garantia o comércio do gado e contrabando do Prata. A posição geográfica do canal da Laguna dos Patos era estratégica, e ainda teria excelente linha de penetração no continente, a qual poderia proporcionar facilidade para uma ação interior contra os sitiados da Colônia do Sacramento. Mandou, pois, que se construísse uma fortificação que denominou de forte de Jesus-Maria-José e outra mais ao sul, o forte de São Miguel. Ao sul do presídio foi construída a fortificação de Santana, no Estreito, conforme mostramos na Figura 4.21.

Barreto (1979, p.33) comenta a construção das instalações desta forma:

Com esta precisa segurança, entrou com maior atividade e cuidado a fortificar o porto e, com o título de Jesus, Maria e José, fabricou uma fortaleza regular com fossos, pontes levadiças e quartéis para a gente paga da sua guarnição; neles se aquartelou toda a soldadesca, sem detrimento nos cômodos. Levantou na Mangueira um reduto e outros mais nos sítios do Arroio e Taim, dando ao mesmo tempo princípio à importante fortificação do estreito. Em todos estes fortes montou suficiente artilharia guarnecida por destacamentos competentes.

Em razão do estabelecimento do presídio, em 1737, a região passa a se chamar Comandância Militar do Continente de Rio Grande de São Pedro. Rio Grande, como sede de Comando, abrangia atribuições militares e administrativas. Silva Pais foi seu primeiro comandante e estava vinculada a Santa Catarina e subordinado à Capitania de São Paulo. Era a posse oficial da nova circunscrição já virtualmente incorporada, sob a vaga designação de Capitania d'el-Rei, ao complexo colonial luso-brasileiro.

Desenvolvem-se logo obras de defesa, edificação de casas, agricultura de subsistência, a criação de gado e a distribuição de terras. Deu à nova fundação o caráter de estabelecimento permanente e colonizador e não o de simples presídio, como foi chamado. Para garantir o abastecimento de carne e montarias à guarnição

da Comandância, fundou, à retaguarda de sua posição, a Fazenda Real de Bojuru⁶⁰, em campos, situados a 80 quilômetros ao norte do canal do Rio Grande.

Aparecem, nesta época, no Rio Grande o elemento militar e o negro. Foram estabelecidos postos de vigilância com guarnições portuguesas ao longo do litoral: a Guarda do Norte e as Guardas do Estreito, do Capão do Meio e de Mostardas. Assim o povoamento tomou incremento. O Rio Grande do Sul surgia como a representação das estâncias e dos acampamentos militares.

A Comandância Militar do Continente de Rio Grande de São Pedro tinha como objetivos:

- auxiliar a Colônia do Sacramento;
- povoar a região;
- e regular as relações entre os diferentes elementos povoadores.

As guarnições ou presídios⁶¹ ficavam nos fortes. O forte de Jesus, Maria e José ficava junto ao canal, perto do povoado do porto. Era feito com muros de terra. O forte de Santana estava mais ao norte, numa linha de trincheiras que cortava a península. O forte de São Miguel, o único construído de pedras de granito, guarnecia o extremo sul da lagoa Mirim, hoje território uruguaio. As guardas distribuídas nos passos cobravam pedágio das tropas de gado e prendiam desertores.

Através da Provisão Régia de 11 de agosto de 1738, desincorporou os territórios da Ilha de Santa Catarina e o Continente do Rio Grande de São Pedro da jurisdição de São Paulo, passando-os para o Rio de Janeiro.

Desta forma, este território ficou subordinado diretamente aos Vice-Reis do Brasil. Eram esses que concentravam em suas mãos a grande autoridade administrativa e judiciária aos quais se subordinavam os capitães-general.

As razões são principalmente de ordem geopolítica. Tendo-se em vista o apoio a Colônia do Sacramento e a conseqüente necessidade de dar-lhe cobertura estratégico-militar, foi implantado um sistema defensivo para o litoral, onde se incluía a Ilha de Santa Catarina e a barra do Rio Grande.

Praticamente olhando obsessivamente para o sul, fitando a ameaça de Montevideú, essa Comandância logo procurará se expandir na continuação do

⁶⁰ Bojuru é atualmente distrito do município de São José do Norte - RS.

⁶¹ No século XVIII o termo presídio designava guarnição militar.

litoral, improvisando fortificações no arroio Chuí e a fortaleza de Santa Teresa. A partir da fundação do presídio de Rio Grande, toda região sul do Brasil até o Prata vai viver sob o signo da organização militar.

A preparação diplomática portuguesa e os jesuítas matemáticos

As preocupações de Portugal com o território brasileiro aumentaram no dia vinte e sete de novembro de 1720, quando Guillaume Delisle, primeiro geógrafo do rei da França, leu perante a Academia Real das Ciências, de Paris, a sua dissertação com o título de *“Determination géographique de la situation et de l'étendue des différentes parties de la Terre”*. Obra que revolucionava a geografia, pois era a primeira tentativa para determinar as longitudes, reunindo em um só mapa as alterações de posição, obtidas por meios astronômicos

Havia ali alguns pontos calculados do arquipélago de Cabo Verde e da América do Sul. Assim, conhecida a longitude observada de Cabo Verde, Delisle calculou a posição da ponta ocidental da ilha de Santo Antão em 27°40' Oeste de Paris, com o pequeno erro, para a época, de cerca de 10 minutos, a menor. Quanto ao Cabo de Santo Agostinho, a que Delisle se refere, sem o nomear, mediu 36°20' Oeste de Paris, com erro de 40 minutos, a menor. Mediam, pois, segundo estes cálculos, 8°40' entre a Ilha de Santo Antão e o Cabo de Santo Agostinho, uma séria revelação, pois para a cartografia portuguesa, esses dois pontos estavam separados por no máximo três graus.

Assim, tratava-se, mais que um erro, mas de uma fraude. Desviando sistematicamente o continente para leste, a cartografia portuguesa, dirigida pelo Estado, situava a oriente do meridiano de Tordesilhas vastíssimos territórios, que, na verdade, ficavam dentro do hemisfério espanhol: atitude geopolítica que vinha desde o século XVI.

Portanto as correções de Delisle vinham pôr a descoberto aquela transferência de soberania. Como os espanhóis estavam extremamente defasados na arte cartográfica, não se deram conta do logro. Além de corrigir os erros de posição, Delisle denunciava as suas conseqüências políticas e apressava-se em declarar, segundo transcreve Cortesão (2001, p.276):

On peut fixer par là, la fameuse Ligne de Demarcation que le Pape Alexandre VI avait établie par une Bulle donnée en 1493 pour servir de limite commune entre les Espagnols et les Portugais, car elle devait passer 370 lieucs à l'Ouest de l'Isle Saint Antoine, la plus Occidentale de celles du Cap Vert, ce qui l'établit au 330.me degré selon nos observations.

Como as longitudes de Santo Antão e do Cabo de Santo Agostinho estavam a menor, a longitude assinalado por Delisle beneficiava ainda os portugueses, em relação a realidade. Cortesão (2001, p.276) diz que:

... a falta de longitudes observadas para a parte da costa americana ao sul do Equador e a cartografia portuguesa, adrede viciada, forçavam o geógrafo francês a erros maiores. Assim, calculava a diferença de longitude entre o cabo de Santo Agostinho e o de Santa Maria em dezessete graus, quando é superior a vinte, erro por "escassez, que beneficiava igualmente a soberania portuguesa e se refletia no seu mapa, onde o meridiano de Tordesilhas, a que chama de Alexandre VI, passa pelo Rio Grande de S. Pedro. Ainda assim ele concluía que aquele cabo excedia 3 ou 4 graus para Oeste a Linha de Demarcação; e que. por consequência, muito menos a Colônia do Sacramento, ainda mais ocidental, caia na partilha dos portugueses.

Já quanto ao arquipélago das Molucas, entendia Delisle que, ficava amplamente na zona da soberania portuguesa.

Conhecida a Dissertação de Delisle não podia deixar de impressionar D. João V e os seus ministros. Os geógrafos portugueses não ignoravam que a Colônia do Sacramento, muito dificilmente, poderia estar dentro da esfera da soberania portuguesa, delimitada em Tordesilhas, o caso permanecera até então indeciso, por falta de métodos científicos eficientes. No mapa de Delisle, publicado em 1722, fazia passar o meridiano de Tordesilhas pelo Rio Grande do Sul, conforme mostra a Figura 4.22.

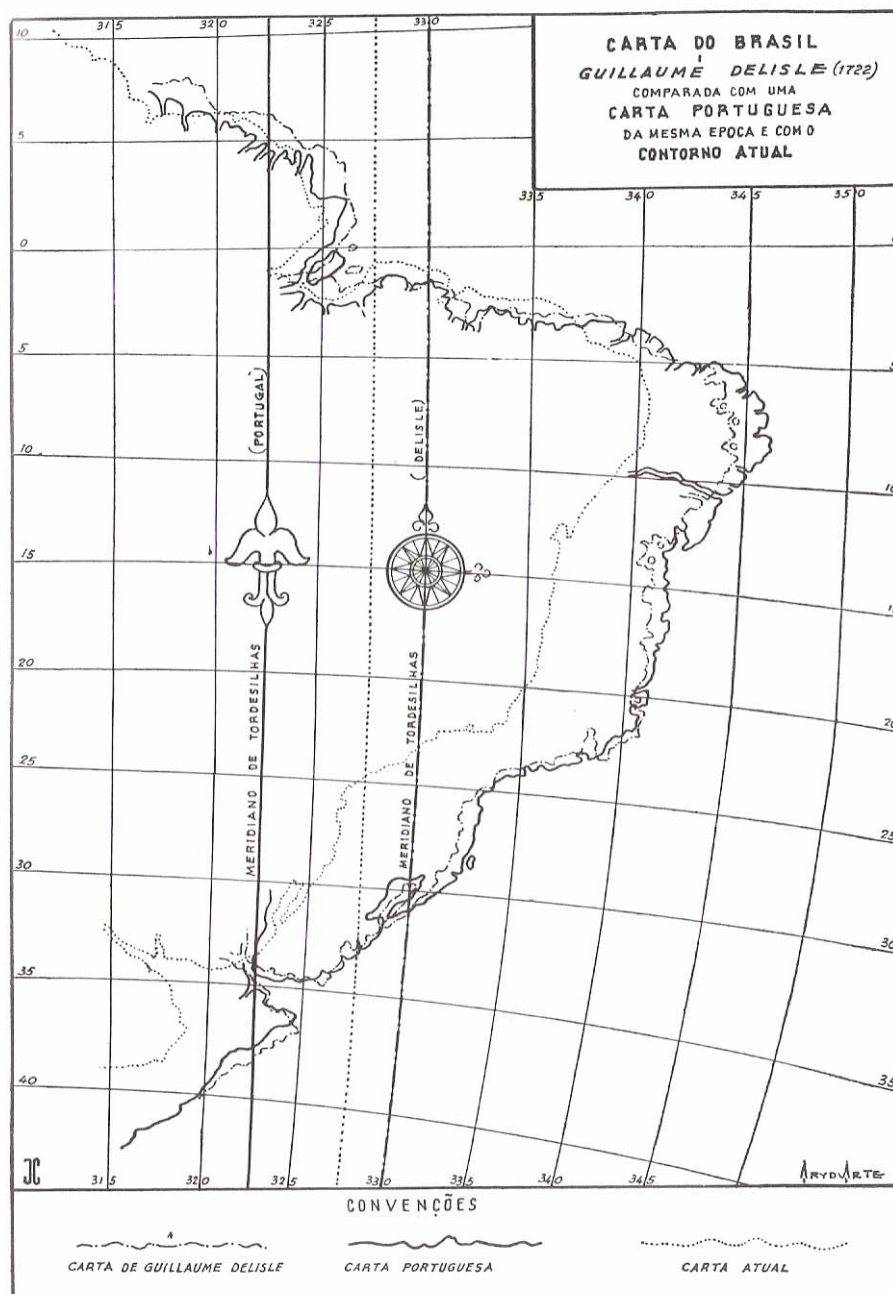
O Rei e os seus ministros preocuparam-se com a carência da nação. O problema das longitudes renascia, sob novo e mais grave aspecto. Fundamentadas na situação do meridiano de Tordesilhas, era indispensável renovar, por meio da cultura astronômica, a cartografia portuguesa, e dar base científica à sua diplomacia.

Assim, o aparecimento da Dissertação de Delisle é o ponto de partida e agente que desperta e desencadeia um novo processo de atualização cartográfica em Portugal. Não é possível negar que os problemas de soberania e o desejo de afirmá-la sobre o território na América do Sul estão na base desse renascimento.

Na falta de técnicos nacionais e de uma indústria especializada, capaz de fabricar os instrumentos necessários, importava trabalhar em segredo-de-estado,

contratando astrônomos e adquirindo o material respectivo, sem levantar suspeitas nos países concorrentes, principalmente da Espanha.

Figura 4.22 – Carta do Brasil de Guillaumé Delisle (1722) comparada com uma carta portuguesa da mesma época e com o contorno atual



Fonte: Cortesão, Jaime. O Tratado de Madrid. Tomo I. Brasília, 2001. p.276a - Tomo I

Assim, D. João V manda contratar na Itália astrônomos jesuítas; com garantia de discrição disciplinada os padres matemáticos chamavam-se João Batista Carbone e Domingos Capassi, ambos naturais de Nápoles, os quais chegaram a Lisboa a dezenove de setembro de 1722. Os instrumentos matemáticos foram

comprados na França e na Inglaterra. O crescimento das ciências exatas e da natureza bastava para explicar o interesse português.

Junto com Azevedo Fortes os dois padres matemáticos completavam-se. Transformaram a cartografia portuguesa, exclusivamente em ciência, obedecendo aos moldes uniformes e à inspiração racionalista francesa.

A missão dos padres matemáticos emanava diretamente da vontade real, e D. João V passa a dirigir e acompanhar as suas atividades. D. João V, dando início às atividades astronômicas em Portugal, tinha como objeto um fim político. A astronomia passava a ser um instrumento de expansão do seu Império. Por isso fez da astronomia uma ciência de palácio.

Sete anos decorreram entre este fato e a partida dos padres para o Brasil. Os dois astrônomos jesuítas muniam-se dos instrumentos próprios. Pelo Alvará de dezoito de novembro de 1729. Dom João V, dirigindo-se ao Vice-Rei do Estado do Brasil e aos governadores e capitães notificava-lhes que dois Religiosos da Companhia de Jesus, peritos nas Matemáticas, Diogo Soares e Domingos Capassi, iriam fazer mapas das terras.

Para dar uma base científica ao problema da soberania portuguesa no Brasil, em função das fronteiras com a América espanhola, tornava-se mister observar, por métodos astronômicos, as longitudes das regiões, em litígio declarado ou latente com a Espanha, inclusive medir a posição exata do meridiano de Tordesilhas e onde estava estabelecida a expansão territorial do Brasil para oeste e sul.

Também havia a necessidade de obter mapas do sertão, devido aos descobrimentos de ouro e diamantes em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Almeida (1999, p.82) confirma esta preocupação da Coroa portuguesa dizendo: “... *era necessário organizar espacialmente o Brasil de uma forma lógica, o que não era possível fazer sem possuir mapas detalhados.*”

Os padres matemáticos, Diogo Soares e Domingos Capacci, chegaram no Brasil no início de 1730 e tinham, de acordo com Provisão Régia recebida por eles, a missão de elaborar o *Novo Atlas da América Portuguesa* mapeando toda a colônia

brasileira. Em razão das questões da política na Península Ibérica, a Coroa portuguesa necessitava dele rapidamente. Almeida (1999, p.80/81) nos dá a noção desta necessidade:

... a urgência da Coroa portuguesa nestes mapas tem uma razão de ser essencialmente geopolítica. Trata-se, sobretudo, de conhecer o espaço brasileiro, com outro rigor até então inexistente. Para isso era fundamental conhecer-lhe os limites.

Além do trabalho cartográfico, o rei queria uma descrição geográfica minuciosa do Brasil, devendo os padres procurar saber, segundo a Provisão Régia que remete os padres ao Brasil – citada por Almeida (1999, p.82):

... a capacidade dos portos e dos rios, se são navegáveis, até onde, com que embarcações, em que parte se pasam a vao ou em canoas; que gente habita as suas margens, se ha nelles algum pescado, se tem arvoredos na sua visinhança, se estes se podem cortar e conduzir com facilidade para povoado, se ha nos seus destritos pastos e gados, se são habitados de índios ferozes e domesticas e que modo tem estes de viver, se os gentios tem alguma forma de religião, se adoram alguns ídolos, que modo tem de governo entre si e de que armas usão.

No fundo, tratava-se de um programa de obter inteligência do espaço brasileiro, entre eles, rotas, recursos econômicos e questões sociais, políticas e religiosas. Pretendia o rei recolher informações que melhor lhe permitissem conhecer e intervir na administração do território brasileiro. Neste caso os mapas seriam fundamentais para este objetivo.

Assim, os padres matemáticos da Companhia de Jesus, com o auxílio de pessoas experientes, esboçaram cartas geográficas muito precisas, que foram conservadas em segredo até 1750, por motivos geopolíticos óbvios.

Assim, os padres obedeciam a uma política de segredo cartográfico ao transmitir as suas informações. Outro detalhe, era que o meridiano base ou zero⁶² utilizado nos mapas era o da cidade do Rio de Janeiro, pois era uma forma de esconder o real meridiano em que se encontrava as terras cartografadas. Os mapas dos Padres Matemáticos eram segredo de Estado. Segundo Cortesão (2001, p.17):

A prova de que os padrões oficiais dos dois Padres Matemáticos se conservaram secretos está em que, a par dessa cartografia científica e de Estado, continuou a desenvolver-se uma cartografia espontânea de sertanistas, lusos e luso-brasileiros, que consignavam no papel o traçado sumário e empírico dos seus descobrimentos. Entre essas cartas de bandeirantes utilizada a palavra na acepção mais genérica, e as do P. Diogo Soares, as diferenças são enormes. Naquelas pululam os erros de

⁶² O meridiano zero em Greenwich foi estabelecido em 1884, durante a Conferência Internacional do Primeiro Meridiano realizada, em Washington, com o intuito de criar um padrão mundial para a hora legal.

posição, embora todas obedeçam a uma tendência semelhante; por via de regra, as longitudes são deslocadas para leste. E, como a consequência é sempre igual: incluir na soberania portuguesa, conforme a demarcação de Tordesilhas, uma parte maior da América Meridional, torna-se difícil conceber que esses cartógrafos amadores não errassem adrede e em obediência a um propósito político,...

A Coroa portuguesa, ao ensejo da elaboração dos mapas, articulou uma estratégia para a definição dos limites do Brasil, buscando barreiras naturais, como os rios ou as serras, que constituíssem *limites certos* entre os espaços ocupados pelos colonos das duas coroas. Esta estratégia foi utilizada no momento das negociações do Tratado de Madrid, em 1750.

Foi relevante para seu mapeamento, a expansão das áreas de mineração para oeste até o Mato Grosso, onde se colocava com grande acuidade o problema dos limites. Mas onde a conjugação de esforços entre a expansão territorial e a cartografia foi mais bem sucedida foi no Rio Grande do Sul, onde o padre Diogo Soares traçou alguns dos seus mapas mais importantes.

O *Novo Atlas da América Portuguesa* foi um projeto concretizado em parte. Foi cartografado somente o Brasil meridional e a região das minas, mas de grande importância estratégica e geopolítica. Tratou-se da primeira tentativa realizada no século XVIII de fazer mapas de toda a América portuguesa a partir de observações feitas no terreno, ainda que com uma técnica mista, que misturava observações astronômicas realizadas com instrumentos científicos, com relatos e mapas de sertanistas, além de mapas estrangeiros. O jesuíta historiador Serafim Soares Leite, citado por Vellinho (1970, p.58), diz que:

... foi essa a primeira expedição geográfica e cartográfica enviada a qualquer das Américas por uma nação européia, com fins sistemáticos de Estado, como estudo preparatório para delimitar a soberania política entre os domínios, de nações confinantes.

Os mapas elaborados pelos padres jesuítas foram fundamentais na preparação do Tratado de Limites, assinado em Madrid em 1750, sabendo-se que foram utilizados para o desenho do Mapa das Cortes. Os relatórios e estudos de regiões serviram de informação básica nas negociações diplomáticas do Tratado de Madrid.

O Tratado de Madrid - 1750

Já havia muitos anos a vontade de Espanha e Portugal encontrarem um acerto para sua secular rivalidade. O contrabando entre a Colônia do Santíssimo Sacramento e Buenos Aires provocava uma sangria na economia colonial espanhola, porque as mercadorias não passavam pelos portos autorizados de Callao, Cartagena e Valparaíso, onde estavam os órgãos de arrecadação de impostos.

Estando casados o rei de Espanha com a princesa portuguesa e o rei de Portugal com a princesa espanhola, os diplomatas de ambos os reinos negociaram, pela primeira vez, a fixação de limites na América do Sul e a posse de colônias na Ásia.

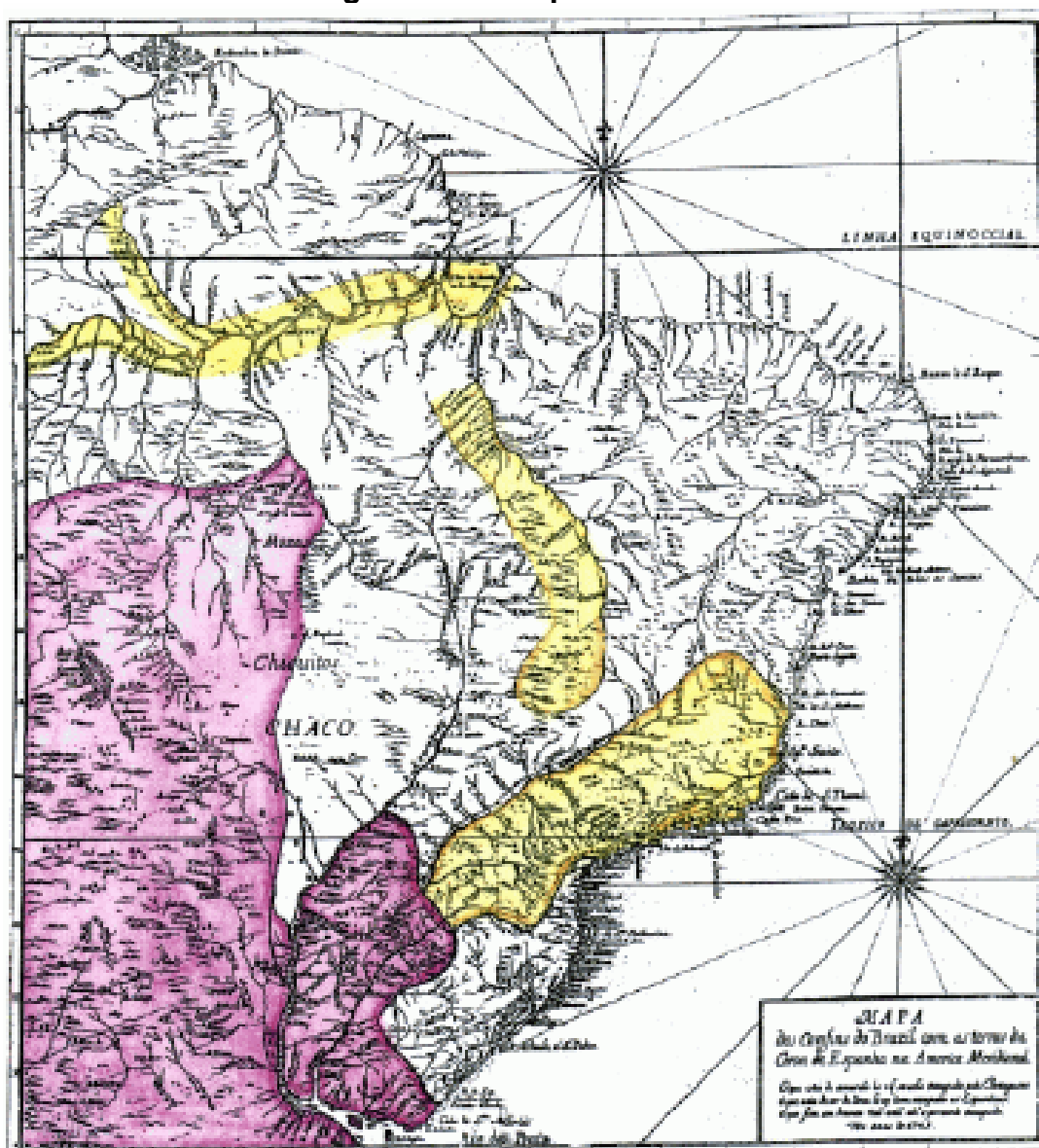
Em 1746, quando começaram as negociações diplomáticas a respeito do Tratado, Portugal já possuía os mapas mais precisos da América do Sul, que encomendara aos padres matemáticos e geógrafos da coroa. Eram excelentes informações com que contava para as negociações diplomáticas. Com trabalhos apresentados à Corte espanhola, Alexandre de Gusmão comprovou que as usurpações luso-espanholas em relação à linha de Tordesilhas (1494) eram mútuas, com as portuguesas na América do Sul (parte da Amazônia e do Centro-oeste do Brasil) sendo compensadas pelas da Espanha na Ásia (Filipinas, Marianas e Molucas).

Desta maneira Alexandre de Gusmão, secretário do Conselho Ultramarino, orientou o tratado, que pela primeira vez adotou os limites naturais como fronteiras e o reconhecimento do princípio do direito privado romano do *uti possidetis, ita possideatis* (quem possui de fato deve possuir de direito), em que cada parte ficaria com o território que estivesse ocupando. O superado meridiano de Tordesilhas deixado, na prática, de ter validade na pós-restauração da monarquia portuguesa, ficaria substituído por outro conceito de fronteiras, como a posse efetiva da terra e os acidentes geográficos como limites naturais (linha correndo pelos rios ou, na ausência destes, pelos divisores de águas dos sítios mais elevados). Na pauta das negociações, entrou a posse das Filipinas, bem como a demarcação de fronteiras sul-americanas, onde o desbravamento português estabelecera vilas no Amazonas, no Mato Grosso e no Prata.

No verso do Mapa das Cortes – Figura 4.23 - contém as assinaturas e os selos dos Ministros Plenipotenciários das coroas espanhola e portuguesa, D. Joseph de Carvajal y Lancaster e D. Tomás da Silva Teles. No subtítulo do mapa diz: “Oque está de amarelo he o q' se acha occupado pelos Portugueses: Oque está de cor de rosa he o q' tem occupado os Espanhoes: o que fica em branco não está até prezente occupado.”

Assim, Alexandre de Gusmão convence os espanhóis da validade do Mapa das Cortes, no qual o território brasileiro está bastante deformado e ampliado.

Figura 4.23 - Mapa das Cortes



Fonte do mapa: <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/mapas/map002.htm>

Gusmão se vale do fato de que os espanhóis não tinham informações cartográficas do território em disputa. Neste mapa o Mato Grosso está no mesmo meridiano da linha de Tordesilhas. Também está invertida a posição do rio Madeira, que neste mapa corre de noroeste para sudeste, e não de sudoeste para nordeste, como realmente acontece. Deste modo beneficiou Portugal, em detrimento dos direitos espanhóis. Neste Tratado praticamente ficou delineado o contorno aproximado do Brasil atual.

No plano de negociações de Gusmão incluíam-se alguns pontos como o de que os portugueses sabiam que os espanhóis jamais deixariam em paz Colônia do Sacramento, que lhes prejudicava a arrecadação de impostos. Além disso, descobrira-se ouro no Brasil, não era preciso entrar em conflitos por causa da prata peruana. Para a compensação, já tinha em vista as terras convenientes à coroa portuguesa: os campos dos Sete Povos das Missões, oeste do atual estado do Rio Grande do Sul, onde os portugueses poderiam conseguir grandes lucros criando gado.

O Tratado de Madri, assinado em treze de janeiro de 1750 pelas Coroas Ibéricas, tinha por objetivo (apenas as questões inerentes ao sul do Brasil):

- revogar o Tratado de Tordesilhas;
- permutar a Colônia do Sacramento pelo território dos Sete Povos das Missões;
- definir o Rio Uruguai como fronteira oeste do Brasil com a colônia espanhola.

Tordesilhas foi um tratado inexecutável. A sua não concretização foi, sem dúvida, o fator mais importante que permitiu o crescimento territorial brasileiro para o sul e oeste. Para Magnoli (1997, p.74):

O Tratado de Madri, como queria Gusmão, assinalou o abandono diplomático do Meridiano das Tordesilhas. O lugar da linha ancestral na delimitação recíproca das soberanias foi preenchido então por um conceito oriundo do direito civil romano: o *uti possidetis* (interdito possessório: a posse legitimada e justificada por uma circunstância de realidade, pela ocupação efetiva). Em Madri, Portugal cedeu à Espanha a Colônia de Sacramento e reconheceu-lhe a posse das Filipinas, em troca da formalização da soberania lusa sobre os Sete Povos das Missões e as margens orientais dos rios Paraná, Paraguai, Guaporé e Madeira.

Com Gusmão, concretizava-se territorialmente o que havia nascido como doutrina geopolítica. O *Magnus Brasil* agora era, de fato, transformado, pelo uso da

força, das idéias e da diplomacia, em um único corpo. Pelo Tratado de Madri, foi acrescido ao território da então colônia do Brasil cerca de 5.600.000km² aos 2.850.000km², resultantes do Tratado de Tordesilhas de 1494.

Figura 4.24 - Mapa dos limites estabelecidos pelo Tratado de Madrid no sul do Brasil



Mapa modificado: RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande do Sul – Evolução Municipal – 1809 – 1996, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Comissão de Assuntos Municipais, Porto Alegre, 2001;

Insistimos em dizer que, nos duzentos e cinquenta anos de Brasil, a doutrina do *Magnus Brasil* foi um projeto geopolítico português, levado as últimas conseqüências, que realmente deu forma a territorialidade brasileira. O *uti possidetis* foi a operacionalização do *Magnus Brasil*.

Kantor (2007) também pensa dessa forma e diz:

Com a assinatura do Tratado de Madri (1750) estabelecia-se o princípio da posse efetiva, o chamado *uti possidetis*, e aboliavam-se definitivamente as disposições da doação pontifícia (bula *Inter Coetera*),

sendo revogado o Tratado de Utrecht. O historiador Luís Ferrand de Almeida chamou a atenção para o fato de que o princípio de fronteira natural seria, ainda, o principal instrumento de demarcação utilizado pelas comissões luso-hispânicas. Portanto, é nesse contexto que o mito da ilha Brasil é mobilizado, agora, porém, já como uma ideologia geográfica, mais do que como um saber em que se projetavam os horizontes de expectativas da colonização.

O teor do Tratado de Madrid é importante para a história do Brasil, do Rio Grande do Sul e para nosso trabalho, pois, na prática, estabeleceu os primeiros limites para o atual Rio Grande do Sul e o sul do Brasil, com a Espanha. Como já dissemos anteriormente, o sul do Brasil foi espanhol do *achamento* até 1640. A partir desta data, o Rio Grande do Sul foi gradualmente sendo conquistado pelos portugueses, conforme mostramos na Figura 4.24.

Devido ao sucesso obtido por Gusmão no Tratado de Madrid, o historiador paraguaio padre Bernardo Capdeville se referiria a este Tratado como "*a vergonha da diplomacia espanhola*".

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

TESE DE DOUTORADO

A GEOPOLÍTICA E A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUL DO BRASIL

JONES MURADÁS

ORIENTADOR: PROF. DR. GERVÁSIO RODRIGO NEVES

PORTO ALEGRE, NOVEMBRO DE 2008.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A GEOPOLÍTICA E A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUL DO BRASIL
Volume II**

JONES MURADÁS

ORIENTADOR: PROF. DR. GERVÁSIO RODRIGO NEVES

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura
(POSGea/IG/UFRGS)
Profa. Dra. Heloisa Conceição Machado da Silva
(IRI/Universidade Nacional de La Plata)
Profa. Dra. Márcia Eckert Miranda (Centro de Ciências
Econômicas/UNISINOS)
Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros
(POSGea/IG/UFRGS);

Tese apresentada ao Programa
de Pós-graduação em
Geografia como requisito para
obtenção do título de Doutor em
Geografia.

PORTO ALEGRE, NOVEMBRO DE 2008.

Muradás, Jones

A geopolítica e a formação territorial do sul do Brasil / Jones Muradás. –
Porto Alegre : IGEO/UFRGS, 2008.
2 v. : il.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de
Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, RS -
BR, 2008.

Orientação: Prof. Dr. Gervásio Rodrigo Neves

1. Geopolítica. 2. Geohistória. 3. História do Brasil. 4. História do Rio
Grande do Sul. 5. Fronteiras. I. Título.

Catálogo na Publicação
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFRGS
Luciane Scoto da Silva CRB 10/1833

A GEOPOLÍTICA E A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUL DO BRASIL

LISTA DE FIGURAS

	Pág.
CAPÍTULO I	
Figura 1.1	Fac-símile da última página do Tratado de Tordesilhas, de 1493, com as assinaturas dos Reis Católicos da Espanha, Fernando e Isabel. 45
Figura 1.2	Mapa de Juan de la Cosa (1500) 49
Figura 1.3	Distribuição das terras no sul da América do Sul, de acordo com o Tratado de Tordesilhas. 55
CAPÍTULO II	
Figura 2.1	Rota de Aleixo Garcia 61
Figura 2.2	Rota de Sebastião Caboto e Diego Garcia 62
Figura 2.3	Planisfério anônimo português chamado de Cantino (1502) 64
Figura 2.4	Detalhe do Brasil no Planisfério anônimo português chamado de Cantino (1502) 65
Figura 2.5	Planisfério de Lopo Homem, 1519, constante do Atlas Muller 66
Figura 2.6	Mapa da Terra Brasilis, incluído no Atlas Miller 67
Figura 2.7	Parte sul-americana do planisfério de Pierre Descelliers - 1546. 71
Figura 2.8	Representações cartográficas da “Ilha Brasil” ou do “Magnus Brasil” entre 1550 e 1650 segundo Jaime Cortesão 74
Figura 2.9	Magnus Brasil nas Cartas de João Teixeira Albernás – 1640 76
Figura 2.10	Figura da concepção atual do Magnus Brasil 77
Figura 2.11	América Meridional de Arnoldus Florentinus 79
Figura 2.12	São Vicente de João Teixeira Albernás – 1631 82
Figura 2.13	Detalhe, o Brasil na Carta Atlântica de Gaspar Viegas (1534) 85
Figura 2.14	Mapa de Bartolomeu Velho – 1562 86
Figura 2.15	Mapa do Brasil com as divisões em capitanias - Luís Teixeira, 1586 88
Figura 2.16	Mapa do envolvimento do Sul do Brasil pelas Expedições Exploratórias Portuguesas – Espanholas (1501 – 1580) 97
Figura 2.17	Mapa America Mundus Novus, de Vaz Dourado – 1573. 99
CAPÍTULO III	
Figura 3.1	Mapa da localização das Missões de Guairá e Tape 112
Figura 3.2	Mapa das Missões de Guairá - Detalhe 114
Figura 3.3	Mapa das Missões localizadas no Tape 116
Figura 3.4	Mapa da Rota dos Bandeirantes no Rio Grande do Sul 117
Figura 3.5	Mapa da Introdução do gado no Rio Grande do Sul e as Vacarias 119
Figura 3.6	Mapa America Meridionale, por Guglielmo Sansone – 1677 125
Figura 3.7	Mapa Americae Descriptio, Nicolau Visscher – 1650 126
Figura 3.8	Mapa da localização das Faixas de Fronteira 127
Figura 3.9	Mapa da América do Sul por Antônio Sanches, 1641 128
Figura 3.10	Mapa America Pars Meridionalis, de Henricus Hondius – 1638 129

	CAPÍTULO IV	
Figura 4.1	Localização dos primeiros povoados no sul do Brasil	140
Figura 4.2	Evolução geográfica dos Gaúchos	145
Figura 4.3	Localização da Colônia do Santíssimo Sacramento	149
Figura 4.4	Plano do porto da Colônia do Sacramento	150
Figura 4.5	Mapa da localização da Colônia do Sacramento pós Tratado Provisional	152
Figura 4.6	Localização, em detalhe, das aldeias dos Sete Povos	154
Figura 4.7	Localização dos ervais e estâncias dos Sete Povos	156
Figura 4.8	Animação do Triplo Vetor Colonizador do Sul do Brasil	160
Figura 4.9	Representação do Roteiro Colônia do Sacramento – Laguna	163
Figura 4.10	Localização de Montevidéu	168
Figura 4.11	Enseada de Montevidéu	169
Figura 4.12	Enseada de Montevidéu	169
Figura 4.13	Traçado do caminho dos Tropeiros São José do Norte – Laguna	171
Figura 4.14	Traçado do Caminho do Morro dos Conventos	173
Figura 4.15	Traçado do Real Caminho de Viamão	174
Figura 4.16	Localização das principais sedes de municípios na Rota dos Tropeiros	176
Figura 4.17	Localização da área de distribuição das primeiras sesmarias no Rio Grande do Sul	179
Figura 4.18	Mapa do litoral, de Laguna a barra do rio Taramandi (Tramandaí), indicando os Campos de Viamão	182
Figura 4.19	Discriminação das Estâncias, no Rio Grande de São Pedro, 1741.	184
Figura 4.20	“Planta Topográfica da Praça da Nova Colônia com o seu novo desenho pelo Brigadeiro Jozé da Sylva Paes Anno de 1736”	188
Figura 4.21	Mapa da Barra do Rio Grande e suas Fortificações	192
Figura 4.22	Carta do Brasil de Guillaumé Delisle (1722) comparada com uma carta portuguesa da mesma época e com o contorno atual.	197
Figura 4.23	Mapa das Cortes	202
Figura 4.24	Mapa dos limites estabelecidos pelo Tratado de Madrid no sul do Brasil	204
	CAPÍTULO V	
Figura 5.1	Planta da Fortaleza de Jesus-Maria-José de Rio Pardo	210
Figura 5.2	Dinâmica da movimentação das forças ibéricas na Guerra Guaranítica	213
Figura 5.3	Etapas de povoamento inicial do Rio Grande do Sul e o cordão de defesa luso-brasileiro	218
Figura 5.4	Rotas de invasão do Exército Espanhol ao Rio Grande do Sul	220
Figura 5.5	Esquema da invasão espanhola de Ceballos e Vertiz y Salcedo ao Rio Grande do Sul	223
Figura 5.6	Indicação dos limites estabelecidos, por via das armas, no sul do Brasil - 1775	227
Figura 5.7	Limites do tratado de Santo Ildefonso – 1777	232
Figura 5.8	Dinâmica da conquista luso-brasileira das Missões - 1801	240

Figura 5.9	Território do Rio Grande do Sul após a guerra de conquista de 1801	241
CAPÍTULO VI		
Figura 6.1	Municípios do Rio Grande do Sul, em 1809	248
Figura 6.2	Trajetos de D. Diogo de Sousa na Banda Oriental	252
Figura 6.3	Área conquistada pelo Exército Pacificador	253
Figura 6.4	Território da Coroa portuguesa no sul do Brasil, em 1821	261
Figura 6.5	Limites adotados no Sul do Brasil através da Convenção de 1819	264
Figura 6.6	Limites adotados no Sul do Brasil através da Convenção de 1819, com hidrografia.	265
Figura 6.7	Limites adotados no Sul do Brasil através do Tratado de 1821	267
CAPÍTULO VII		
Figura 7.1	Dinâmica da Batalha do Passo do Rosário	274
Figura 7.2	Dinâmica da invasão de Frutuoso Rivera	276
Figura 7.3	Área de influência geográfica das capitais farroupilhas	279
Figura 7.4	Limites internacionais adotados no Sul do Brasil em 1851	281
Figura 7.5	Dinâmica da invasão paraguaia ao Rio Grande do Sul	284
CAPÍTULO VIII		
Figura 8.1	Configuração da área de litígio Brasil – Argentina - 1889	288
Figura 8.2	Figura dos limites do Rio Grande do Sul em 1909	289
Figura 8.3	Figura da localização da Ilha Brasileira	291
Figura 8.4	A formação territorial do Rio Grande do Sul	295

LISTA DE MAPAS

		Pág.
CAPÍTULO I		
Mapa 1.1	Paralelo demarcatório do Tratado de Alcáçovas –Toledo	36
Mapa 1.2	Meridiano demarcatório da Segunda <i>Bula Inter Cetera</i>	39
Mapa 1.3	Meridiano demarcatório do Tratado de Tordesilhas	41
Mapa 1.4	A derrota de Pedro Álvares Cabral ao Brasil	51

LISTA DE FOTOS

		Pág.
Foto 4.1	Portão de Campo da Fortaleza de Colônia do Sacramento	187
Foto 5.1	Primeiro marco do Tratado de Madrid colocado em Castillos Grandes.	211

A GEOPOLÍTICA E A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUL DO BRASIL

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - “POR MARES NUNCA DE ANTES NAVEGADOS” AO “ACHAMENTO” DO BRASIL	23
A península ibérica no contexto europeu do século XV	23
Dos feudos ao estado nacional	24
O Capitalismo - A nova ordem econômica	25
A Economia e a sociedade	25
O mercantilismo	26
A causa Emergente	28
A expansão marítima e comercial da península ibérica	29
D. Henrique e a vantagem geográfica	30
A expansão ultramarina portuguesa	33
A introdução do <i>Mare Clausum</i>	34
O tratado de Alcáçovas-Toledo	35
A descoberta da América e suas conseqüências	37
As bulas alexandrinas	38
O Tratado de Tordesilhas	41
A rota das Índias	47
O Descobrimento do Brasil	48
CAPÍTULO II - AS EXPLORAÇÕES IBÉRICAS E O MAGNUS BRASIL	57
As primeiras explorações	57
A Costa do Ouro e da Prata	59
A cartografia da informação e da contra-informação	63
As incursões estrangeiras	69
A contestação ao <i>Mare Clausum</i>	70
O <i>Magnus Brasil</i>	73
A colonização do Brasil	79
Estratégias Geopolíticas	83
A Espanha conquista o Peru	84
As Capitânicas hereditárias	85
A tentativa portuguesa no Amazonas	90
As expedições espanholas ao Prata e ao Amazonas	91
A colonização espanhola	93
Portugal do Século XVI: a política e a economia	94
Consolidação geopolítica	97
CAPÍTULO III - A UNIÃO DAS COROAS IBÉRICAS 1580 – 1640	100
Causas da expansão territorial brasileira	101
A Companhia de Jesus e os Jesuítas portugueses	103
A colonização espanhola	104
Os espanhóis e os indígenas	105

O sertão e seus habitantes	109
Os Paulistas e as Bandeiras	110
Bandeirantes, Jesuítas espanhóis e as Missões de Guairá	111
As reduções do Tape e os Bandeirantes	115
Vacaria del Mar	119
Consolidação das ações do período 1580 – 1640	120

CAPITULO IV - DA RESTAURAÇÃO PORTUGUESA AO TRATADO DE MADRID – 1640 - 1750	132
A Espanha pós-restauração de Portugal – na Europa e América do Sul	135
Continua a impossibilidade de posse territorial espanhola	135
Os espanhóis e o impedimento ao livre comércio no porto de Buenos Aires	137
Expansão do território brasileiro	139
Os habitantes do Pampa – dos Mozos Perdidos ao Gaúcho	141
A fundação de Colônia do Santíssimo Sacramento	148
Os Jesuítas espanhóis se restabelecem no Tape	153
Retomada do povoamento e o comércio na Colônia de Sacramento	158
A colonização do sul do Brasil	159
Medidas para reconhecimento e posse do território	162
O Contrabando no Prata	164
A segunda queda de Colônia do Sacramento	166
A fundação de Montevidéu	167
O tropeiro e a ocupação do espaço do sul do Brasil	169
1. Os tropeiros e o gado espanhol	170
2. Os tropeiros e a ocupação do litoral rio-grandense	171
3. O tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu e o caminho ao centro da Colônia	172
4. As conseqüências do tropeirismo	175
5. A importância do tropeirismo	177
As concessões de Sesmarias e o estabelecimento das Estâncias	178
A Colônia do Sacramento e as novas ameaças	186
Os planos externos à península ibérica	190
A Vila e a Comandância Militar do Rio Grande	192
A preparação diplomática portuguesa e os jesuítas matemáticos	195
O Tratado de Madrid - 1750	201

CAPÍTULO V - AS CONSEQÜÊNCIAS DO TRATADO DE MADRID E A CONQUISTA TERRITORIAL DO ATUAL SUL DO BRASIL	206
A imigração açoriana	206
A Guerra Guaranítica	209
O povoamento da Capitania de São Pedro	216
Os Tratados e as Invasões espanholas	221
O Tratado de Santo Ildefonso	230
A atividade Charqueadora e a ocupação portuguesa	235
A Conquista das Missões	236
O Tratado de Badajoz	243
O Rio Grande do Sul e sua incipiente economia	244
A demografia da Capitania	245
As Invasões à Metrópole portuguesa	245
A consolidação do território	246

CAPÍTULO VI - A MONARQUIA NO BRASIL E A CONQUISTA DA BANDA ORIENTAL	247
A Capitania de São Pedro no novo cenário político	248
O cenário do Prata, em 1810	249
O Exército Pacificador intervêm na Banda Oriental	250
A luta interna no Prata e as fricções no Pampa	254
As ações de Artigas	258
A invasão da Banda Oriental e a tomada de Montevideú	259
As conseqüências da tomada da Banda Oriental	263
A Agitação Liberal Precursora da Independência	265
CAPÍTULO VII – PERÍODO IMPERIAL	269
Imigração e colonização estrangeira	270
A Guerra Cisplatina	272
a. Batalha do Passo do Rosário	273
b. Invasão de D. Frutuoso Rivera	275
Guerra civil dos Farrapos	278
O Tratado de Limites de 1851	280
A Invasão paraguaia	283
CAPÍTULO VIII - O SUL DO BRASIL E AS QUESTÕES DE LIMITES NA REPÚBLICA	285
As questões de limites da região de Palmas – Misiones	285
Tratado Brasil – Uruguai - 1909	288
As contestações uruguaias	290
a. A questão da "Ilha Brasileira"	290
b. A Questão Masoller / Vila Albornoz	292
Conclusão	297
Bibliografia	315

CAPÍTULO V

AS CONSEQÜÊNCIAS DO TRATADO DE MADRID E A CONQUISTA TERRITORIAL DO ATUAL SUL DO BRASIL

O Tratado de Madrid repercutiu intensamente na política da América do Sul. Cada Coroa tentava fazer sua política de ocupação territorial. O povoamento foi desordenado e impulsivo. As grandes movimentações foram decorrência de diferentes motivações econômicas e de iniciativas governamentais com pouco planejamento. Assim, a Coroa portuguesa foi a que mais tomou iniciativas para garantir a posse do território, refletindo em tratativas diplomáticas e conflitos.

A imigração açoriana

A imigração açoriana para o sul do Brasil foi a primeira ação geopolítica de posse da terra pós-Tratado de Madrid. O arquipélago dos Açores, formado por nove ilhas vulcânicas, tinha superpopulação nas ilhas. Preocupado com a baixa densidade demográfica no Brasil, o Conselho Ultramarino sugeriu o povoamento com casais ilhéus. Assim, em 1748, começou a se realizar, por determinação de D. João V, uma bem sucedida experiência de colonização e fixação de famílias ao solo brasileiro.

A imigração de açorianos para o Brasil tinha como objetivos resolver dois problemas:

- econômicos e demográficos no arquipélago dos Açores

- e de vazio populacional no sul do Brasil.

As questões econômicas, em razão da insuficiente produção de trigo para atender o consumo da população e a pouca produção do pastel, uma planta tintureira, um de seus produtos de exportação, faziam com que a pobreza se alastrasse no arquipélago açoriano.

Em relação ao problema demográfico, existia, na época, um excesso populacional que atingia níveis inadmissíveis nas ilhas. Portanto, com a superpopulação e uma insuficiente produção de alimentos e riquezas, a população do arquipélago estava passando fome.

O objetivo da imigração era povoar o sul do Brasil, consolidando as fronteiras da colônia e ocupando as terras das Missões recebidas por troca, no Tratado de Madrid. Esta imigração visava povoar os atuais Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e garantir a posse da terra. Desta forma, a imigração de açorianos para o Brasil representou a solução de dois problemas.

Em 1748, iniciou-se a colonização açoriana em Santa Catarina. No atual Estado do Rio Grande do Sul, os portugueses firmaram seu domínio com colonizadores açorianos em janeiro de 1752. A colonização a partir dessa data tornou-se estratégica para o Rio Grande e era vista como uma autêntica operação de guerra.

No Rio Grande do Sul, os açorianos, em palco de guerras intermitentes, chegaram para serem soldados e agricultores. Seu destino seria o oeste, substituindo os índios missioneiros dos Sete Povos. Com a Guerra Guaranítica e a anulação do Tratado, não havia condições de demarcar seus assentamentos e cumprir efetivamente as promessas feitas. Em meio às tentativas oficiais de situá-los, viram-se forçados a localizarem-se por conta própria, até que a paz reinasse. Assim, acabaram por espriar-se pelo Litoral Centro e Norte, bem como pelo centro do Rio Grande do Sul, tendo os vales dos Rios Jacuí e Taquari e seus afluentes como canais naturais de acesso ao interior da Capitania. Desta forma, estendendo-se ao longo dessas bacias fluviais, formou um cordão civilizador, que as investidas castelhanas foram impotentes para romper. Deu origem o primeiro processo ativo de aculturação lusa, lastreando a vida dos povoados nascentes.

Os indígenas, os castelhanos, o gaúcho, os milicianos de outras capitanias, os aventureiros de vários matizes e de todos grupos sociais tiveram necessidade de aproximar-se dos núcleos urbanos fundados pelo açorita, adaptando-se a sua cultura, adquirindo seus hábitos e assimilando seus costumes.

Contudo os açorianos não contaram com o apoio dos estancieiros. Para Osório (1990, p.112):

Havia um claro interesse da Coroa e dos proprietários em impedir que os açorianos e demais povoadores se espalhassem pelas terras. Para a primeira, a necessidade era estratégica: a formação de povoados permitia uma melhor defesa dos territórios. Para os segundos, tratava-se de impedir a concorrência na apropriação das terras.

Calcula-se que entraram no Rio Grande do Sul aproximadamente dois mil e trezentos açorianos – que representava dois terços da população de origem europeia de então. Segundo Flores (1997, p.57):

... o fluxo açorita foi pequeno, de curta duração e que os casais eram pobres sem maiores instruções, perdendo suas raízes ao longo dos 20 anos que viveram sem terras à espera da migração para as Missões.

São exíguos os documentos sobre o período inicial dos açorianos no Rio Grande do Sul. Isto se deve ao caráter sigiloso dos preparativos militares relacionados com a execução do Tratado de Madrid.

Em nosso entender, se, por um lado, a imigração pretendia resolver deficiências colonizadoras no Brasil meridional, obedecendo a estratégias nitidamente político-militares, por outro, serviu também para dar resposta às solicitações da população açoriana que se encontravam em deficitárias condições de sobrevivência. A migração estava em convergência de interesses que dava resposta a ambos os lados. Portanto a colonização do sul do Brasil, pelos açorianos, foi uma ação geopolítica de fundamental importância para a posse da terra e o alargamento das fronteiras. Não há dúvida de que a razão principal que levou ao esforço do povoamento do Sul do Brasil, pelos casais açorianos, foi uma questão de fixação de nacionalidade.

A Guerra Guaranítica

A execução do Tratado de Madrid gerou uma revolta que ficou conhecida como a *Guerra Guaranítica*. Ela se deu, porque os índios missioneiros, insuflados pelos jesuítas, se negaram categoricamente a entregar as suas terras ao Rei português. Assim, não concordaram com a transmigração dos Sete Povos para o território entre os rios Uruguai e Paraná, para não abandonar suas lavouras e a infraestrutura urbana. Os missioneiros da outra margem do rio Uruguai não aceitavam a transmigração porque lá não havia mais terras disponíveis para novos povoados e lavouras.

Biasi (1984, p.10), nos dá versão parecida:

Las disposiciones de la permuta, más o menos aceptables en el marco del juego diplomático europeo, no resistían el contacto con la realidad. El problema principal era la oposición de los indios a tener que optar entre abandonar sus misiones o convertirse en vasallos del rey de Portugal; esta resistencia muy pronto se transformó en una rebelión que, si bien parece no haber sido promovida por los padres de la Compañía de Jesús, también es cierto que no hicieron nada por impedirla.

El marqués de Valdelirios, Comisario regio enviado por Madrid, llegó a Buenos Aires prevenido contra los padres jesuitas, prevención que se acentuó con la sublevación guaraní. Sus informes a la corona responsabilizaban a los religiosos por la resistencia indígena.

Flores (1983, p.92) nos dá outra versão sobre a ação dos jesuítas:

A atitude dos missioneiros de não aceitarem a mudança ordenada pelas autoridades espanholas, isolando os padres que tentaram executar o tratado, demonstra que eles não eram escravos dos jesuítas e nem estavam castrados mentalmente pela religião, sem apego às suas propriedades. As autoridades espanholas, incapazes de realizarem as cláusulas do tratado, tentando desculpar-se perante o rei, acusaram os jesuítas de incentivarem os índios à rebelião.

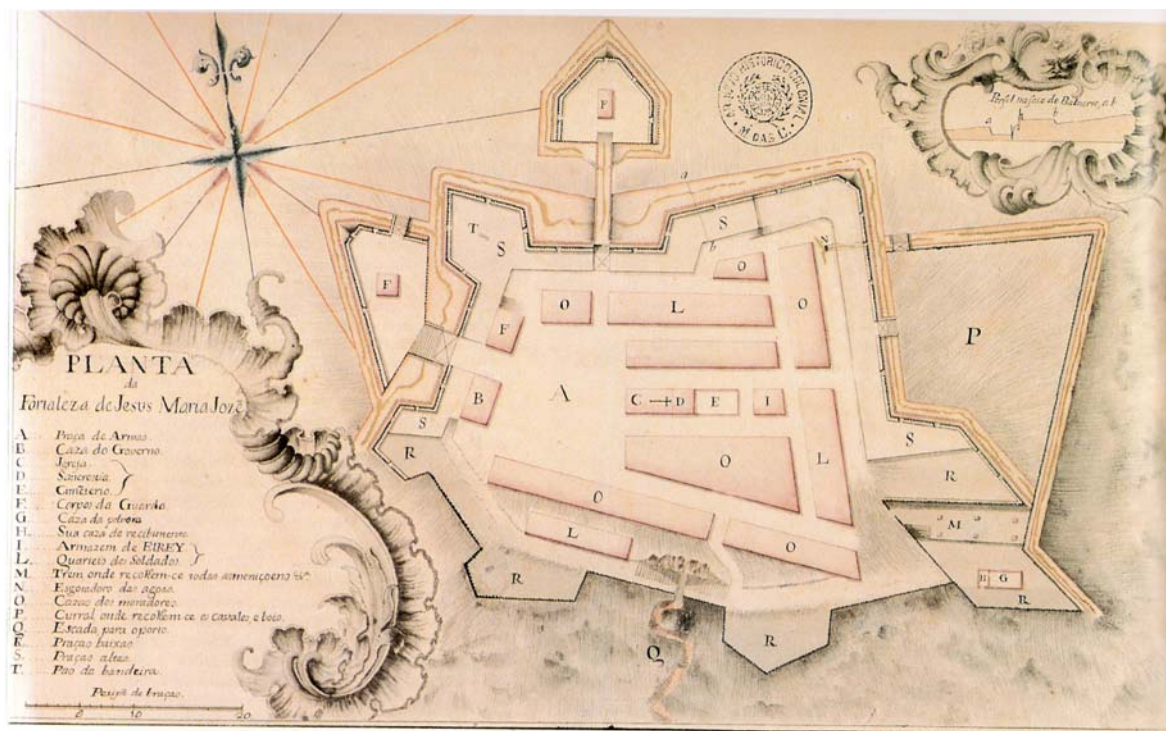
No entanto, o motivo desta determinação se deu, exclusivamente, pelas estratégias da geopolítica espanhola. A Espanha não podia aceitar a hipótese de os índios Guaranis passassem para a soberania portuguesa, isto é, tornando-se seus inimigos, a porção mais aguerrida do exército guarani, esse mesmo que havia sido, até então, como o proclamavam os próprios jesuítas, a linha de frente espanhola contra a expansão luso-brasileira. Suserano desses índios, tão familiarizados com a guerra, Portugal poderia levar as fronteiras de sua possessão sul-americanas, facilmente, até o Prata.

Assim, os índios missioneiros armaram-se e repeliram com violência a comissão demarcatória, formada por militares portugueses e espanhóis. Em

conseqüência, conforme ordens emanadas de Lisboa e Madri, preparou-se uma ação militar combinada luso-espanhola, para terminar com a insurreição.

Gomes Freire de Andrade, para opor-se aos índios, determinou a construção de depósitos de víveres e munição a freguesia de Santo Amaro, em 1751, na confluência do rio Pardo com o Jacuí. Em 1752, o engenheiro João Gomes de Melo começou a construir o forte Jesus-Maria-José, numa elevação à beira do rio Jacuí, hoje no município de Rio Pardo, como base logística de apoio à marcha do Exército Demarcador do Tratado. Mostramos sua planta na Figura 5.1.

Figura 5.1 - Planta da Fortaleza de Jesus-Maria-José de Rio Pardo



Manuel Vieira Leão, 1755, Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa.

No final de 1752, já estavam colocados os primeiros marcos. O primeiro foi em Castillos Grandes, atualmente Punta del Diablo, Ensenada de Castillos no território uruguaio – Foto 5.1.

Foto 5.1 – Primeiro marco do Tratado de Madrid colocado em Castillos Grandes¹



Foto: Jones Muradás

No entanto, os índios missioneiros de São Miguel, com o índio Sepé Tiaraju à frente, detiveram os demarcadores em Santa Tecla, atual Bagé, em vinte e sete de fevereiro de 1753, alertando que dali para diante não passariam sem guerra, e estes retrocedem. Ainda, dentro do contexto da Guerra Guaranítica, o índio Sepé

¹ Inscrição na placa colocada ao pé do Monumento: “Marco delimitador del primer tramo de la frontera del este de acuerdo con lo resuelto por el tratado hispano lusitano de 1750 construido en mármol. Fueron levantados tres marcos en nuestro territorio. El primero de ellos que se conserva en esta fortaleza el 12 de octubre de 1752 en la Ensenada de Castillos, el segundo marco fue levantado en el Cerro de India Muerta el 27/11/1752 y el tercer marco en el Cerro de Los Reyes en la Sierra de Carape el 8/1/1753. En 1762 el Teniente General Pedro de Cevallos los mando derribar y destruir.”

Tiarajú, de São Miguel, comandou ataque frustrado ao forte Jesus-Maria-José, de Rio Pardo.

Depois de vários incidentes militares contra os índios, o exército de Portugal partiu do forte São Gonçalo² que erigira na margem norte do rio Piratini, próximo ao Canal São Gonçalo. Em dezesseis de janeiro de 1756, os exércitos luso e espanhol se juntaram no Campo das Mercês, nas cabeceiras do rio Negro, próximo a Bagé, assim chamado pelas condecorações que ambos os exércitos conferiram a seus integrantes. Os exércitos marcham juntos em direção aos Sete Povos. E a partir da região atual Bagé – Santa Tecla, os índios missioneiros liderados por Sepé Tiarajú levaram a efeito uma guerra de guerrilhas contra os exércitos demarcadores, dando início a uma guerra típica da região chamada “guerra à gaúcha” de acordo com que conceitua Bento³. Em uma dessas incursões, contra uma patrulha espanhola, Sepé Tiaraju morreu em combate em sete de fevereiro de 1756. Segundo Bento (s/d)⁴:

Os índios queimavam as pastagens no eixo de progressão dos exércitos, matavam os cavalos cansados para não serem reaproveitados, tiravam os vacuns do eixo de progressão e trucidavam patrulhas e soldados isolados que ousassem se afastar do grosso dos exércitos.

Em dez de fevereiro de 1756, no passo do Caibaté, as tropas ibéricas, bem armadas e treinadas, encontraram entrincheirados e prontos para combate os guaranis, comandados por Nicolau Neenguiru, corregedor de Concepción. Os índios missioneiros foram rapidamente vencidos na chamada Batalha do Caiboaté, mas continuaram resistindo na forma de guerra assimétrica, ou seja, armando emboscadas e rápidos ataques de guerrilhas. A dinâmica da movimentação das forças ibéricas na Guerra Guaranítica está indicada na Figura 5.2.

Flores (s/d, p.11) nos dá pormenores dos eventos subseqüentes desta Batalha:

O exército espanhol entrou nas missões saqueando e estuprando mulheres e meninos, enquanto os luso-brasileiros, por ordem de Gomes Freire, foram proibidos de pilhar e de estuprar. A desobediência seria punida com fuzilamento. Diante dessa atitude, os missioneiros correram para se abrigar em Santo Ângelo, onde acamparam os luso-brasileiros.

Graças a esse estratagema, Gomes Freire conseguiu retirar 10 mil índios e mais o gado das Missões, quando retomou a Rio Pardo. Os missioneiros foram colocados em São Nicolau da Cachoeira, São Nicolau de Rio Pardo e Aldeia dos Anjos. Esta migração dos guaranis para o

² O canal São Gonçalo recebeu seu nome em razão do forte ali construído.

³ Bento, Cláudio Moreira. Regionalismo Sul-Rio-Grandense. Antologia do CIPEL, 1996.

⁴ Documento Eletrônico

território português, retirou índios milicianos dos espanhóis e recursos de gado bovino e cavalares.

Figura 5.2 – Dinâmica da movimentação das forças ibéricas na Guerra Guarânica

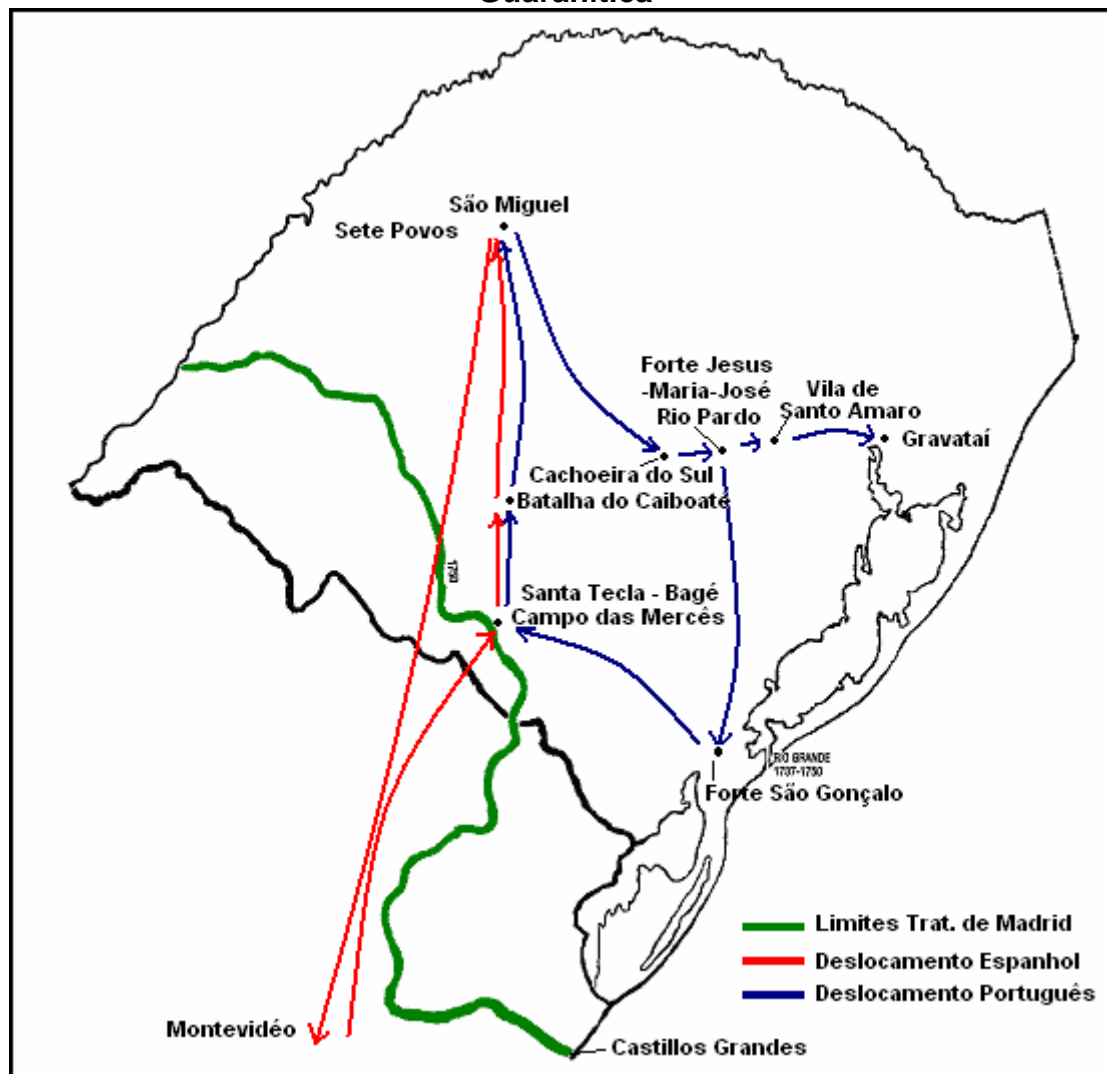


Figura: Jones Muradás

Alguns confrontos esporádicos ainda aconteceram. A dezesseis de maio de 1756 as tropas aliadas chegaram a São Miguel e segundo Flores (1997, p.55): “A seguir padres e índios vieram a S. Miguel prestar vassalagem, apesar de que alguns grupos ainda sustentaram a guerrilha até serem totalmente eliminados”.

Com o reconhecimento de território, os espanhóis se deram conta de que estavam entregando sete povoados com imensas igrejas, casas e lavouras irrigadas. Os portugueses perceberam que não havia ouro e prata na região missioneira e retiraram-se para Rio Pardo, levando mais de dez mil guaranis, cavalos e gado vacum. Com estes autóctones, fundaram São João da Cachoeira, atual Cachoeira do Sul (1758), Santo Ângelo de Rio Pardo, atual Rio Pardo (1758) e Nossa Senhora

da Aldeia dos Anjos, atual Gravataí (1762). O objetivo da transmigração dos guaranis era afastá-los dos espanhóis, que sempre os utilizaram como soldados.

Antes de encerrar este tópico, queremos fazer uma observação que julgamos importante. Os índios das reduções, que viveram, lutaram e morreram do outro lado da nossa fronteira de então, a serviço da causa espanhola, não podemos considerar componentes legítimos do nosso povo. No processo da formação territorial rio-grandense, os Sete Povos, vinculados a Espanha, figuraram entre os fatores mobilizados contra o esforço de integração geográfica do Brasil meridional. Mencionar os fatos da expansão espanhola, na parte sul da América, só nos interessa como objeto de antagonismo. Como argumenta Vellinho (1970, p.107): *“Pretender inscrevê-la no contexto da nossa formação, incorporá-la em nosso patrimônio cívico, é qualquer coisa como um contrabando subalterno, operação retardatária e gratuita, ambígua, sem nenhum sentido.”*

Em relação ao índio Sepé Tiaraju, à luz dos fatos históricos, não podemos tê-lo como um herói ou um mártir, como quer, modernamente, uma pequena parcela da sociedade gaúcha. Sepé Tiaraju combateu contra nossas forças; ele era, portanto, inimigo da sociedade luso-brasileira. Rodrigues⁵ citado por Vellinho (1970, p.116) corrobora com nosso pensamento e diz que:

Já se disse com graça e propriedade que Sepé Tiaraju é um fantasma na história rio-grandense. Realmente não pode haver lugar para ele na galeria dos nossos campeadores legítimos. Além de pertencer a uma área histórico-política que não é a nossa, ele fez suas armas em campo inimigo.

Vellinho (1970, p.120), também pensa desta forma e argumenta deste modo:

Não nos parece de bom aviso relegar este caso de Sepé Tiaraju ao domínio das coisas destituídas de importância, ele é irrelevante apenas na aparência. Nem por sermos hoje, mais que bons vizinhos, amigos dos povos que nos cercam, devemos tolerar a falsificação da história a ponto de se tentar confundir no mesmo culto os nossos heróis de verdade e aqueles que lidaram em campo adverso. Será que se pretende converter a história rio-grandense, tão inteiriça, tão vigorosa no seu sentido e suas afirmações, numa espécie de terra neutra, politicamente indiscriminada, sem caráter nacional? Que é que se esconde aí?

Não interessa indagar, neste trabalho, até onde os planos de uma autarquia jesuítica constituíam, nas etapas superiores de sua evolução, um perigo para a integridade do próprio império colonial espanhol. Vassalo e contribuinte de Castela, ou instrumento dos sonhos temporais da Companhia de Jesus, o chefe guarani se não é inteiramente estranho ao

⁵ RODRIGUES, Eurico. Um fantasma na História Rio-Grandense, "A Defesa Nacional", n. 510, 67 – 74. Ministério da Guerra, Rio de Janeiro, 1957.

passado rio-grandense porque nele figura entre os elementos que lhe foram ativamente contrários. Quando Francisco Pinto Bandeira, pai do maior guerrilheiro destas bandas, se encontrava no Rio Pardo plantando os marcos da nossa expansão, quem foi que lhe surgiu do outro lado, do lado inimigo, para impedir-lhe a posse da terra? O próprio Sepé, em carne e osso!

Vellino (1970, p.123) continua sua argumentação:

... há um fato que paira acima de quaisquer reações éticas ou sentimentais: é que as relações históricas do mundo luso-brasileiro com os jesuítas da Província do Paraguai, integrada esta pelos Sete Povos foram, como não podia deixar de ser, relações de franca hostilidade. E no entrechoque dessas duas forças Sepé tinha seu posto entre os ferrenhos adversários dos que ajudaram a construir o Rio Grande.

Portanto, é fácil compreender que as missões jesuíticas foram, na realidade, não apenas estranhas, mas hostis à formação histórica do Rio Grande do Sul e do Brasil.

A guerra guaraníca desarticulou os jesuítas e os índios, destruiu as reduções, abalou a confiança dos índios para com os jesuítas e as autoridades espanholas, destruiu as estâncias e ervais indígenas, e ainda, permitiu a posse dos portugueses da margem esquerda do rio Jacuí, desde o rio Pardo até o lago Guaíba, dividida imediatamente em sesmarias entre os portugueses.

Alegando que os jesuítas impediram a transmigração dos Sete Povos, causador da Guerra Guaranítica, o rei de Espanha ordenou a expulsão destes dos territórios espanhóis, no final de 1767, cedendo às pressões de encomendeiros e autoridades civis e eclesiásticas que não tinham jurisdição sobre os padres da Companhia de Jesus. Em 1768, os jesuítas foram expulsos dos Sete Povos e substituídos por padres de outras ordens religiosas e por governadores militares espanhóis. As ordens do governador de Buenos Aires, don Francisco de Bucarelli, dispostas a partir da retirada dos jesuítas, reestruturaram todas as diretrizes da antiga organização dos sacerdotes da Companhia de Jesus. Desde questões econômicas, onde se quebrou o isolamento missioneiro, abrindo o comércio ao exterior dos povos, até o político-administrativo, a nova organização de governo sempre teve em conta a precaução ante a presença portuguesa perto dos povos orientais, com expressas ordens da custódia da fronteira portuguesa. A partir de 1769, as Missões ficam sob administração leiga espanhola.

O recrutamento e o trabalho escravo fizeram com que os guaranis se retirassem dos Sete Povos, começando daí em diante a obra de destruição sistemática das Missões Orientais. A administração espanhola imediata e a posterior invasão portuguesa provocou uma ruptura cultural do gentio e a conseqüente decadência das reduções. As ordens espanholas de subdivisão administrativa se constituíram na primeira fragmentação da unidade dos povos missionários e agravou ainda mais o caos reinante entre eles. Em conseqüência, houve a inanição das autoridades, o deterioramento dos povos a seus cargos e a desatenção das fronteiras com os portugueses. Os problemas surgidos com esta nova gestão agravaram a insatisfação dos índios e corroboram na sua aliança com os luso-brasileiros em 1801.

Desta forma, desarticulada a ocupação missionária, terminou com os Sete Povos na configuração organizada que tinha, abrindo espaço para a futura conquista territorial por parte de Portugal. Segarra (1970, p.16), *en passant*, se refere a este fato:

El Tratado de Permuta ... se ordenaba evacuar las Misiones Orientales, donde la resistencia indígena dio lugar a la lamentable Guerra Guaranítica, de 1753 a 1756, en la que españoles y portugueses colaboraron en la destrucción del principal baluarte defensivo de los territorios platenses.

A Guerra Guaranítica foi positiva e de importância vital para a configuração territorial que hoje ostenta o Rio grande do Sul e o Brasil. Se não houvesse o desmantelamento dos Sete Povos, provavelmente, o Brasil não teria a conformação de limites de hoje e o território do Rio Grande do Sul, talvez não fosse brasileiro. Alguns pesquisadores, políticos e historiadores atuais, de atuação romântica e de ideologia controversa, em pleno século XXI, fazem a apologia a defesa do gentio, dos jesuítas e de sua causa, não refletindo sobre quais eram suas intenções e quais seriam as conseqüências para o futuro territorial e geopolítico do Brasil.

O povoamento da Capitania de São Pedro.

O território do Rio Grande estava, então, subordinado à capitania do Rio de Janeiro passando, depois, à jurisdição da de Santa Catarina e, finalmente, em 13

de agosto de 1760, tornou-se governo autônomo, respondendo apenas ao Rio de Janeiro. Criado o governo da Capitania do Rio Grande de São Pedro, seu primeiro governador nomeado foi o coronel Inácio Elói de Sena Madureira, que instalou na vila de Rio Grande a sede do governo.

Podemos dividir a constituição de núcleos de povoação, neste período, em duas etapas:

- Antes do Tratado de Santo Ildefonso, como núcleos de defesa, e;
- Pós Tratado de Santo Ildefonso, como núcleos de expansão.

Na primeira etapa os núcleos de povoação existentes nas terras rio-grandenses eram além de Rio Grande, em 1737, a Capela Grande do Viamão, fundada em 1741 sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, e o Porto dos Casais, primitivamente denominado de Porto de Viamão e que foi a origem de Porto Alegre. Esta localidade conhecida pelo nome de Porto de São Francisco dos Casais. Mais tarde o santo padroeiro foi substituído e a povoação ficou denominada de Nossa Senhora Mãe de Deus de Porto Alegre. Também já se desenvolvia o povoado de Nossa Senhora da Conceição do Arroio, atual Osório iniciado em 1773. Santa Vitória do Palmar teve seu início propiciado pela construção dos fortes de São Miguel e Santa Teresa, por volta de 1750.

Santo Antônio da Patrulha, o antigo Registro da Guarda Velha, depois Santo Antonio da Guarda Velha surgiu, incipientemente, em 1725, quando da chegada de João de Magalhães às terras rio-grandenses.

São José do Norte foi outra povoação resultante da vinda dos casais e da invasão do Rio Grande pelos espanhóis. Seu povoamento se iniciou em 1763.

Durante a Guerra Guaranítica foram iniciados os povoamentos de Triunfo, em 1754, de Gravataí, em 1755, de Santo Amaro, atual distrito de General Câmara, Rio Pardo e Cachoeira do Sul, em 1757 e a seguir, Taquari em 1760, Havia ainda no litoral as povoações de Mostardas, iniciada em 1772 e Estreito, atual distrito de São José do Norte, em 1774. Além dos açorianos, que já se encontravam na região, com a invasão espanhola foram concentrados na área os *retirantes* vindos das regiões mais ao sul, como de Rio Grande.

Com a invasão espanhola, em que foi ocupada a cidade de Rio Grande, em 1763, os comandantes militares portugueses fundaram diversas praças militares

ao longo do Jacuí, para garantir o acesso, por via fluvial, a Rio Pardo, que se tornou, após a invasão, o posto militar mais avançado do domínio português.

O Governador do Rio Grande, José Marcelino de Figueiredo, em 1764, passa a intervir sistematicamente na colonização. Distribui datas (1/4 de légua) aos açorianos, estimula o povoamento e à agricultura de subsistência e concede novas sesmarias na fronteira do Rio Pardo, devido ao interesse estratégico e militar. Em 1773 a capital da capitania foi transferida de Viamão para Porto Alegre, por ser porto de fácil comunicação com a Vila de Rio Pardo.

Figura 5.3 – Etapas de povoamento inicial do Rio Grande do Sul e o cordão de defesa luso-brasileiro

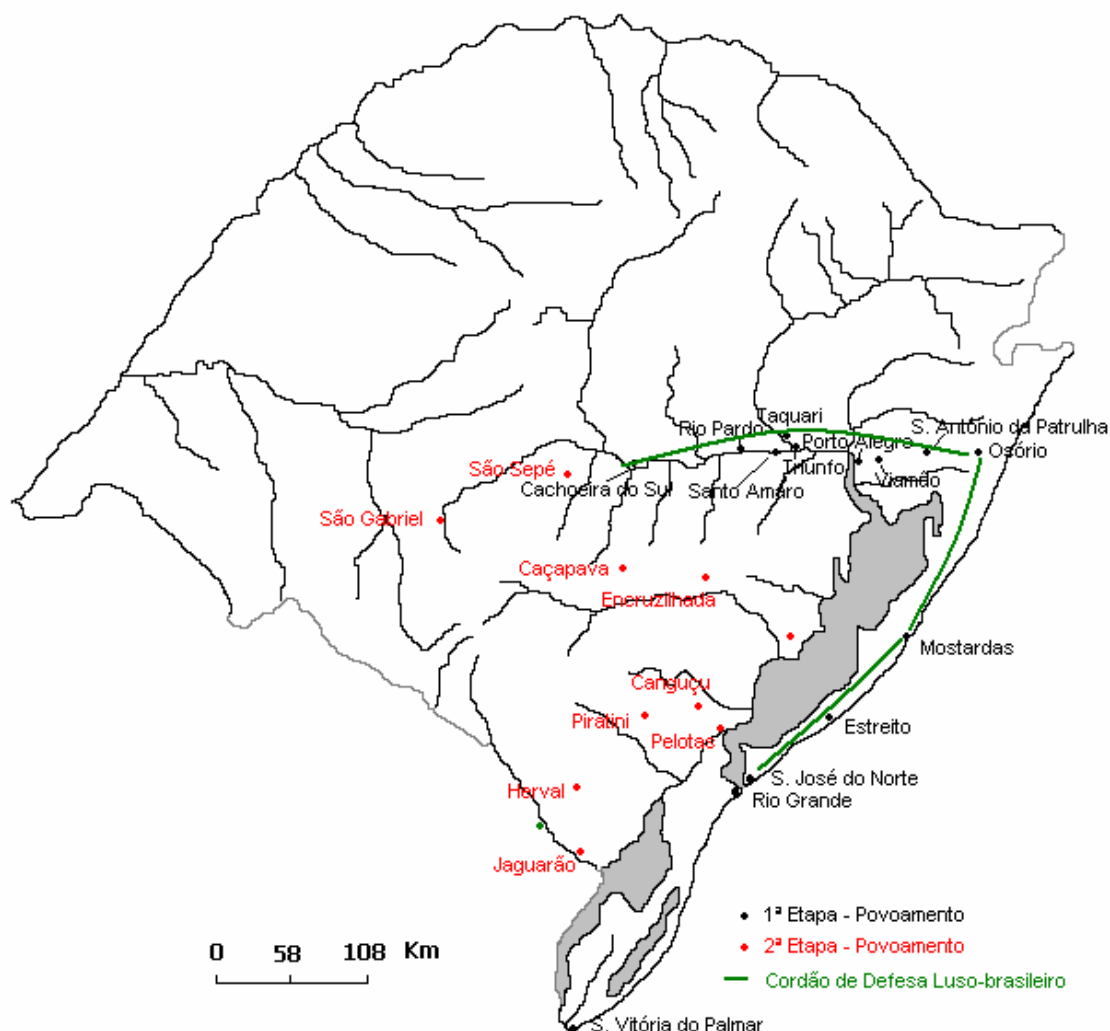


Figura: Jones Muradás

Portanto todas estas povoações foram instaladas em pontos estratégicos, formando um cordão de defesa da capitania do Rio Grande de São Pedro, para impedir a expansão dos espanhóis, fato que se concretizou, pois somente três povoações, caíram em mãos espanholas, Rio Grande, São José do Norte e Santa

Vitória do Palmar, no litoral, por um período aproximado de treze anos. Na Figura 5.3 observamos a localização destas povoações e o arco demonstrativo do cordão de defesa luso-brasileiro.

No segundo momento da povoação da Capitania, a etapa pós Tratado de Santo Ildefonso, que começa em torno de 1780, há a fundação de várias pequenas vilas, que serviam de centros administrativos e religiosos de apoio aos moradores das sesmarias: Pelotas, Caçapava, Canguçu, Encruzilhada começam seu povoamento a partir de 1780; Seguem-se Piratini, em 1789, São Gabriel, em 1790, Erval, que surgiu ao redor de um acampamento militar, em 1791, São Sepé, em 1794 e Jaguarão, em 1801.

Estas povoações, localizadas na Figura 5.3, fora do arco, nasceram no entorno dos acampamentos militares, e tiveram a função de *marcar presença* e garantir a posse do território, pois o povoamento deste era a argumentação nas disputas diplomáticas futuras, ou seja, o *uti possidetis*. Assim, esses povoados e as sesmarias que os cercavam, garantiram a presença portuguesa ao sul do Jacuí.

A fundação destes povoamentos também barrava o caminho de invasão espanhola e que foi usado pelos guerrilheiros de Rafael Pinto Bandeira na guerra 1774-76: Canguçu – Piratini – Pinheiro Machado – Pedras Altas – Herval do Sul – Passo Centurion no rio Jaguarão e Forte de Cerro Largo, atual Melo, as duas ultimas no Uruguai.

Outro histórico caminho de invasão foi Aceguá – Santa Tecla (Bagé) – Lavras – Caçapava – Encruzilhada – Pântano Grande – Rio Pardo, também foi povoado. Os povoamentos nos caminhos referidos acima tem os nomes atuais. Os caminhos de invasão são mostrados na Figura 5.4. Nota-se, nestes caminhos de invasão, que os espanhóis contornavam as escarpas do Planalto Sul-Rio-Grandense conduzindo seu exército pela Depressão Periférica Sul-Rio-Grandense e pela Planície Costeira, onde o terreno era mais propício para a condução de material bélico.

Fazendo a análise conjunta das figuras 5.3 e 5.4 verificamos a habilidade com o trato da geografia pelos luso-brasileiros em povoar as rotas de invasão e manter o projeto geopolítico de expansão territorial rumo ao Prata.

Portanto, na segunda etapa de povoamento, a função foi de expansão e posse territorial com o explícito objetivo de avançar e barrar, em caso de guerra, o caminho de invasão espanhola.

Figura 5.4 – Rotas de invasão do Exército Espanhol ao Rio Grande do Sul

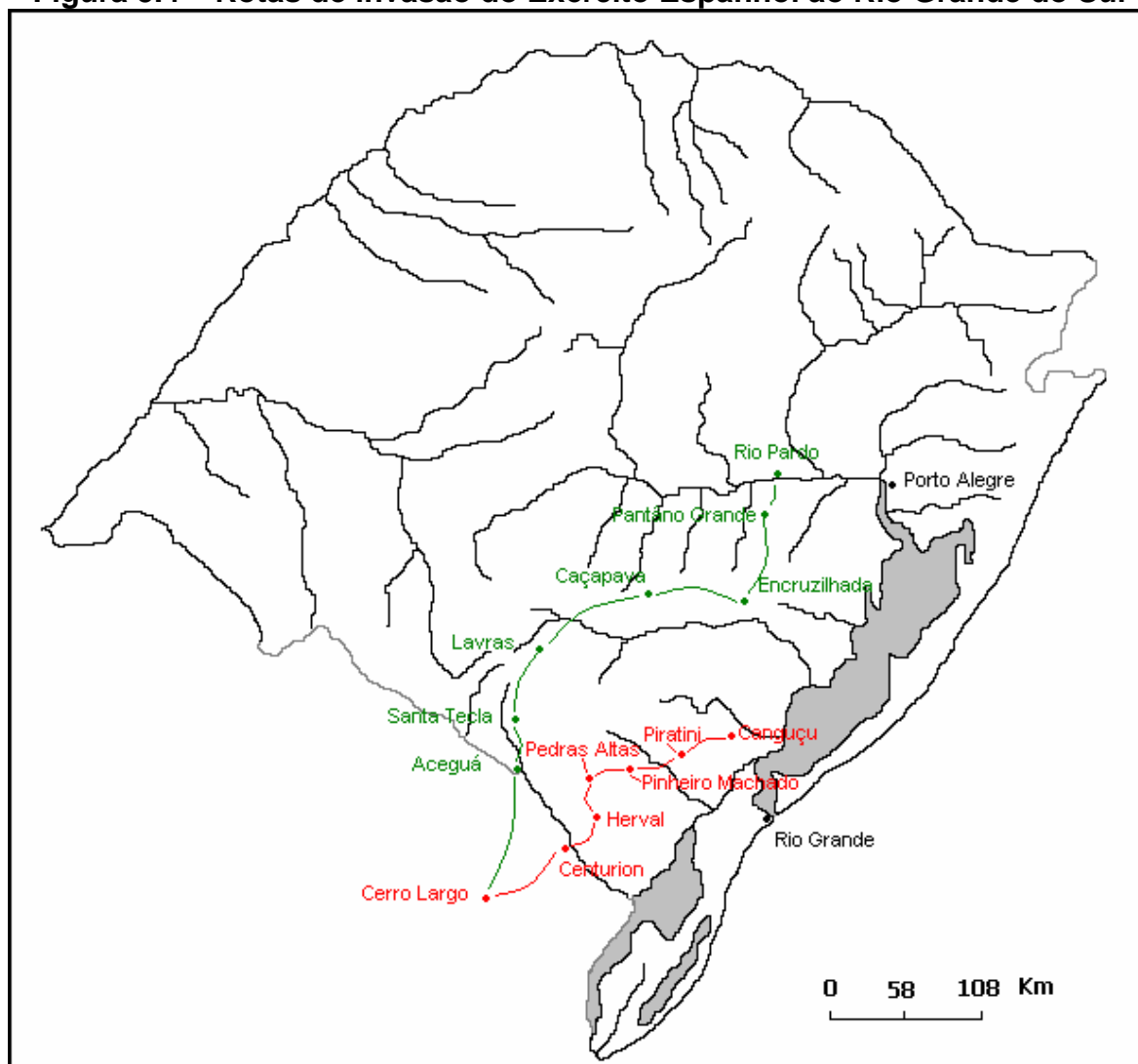


Figura: Jones Muradás

Assim, no fim do século XVIII, três vilas existiam na capitania: Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre (1772), como sede do governo e com a única câmara municipal⁶; São Pedro de Rio Grande e Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. As demais povoações eram sede de freguesias⁷: Nossa Senhora da Conceição de Viamão (1741), Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia (1755, atual

⁶ O município era a divisão administrativa da capitania e em sua sede funcionava a Câmara Municipal com atribuições administrativas e de fazer justiça.

⁷ Freguesia ou paróquia era uma divisão administrativa do município, que possuía um povoado com praça e igreja matriz onde se registravam os casamentos, batizados e óbitos.

Gravataí), Santo Antônio da Patrulha, Nossa Senhora da Conceição do Arroio (1773, atual Osório), Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria, São Luiz Gonzaga de Mostardas (1772), Nossa Senhora da Conceição do Estreito (atual distrito de São José do Norte, 1774), Bom Jesus do Triunfo (1754), Santo Amaro (1757, atual distrito de General Câmara), São José do Taquari (1760). Algumas freguesias dividiam-se em capelas⁸: São José do Norte (1763), Santa Bárbara da Encruzilhada (1780), Nossa Senhora da Assunção de Caçapava (1780), Nossa Senhora do Rosário do Cerrito de Canguçu (1780), Nossa Senhora da Conceição de Piratini (1789), São Francisco de Paula de Pelotas (1780), São João Batista do Erval (1791), Nossa Senhora Virgem da Conceição de Jaguarão (1801), São Gabriel (1790) e São Sepé (1794).

Podemos concluir que os luso-brasileiros exploraram bem a geografia do atual Rio Grande do Sul no momento de sua inserção colonizadora, utilizando-se de forma inteligente os condicionalismos de ordem geográfica e dos fatores de natureza socioeconômica e geopolítica, ocupando as partes estratégicas do interior e do litoral. Isto se deu, primeiramente dominando o Caminho do Litoral para a condução de gado e mercadorias, a posse da barra do Rio Grande, perdida por pouco tempo, e a ocupação por povoamento da margem esquerda do rio Jacuí. Este cordão estratégico jamais foi ocupado pelos espanhóis. No segundo momento a expansão e ocupação do interior da margem direita da Laguna dos Patos e a direita do Jacuí, impedindo futuras incursões espanholas. Ocupação com pleno sentido geopolítico.

Os Tratados e as Invasões espanholas

A conjuntura política internacional refletiu-se na região de encontro das fronteiras dos impérios coloniais de Portugal e Espanha, tornando inevitável a guerra colonial como um meio de conquista.

Os comerciantes portugueses, impedidos de contrabandear no Prata, protestaram e encontraram apoio do Marquês de Pombal, na Metrópole. Esta oposição que o acordo tinha suscitado no grupo que, com a ascensão de D. José ao

⁸ A capela era um pequeno povoado em tomo de uma praça e de um pequeno templo.

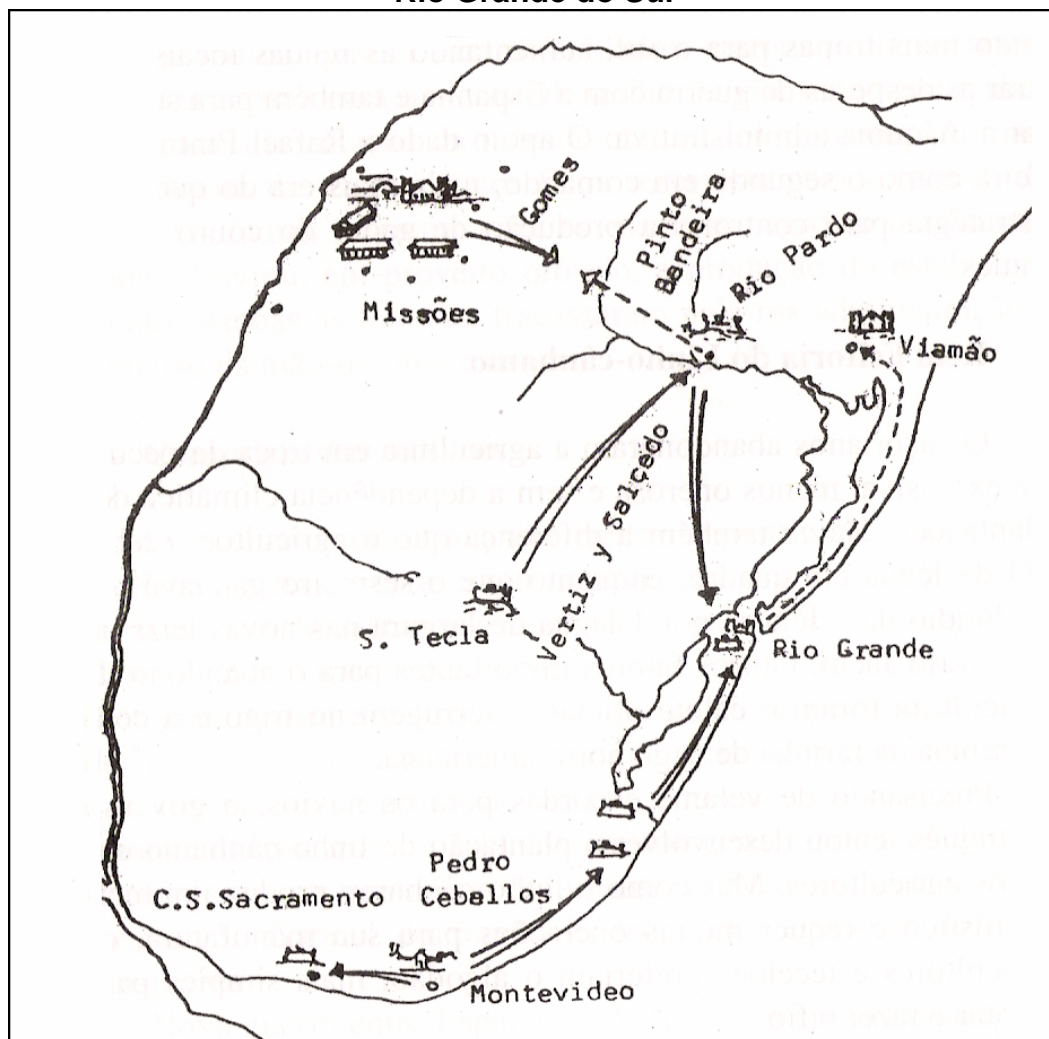
trono, tinha ocupado o poder a partir de 1750 em Portugal, em tudo contribuiu para que o Tratado de Madrid fosse posto em causa pela Coroa portuguesa. Este propôs a negociação de outro acordo que sanasse as *falhas* deste. Pelo tratado de El Pardo, firmado em doze de fevereiro de 1761, o governo português, por iniciativa do Marquês de Pombal, tornou nulas todas as disposições e feitos decorrentes do Tratado de Madrid, que se referiam aos limites do sul do Brasil. Juntamente com outros fatores, a Guerra Guaranítica foi um dos motivos da anulação do Tratado de Madrid. Assim, na prática, não havia determinação de limites entre as Colônias Ibéricas.

Ao tornar sem efeito o Tratado de Madrid, Portugal proclamava de fato que desistia de tentar encontrar uma solução pacífica para o conflito fronteiriço entre os dois países na América do Sul, fato que logo a seguir foi desastroso para Portugal, mas que no decorrer dos anos se mostrou uma decisão importante, pois menos de cinquenta anos depois tinha conquistado territórios no sul, além do estabelecido no tratado de Madrid.

Como essa decisão, era natural que a guerra eclodisse rapidamente. No mesmo ano em que assinavam o Convênio de El Pardo, Portugal e Espanha foram obrigados a participar, em campos opostos, da Guerra dos Sete Anos. Foi o que aconteceu em 1762, com o desencadear da Guerra do Pacto de Família. A França firmou o pacto de Família com as casas reinantes da dinastia Bourbon (França, Espanha, Nápoles e Parma), para lutarem contra a Inglaterra.

Portugal, dependendo do crédito e dos navios ingleses para o comércio em suas colônias, não participou do pacto. A Espanha e a França declararam guerra a Portugal e o invadiram. Este defendeu-se com dificuldade na Europa, mas no rio da Prata a Colônia do Sacramento foi conquistada pelos espanhóis, em vinte e nove de outubro de 1762. D. Pedro de Cevallos invadiu a Colônia do Santíssimo Sacramento e a capitania do Rio Grande do Sul, esta invadida pela primeira vez, tomando os fortes de Santa Teresa e de São Miguel, hoje, no atual Uruguai e a guarda do Chuí, atual Santa Vitória do Palmar, e em seguida ocupando a Vila de Rio Grande, na barra da Laguna dos Patos, obrigando a capital da capitania a mudar-se, às pressas, para Viamão, isto já em 1763. O esquema da invasão é mostrado na Figura 5.5.

Figura 5.5 – Esquema da invasão espanhola de Ceballos e Vertiz y Salcedo ao Rio Grande do Sul



Flores, Moacyr. História do Rio Grande do Sul, 1997, p.61

O governador Elói Madureira fugiu para Viamão, sem oferecer resistência. Viamão conservou a sede do governo até 1773, ano em que a sede foi transferida para a atual Porto Alegre.

A capitania do Rio Grande de São Pedro ficou com seu território reduzido à margem esquerda do rio Jacuí, desde o rio Pardo até o Guaíba, incluindo os Campos de Viamão até o Mampituba. Os fugitivos da Colônia do Sacramento e da vila de Rio Grande vieram para os Campos de Viamão, que já contavam com açorianos estabelecidos e cerca de três mil guaranis, trazidos das missões, na Aldeia dos Anjos, atual Gravataí. Segundo Lima (1983, p.45):

'Ficaram portanto os espanhóis senhores do Rio Grande. Nesse tempo a nossa fronteira passava pelo centro do território que hoje constitui a

Província. A linha convencional que dividia os dois povos começava em São José do Norte e tomando a direção setentrional, passava pelo Rio Pardo e pelos campos da Serra Geral. Todos os campos do sul da província e as Missões ao norte pertenciam aos espanhóis. Nesta posição, apenas separadas no litoral pelo Rio Grande, e no interior divididas unicamente pelas guardas avançadas, as duas populações, a portuguesa e a castelhana, a vencida e a vencedora, viviam num estado de contínuas desconfianças e de interrompidas pequenas contendas diárias.

Os espanhóis transformaram a vila de Rio Grande em porto comercial e não permitiam a navegação portuguesa no canal e conseqüentemente na laguna. As populações do interior – Viamão, Santo Amaro, Rio Pardo, Taquari - se viram privadas da navegação comercial na Laguna dos Patos e canal da Barra, com graves inconvenientes para a articulação e remuniciamento de bens e mercadorias, bem como de pessoas. Também, devido a ocupação da Barra, as comunicações entre a administração local e o Vice-Rei, no Rio de Janeiro, se processavam morosamente - parte por terra, parte com a utilização dos portos catarinenses.

Em 1763, D. Antônio Gomez marchou com índios missioneiros contra Rio Pardo. Rafael Pinto Bandeira pilhou a cavahada de Gomez, deixando os índios sem condições de ataque, e retornou ao forte de Jesus, Maria e José em Rio Pardo.

A invasão espanhola precipitou a transferência da capital da colônia. Preocupado com o controle das fronteiras no sul, o Marquês de Pombal, Primeiro Ministro de Portugal, transferiu a capital do Vice-Reinado, de Salvador - Bahia para o Rio de Janeiro, em 1763.

Neste período, a reação a esta invasão, comandada de Rio Pardo, passou a ser, na execução, a estratégia do fraco contra o forte ou de guerrilha, emanada do Rio de Janeiro. Isto daria origem, no sul, a uma guerra de resistência, denominada *guerra à gaúcha*. Estratégia assim formulada pelo Vice-Reinado, sediado no Rio de Janeiro, segundo nos diz Bento & Giorgis (2005):

A guerra contra o invasor castelhano será feita com pequenas patrulhas, localizadas em matos e nos passos dos rios e arroios. Destes locais sairão ao encontro dos invasores para surpreendê-los, causar-lhes baixas, arruinar-lhes gados, cavahadas e suprimentos e ainda trazê-los em contínua e constante inquietação.

E assim foi executado, com o comando geral em Rio Pardo com uma base de guerrilha na serra dos Tapes, em Canguçu atual, ao comando de Rafael Pinto

Bandeira e outra na serra do Herval, em Encruzilhada do Sul atual, ao comando inicial do pai de Rafael Pinto Bandeira, o Capitão Francisco Pinto Bandeira.

Com a assinatura do Tratado de Paris, em 1763, tudo regressou ao estado anterior à guerra, tendo a Colônia regressado mais uma vez à posse de Portugal, mas mantendo-se a ocupação de fato de grande parte da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, cuja retomada só foi conseguida em abril de 1776.

Biasi (1984, p.12/3) refere-se assim ao Tratado de Paris:

El tratado de paz definitivo se firmó en Paris el 10 de febrero de 1763; para el Río de la Plata no significaba siquiera una tregua, porque se repetía el mismo problema que ya había surgido con el tratado de 1761. Cuáles eran los territorios que pertenecían a los portugueses? Habían vuelto a ocupar la Colonia del Sacramento, seguían controlando las tierras españolas desde el Viamont hasta el Jacuy y dominaban Santa Rosa de los Moxos. Cevallos se aferró al principio de la soberanía española sobre las tierras del Río Grande, recuperadas en la guerra; su posición irreductible fue aprobada por Madrid.

Continua Biasi (1984, p14/5) em relação as ações espanhola pós-Tratado de Paris:

Al aplicar el tratado de 1763, Cevallos excluyó la devolución de fuertes y espacios recuperados durante la guerra. El gobierno español aprobó la retención de la isla de Martín García y del Río Grande de San Pedro; respecto de la Colonia del Sacramento se impuso un estricto bloqueo a la par que se pertrechaban embarcaciones para prevenir el comercio ilícito. Las disposiciones adoptadas poco después de firmada la paz muestran la orientación política de la posguerra: garantizar a España el monopolio de la navegación en el estuario del Plata.

Em 1766 a Câmara Municipal passou a funcionar na vila de Viamão, transferida de Rio Grande, transformando-se no centro militar e administrativo da Capitania do Continente de Rio Grande de São Pedro. Em 1767 o governador José Marcelino de Figueiredo retomou a margem esquerda do canal do Rio Grande, bloqueando parte da entrada da barra.

Em seguida, José Custódio de Sá e Faria mandou construir um forte de terra batida no passo do rio Taquari, em 1768, com índios e soldados. Reuniu neste local colonos açorianos, dando início à povoação de São José do Taquari, atual Taquari.

A partir do forte de Santa Tecla, atual Bagé, construído por índios missioneiros em 1772, D. Juan José Vertiz y Salcedo, comandante do exército

espanhol, planejou atacar Rio Pardo e os Campos de Viamão, retomando as terras que antes pertenciam à Espanha, pelo ultrapassado Tratado de Tordesilhas.

Assim, em 1773 ocorreu a segunda invasão espanhola do Rio Grande do Sul. As guerrilhas portuguesas estabelecidas nas Serras dos Tapes e do Herval, (atuais municípios de Canguçu e Encruzilhada do Sul) cumpriam a estratégia emanada do Rio de Janeiro, já referida por Bento & Georgis.

No verão de 1774, Salcedo entrou no Rio Grande do Sul com o objetivo primeiro de varrer da Serra do Herval e da Serra dos Tapes (atuais municípios de Encruzilhada do Sul e Canguçu) as bases de guerrilha portuguesas. Depois disto, queria conquistar Rio Pardo e prosseguir para Porto Alegre.

O comandante Vertiz y Salcedo, em 1775, chegou à margem direita do Jacuí e intimou a rendição do forte Jesus-Maria-José, em Rio Pardo. Rafael Pinto Bandeira não aceitou e fingiu que recebia um grande exército e o governador, disparando salvas. Fez uma grande nuvem de poeira que se elevou acima das árvores, como se fosse produzida por um grande exército. Enganado, Vertiz y Salcedo retrocedeu para Rio Grande, sofrendo ataques de guerrilhas durante seu retorno. Lima (1983, p.47) refere-se assim ao evento:

... a construção do forte Jesus-Maria-José, com o aquartelamento dos Dragões, no Rio Pardo estaca o governador do Rio Grande, José Marcellino, que determinou afugentar o inimigo por meio de uma estratégia. Ordenou que a fortaleza fosse embandeirada e armada de flâmulas e galhardetes, que troasse a artilharia em contínuas salvas, que os clarins e tambores ferissem o ar com sons marciais, que os soldados se espalhassem, e que finalmente simulasse a fortaleza tanto esplendor e poder, que incutisse terror no inimigo. Foi o que sucedeu. Vertiz julgava encontrar com a defesa imponente de Marcellino, não só julgou-a real e forte, como determinou retirar-se o mais depressa possível para não ser vítima dela. De tal modo iludiu-se o governador espanhol, que chegou a infringir duro castigo aos que tinham informado do estado insustentável em que se achava Rio Pardo. Desse modo evitou-se a efusão de sangue. Antes de retificar-se, oficiou Vertiz ao governador Marcellino participando estar completa a diligencia de visitar o território pertencente a El Rei seu amo.

Assim terminou a expedição que Vertiz qualificou de visita mas que, no fundo, era um verdadeiro plano de conquista. E, se não fossem o patriotismo e o valor dos rio-grandenses comandados pelo capitão Rafael Pinto Bandeira, teria sem dúvida nessa ocasião caído todo o Rio Grande em poder dos espanhóis.

Vimos, desta maneira, que no trato geopolítico há pequenos poderes que podem assumir-se como poderes funcionais fazendo das fraquezas, forças. Na atuação de Rio Pardo, um pequeno poder, segundo a perspectiva das forças materiais, transformou as respectivas fraquezas em potencialidades.

A fortaleza militar de Rio Pardo foi sempre fustigada, mas nunca conquistada. Tinha a relevante missão de posto avançado, destinado a proporcionar segurança a Porto Alegre contra possíveis ataques com origem na campanha rio-grandense e Missões Por isso, passou para história como *A Tranqueira Invicta*.

Figura 5.6 – Indicação dos limites estabelecidos por via das armas, no sul do Brasil - 1775

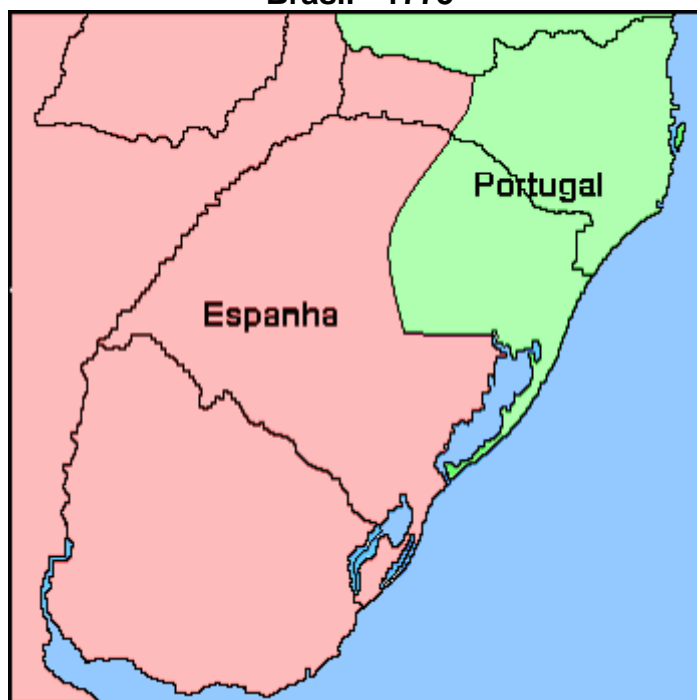


Figura: Jones Muradás

Os limites de Portugal com Espanha recuaram por treze anos, conforme mostramos na figura 5.6, período em que os espanhóis chegaram a controlar 2/3 do Rio Grande do Sul. Os portugueses ficaram confinados a faixa litorânea entre São José do Norte e Viamão e ao norte do rio Jacuí até Rio Pardo e com suas bases de guerrilhas nas serras dos Tapes e na serra do Herval.

Em 1775, em ação de reconquista territorial, o capitão de guerrilhas Joaquim Gonçalves da Silva⁹ invadiu as terras entre os rios Jacuí e Camaquã, ocupadas com estâncias missioneiras, pilhando o gado e dividindo a região em sesmarias, que distribuiu a seus parentes, comandados e amigos. Hameister & Gil (2007, p.293) ilustram estes eventos:

Os vencedores, contudo, não ganhavam somente prestígio, ainda que este fosse um dos principais alimentos das elites. Durante aqueles conflitos, a fronteira agrária lusa se expandiu, sendo que muitos terrenos foram

⁹ O capitão Joaquim Gonçalves da Silva foi vereador em Porto Alegre e era pai de Bento Gonçalves da Silva, herói Farroupilha.

rapidamente ocupados. Contudo, não apenas a elite se beneficiou com a tomada dessas terras. Vários peões e soldados, muitos deles envolvidos nos negócios de contrabando ... , receberam terras neste momento.

O exército luso-brasileiro conduziu seu esforço ofensivo, segundo Bento (s/d), sobre três pontos fortes dos espanhóis:

Forte São Martinho: por barrar o acesso português aos Sete Povos e ameaçar o flanco do Rio Pardo, defendido pelo forte Jesus-Maria-José(2º). Este local foi conquistado em trinta e um de outubro de 1775 por Rafael Pinto Bandeira em ações de guerrilhas e a força do regimento dos Dragões.

Forte Santa Tecla: Por barrar o acesso das guerrilhas portuguesas às campanhas de Maldonado, Montevideu e Colônia, ameaçar Rio Pardo e, possibilitar, através do passo do Rosário, o intercâmbio e de reforços com os Sete Povos. Foi reconquistado em vinte e cinco de janeiro de 1776, depois de prolongado sítio e demolido depois de levantada a sua planta. Segundo Hameister & Gil (2007, p.291):

A conquista da fortaleza de Santa Tecla, em 1776, foi fundamental para a retomada territorial lusa na América Meridional. Essa era uma das mais bem guardadas praças de guerra dos espanhóis naqueles territórios e estava estrategicamente localizada.

Vila de Rio Grande: Por barrar o acesso português pelo litoral para o Sul, e base de partida espanhola para ataques sobre Porto Alegre e Laguna. Em dois de abril de 1776, os portugueses retomaram a vila de Rio Grande, expulsando os espanhóis.

Hameister & Gil (2007, p.292) também nos diz das táticas empregadas nas campanhas de guerra no sul do Brasil, assim como da utilização de empregados dos sesmeiros em combates:

É difícil a comparação das táticas empregadas por exércitos europeus com aquelas empreendidas pelos guerreiros no sul da América portuguesa. As principais táticas militares desenvolvidas depois do século XVI se pautavam pelo cerco às fortificações e pelo uso maior da infantaria, além de maiores contingentes previstos com armas de fogo e canhões, o que pressupõe um significativo crescimento dos exércitos regulares (Parker:. 1981). Não era essa, exatamente, a realidade dos conflitos meridionais da América lusa.

A principal arma utilizada por Rafael Pinto Bandeira era a surpresa. Além disso, valia-se de muitos peões e escravos - seus e de outros senhores - nestas campanhas. As tropas regulares eram expressivas, mas nem tanto. A tomada de Santa Tecla contou com mais de seiscentas pessoas.. sendo que, dessas, pouco mais de 270 (43%) eram de corpos regulares. Os auxiliares somavam cem guerreiros (15%), escravos e peões eram 180 (30%). O restante era dos corpos de "aventureiros", com uma organização semelhante aos auxiliares, em boa parte vindos de São Paulo.

Com esses números percebemos quanto a Coroa dependia das elites locais para a manutenção de seus territórios.

Apesar de expulsos os espanhóis do sul do Brasil, a real cédula de oito de agosto de 1776 criara o Vice-Reinado do Rio da Prata, compreendendo os territórios das seguintes futuras nações americanas – Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, e mais o da "*província do Rio Grande*". Era o sonho expansionista de Carlos III.

César (1979, p.194/5) nos diz, ainda, que:

... aquele ato do orgulhoso monarca tem uma explicação fácil: é que ele não só pretendia retomar a presa, como também a queria muito aumentada. Seu plano era firmar pelas armas o poderio espanhol em toda a parte meridional do Brasil, de Santa Catarina para o sul.

Biasi (1984, p.18) nos dá mais detalhes das intenções da Coroa espanhola:

Por ello, el rey decidió hacer permanente la creación del virreinato cuya función sería constituir el muro protector del Mar del Sur y de los dominios meridionales de Hispanoamérica. Se cerraba así una nueva instancia de este conflicto, que habría de prolongarse, sin embargo en la época independiente.

A reconquista do Rio Grande por Portugal foi seguida pela conquista pela Espanha da Ilha de Santa Catarina e da Colônia do Sacramento, respectivamente em fevereiro e em maio de 1777, por uma expedição que partiu de Cádiz, no Sul de Espanha, no mês de março anterior, às ordens do recém-nomeado vice-rei do Rio da Prata, Don Pedro Ceballos que se encarregou do ataque. A força naval espanhola chega à enseada de Canavieiras e dali invade com sucesso a ilha, provocando a retirada das autoridades e parte das tropas para o lado do continente. Diante disso, é assinado o termo de capitulação e a entrega da Ilha de Santa Catarina a D. Pedro Cevallos, comandante da expedição. A capitulação das tropas portuguesas fez-se de forma humilhante, com a fuga de uns e o embarque de outros em direção ao Rio de Janeiro. O objetivo de dominar a Ilha evidenciou-se com a presença de inúmeros sacerdotes que, acompanhando a expedição, se distribuíram pelas freguesias da Ilha.

A conquista da Ilha de Santa Catarina era um revés muito importante para Portugal, pois punha em causa a ocupação do Rio Grande do Sul, a defesa de todo o Sul do Brasil, e dava à Espanha, pela primeira vez, uma base importante para um ataque contra o Rio de Janeiro.

As ações de Cevallos¹⁰ eram eminentemente geopolíticas e justificava estas dizendo: *“el Plata es el único y verdadero antemural de esta América, a cuyo fomento se ha de propender con todo el empeño... porque es el único punto en que ha de subsistir o por donde ha de perderse la América meridional”*

Após ocupar a ilha de Santa Catarina, seguiu depois para Montevidéu, recapturou e destruiu a Colônia do Sacramento. Quando Cevallos encaminhava a conquista do Rio Grande do Sul, ocorreu a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, que fez abortar esse propósito.

Portanto o Tratado de Santo Ildefonso foi o fato relevante de não haver uma grande invasão espanhola no Rio Grande do Sul e a conseqüente manutenção do seu território, pelo menos nos termos desse acordo.

O Tratado de Santo Ildefonso

As negociações do Tratado tiveram início após a morte de D. José I e a ascensão de D. Maria I. A Rainha teve de negociar em grande desvantagem. O Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, assinado entre a rainha portuguesa e Carlos III, impôs a Coroa Portuguesa duras condições, mas, conseguindo restabelecer a situação na América, regressando basicamente aos limites indicados pelo Tratado de Madrid, de 1750. Esse Tratado tinha princípios tão fortes, que ressurgiram no Tratado de Santo Ildefonso, conseguindo manter a integridade territorial do Brasil. Neste tratado, Portugal trocou a Ilha de Santa Catarina pelos Sete Povos das Missões, a ilha de Fernando Pó, no Golfo da Guiné e a Colônia do Sacramento. Assim, por ele a Espanha ficou com a metade do atual Estado do Rio Grande do Sul. Com respeito à Ilha de Santa Catarina, o Governo português se comprometia a não utilizá-la como base naval nem por embarcações de guerra ou de comércio estrangeiros. A manutenção de Colônia do Sacramento por quase um século nas mãos portuguesas explica-se como o resultado de um intenso e hábil jogo da diplomacia portuguesa, onde houve a materialização do processo de expansão territorial e comercial do Estado lusitano e das elites mercantis luso-brasileiras.

¹⁰ MOREIRA (2000), citando WILLIMAN, J.C. & PANIZZA PONS. C. La banda Oriental en la lucha de los Impérios. Montevideo, EBO, 1977, p.120.

O Tratado de Santo Ildefonso foi considerado lesivo a Portugal, que o Visconde de São Leopoldo tachou-o de "*leonino e capcioso*".

Também o Tratado estabelece os *campos neutrais*, zona do território em que as partes não chegaram a um acordo, portanto, faixa de terra sobre a qual nenhum dos dois impérios, teria jurisdição, sendo, como o nome indica, neutra, entre o atual Rio Grande do Sul e o atual Uruguai, faixa de fronteira que não poderia ser ocupada nem por Espanha nem por Portugal, ficando os lusos com o território entre o rio Jacuí e Camaquã. Geograficamente, ficava estabelecido o seu limite sul, no litoral, abrangia todo o atual município de Santa Vitória do Palmar, com o rio Piratini como limite. E no oeste a linha Bagé - Santa Maria atuais.

Nestes campos habitavam desertores, contrabandistas, índios missioneiros fugidos dos seus respectivos povos, assim como índios charruas e minuanos. Segarra (1970, p.18) nos dá detalhes dos Campos Neutrais:

..., creándose entre ellos una zona neutral que correría desde el Atlántico hasta el río Uruguay, en la desembocadura del Pepirí-Guazú. Su anchura sería de una legua, más o menos, excepto en la parte sur, donde abarcaría íntegramente las lagunas Merín y Manguera, desde el Chuy hasta el Tahim, desaguadero hoy inexistente. Se pretendía - con bastante ingenuidad por la parte española - que esa área de unos 8.000 km², donde no se podría "entrar, poblar, edificar ni fortificar por alguna de las dos naciones", eliminaría los roces fronterizos protegiendo la integridad de ambos dominios.

A intenção da Espanha, ao exigir o estabelecimento dos Campos Neutrais, era criar um cinturão deserto em torno do Prata, naturalmente para evitar que os luso-brasileiros entrassem para comerciar com as províncias do Vice-Reinado. Não era outra a orientação do Conselho das Índias a esse respeito. As autoridades que o compunham, bem como a Casa da Contratação de Sevilha, não queriam de nenhum modo que o comércio, naquela área, se tornasse livre, como as condições locais o aconselhavam.

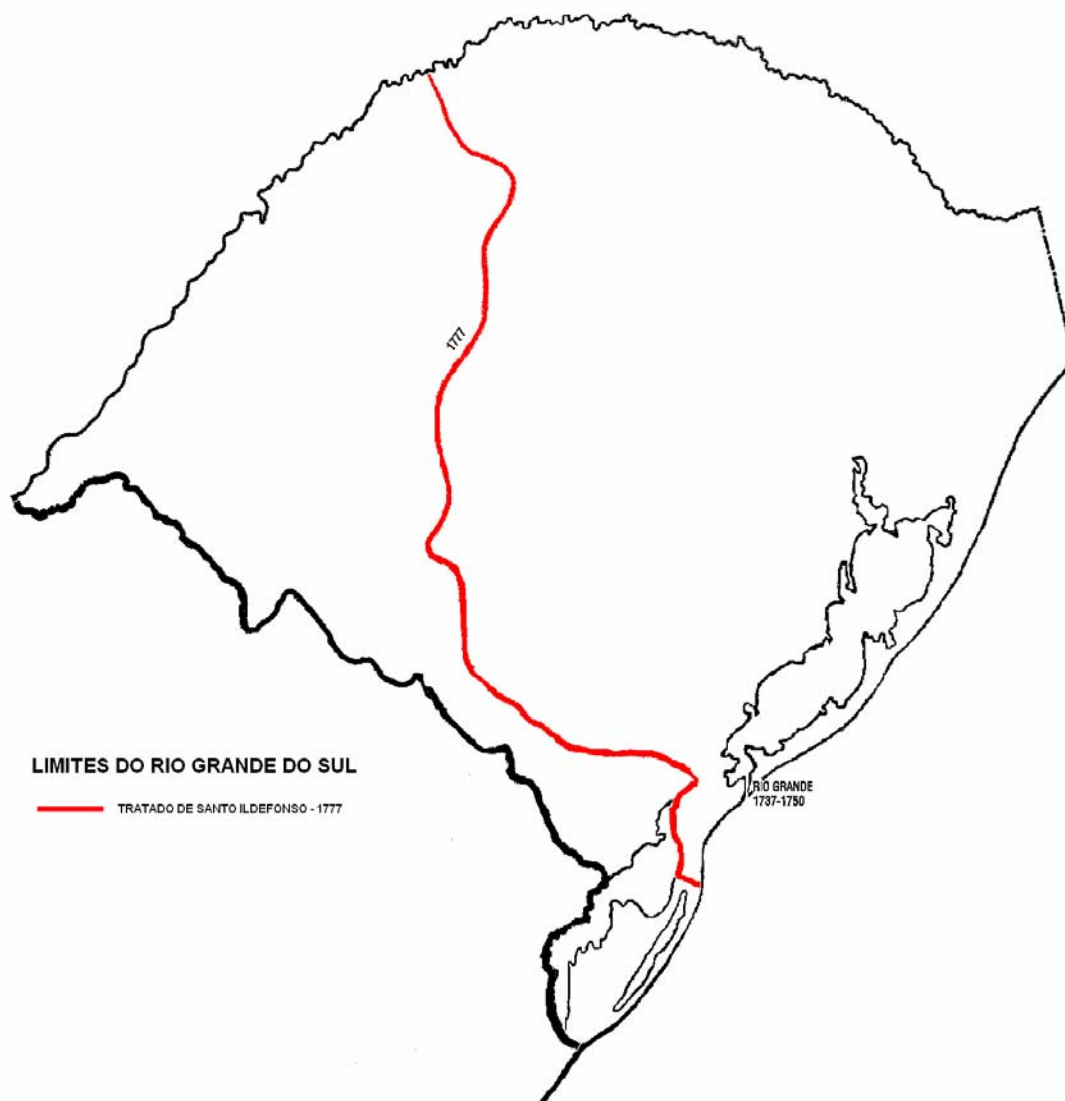
Os espanhóis temiam que o florescimento do comércio conduzisse à intensificação do contrabando com o Peru. A Europa entrava na fase do mercantilismo moderno - o ouro e a prata eram os signos da riqueza das nações - tanto mais rica seria a nação que mais acumulasse os metais nobres.

Neste Tratado, o território de São Pedro do Rio Grande fica cortado ao meio, no sentido longitudinal, passando o limite nas imediações da Santa Maria,

atual, perdendo os Sete Povos das Missões, conforme a Figura 5.7. Segundo Vellinho (1970, p.42), este tratado trouxe grandes problemas para a colônia portuguesa:

Com a derrota diplomática de Portugal, tudo se perdia inclusive a posse dos rebanhos que povoavam as Vacarias do Mar, o que representava uma séria ameaça ao sistema de abastecimento e transporte do qual dependia, não apenas a economia ligada à exploração do ouro, mas, a própria fixação e estabilidade das populações do interior do Brasil central, compreendendo São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Figura 5.7 – Limites do tratado de Santo Ildefonso – 1777



RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande do Sul – Evolução Municipal – 1809 – 1996, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Comissão de Assuntos Municipais, Porto Alegre, 2001;

O que esse tratado determinava era nada menos que o retorno ao território português pós-restauração. O plano geopolítico do Magnus Brasil, pela primeira vez, tinha retrocedido territorialmente.

O solo rio-grandense, intimamente vinculado ao destino político e à configuração territorial da parte sul do Brasil, foi, mais que nenhum outro, condicionado pelas causas internas do desenvolvimento nacional, ou seja, as questões econômicas que representava a impossibilidade da exploração do gado na área de disputa territorial e a conseqüente dificuldade de dar continuidade no ciclo econômico brasileiro em vigor, que deste modo reconheceu o caráter, por assim dizer, autônomo, em relação à Metrópole, das lutas que começariam a ser travadas na fronteira meridional do Brasil. Vellinho (1970, p.46) nos dá apoio neste pensamento:

Um dos fatores que vincularam o destino político do Continente de São Pedro aos reclamos mais urgentes do "desenvolvimento nacional" do Vice-Reinado, foi, sem dúvida, o apontado por Jaime Cortesão ao frisar que "o Rio Grande era o complemento econômico do Brasil mineiro". Com efeito, a indústria de extração do ouro, nas Gerais, e logo a seguir em Goiás e Mato Grosso, passaria a viver na dependência da carne e em particular dos muares que daqui eram levados num fluxo contínuo para aqueles mercados.

Mesmo com a fixação dos Campos Neutrais, eles não conseguiam deter o contrabando, pelo contrário, até o fortaleceu por ser terra de ninguém. Esta região transformou-se no eldorado do contrabando, pelas facilidades que oferecia, pois não existia fiscalização. Segundo Souza (1995, p.137):

Fiscais aduaneiros, administradores e funcionários, estancieiros, comerciantes e homens de negócios; indivíduos isolados, em grupos ou organizados em verdadeiras companhias, todos estavam, de alguma forma, ligados ao comércio ilegal e este, tanto podia ser um meio de sobrevivência, quanto uma atividade profissional. Assim, o contrabando se tornou um fenômeno estrutural em toda a fronteira.

Por ser terra-de-ninguém, existia o vazio de poder. O *vazio de poder - natura odit vacuum*¹¹ é uma expressão que define uma situação política onde um território não possui uma autoridade central identificável. A metáfora implica que, como num vácuo físico, outras forças tendem a afluir para preencher o espaço vago, no caso dos Campos Neutrais, possivelmente sob a forma de milícia armada, fomentando o contrabando. Contrabando, focalizado por César (1978) que diz se constituir em um poderoso instrumento geopolítico a serviço de Portugal.

¹¹ A natureza odeia o vazio.

A estratégia de Portugal era de reforçar o papel dos estancieiros-militares concedendo-lhes sesmarias, em áreas próximas dos rebanhos. A subocupação do espaço continuaria. Osório (1990, p.63) refere-se ao fato dizendo:

Posse e concessão de sesmarias são as duas formas básicas de apropriação da terra na conformação do espaço rio-grandense. Em ambas prevaleceu a força social de militares e pessoas vinculadas à administração colonial, no sentido de apropriarem-se de extensões muito superiores às suas possibilidades de aproveitamento.

Entre as causas dessa subocupação, estavam as guerras, ainda, conforme Osório (1990, p.126):

A militarização da sociedade, decorrência da disputa do espaço, subordinava e barrava o desenvolvimento da agricultura: impedia o trabalho, pela mobilização da mão-de-obra, e expropriava os agricultores de sua produção, para abastecimento do exército.

A política portuguesa intensificou o domínio militar, enviando mais tropas para o sul, aumentando as rendas locais para tirar as despesas de guerra com a Espanha e também para sustentar a máquina administrativa. O apoio dado a Rafael Pinto Bandeira como o segundo em comando no sul, nada mais era do que uma estratégia para controlar a produção de gado, do couro e das mulas, conseguindo arrecadar os respectivos impostos. Também em nada colaborou com a demarcação deste Tratado, criando todo o tipo de empecilhos, como se refere Segarra (1970, p.18/9):

La evidente mala voluntad de Portugal para dar cumplimiento al tratado demoró hasta 1784 la iniciación de los trabajos demarcatorios en el terreno. Durante su transcurso los comisarios lusitanos exhibieron verdadero genio en la lucubración de argucias geográficas y jurídicas tendientes a obstaculizar la aplicación de lo convenido en San Ildefonso. Aun así, en 1788 se llegó hasta el Pepirí-Guazú, pero sólo por vía de exploración, pues las insalvables divergencias de criterio interrumpieron la implantación de marcos al norte de la laguna Merín.

De igual forma as charqueadas gaúchas, que se expandiram a partir de 1780 e viriam a tornar-se instrumentos de geopolítica a serviço da fixação de nossa fronteira Sul,

A marcha das estâncias gaúchas se constituiu igualmente em poderoso instrumento geopolítico em favor da consolidação do Rio Grande do Sul. Esgotadas as manadas selvagens, o gado passou a ser criado extensivamente por fazendeiros e estancieiros.

A atividade Charqueadora e a ocupação portuguesa

Após o Tratado de Santo Ildefonso, seguiu-se, no território do sul do Brasil, uma paz que propiciou o estabelecimento regular das estâncias. Assim, há considerável distribuição de sesmarias, realizadas na parte sul do território, na margem direita do rio Jacuí, em direção aos Campos Neutrais, onde estavam localizadas as manadas de gado xucro, agora, matéria-prima para as charqueadas. Estas estâncias também funcionavam como sentinelas ao longo dessa fronteira não demarcada.

Com a atividade charqueadora a ocupação portuguesa vai consolidar-se. Na Freguesia de São Francisco de Paula, atual Pelotas vai surgir a primeira charqueadora rio-grandense, no ano de 1780. E mais uma vez o espaço da Campanha vai ser organizado em função das necessidades do centro do país.

Com a atividade charqueadora, entra em cena o elemento negro na região. A mão-de-obra escrava era ocupada sobretudo nas charqueadas; enquanto que as estâncias continuavam com reduzido número de braços. Nesta época a população negra já somaria 28% do total dos habitantes.

A prática charqueadora foi também um fator estimulador do desenvolvimento da fazenda de criação nos séculos XVIII e XIX. Desde a relativa pacificação obtida com o Tratado de Madrid (1750), que incrementava o processo de distribuição de sesmarias pela Bacia do Jacuí. E havia a necessidade de desenvolvimento de uma agricultura de subsistência para a alimentação dos próprios empregados das estâncias, que com a utilização do negro teve que ser incrementada.

Povoadores portugueses expansionistas, em 1782, tomam os primeiros contatos com índios das Missões que aparecem para servir de peões nas estâncias.

Em 1790, o Rio Grande exportava ao Rio de Janeiro pouco mais de 100 mil couros. Em 1793, foram exportados 13 mil arrobas de charque.

O regime de sesmarias vigoraria até a independência brasileira, o que de certa forma colocava à disposição dos requerentes grandes espaços de campo sem que pudessem ser de todo explorados. A pecuária e as charqueadas, na região central e sul, são o principal sustentáculo econômico do Rio Grande do Sul, neste momento.

No final do século XVIII havia quase seiscentos estancieiros no Rio Grande, distribuídos sobretudo entre as melhores terras, sendo estas as mais próximas de cursos de água para comunicação e zonas seguras, como as próximas de fortificações.

A Conquista das Missões

Em 1801, os Sete Povos das Missões situados na margem oriental do rio Uruguai foram anexados ao território da América portuguesa. A conjuntura bélica europeia em 1801, na qual a Espanha, pressionada pela França, declarou guerra a Portugal em vinte e sete de fevereiro deste ano, ensejou nos luso-brasileiros as pretensões que estes tinham de anexar os Sete Povos desde a assinatura do Tratado de Madri em 1750.

Naquele momento os Sete Povos, administrado pelos espanhóis, estava em decadência, segundo Albornoz (s/d, p.9) a administração era realizada “*de maneira corrupta e omissa, com um tratamento ultrajante aos índios*”. Flores (s/d, p.13/4) reforça o que diz Albornoz e diz que a conquista das Missões se deu “*contando com a conivência do governador espanhol Dom Rodrigo que estava ameaçado de uma devassa.*”.

Do lado português, a conquista das Missões não foi consequência de um plano militar formalmente organizado pela Coroa portuguesa. Foi obra de um grupo de *aventureiros*, desertores do Regimento de Dragões que, aproveitando-se de anistia, se dispuseram a lutar pela Coroa, como ponta de lança da expansão portuguesa em direção ao rio Uruguai. No entanto, a *conquista* só foi possível pela participação dos índios missioneiros que, em menor ou maior escala, teriam viabilizado a ação dos portugueses.

A partir da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, lentamente houve a apropriação de território, além limites, por parte de Portugal. Isto se dava para oeste, nas Missões, em direção ao rio Uruguai e para o sul em direção ao rio Jaguarão.

Preocupado com o avanço territorial português, o espanhol D. Félix de Azara, que havia sido comissário demarcador do Tratado de Santo Ildefonso,

apresentou projeto para assegurar a posse do território das Missões: construir vilas iguais à de São Gabriel do Batovi, erigir capelas para congregar os habitantes rurais, distribuir gratuitamente sesmarias, dar títulos de propriedade, conceder autonomia administrativa à região, liberar o comércio com os portugueses, eliminando assim, o lesivo contrabando. Azara advertia que, se não fossem tomadas essas medidas, os portugueses conquistariam facilmente as Missões, pois quando fundara São Gabriel do Batovi lá encontrara estâncias de luso-brasileiros.

Em meio ao pensamento de Azara, o serviço de informações português esteve em toda a região do Prata, elaborando um completo relatório sobre fortes, exércitos e armamento dos espanhóis. Esta obra foi executada pelo Brig. Joaquim Xavier Curado que, segundo César (1979, p.245/6):

... tivera valiosa atuação subterrânea no princípio do século, captando pessoalmente, em Montevideu, num trabalho de inteligente espionagem política, dados precisos sobre as colônias - o estado de espírito de seus habitantes em face da dominação espanhola; sua economia: os efetivos militares e sua organização. As informações secretas do brigadeiro teriam servido, inclusive, a Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara para dirigir as operações que redundaram na conquista das Missões e na marcha de nossas tropas sobre Cerro Largo.

Em quinze de junho de 1801 o governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara, que governou de 1780 a 1801, recebeu a notícia de guerra na península Ibérica. Neste momento o exército colonial estava desarticulado com a maioria dos soldados em deserção. Comerciantes e estancieiros contribuíram para reorganizar o exército sustentando-o com recursos humanos e materiais e os desertores receberam anistia, desde que se apresentassem para combate.

O ten.cel. Patrício Correia da Câmara conseguiu reunir setecentos soldados em Rio Pardo, enquanto o cel. Manoel Marques de Souza formou um corpo de oitocentos praças na vila de Rio Grande. Juntamente com estas tropas, os estancieiros luso-brasileiros, com seus peões (gaúchos), agregados e escravos percorriam a campanha, ao sul de Rio Pardo, saqueando as estâncias espanholas e missioneiras.

Os *aventureiros* portugueses não tinham em mente atacar diretamente as Missões. Tanto estes, quanto às autoridades portuguesas, gostariam de anexar os Sete Povos, mas não consideravam que isto fosse possível naquele momento, devido à resistência dos espanhóis sustentada pelas milícias indígenas missioneiras.

Assim, o que os lusitanos pretendiam era roubar as estâncias dos povos¹² e causar embarços à defesa espanhola, práticas comuns durante os constantes períodos de guerra entre as duas Coroas Ibéricas ao longo do século XVIII e princípios do XIX, chamadas pelos militares de *hostilizar o inimigo*, ou seja, em linguagem moderna, o uso de táticas de guerrilha.

O tenente desertor e contrabandista José Borges do Canto se apresentou ao comandante da fronteira de Rio Pardo, Patrício José Corrêa da Câmara, foi anistiado e solicitou permissão para hostilizar o inimigo, através do ataque das guardas¹³ espanholas, nas Missões, para o qual solicitou ao comandante homens e armas. Segarra (1970, p.21) diz que José Borges do Canto era "*contrabandista y desertor de ambos ejércitos,*", confirmando ser um *grande aventureiro*.

Borges do Canto partiu de Rio Pardo, incorporando homens no caminho, notadamente gaúchos. Reuniu aproximadamente 40 homens para a sua campanha, entre os quais estava Gabriel Ribeiro de Almeida, que teve papel principal na conquista devido ao seu conhecimento da língua guarani.

Borges do Canto estava a caminho das Missões quando recebeu a informação de que, se quisesse atacar a redução de São Miguel, poderia contar com a adesão dos seus habitantes, pois estavam insatisfeitos com a administração espanhola dos povos. Assim, Borges do canto foi para combate, em Santo Inácio, na estância de São João-Mirim encontrou uma patrulha e, um pouco distante desta, um acampamento de treino espanhol. Borges do Canto atacou tanto a patrulha da estância quanto o acampamento. Segundo seu relato, Borges do Canto (1914), no ataque ao acampamento, os índios começaram logo a fugir, ao que mandou Gabriel Ribeiro de Almeida falar com eles na língua guarani "*e dizer, que nós íamos a socorrê-los, e não a trazer-lhes dano, [então] se voltaram todos a nosso favor, e muito contentes e prontos a nos acompanhar e auxiliar em qualquer empresa que tentássemos*".

Canto, visando à adesão dos missioneiros, proibiu qualquer saque nos pertences dos índios e não permitiu que nenhuma hostilidade fosse cometida contra eles. Quando da partilha dos pertences dos espanhóis, Canto fez questão de dividir

¹² Cada redução tinha uma ou duas estâncias onde eram criados vários tipos de vacuns.

¹³ As guardas eram postos de vigilância e defesa utilizadas pelos espanhóis na tentativa de manutenção dos limites territoriais.

o botim com os índios. Segundo Almeida (1979), esta atitude deixou os índios muito "contentes", e foi neste momento que decidiram se aliar aos luso-brasileiros. Foi apenas após esta adesão que Canto decidiu atacar as Missões, pois até aquele momento não tinha homens suficientes para isto, assim como temia um contra-ataque espanhol.¹⁴ Acompanhado destes índios, Borges do Canto rumou para São Miguel, onde sitiou o povoado e intimou o seu governador, dom Francisco Rodrigo, a render-se, o que aconteceu em seguida.

Após a capitulação de São Miguel, afirma Borges do Canto, que no dia quinze de agosto, mandou avisar, através de ofícios aos povos de São João e Santo Ângelo, que deveriam sujeitar-se à vassalagem do Rei português, cuja informação, em suas palavras: *aceitaram sem repugnância*¹⁵. Almeida também conversou com os curas, pedindo-lhes para permanecerem nas suas igrejas, sendo bem sucedido neste pormenor, pois muitos dos párocos ficaram nas Reduções.

O diferencial desta ocupação é que Borges do Canto e Almeida conseguiram estabelecer relações de reciprocidade com as populações de índios missioneiros, trazendo-os para a sua esfera de influência. Ambos tinham uma história de contato com as populações indígenas e sabiam muito bem como relacionar-se com estas. Garcia (s/d)¹⁶ elucida melhor nosso pensamento:

A conquista das Missões foi uma campanha construída na relação entre os índios missioneiros e os luso-brasileiros que a levaram a cabo. Estes não saíram em campanha pensando em conquistá-las, mas sim em atacar as suas estâncias. No entanto, o contexto histórico se mostrou propício para a tomada, não apenas pela conjuntura de guerra européia, mas também pelo desgaste das relações entre os índios e os espanhóis. Os índios missioneiros, porém, se estavam suscetíveis a mudança de soberania, não aderiram a esta idéia de uma vez só. Além de um convencimento que vinha sendo feito desde a década de 1750 e intensificado a partir das demarcações do Tratado de Santo Ildefonso, foi neste momento específico que alguns índios de São Miguel resolveram passar-se para o lado português.

Ao mesmo tempo, Patrício Correia da Câmara investiu com os Dragões de Rio Pardo para o sul, expulsou os espanhóis de Batovi (a primitiva São Gabriel), em vinte e um de julho de 1801 os espanhóis abandonaram e destruíram o forte de

¹⁴ ALMEIDA, Gabriel Ribeiro de. "A tomada dos Sete Povos das Missões". In: SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979. p.69-71.

¹⁵ CANTO, José Borges do. "Relação dos acontecimentos mais notáveis da guerra próxima passada na entrada e conquista dos Sete Povos das Missões orientais do rio Uruguai" In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. vol.130, t.77, parte II, 1914 [1802]. p.54

¹⁶ Documento Eletrônico

Santa Tecla, atual Bagé e da Guarda São Sebastião, na Coxilha São Sebastião batendo em retirada, perseguidos pelos Dragões de Rio Pardo. A oeste, Patrício colou a fronteira no rio Santa Maria, como previra o Tratado de Madrid. As defesas espanholas, na época, eram, de leste para oeste, os fortes de Santa Tereza e São Miguel, a guarda de Melo, o forte de Santa Tecla e as guardas de San Rafael de Tacuarembó e Batoví.

Também o cel. Manoel Marques de Souza invadiu o contestado território ao Sul do rio Piratini e levou nossa fronteira até o rio Jaguarão. Neste ato se funda a povoação de Jaguarão com o estabelecimento de uma Guarda Militar. Depois de neutralizar as guardas espanholas de São José, Santa Rosa, Quilombo e da Lagoa, Souza atravessou o rio Jaguarão, no passo Nossa Senhora da Conceição do Jaguarão, atual Passo Centurion, e atacou as forças espanholas que se retiraram para o forte de Cerro Largo. Toda esta movimentação está mostrada na Figura 5.8.

Figura 5.8 – Dinâmica da conquista luso-brasileira das Missões - 1801

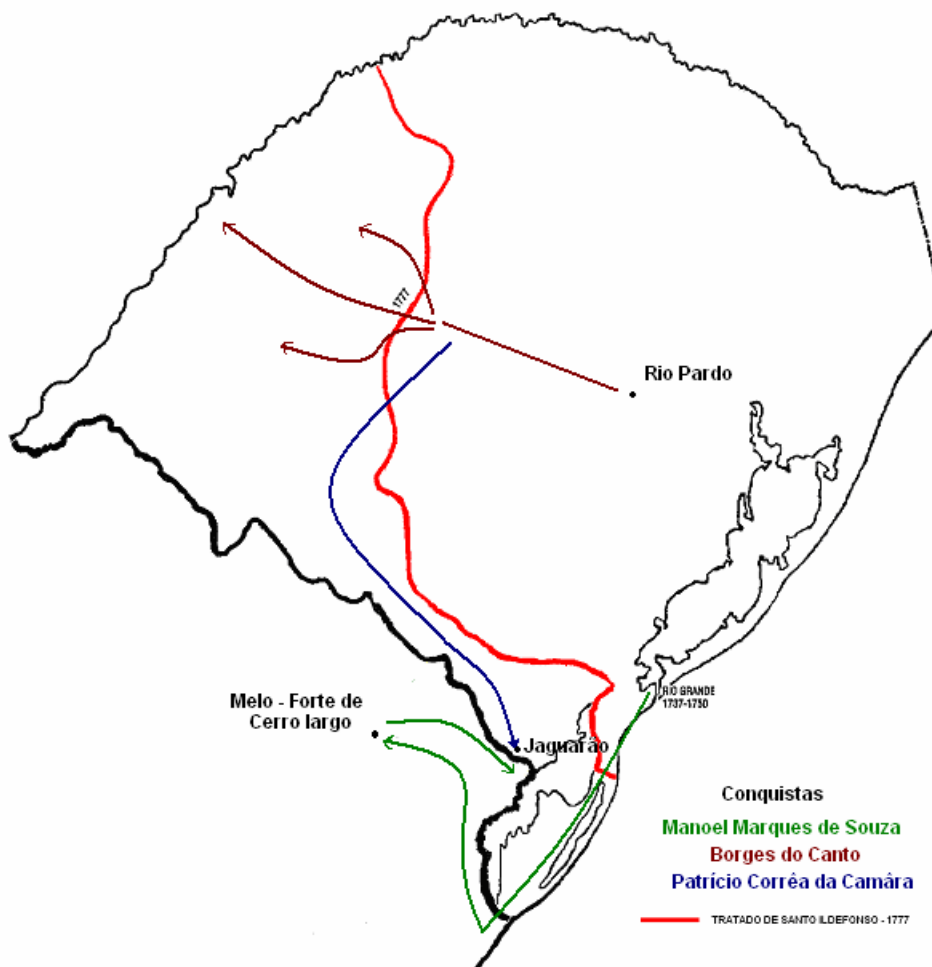


Figura: Jones Muradás

Nesta rápida guerra de conquista, os portugueses ampliaram seu território com as Missões, até o rio Ibicuí, incluindo as cabeceiras do rio Negro e toda a área sul do rio Camaquã até o rio Jaguarão. Todo este território está demonstrado na figura 5.9. Enfim, o território do Brasil no Rio Grande do Sul se apoiava agora em acidentes naturais na linha balizada pelos rios Uruguai – Ibicuí – Santa Maria – Jaguarão – Lagoa Mirim e, em linha seca em Aceguá. Do que hoje é o Rio Grande só faltava o quadrilátero chamado distrito de Entre Rios, formado pelos atuais municípios de Santana, Rosário, Alegrete, Uruguai e Quaraí, ou seja, entre os rios Ibicuí e Quaraí.

Figura 5.9 – Território do Rio Grande do Sul após a guerra de conquista de 1801

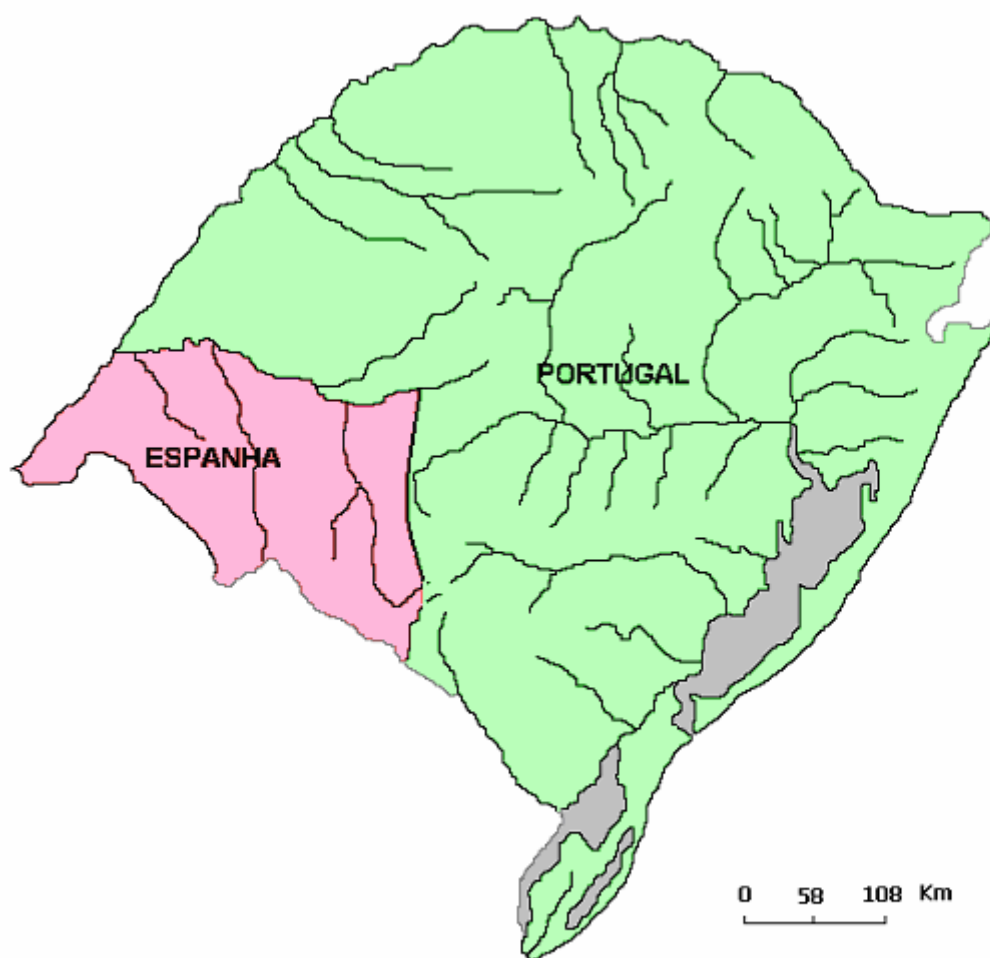


Figura: Jones Muradás

Conquistadas as Missões, se iniciou a distribuição das terras. As primeiras estâncias se constituíram praticamente sobre as já existentes, que pertenciam à

comunidade guaranítica. A fértil pradaria limitada pelos rios Uruguai, Camaquã, Piratini e Botuí, com seus tributários foi repartida no primeiro decênio do século XIX. A conquista das Missões permitiu completar o povoamento para o oeste e, desde ali as frentes povoadoras continuaram para o sul, até as margens do rio Quaraí. Portanto, a ocupação portuguesa dos Sete Povos, concretizou uma velha aspiração da Coroa: o estabelecimento da fronteira meridional sobre o rio Uruguai.

Cumpria-se, assim, o que previra D. Félix de Azara. Após quase três décadas de violências e espoliações internas, a área missioneira foi conquistada e anexada ao Rio Grande pelos portugueses. Assim, com esta vitoriosa guerra, sustentada com recursos materiais das fazendas e charqueadas, o Rio Grande do Sul foi bastante ampliado.

Depois de conquistada, em 1801, a região das Missões permaneceu com uma densidade de ocupação muito baixa. Uma área com cerca de 10 mil quilômetros quadrados até o rio Ibicuí foi concedida a apenas 14 donatários, entre os quais, naturalmente, estavam os conquistadores da região. Também foi através de milicianos que receberam sesmarias que se ocupou a zona da fronteira, com cidades surgindo a partir de acampamentos e fortificações. É o caso de Bagé, São Gabriel, Alegrete e Livramento.

Como resultado dos acontecimentos nas Missões os índios e sua cultura entraram em decadência. Rodrigues (1979) cita Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara, então governador do Continente do Rio Grande de São Pedro, que escreveu a Memória sobre a Província de Missões ao qual dá suas impressões a respeito da situação dos índios nas Missões, em 1801:

A província de Missões, aquela parte da capitania de S. Pedro, que, sendo a mais agradável, tem as maiores proporções para dar vantagens aos seus habitantes, e fazer interesses ao Estado, é na situação atual um teatro de misérias; os seus principais povoadores, os índios Guaranis, são por todos os princípios os entes mais desgraçados, e de tão dilatado espaço de terreno não resulta ao Estado a mais pequena utilidade.

César (1979, p.224) também complementa este pensamento referindo-se, sobre as Missões, desta forma:

“... no complexo cultural luso-brasileiro, tomadas as suas linhas de rumo, os seus ideais, o sentimento de pátria, muito pouco influíram as Missões, que os nossos pioneiros hostilizaram, vendo nelas um corpo estranho - nem eram outra coisa - à margem esquerda do Uruguai.”

Em razão dos fatos históricos, as missões em nada influíram no caráter da formação rio-grandense. Destruído o passado, outra história, outra experiência, sob inspiração política diferente, começaria ali, no exclusivo interesse da estruturação definitiva do território do Rio Grande do Sul. Uma civilização diferente, sob outra bandeira, sob outro signo cultural, nasceria e tomaria corpo sobre os destroços de uma construção que se erguera indesejável ao luso-brasileiro.

O Tratado de Badajoz

O Tratado de Badajoz , assinado na cidade espanhola de Badajoz, em 1801, põe fim à guerra entre Portugal e Espanha (Guerra das Laranjas). Foi assinado por Portugal sob coação, já que o país foi ameaçado com a invasão de tropas francesas estacionadas na fronteira, em Ciudad Rodrigo.

O Tratado de Badajoz, em relação as terras na América do Sul, não invalidou o disposto no Tratado de Santo Ildefonso, ou seja não estipulou o *status quo ante bellum*¹⁷, nem revalidou os limites de 1777. Assim, pelo Tratado de Badajoz, não foi determinada a restituição aos espanhóis do território dos Sete Povos das Missões. No entanto, no lado platino, a interpretação era outra. Segarra (1970, p.21/2) expõe sua opinião:

Antes de la invasión ya se había firmado en al Península la paz de Badajoz, que nada especificaba sobre modificaciones territoriales en América, a pesar de consagrarlas en Europa; por tanto, al no derogarse el tratado de 1777, las conquistas riograndenses no podían surtir ningún efecto jurídico, por haberse realizado después del fin formal de las hostilidades entre las metrópolis (y en parte por simples particulares aventureros) y no quedar refrendadas en tratado alguno.

As reclamações platinas sobre estas conquistas, haveriam de perdurar por muito tempo, como veremos adiante. De qualquer forma, as fronteiras da Capitania de São Pedro com as possessões espanholas, a oeste, ficam sendo, praticamente as de hoje, exceto os atuais limites com o Uruguai, que seriam estabelecidos posteriormente. Se este Tratado foi bom para a Colônia portuguesa, em seguida Brasil, para a Metrópole portuguesa foi péssimo, pois entre outras perdas, reclama, até esta data, o Município de Olivença, na Província da Extremadura.

¹⁷ O estado em que estava anterior à guerra.

Portanto, neste período, a pretensão de posse do Prata, pelas Coroas ibéricas, se vinculou ao mesmo tempo às lutas européias e a valorização da área, que acabou por constituir uma *fronteira viva*¹⁸ na América luso-espanhola. *Ipsa facto*, caducaram os tratados. Depois disto não houve mais questões sobre limites americanos entre as duas metrópoles peninsulares.

O Rio Grande do Sul e sua incipiente economia

Terminados os incessantes conflitos provocados pela questão de posse de terras, teve início o aproveitamento econômico e a conquista definitiva da extremidade meridional do território do Brasil. Uma série de fatores físicos e políticos contribuíram para que a colonização do Estado do Rio Grande do Sul apresentasse aspectos particulares, entre os quais sobressaíram os seguintes:

1 - A distância que separava a região meridional do núcleo político colonial. Essa distância acarretou o total isolamento dos grupos humanos que, no litoral ou no interior do Rio Grande do Sul, empreendiam alguma atividade e buscavam uma existência política e social estável.

2 - O caráter de zona de transição geográfica e política, como aponta Sodré (1962, p.144/5):

... geograficamente, o Rio Grande se apresenta como uma extensa zona de transição entre o Brasil e o território em que argentinos e uruguaios acabaram por estabelecer-se; transição de uma zona de mata para uma zona despida de vegetação, transição de uma zona de clima predominantemente quente para uma zona de clima predominantemente frio; transição de uma zona de montanha ou pelo menos movimentada para uma zona de planura, transição de uma zona açoitada por cálidos ventos vindos do interior para uma zona de rajadas frias descidas das encostas andinas ... Região fronteira, e nisso ainda de transição, ...

A quebra parcial do isolamento gaúcho deveu-se à pecuária, principal atividade econômica da área. Aos poucos, as estâncias gaúchas deram origem a uma população de aventureiros paulistas e imigrantes açorianos, que passou a gravitar em torno dos chefes políticos naturais da região, os estancieiros, responsáveis pelos conflitos que assolaram a região, até o início da República.

¹⁸ Backheuser (1944) afirma que: "a *fronteira-viva*, em essência, é uma região de fricção, através da qual, mais dia menos dia, surgem ou se agravam conflitos internacionais, políticos, ou de ordem fiscal administrativa, ensejando demonstrações de força militar". Já Brunhes e Vallaux (in Backheuser) preferem o termo "*fronteira de tensão*".

Compreende-se, assim, que para o tipo de atividade proposta, à pecuária extensiva, o latifúndio era a base produtiva mais lógica. No final do século XVIII havia quase seiscentos estancieiros no Rio Grande. Distribuídos sobretudo entre as melhores terras, sendo estas as mais próximas de cursos de água para comunicação e zonas seguras, como as próximas de fortificações.

A demografia da Capitania

A organização do espaço português, em suas dimensões geográfica, social e temporal, excluiu o índio. As aldeias em Cachoeira, Rio Pardo e Gravataí tinham a função de afastar os guaranis dos espanhóis. A conquista das missões, em 1801, tomou as terras dos índios dos Sete Povos que foram distribuídas em sesmarias entre os conquistadores e gente que veio dos Campos de Curitiba.

A invasão espanhola desorganizou a propriedade nos Campos de Viamão com a chegada de refugiados, o que levou em 1773, a distribuir terras nos Campos de Cima da Serra, ampliando o espaço português,

O censo do território português, no extremo sul, em 1780, apresentava 17.923 habitantes, sendo 52,63% de brancos, 28,46% de negros e 18,91 % de índios. Em 1803 a população subiu para 36.721 habitantes com a incorporação dos índios das Missões Jesuíticas e de seis mil soldados de outras províncias.

As Invasões à Metrópole portuguesa

O início do século XIX trouxe a Portugal sucessivas invasões e ocupações, tanto físicas como culturais. As invasões militares do século XIX começam pela Guerra das Laranjas (1801), em que a Espanha de Godoy tirou a província de Olivença. Em novembro de 1807, surge a primeira invasão francesa, comandada pelo general Junot. D.João VI responde às ameaças francesas, evacuando a Corte para o Brasil, a 27 do mesmo mês, conforme planos preparados desde o tempo de D. Pedro II. As invasões e a Guerra Peninsular entre 1807 e 1814 irão causar cerca de duzentos mil mortos, além da destruição do tecido econômico e social da metrópole portuguesa. A partir destes fatos, ocorre a transmigração da

família real para o Brasil, em 1808. Novo rumo terá a geopolítica portuguesa para o Brasil.

A consolidação do território

O Tratado de Madrid repercutiu intensamente neste período histórico. Foi relevante para vários acontecimentos políticos desta época, como:

- motivou a vinda de casais açorianos para o sul do Brasil;
- provocou a reação indígena guarani, surgindo a Guerra Guaranítica;
- motivou o aumento do poderio militar português no sul do Brasil;
- criou a Capitania D'El Rey de São Pedro do Rio Grande do Sul;
- causou a mudança da capital do Vice-Reino de Salvador (BA) para o Rio de Janeiro.

Um dado importante é que em séculos quando as potências europeias perderam ou trocaram territórios entre si, Portugal não só manteve a posse dos escassos pontos da linha de costa no Atlântico que descobrira, como ocupou quase metade do continente sul-americano. As disputas com os Espanhóis ocorreram em todas as fronteiras, mas quase sempre com sucesso para as pretensões portuguesas. Pelo Tratado de Madrid de 1750 e o de Santo Ildefonso de 1777, a linha de Tordesilhas é substituída pela posse dos territórios efetivamente ocupados, *uti possidetis*, com enorme ganho para Portugal. Pelo Tratado de Badajoz, apesar de perdas na Europa, mantêm as terras conquistadas nas Missões até o rio Ibicuí aumentando seu território em relação aos dois tratados mencionados anteriormente, permanecendo os limites sul do Brasil muito perto onde atualmente estão definidos – Figura 5.7. Portanto, neste período, a força militar e da diplomacia portuguesa estabeleceu toda a grandeza territorial do Brasil, onde o pensamento geopolítico do Rei D. João III, em 1532, já preconizava. Com o território conquistado, agora começa a tarefa mais árdua: mantê-lo.

CAPÍTULO VI

A MONARQUIA NO BRASIL E A CONQUISTA DA BANDA ORIENTAL

Com os graves conflitos militares na Europa, a decisão de D. João¹⁹ de vir para o Brasil foi muito inteligente. Soube adaptar-se às novas circunstâncias, criou as condições para a existência de um novo Reino, evitou a fragmentação deste e preservou a sua dinastia. Ao instalar aqui a monarquia portuguesa deu mais agilidade nas decisões de ocupação e defesa dos interesses lusos, principalmente no sul do Brasil. Ao apoiar os ingleses contra Napoleão, D. João realizou um acordo secreto com a Inglaterra, para a mudança da capital do Reino para o Brasil. Quando as tropas do gen. Junot, com apoio espanhol, invadiram Portugal, D. João com toda a corte partiu para o Brasil escoltado por navios ingleses. A chegada e permanência da monarquia portuguesa trouxe todo um aparato de Estado, fator importante para o reforço de uma unidade territorial.

Com o estabelecimento da capital do Reino no Rio de Janeiro houve alteração da relação política, o Brasil deixa de ser colônia, passando a Reino e constituindo o chamado Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

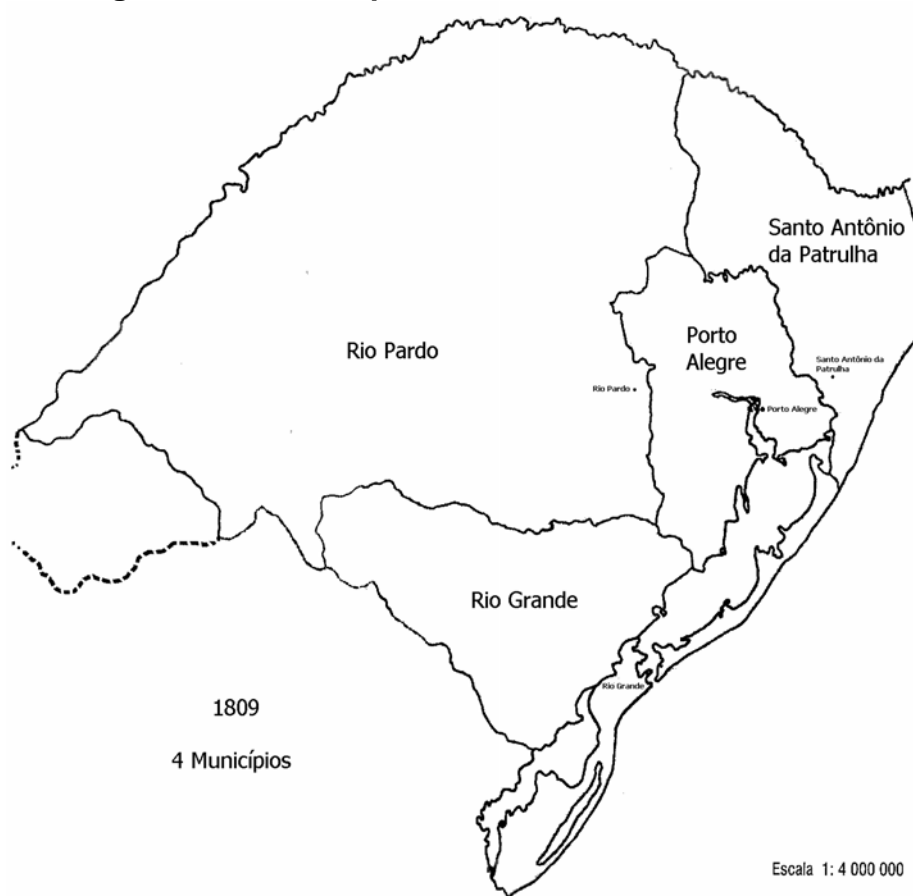
¹⁹ D. João, devido à doença de sua mãe, D. Maria, dirigia o reino desde 1º de fevereiro de 1792. Assumiu a regência em 14 de julho de 1799. D. Maria faleceu em 16 de março de 1816. O príncipe D. João é coroado no dia seis de fevereiro 1818, tornando-se D. João VI.

A Capitania de São Pedro no novo cenário político

Pelo progresso que alcançara, como ainda, por sua posição adjacente as províncias do Prata, o Rio Grande não poderia ficar sujeito à Capitania Geral do Rio de Janeiro. Assim, considerando as conveniências políticas e econômicas da época, resolveu o Príncipe Regente estabelecer em capitania geral, com a denominação de Capitania de São Pedro, todo o continente ao sul da capitania de São Paulo. A Carta de Lei, de 1808, também nomeou para ocupar o posto, D. Diogo de Sousa, que foi empossado a nove de outubro de 1809.

Também, em relação à Capitania de Rio Grande de São Pedro, D. João criou, em 1809, os municípios de Santo Antônio da Patrulha, Rio Pardo, Porto Alegre e Rio Grande, conforme a Figura 6.1.

Figura 6.1 – Municípios do Rio Grande do Sul, em 1809



O cenário do Prata, em 1810

Diante do clima tumultuado que reinava neste período, o Brig. Joaquim Xavier Curado, é enviado novamente ao Rio da Prata com o intento de colher informações políticas, econômicas e militares. Missão idêntica à que já desempenhara, em 1801. César (1979, p.246) nos diz que:

Estudou ele, então, o comércio de Buenos Aires com o Rio Grande e as tendências políticas dos platinos - apurando que se achavam mais inclinados à independência, sob um governo republicano, que a uma aliança espontânea com o Brasil, sob a proteção da Coroa portuguesa. E um dos pontos mais interessantes do seu relatório é, a afirmativa de que bastariam seis mil homens para tomar Montevidéu e guardar todo o país compreendido entre Maldonado e a fronteira de Portugal.

Na esteira dos acontecimentos na Europa, em vinte e cinco de maio de 1810, foram depostas as autoridades espanholas de Buenos Aires, capital do Vice-Reinado, após Fernando VII ser deposto por Napoleão, instalando-se no governo uma Junta Revolucionária. Montevidéu, porém não quis reconhecer a autoridade da Junta bonaerense, pois a burguesia de Montevidéu competia com os portenhos no comércio do Prata e daí os desentendimentos que determinaram o primeiro sítio de Montevidéu pelas tropas de José Gervasio Artigas²⁰. O Ten-Cel. Francisco Xavier Elío, que voltara da Espanha, nomeado Vice-Rei do Rio da Prata, tenta firmar a sede de seu governo em Montevidéu, que encontrou cercada por tropas de Buenos Aires. Constatou que lhe faltavam meios para recuperar o terreno perdido e também não podia contar com reforços procedentes da Europa. Elío insistiu que a Junta de Buenos Aires lhe reconhecesse a autoridade, como não foi atendido: declarou-lhe guerra. O que não passou de retórica militar.

Sem entendimento e diante desse impasse, a Princesa D. Carlota Joaquina, filha de Carlos IV e irmã de Fernando VII, encontrou as condições favoráveis a seus planos de dominação dos povos platinos. Segarra (1970, p.22) sintetiza os acontecimentos:

La sublevación de la campaña oriental contra la autoridad metropolitana en 1811 brindaría nueva oportunidad al secular avance desde el norte, que hallaba excusa adicional en la política de la princesa Carlota, hermana de Fernando VII y esposa del Príncipe Regente de Portugal, cuya corte, fugada de la metrópoli por la invasión francesa, residía en Río desde 1808. Llamadas en acción suicida por Elío, las tropas de Diego de Sousa -

²⁰ José Gervasio Artigas, nascido em Montevidéu em 1764, é considerado pelos uruguaios como um herói nacional, colocando-o sempre como o homem que visava obter a independência de sua terra face a Espanha, Argentina, Portugal e Brasil.

"Ejército Pacificador de la Banda Oriental" penetraron por el este en número de 5.000 hombres, que no perdieron momento para dedicarse al saqueo y a las arreadas de ganado.

Intrigas palacianas, correspondência secreta, entendimentos com o cabildo de Buenos Aires e de Montevideú, idas e vindas de emissários – artifícios, montados pela Princesa e seus cúmplices em uma teia de conspiração, contribuiu para aumentar o enredo da situação. Por isso, o Príncipe D. João, teria levado em conta a idéia de enviar uma expedição ao Prata, para atender aos desejos de D. Carlota Joaquina, que manifestava a intenção de reunir as colônias do vice-reinado sob sua regência. Mais tarde, esse projeto foi extinto devido a reviravolta operada na política peninsular: a Espanha insurgira-se contra a França, aliando-se aos ingleses e portugueses no combate a Napoleão.

Não podendo firmar-se, Élio pediu a D. João que o Exército Pacificador lhe socorresse a autoridade que periclitava. Com esse fim, D. Diogo de Sousa penetrou no território oriental, em julho de 1810.

O Exército Pacificador intervêm na Banda Oriental

Em razão dos acontecimentos no Prata e das informações recebidas de Curado, o Príncipe D. João ordena que se concentre no Rio Grande do Sul um Exército em Observação, chamado depois Exército Pacificador, cujo comando entrega ao Cap-Gen D. Diogo de Sousa. Sua finalidade aparente era evitar que as lutas do Prata atingissem o sul do Brasil ou com a desorganização platina dominar a Banda Oriental, chegando até o Prata. Este exército era formado por tropas regulares da recém-criada capitania, da de São Paulo e de Santa Catarina, milicianos gaúchos e aventureiros.

Os preparativos haviam começado em 1809 e no princípio do ano seguinte as tropas, já se achavam postadas além dos antigos Campos Neutrais.

Dividiu-se em duas colunas: a primeira, comandada pelo Marechal-de-Campo Manuel Marques de Sousa, que acampou junto aos cerros de Bagé²¹. A segunda teve como comandante, o também Marechal-de-Campo Joaquim Xavier

²¹ Deste acampamento surgiu um povoado, que deu origem à capela de São Sebastião de Bagé, elevada a freguesia, em 1815.

Curado, e seu acampamento estabelecido às margens do rio Ibirapuitã. Destacou-se do Exército uma coluna, comandada pelo Cel. João de Deus Mena Barreto, para guarnecer as Missões, denominado Regimento de Milícias Guaranis, sediado em São Borja.

As tropas luso-brasileiras, passando por Santa Teresa e Castillos Grande, atingiram Maldonado em outubro. A sua aproximação, Rondeau, que assumira o comando das forças sitiadas, propõe e Elío aceita, uma trégua, com o levantamento do sítio, condicionada sua validade à retirada do Exército Pacificador do território oriental. Mas Elío, não podendo sustentar-se no governo, passou-o ao espanhol Mar. Vigodet, em fins de 1811.

O caudilho José Gervasio Artigas não aceitou os termos da trégua e marchou com dezesseis mil pessoas, no chamado êxodo do povo oriental, atravessando o rio Uruguai em dezembro de 1811. Segundo Segarra (1970, p.22):

El Éxodo fue la respuesta oriental a la cesación de hostilidades entre el Triunvirato de Buenos Aires y el gobierno virreinal de Montevideo. Con la mirada siempre puesta en la recuperación de las Misiones Orientales, Artigas planea ocuparlas, con la cooperación de correntinos y paraguayos, copando así la retaguardia portuguesa y asegurando a la Revolución la línea vital del río Uruguay. Tenía plena confianza en el apoyo del pueblo misionero, de cuya entraña surgiría el caudillo Andresito Guacurará.

Após este evento, Artigas saíra a levantar a Campanha, que o seguia fascinada ou receosa de suas terríveis represálias. Com essas ações as fronteiras rio-grandenses estavam de novo ameaçadas.

No início de 1812, D. Diogo de Sousa, ainda em Maldonado, compreendendo a gravidade da situação, deixou a Vila e seguiu na direção de Paissandu. Em marcha, não pacífica, foi realizada na seguinte rota, na Banda Oriental: Pão de Açúcar, Passo de Cuello, Cêrro Pelado, Passo do Durazno, Rio Yi, Rio Negro e Arroio Malo. Em princípio de maio atingia aquele objetivo. O trajeto fora no sentido de Leste a Oeste e o exército luso-brasileiro estava acampado à vista da fronteira argentina.

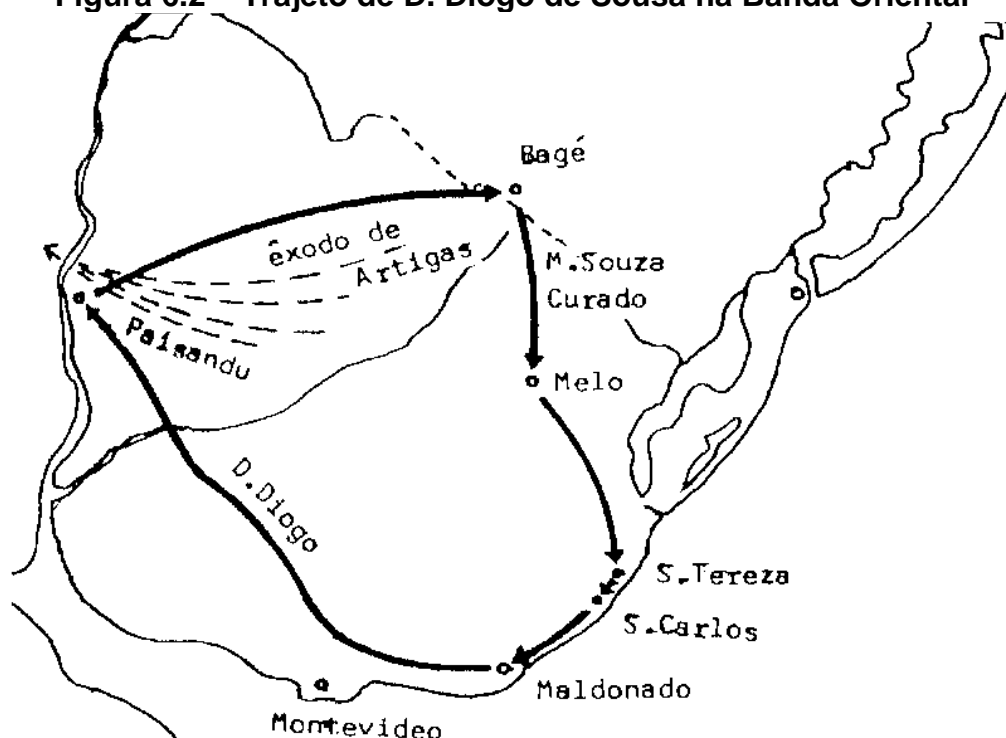
A Inglaterra, operando diplomaticamente, intervém para a paz. A vinte e seis de maio de 1812, em Buenos Aires, por inspiração de Lord Strangford, ministro inglês no Rio de Janeiro, o enviado do Príncipe Regente, Ten-Cel. João Rademaker,

assinava com o governo provisório das Províncias Unidas do Prata²², um *armistício ilimitado*, como se lhe chamou. Segundo Segarra (1970, p.22):

Buenos Aires, prefiriendo la contemporización, firma en mayo de 1812 el armisticio Rademaker-Herrera, que comprometía el retiro de las fuerzas lusitanas "dentro de los límites ... que se reconocían como tales antes de empezar sus marchas el ejército portugués", pero sin especificar cuáles fueran.

No entanto, o pacto foi feito ao arrepio das conveniências políticas de Portugal, vindo estimular o comércio britânico.

Figura 6.2 – Trajeto de D. Diogo de Sousa na Banda Oriental



Flores, Moacyr. História do Rio Grande do Sul, 1997

Com o anúncio de paz, em setembro de 1812, o Exército Pacificador, regressou ao Rio Grande chegando a Bagé pelo Passo Nossa Senhora da Conceição no Jaguarão, atual município de Herval do Sul.

A consequência deste evento foi a incorporação de fato, pela força das armas, por ações combinadas do Exército Pacificador em Paissandu com as forças dos acampamentos São Diogo e de São Borja, contra seguidores de Artigas que ocupavam o distrito de Entre-Rios. Distrito, onde hoje se situam os municípios de Santana, Quaraí, Uruguaiana, Alegrete e parte dos de Rosário do Sul e D. Pedrito e

²² As Províncias Unidas do Prata já se tinham declarado independentes da Espanha.

com fronteiras naturais nos rios Uruguai e Quaraí e linha seca em Santana do Livramento. Acontecimento importante, pois estava conquistada a parte que faltava ao atual território do Rio Grande do Sul. Este pedaço territorial está mostrado na figura 6.3, em verde.

Figura 6.3 – Área conquistada pelo Exército Pacificador

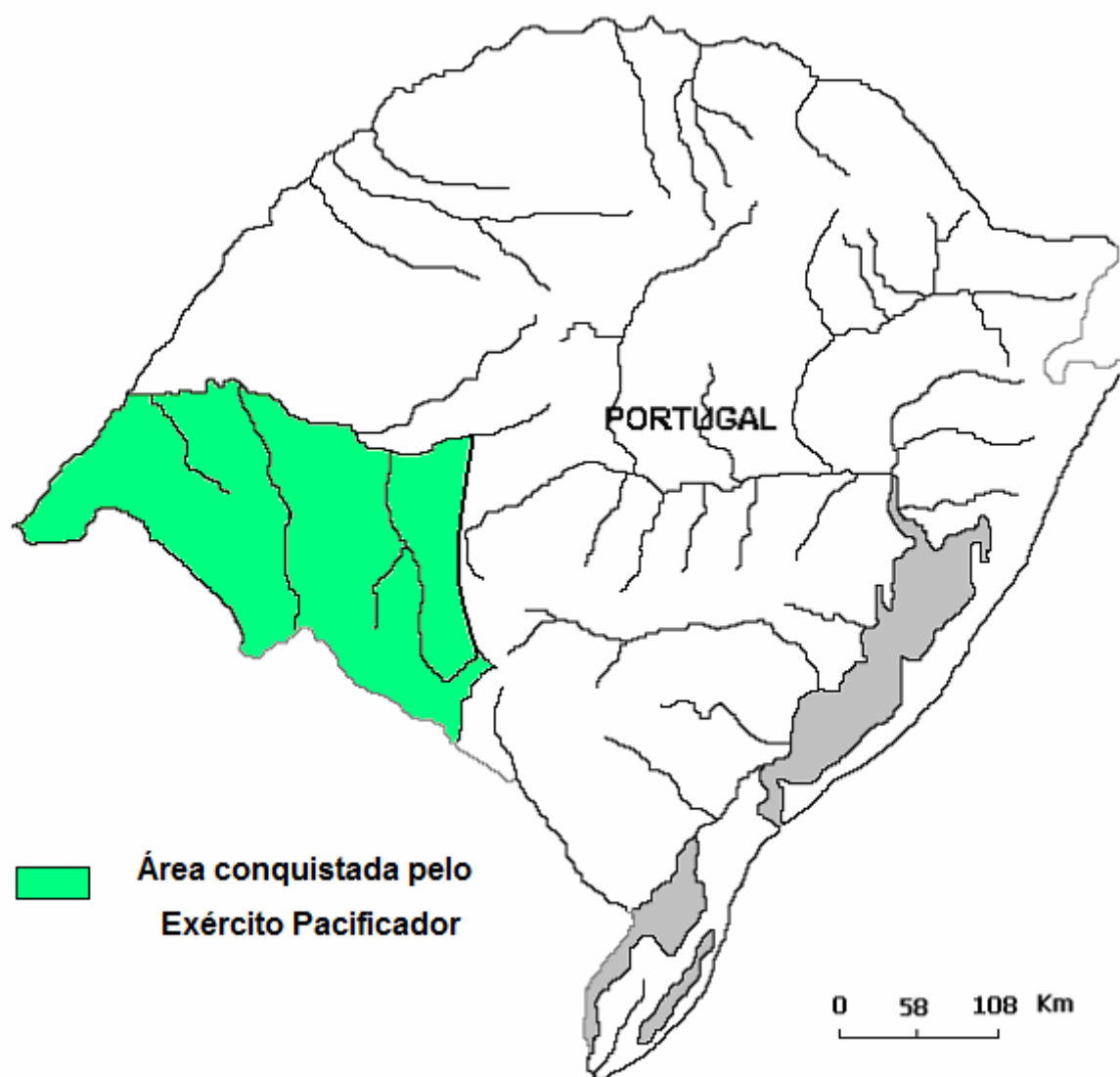


Figura: Jones Muradás

Como de costume, os militares que participaram da Campanha do Exército Pacificador receberam sesmarias na área conquistada, entre os rios Ibicuí e Quaraí, para a criação de gado e também para defendê-las, tornando-se cada estância uma célula militar. Estâncias foram instaladas em São Gabriel (1815), Bagé (1812), Alegrete (1814) e Quaraí (1816), nas sesmarias. Segundo Bento (s/d) “Esta

combinação, estâncias nas fronteiras distribuídas a militares, se constituiu poderoso e econômico instrumento de concretização da geopolítica de Portugal e depois do Brasil no Rio Grande do Sul.”

Com o avanço das estâncias, vão surgir novas povoações. Em 1814, a população rio-grandense estimada em 70.656 habitantes, sendo 20.611 escravos.

Ao Rio Grande, diretamente envolvido na luta, não houve tranquilidade. De fato, a região missioneira, a contar daí, voltou a sofrer a pilhagem dos chefes de clãs políticos e dos guerreiros profissionais, que a luta pela independência vinha modelando nas cidades e nos campos da Banda Oriental.

Em razão destes fatos, a criação de gado vacum, muar e cavalar, na fronteira, em razão de freqüentes embates armados, tornara-se uma atividade aventureira. Mas esse fator negativo se converteu em estímulo à formação de estâncias em outros pontos aquém da Campanha. Os Campos de Cima da Serra e as pastagens de Passo Fundo e Cruz Alta, onde os pioneiros curitibanos e paulistas se instalaram com os seus criatórios, deram novo impulso à pecuária rio-grandense, inclusive estimulando o Caminho das Missões, conforme a Figura 4.16.

A luta interna no Prata e as fricções no Pampa

A retirada do exército comandado por D. Diogo de Sousa deixou a Banda Oriental entregue à luta interna que a dilacerava e da qual iria emergir a sua independência política. Os orientais, que haviam feito causa comum com os argentinos, na Revolução de Maio, contra o domínio espanhol, não se conformavam em figurar como simples província da nova nação que se constituía.

Em outubro de 1812, em Buenos Aires, irrompia a revolução que destituiu o Triunvirato, com o qual os luso-brasileiros firmaram o armistício, instalando-se então outro: o de Paso, Rodriguez Pena e Alvarez Jonte, que imediatamente convocou uma assembléia constituinte. Os fatos se sucedem num ritmo trepidante. Rondeau volta à cena, estabelecendo o segundo sítio de Montevideu, que deveria estender-se por quatorze meses. Os patriotas platinos alcançam uma série de

vitórias sobre os espanhóis: Vigodet é batido no Cerrito. Belgrano esmaga-os em Salta, em fevereiro de 1813. Artigas vem com 5000 homens reforçar o sítio de Montevidéu. Logo após, ante desavenças, Artigas, insurge-se contra os portenhos. Estes, ante a cisão, acabam com o Triunvirato, confiando o governo a um Diretor Supremo das Províncias Unidas, que passa sem demora a pressionar Artigas, declarando-o *traidor da pátria* em ato expresse, que somente causou mais turbulência no Prata.

Este Diretor Supremo obteve a estupenda vitória naval do Buceo, nos arredores de Montevidéu, onde foram destruídos todos os navios espanhóis. Vigodet, não podendo resistir ao cerco, agora total, por terra e água, pelos sitiantes, capitulou, em junho de 1814.

Os argentinos, interessados em integrar a Banda Oriental como parte da nação, não tiveram a concordância de José Gervasio Artigas. Deste modo, a luta recomeça no Prata, em franca guerra civil. Combates extremamente sangrentos, como o de Guayabos, assinalam esse período de luta intestina, até que em vinte e cinco de fevereiro de 1815 se dava a entrega de Montevidéu a Artigas, que dela se apossou, através do Cel. Otorgués. O caudilho, dono da situação, iria voltar-se agora, para as populações fronteiriças, tentando submetê-las a sua autoridade. Segundo Segarra (1970, p.22/3):

El máximo documento político del artiguismo, las Instrucciones, no olvida el problema capital de las fronteras. Al asignar a la Banda Oriental el rango de Provincia, la delimita "desde la costa oriental del Uruguay hasta la fortaleza de Santa Teresa", declarando "que los siete pueblos de Misiones, los de Batoví, Santa Tecla, San Rafael y Tacuarembó, que hoy ocupan injustamente los portugueses y a su tiempo deben reclamarse, serán en todo tiempo territorio de esta Provincia". Por una parte, pues, Artigas reivindicaba los límites de 1777, pero además integraba por primera vez en una sola unidad política todos los territorios orientales.

Portanto, os motivos das invasões ao território rio-grandense por Artigas e seus asseclas se deram com o objetivo de conquista territorial, procurando definir os limites da Banda Oriental, de acordo com os estabelecidos no Tratado de Santo Ildefonso, em 1777.

A expansão do artiguismo se dava concomitantemente com o seu sistema de destruir os campos e enriquecer com os despojos das estâncias e dos povoados, como conseqüência desses atos houve novo atrito com o governo do Rio de Janeiro.

Ainda, no contexto luso-brasileiro, D. Carlota Joaquina, que se dizia legítima herdeira da casa real espanhola, para reivindicar direitos sobre as províncias do Prata, não desistira de seu ambicioso projeto. O Príncipe D. João, por outro lado, não queria encerrar a contenda sem tirar proveito para Portugal, tanto mais quanto os portenhos, ansiosos por estruturar a nação, não podiam fazê-lo tranquilamente, tantos e tão continuados os empecilhos que lhes opunha a caudilhagem artiguista. Ante tais fatos, D. Diogo de Sousa não dissolveu seu exército, manteve-o em prontidão, pronto para a primeira intervenção nas duas frentes principais: a Campanha e as Missões.

Com a restauração dos Bourbons no trono espanhol (1815), após a derrocada de Napoleão, esmaeceu a ambição de D. Carlota Joaquina, tomada de direitos dinásticos, ao ponto de anunciar publicamente que desejava os povos platinos sob sua *maternal proteção*. Seu plano, que parecia excelente esteve prestes a concretizar-se: pois, desamparados da Espanha, de Buenos Aires e de Portugal, patriotas uruguaios e portenhos chegaram a mandar emissários à princesa espanhola, para negociações. Pandiá Calógeras²³ citado por César (1979, p.257) descreve as possibilidades de D. Carlota obter sucesso em sua empreitada:

Momentos houve em que D. Carlota Joaquina talvez pudesse ter sido proclamada regente, se presente estivesse em Buenos Aires. Permitiu-o D. João, a princípio. Contra-marcou, ao depois. O motivo do recuo? Três podem ser apontados: o receio do regente de ser destronado pelas intrigas e pelo ódio de sua esposa; o terror dos cortesãos portugueses, quanto às aversões vingativas da infanta: a oposição tenaz de Lord Strangford, por causa da política seguida pela Inglaterra.

Internamente, a Capitania, apesar do geral desassossego, atravessava uma era de prosperidade. O comércio fora ativado, as charqueadas voltavam a produzir, encontrando mercado para o seu produto, agora que as concorrentes uruguaias, arrastadas na voragem da guerra civil, não podiam fazê-lo como dantes. Por isso mesmo, o gado da fronteira passou a ser disputado com maior empenho - tanto pelos montoneros de Artigas, para o abastecimento do seu exército - como pelos tropeiros rio-grandenses, acostumados a conduzir para as charqueadas do litoral as reses provenientes daquela zona, desde longos anos, pela fartura dos seus criatórios.

²³ Pandiá Calógeras. Formação Histórica do Brasil, pág 113.

Assistia-se, deste modo, à definitiva caracterização econômica de um vasto espaço, estendido ao longo dos Rios Jaguarão e Quaraí e abrangendo as cabeceiras do Ibicuí e do Negro.

Consolidado o domínio português sobre as Missões, houveram a distribuição de sesmarias no sul desta, estancieiros e tropeiros se infiltraram, mais do que nunca, por aquelas coxilhas.

Com invasões realizadas através de toda a extensão da fronteira, uma hábil e constante infiltração de estancieiros luso-brasileiros nos campos da Banda Oriental, partia de três pontos: das Missões; da Campanha, através de Bagé, São Gabriel e Alegrete; do litoral, entre a Lagoa Mirim e o mar, através de Maldonado. Segundo César (1979, p.256), naquele momento:

Os caminhos naturais da invasão, no rumo da Banda Oriental, foram guarnecidos e por eles seguiram elementos armados, paisanos ou militares, para hostilizar o inimigo além-fronteira, respondendo a revides ou provocando-os, no intuito de enfraquecer-lhe a resistência. A espionagem, a delação, a intriga, a mentira, tanto em Buenos Aires como no Rio de Janeiro, em Montevideu como no Rio Grande, teciam uma rede impalpável, ao passo que os horizontes políticos paulatinamente se turvavam, levando as Províncias Unidas do Prata a verdadeira anarquia.

Sendo barrado o espaço, ao sul, pelo Atlântico e a oeste pelo rio Uruguai, os colonizadores da Banda Oriental, atraídos pela expansão da pecuária só tiveram uma abertura por onde dilatar a ocupação do solo, o Pampa e as Missões.

Por isso, as duas linhas de força do povoamento não podiam deixar de atritar-se, tanto mais quanto de ambos os lados as populações se moviam em terreno praticamente indemarcado, pois, o último balizamento da fronteira, na forma determinada pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777), não se ultimara como fora planejado.

Orientais e rio-grandenses, na Campanha, alvorotavam um e outro campo; a pecuária, seu principal centro de interesse econômico, tendia a aproximá-los, mas as rivalidades políticas foram de tal ordem, que um conflito generalizado os dividiu por muitos anos. Ante o afrouxamento da autoridade, formaram-se verdadeiros clãs na Campanha uruguaia; viviam da preia e da desordem. Deles surgiram inúmeros cabos-de-guerra, entre eles: Lavalleja, os Artigas (Manuel e José), Rivera e Andresito, pupilo de Artigas.

As ações de Artigas

Em 1815, quando mais forte era a oposição política de Artigas ao governo de Buenos Aires, foi quando seus aliados o proclamaram *Protector de los Pueblos Libres* e a Liga Federal, constituída por cinco províncias – Córdoba, Santa Fé, Corrientes, Entre Ríos e Banda Oriental – que lhe protestaram-lhe fidelidade.

Mas, em nove de julho de 1816, o Congresso de Tucumán, que fora convocado em março para institucionalizar as Províncias Unidas, formalizou solenemente o ato declaratório da independência²⁴, sem determinar, porém, a forma de governo que teria a nação. O partido centralista, majoritário na referida assembléia, apenas adiava, por essa forma, a solução do problema, sem saber que rumo tomar. Chegou mesmo ao extremo de expedirem emissários a reis e príncipes europeus, com o objetivo de sondar a possibilidade do estabelecimento do regime monárquico constitucional, então considerado instrumento hábil para unir os povos que a luta pela independência havia separado.

Artigas, do seu reduto, sentia-se forte - era chefe de fato de uma pequena Federação, na qual figuravam as mencionadas províncias da Banda Ocidental do Rio Uruguai. Preocupado em mantê-la e aumentar-lhe o prestígio, lançou-se contra os centralistas portenhos e a Campanha Gaúcha, além do Arapeí, invadindo e hostilizando as Missões. No entanto, o Marquês de Alegrete havia criado nestas últimas alguns sólidos baluartes, para conter esse inimigo do Prata. Artigas invadiu os Sete Povos pelo passo Santo Isidoro, em vinte e cinco de abril de 1815 e se apossou dos povos de São Luiz Gonzaga e São Nicolau. Foi destacado para enfrentá-lo em São Nicolau no comando de um Regimento de Cavalaria de Milícias o Cel Diogo de Moraes Arouche Lara que foi repellido e morto em ação.

Os sucessos acumulados desnortearam o caudilho José Gervasio Artigas. Sem quadros de manobra política no exterior, sem embaixadores, sem navios de guerra, sem como financiar a guerra, sem apoio dos governos vizinhos, o caudilho só se sentia seguro na Campanha. De parceria com os paisanos, com os caudilhos da sua igualha e de seus combatentes, descambou a fazer desatinos.

²⁴ A ata de nove de julho de 1816, é considerada a certidão da independência argentina. Declaram-se nela, inexistentes quaisquer vínculos políticos das Províncias Unidas com os reis da Espanha.

A invasão da Banda Oriental e a tomada de Montevideú

D. João, tirando partido do isolamento de Artigas, resolve então dar-lhe o golpe final. Explorando a situação que o chefe uruguaio se criara, ou seja, malquisto com os argentinos e hostilizando nossas fronteiras, o Príncipe D. João, a pretexto de que a anarquia estabelecida na Campanha lesava profundamente os interesses da Capitania do Rio Grande do Sul, determinou a invasão da Banda Oriental por um poderoso exército. Na realidade, dominar a região era uma antiga aspiração de Portugal, que assim poderia dominar o comércio com o interior do continente, através do Rio da Prata e também consolidar a Doutrina geopolítica do Magnus Brasil, gestada no reinado de D. João III, por volta de 1530.

Para isso, em janeiro de 1816, D. João convoca em Portugal, uma Divisão de Voluntários (4830 homens), comandada pelo Gen. Carlos Frederico Lecor. O objetivo desta tropa era reforçar o contingente na Banda Oriental.

Ainda contra o caudilho havia-se organizado no Rio Grande uma divisão de cerca de dois mil homens, ao comando do Gen. Curado, a qual, deixando o acampamento no Ibirapuitã-Chico, saiu ao encontro das forças artiguistas poucos dias depois de Lecor ocupar o Forte de Santa Teresa. Os caudilhos uruguaiois, à medida dos reveses que sofriam diante das tropas fiéis a Buenos Aires, internavam-se nas zonas desertas do Arapeí, do Quaral e dos Sete Povos. O Rio Grande foi invadido por tropas de Artigas por Santana do Livramento e São Borja.

Nas Missões, onde Andresito continuava depredando aldeias, incendiando casas e sacrificando o gado que não podia levar consigo, feriu-se cruenta luta. Com os seus bandoleiros fortes e agressivos, o caudilho levou aos Sete Povos das missões o seu bárbaro estilo de guerra. César (1979, p.250), transcreve a afirmação de Méron a respeito da agressividade dos homens de Artigas:

No se encuentra en los anales de las demás naciones de la tierra, nada análogo á la ferocidad ignorante y plebeya de estas fieras humanas, ebrias de saqueo y de matanza.²⁵

O Gen. Chagas Santos, cercado por Andresito, em São Borja, defendia-se bravamente, até que foi socorrido por José de Abreu, que derrotou os sitiados,

²⁵ Méron, Martín García. Historia de la Republica Argentina, II, 120.

libertando São Borja. Também encontrou São Nicolau abandonado e terminou por livrar os Sete Povos da ameaça de Artigas.

O famoso caudilho excedeu-se do uso dos mais baixos instintos. Em represália. Chagas Santos castigou duramente os adversários, tanto no Passo de São Borja como em São Tomé. Suas tropas dominaram as coxilhas e os povoados. Estes combates reduziram a escombros as aldeias guaranis, afugentou as populações estáveis e nômades, dizimou rebanhos. A margem esquerda do rio Uruguai também sofreu os mesmos embates, essa luta veio interromper o trabalho colonizador, que começava a reorganizar a sociedade, em termos de livre iniciativa, no território dos antigos Sete Povos das Missões.

Ainda em outubro de 1816, no Ibiracoiá, a cavalaria do Brig. João de Deus Mena Barreto destroça os inimigos, comandados pelo Cel. José Verdún, com grandes perdas para eles.

A vinte e sete de outubro, dá-se o mais duro combate dessa investida, o de Carumbé ou dos Cerros de Santana, no qual intervém pessoalmente, de um lado, Artigas, e do outro o Brig. Joaquim de Oliveira Álvares, da divisão do Ten-Gen. Curado. Citado por César (1979, p.259), escreve o Barão do Rio Branco:

O inimigo foi completamente derrotado, perdendo 600 mortos e prisioneiros (dentre os primeiros, Ramón Fernández: entre os segundos, Gatelli, sobrinho de Artigas, e 3 outros oficiais), 2 estandartes, 7 caixas de guerra, grande número de armas e de cavalos. A nossa perda foi de 29 mortos e 55 feridos (84 homens fora de combate). O Gen. Artigas escapou, graças à velocidade do seu cavalo, e pernoitou em uma ilha do Arapeí, com 85 homens que o acompanharam, entre os quais Latorre e o Frade Monterro, seu secretário. Este foi o único combate que Artigas dirigiu em pessoa durante a guerra, só terminada em 1820.

Em novembro de 1816, foi batido Fructuoso Rivera. No Arroio da India Muerta, no dia dezenove, o Gen. Sebastião Pinto de Araújo Correia, comandando a vanguarda de Lecor, composta, de voluntários reais e cavalarianos brasileiros, destroça completamente as forças de Rivera (1700 homens), abrindo caminho para Montevideu. Em Catalán, em janeiro de 1817, contudo, o inimigo ainda dava sinais de resistência, mas o Marquês de Alegrete, então substituto de Lecor no comando geral, infligiu-lhe pesada derrota.

Com os repetidos malogros das principais colunas de Artigas, os remanescentes não deixavam fazer ações de guerrilhas, sem efeitos práticos. Abria-

se o caminho para Montevideú. Com efeito, a vinte de janeiro de 1817, o Gen. Lecor faz a sua entrada triunfal nessa praça, que fora abandonada por Miguel Barreiro, governador dela em nome de Artigas. Na véspera, o próprio cabildo se reunira e fora pacificamente ao encontro do Gen. Lecor, por meio de uma delegação que com ele realizou entendimentos. Os cabildantes lavraram ata, na qual consta que Montevideú se entregava ao Rei de Portugal, aceitando a proteção oferecida por intermédio de Lecor. Tal submissão, simbolizada mais tarde na entrega das chaves de Montevideú a Lecor. A figura 6.3 mostra o território da Coroa portuguesa, no sul do Brasil, após a conquista do Uruguai.

Este ato também simbolizou a concretização de um sonho português de trezentos e dezessete anos. Portugal dominava o litoral sul-americano do Amazonas ao Prata. O projeto geopolítico do Magnus Brasil estava estabelecido plenamente.

Figura 6.4 – Território da Coroa portuguesa no sul do Brasil, em 1821

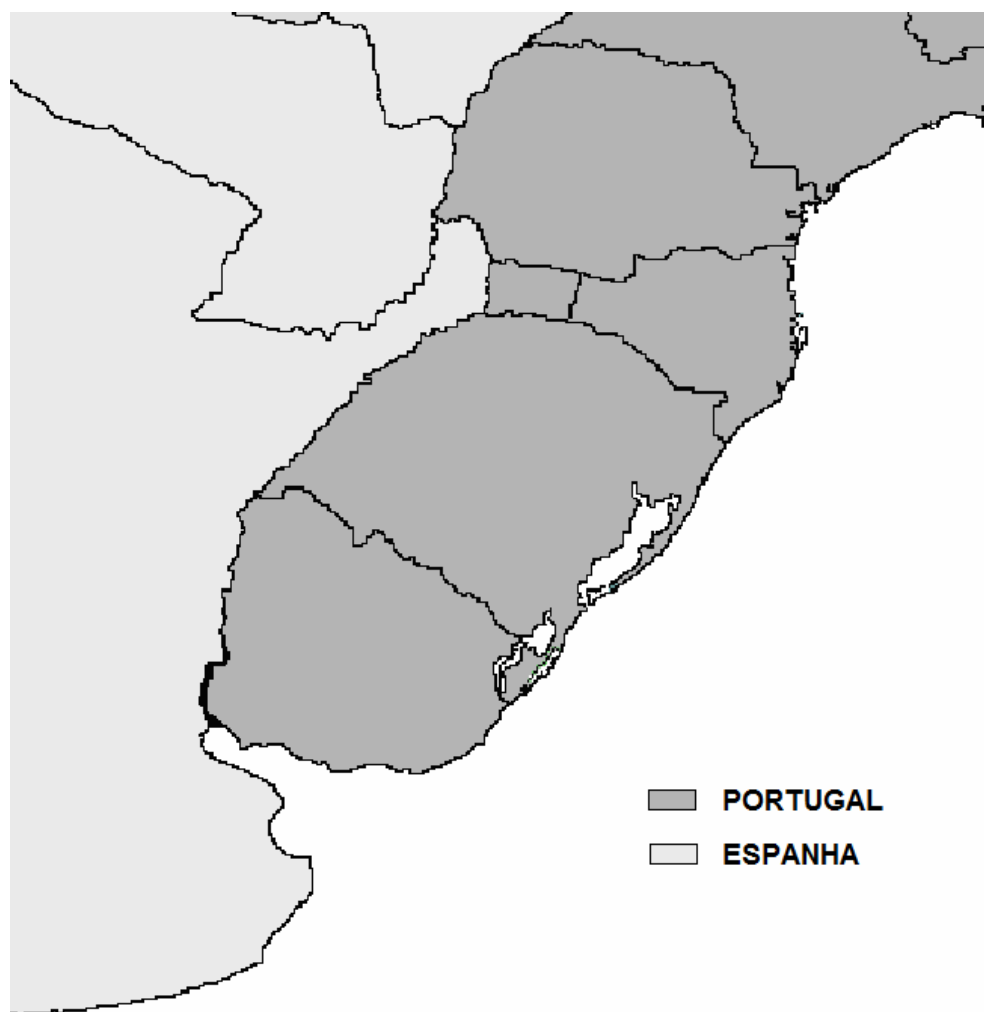


Figura: Jones Muradás

Antes próspera, Lecor recebeu Montevidéu quase abandonada pela população. Os campos estavam despovoados de reses e as lavouras arruinadas, refletindo a completa desorganização da vida civil.

Apesar da conquista, havia o espírito de resistência em alguns núcleos do interior. Assim, embora não houvesse reação imediata, o desejo de revide não desaparecera. Apesar de tomada a capital, Montevidéu, a luta continuava no interior da Banda Oriental, onde teve seu derradeiro ato, em 1820, na região de Taquarembó.

A batalha de Taquarembó foi a de maior expressão das armas rio-grandenses na guerra contra Artigas. Tudo fora disposto para atrair o caudilho e fazê-lo cair na armadilha que inutilizasse suas forças. Foi comandante luso-brasileiro nesta contenda, o Conde da Figueira, então Capitão-General da Capitania. Rápido na ação, o Conde da Figueira saiu em perseguição do inimigo, indo defrontá-lo nas nascentes do Taquarembó. Aí, em ações coordenadas, a cavalaria, ao comando do Gen. José de Abreu, operou com destreza e coragem. Comentando esse feito, o Barão do Rio Branco, citado por César (1979, p.261/2), escreve o seguinte:

As forças brasileiras, que tomaram parte na ação, constavam apenas de 1200 homens, com duas peças (ofícios de 3 e 12 de janeiro, do Conde da Figueira ao Ministro da Guerra) e não de 4000 homens, como têm dito alguns escritores do Rio da Prata. A cavalaria era formada quase toda de milicianos (mil e tantos homens dos esquadrões de milícias de Entrerios, - nome que então tinha o distrito de Alegrete, de Porto Alegre e do Rio Grande, - um esquadrão do regimento de dragões e uma partida de guerrilheiros); a infantaria (200 homens) pertencia ao regimento de Santa Catarina. Os Generais Abreu e Câmara comandavam a cavalaria. Artigas tinha 2500 homens, com quatro peças (orientais. entrerrianos. corrientinos e guaranis de Missões): mas, segundo os prisioneiros, fugiu para Mataojo, apenas começado o nosso ataque, deixando ao seu major-general, Cel. Andrés Latorre, a direção da batalha.

A derrota das tropas indisciplinadas de Artigas foi completa, ficaram no campo de batalha centenas de mortos. O Conde da Figueira enviou duas colunas de cavalaria, sob o comando do Gen. Abreu e do Ten-Cel. Joaquim José da Silva, em perseguição do inimigo, e do acampamento do Rincón expediu o Gen. Curado, no dia quatro de fevereiro, outra, comandada por Bento Manuel. Artigas atravessou o rio Uruguai entre o Salto-Grande e Salto-Chico, com apenas seiscentos homens e foi para Curuzu-Cuatiá, atual Argentina. Fugindo, interna-se em Corrientes, para buscar o apoio de Ramírez, ali em operação contra Buenos Aires. Desentendem-se os dois e após mútuas hostilidades, Artigas é vencido no combate de Las Guachas ou Las

Huachas, a treze de junho de 1820, e foge para o Paraguai, confiando em receber asilo político do Dr. Gaspar Rodríguez de Francia. O ditador paraguaio alojou-o no povoado de Curuguatí, bem longe da fronteira e ali o manteve detido, falecendo no exílio.

Lamentavelmente, a ocupação da Banda Oriental fora estritamente militar. Apesar de esforços isolados, a bem do envolvimento afetivo dos derrotados, o mais importante deixou de ser feito, ou seja, ações de influência da cultura e dos costumes luso-brasileiros, já que para tal era necessário a implantação de escolas, indústrias, artes, enfim, benefícios materiais e intelectuais. A ausência desses fatores foram determinante no levante de independência uruguaio.

As conseqüências da tomada da Banda Oriental

Como resultado destas ações, em janeiro de 1819, o cabildo de Montevideu resolve retificar a linha divisória da nossa fronteira, cedendo ao Brasil a porção de terra entre o Arapeí e o Quaraí, mediante liberação da dívida contraída para com o governo do General Lecor e nova contribuição de importância destinada à conclusão do farol da Ilha das Flores. Em novembro, era ratificado em Porto Alegre, pelo Conde da Figueira, o respectivo termo de demarcação. Segarra (1970, p. 23) se refere assim ao fato:

Mientras en los campos devastados se debatía la resistencia oriental, el Cabildo montevideano ofrecía a Lecor una convención de límites que evidenciaba su mentalidad e intereses. Según actas secretas del 15 y 30 de enero de 1819, se acuerda solicitar la cancelación de un empréstito realizado en 1817 al Cabildo y la construcción de un fanal en la isla de Flores "sin cuyo establecimiento no puede prosperar el comercio del Río de la Plata". En canje se ofrece "arreglar o rectificar la línea divisoria", cediendo lo que, para uso interno, se designa como "una pequeña parte del territorio de la frontera" de "corto valor", y en la propuesta al Barón, como "preciosos campos".

A diplomacia portuguesa, ao postular a convenção de 1819, quis sobretudo resguardar o Rio Grande de novos sobressaltos. Com efeito, estipulou-se ali que a linha divisória, partindo de um ponto a sueste da fortaleza de Santa Teresa, alcançaria o Rio Arapeí, prosseguindo pelo curso deste até à sua confluência com o Rio Uruguai, o que muito significou para a paz, breve paz que se seguiu, por libertar o Vale do Quaraí, zona de grandes estâncias, dos atritos provocados por questões

de fronteira. Estes limites estão demonstrados na Figura 6.5. Segarra (1970, p.23) nos fala deste limite e a posição atual dos historiadores uruguaios a cerca dos procedimentos ocorridos:

El nuevo límite correría al oeste de las fortalezas de Santa Teresa y San Miguel, siguiendo la margen occidental de la laguna Merín, el Yaguarón, el Yaguarón Chico, el arroyo San Luis y la cuchilla de Santa Ana hasta Itacuatí, de donde se tiraría una recta hasta las nacientes del Arapey, por el cual se continuaría hasta el Uruguay.

El increíble trueque revela al trasluz lo que se ha calificado de "desprecio por el territorio" de parte de las clases altas. Para satisfacer sus necesidades mercantiles de sector con "ventajas permanentes ...independientes de los sucesos políticos", disfrazadas como "beneficio inestimable a los Pueblos" y "felicidad general de la Provincia", no trepidan en "un pequeño sacrificio": el abandono, no sólo de los derechos eventuales pendientes desde 1777, sino también de zonas que Portugal nunca había reclamado, pero que, por su valor estratégico, dejaban totalmente desguarnecido lo que quedaba de la Provincia.

Figura 6.5 – Limites adotados no Sul do Brasil através da Convenção de 1819



A Espanha, sob o cetro de Fernando VII, protestou em Aix-la-Chapelle contra a intervenção de D. João VI. O monarca português, pelo Duque de Palmela, respondeu que seu governo estava pronto a restituir a Banda Oriental, que se mantivera desvinculada, graças à intervenção das Províncias Unidas do Rio da Prata, uma vez pagas as despesas resultantes da guerra. A Espanha desinteressou-se pela solução do assunto.

Figura 6.6 – Limites adotados no Sul do Brasil através da Convenção de 1819



Figura: Jones Muradás

A Agitação Liberal Precursora da Independência

Terminara a fase crítica da anarquia uruguaia, começava do outro lado do Rio da Prata a prolongada anarquia argentina. Segundo César (1979, p.265):

A derrota de Rondeau, em Cepeda (1º de fevereiro de 1820), ante as forças de López e Ramírez, abriu às províncias que viriam a formar a República Argentina um período turbulento, de ditadura e crueldade, que só se fechou no instante em que o tirano Rosas, perdendo a batalha de Monte Caseros (3 de fevereiro de 1852), foi compelido a seguir o caminho do exílio.

Lecor, a despeito da resistência que ainda lhe oferecia a Campanha, já se tinha imposto habilmente a todas as classes de Montevideu. Demonstrando ser um verdadeiro diplomata, inspirou confiança na comunidade local. Executando ordens recebidas da Corte, tratou de pacificar os espíritos, quer por meio de concessões e mercês, quer imprimindo a seus atos de maior significação política, o caráter de concessão feita às populações subjugadas. Desta forma, alegando que desejava o pronunciamento do povo, convocou-o a eleger um Congresso que dispusesse livremente sobre o seu futuro, e assim se fez. Os eleitores foram os membros dos cabildos e os alcaides ordinários, pessoas já vinculadas aos luso-brasileiros, como integrantes da administração local. D. Juan Duran, a quem Lecor atribuíra as funções de Intendente de Província, encarregou-se de preparar o Ato. Segarra (1970, p.24) dá mais detalhes sobre o evento:

El procedimiento sería la convocatoria de un congreso que 'expresara la voluntad de los pueblos "franca y libremente ... sin la menor sombra de influencia por nuestra parte" .

De las tres pasibilidades previstas -unión "cordial y franca" con Brasil, incorporación a las Provincias Unidas o erección en estado independiente - triunfó la primera, por el voto de una asamblea digitada por Lecor entre los patricios paniaguados, ...

Em pouco mais de um mês o Congresso foi eleito e em dezesseis de julho de 1821, reuniram-se os seus 16 deputados, os quais, já no dia dezoito, por aclamação, resolveram criar o Estado Oriental, incorporando-o ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, sob a denominação de Província Cisplatina. Os prisioneiros políticos foram libertados, a língua espanhola respeitada como idioma do novo Estado, mas todas as autoridades juraram fidelidade a Portugal.

Com esta incorporação Portugal conquistara dois objetivos geopolíticos, ou sejam, definir os limites do Rio Grande do Sul com o Uruguai que permanecem até hoje, exceto alteração ocorrida em 1909 e, pela segunda vez, ter o seu limite extremo no Rio da Prata. Os limites estão demonstrados na Figura 6.7.

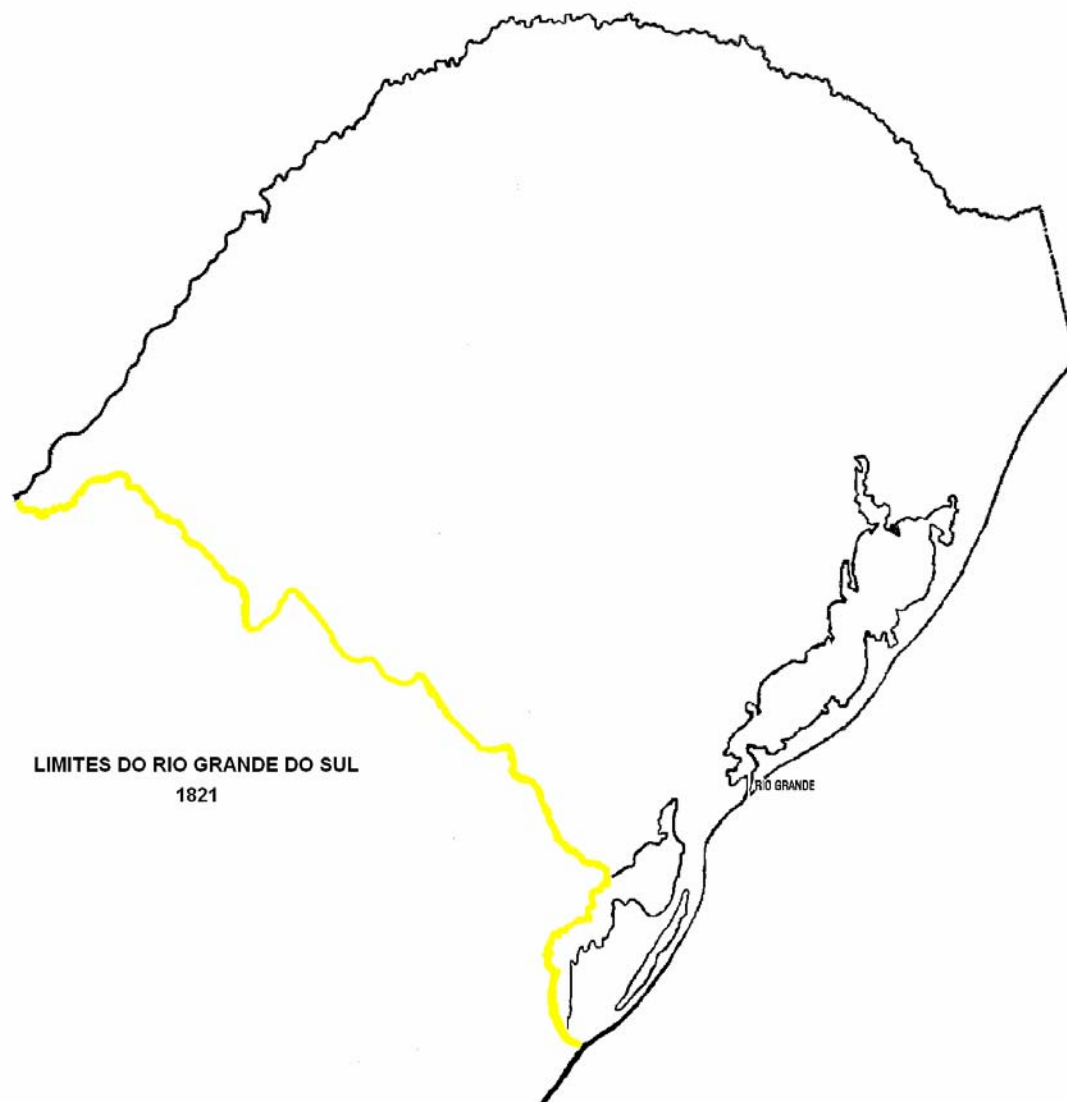
Constituída a Província Cisplatina, estipularam-se outros limites territoriais. Segundo Vianna²⁶, citado por César (1979, p.264):

De acordo com a segunda de suas bases, [do pacto de 31 de julho de 1821] seriam os seguintes os limites entre a Cisplatina e o Brasil, do Rio Quaraí à coxilha de Santana, entre o Rio Santa Maria e o arroio Taquarembó Grande; daí às pontas do Jaguarão e Lagoa Mirim; depois, passando pelo pontal de São Miguel, até o arroio Chuí e o oceano. Reformava-se assim,

²⁶ Helio Vianna, História Diplomática do Brasil, pág. 89.

sem mencioná-lo, o convênio de 1819, estabelecendo-se, em suas linhas gerais, a nossa definitiva divisória com o Uruguai.

Figura 6.7 - Limites adotados no Sul do Brasil através do Tratado de 1821



RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande do Sul – Evolução Municipal – 1809 – 1996, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Comissão de Assuntos Municipais, Porto Alegre, 2001;

Contudo, sob essa aparência de normalidade, adiam os inconformismos. Na Província Cisplatina, formavam-se sociedades secretas, agremiando burgueses e militares descontentes, as quais, auxiliadas pelas lojas maçônicas estrangeiras, começaram a trabalhar ativamente contra o *status quo*.

No Brasil e em Portugal, da mesma forma, não era nada sereno o ambiente político. A Revolução Liberal, iniciada no Porto, em agosto de 1820, inflamou o país, e ousadamente conseguiu instaurar a Junta Provisional do Governo

do Reino, a cujo arbítrio D. João VI²⁷ acabou por obedecer, assim como se submeteu também à vontade das Cortes Constituintes, que implantaram a monarquia constitucional portuguesa. No Brasil, contudo, nenhuma das grandes forças estáveis da sociedade se dobrou às imposições das Cortes. O sentimento democrático nacional caminhava francamente no sentido da separação política, atingida afinal a sete de setembro de 1822.

Em todo o período, de aproximadamente 16 anos, entre a chegada da família real ao Brasil até a nossa independência de Portugal, a área de fronteiras do Rio grande do Sul não teve paz, continuava uma *fronteira viva*. As ações militares luso-brasileiras de defesa ao seu território, em conta-ataque, levaram os limites do Reino até o Prata, estabelecendo o sonho lusitano do Magnus Brasil. Da mesma forma o Rio Grande do Sul tomava praticamente os seus contornos territoriais e recebia a companhia de outra Província²⁸, de domínio luso-brasileiro, ao sul, lindeira ao Prata.

²⁷ D. João VI retorna a Portugal no dia três de julho de 1821

²⁸ A partir de 1821, as Capitâneas passaram a serem chamadas de Províncias.

CAPÍTULO VII – PERÍODO IMPERIAL

O retorno de D. João VI a Portugal, em 1821, devido à revolução liberal do Porto, trouxe à tona as divisões políticas com os chamados partidos dos portugueses monárquicos, republicanos, federalistas, constitucionalistas unitários e totalitários.

José Bonifácio queria que Portugal e Brasil formassem uma só nação, um só império, sob uma monarquia constitucional, com o Brasil mantendo sua autonomia administrativa e econômica através do Conselho de Estado. Esta idéia impulsionou o regente D. Pedro a não abandonar o Brasil, a fim de garantir que não voltássemos à situação de mera colônia, conforme queriam as Cortes de Lisboa, estabelecidas pela revolução liberal portuguesa.

As Cortes portuguesas obrigaram o regente D. Pedro a jurar a Constituição, sem estar promulgada. Em vinte e nove de setembro de 1821, as Cortes criaram Juntas provisórias de governo para as províncias brasileiras, diminuindo a autoridade de D. Pedro.

O processo de independência prosseguiu com a resolução de D. Pedro de permanecer no Brasil, tomada em nove de janeiro de 1822, o chamado Dia do Fico, quando recebeu a adesão imediata das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Cisplatina, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

O governo provincial era exercido pela Junta governativa quando ocorreu a independência do Brasil.

Em sete de setembro de 1822 o Brasil proclamou a sua Independência e teve de voltar suas atenções para consolidá-la em várias províncias, como na

Cisplatina, no Maranhão, Pará e Bahia e ainda enfrentar a Confederação do Equador no Nordeste, em 1824.

A lei de vinte de outubro de 1823 criou para cada província do Império do Brasil um presidente e conselho. José Feliciano Fernandes Pinheiro foi nomeado presidente da Província do Rio Grande do Sul, tomando posse em oito de março de 1824. A Constituição de 1824 confirmou esta forma administrativa.

D. Pedro transformou-se em denominador comum a todas as correntes políticas, que reconheciam seu direito de governar. O fato de ser português não lhe tirava o direito ao trono brasileiro.

O rompimento com os liberais, devido a dissolver a Assembléia constituinte e outorgando uma constituição, criando o poder Moderador que centralizava o poder nas mãos do Imperador, afetou as relações de D. Pedro I com o exército.

O exército, formado por oficiais liberais, ficou sem a confiança do Imperador. D. Pedro I procurou, então, organizar uma força militar de mercenários, a primeira ocorrendo com imigrantes alemães, chegados em 1824, que formou dois batalhões de caçadores e dois de granadeiros. Foi nesta conjuntura adversa que o nascente Exército Brasileiro, desfalcado das lideranças militares e da tropa representada pelas três divisões portuguesas que retornaram a Portugal, teve de enfrentar duas invasões argentinas e orientais no Rio Grande do Sul.

Este foi um dos fatores que levou a desmobilização do exército brasileiro e a perda, quase imediata, da Província Cisplatina.

Imigração e colonização estrangeira

Quando a corte portuguesa se transferiu para o Brasil, em 1808, D. João estabeleceu condições para a imigração estrangeira, com a finalidade de implantar colônias agrícolas.

No início do século XIX, as terras de fácil ocupação estavam com sesmeiros ou com posseiros, restando apenas as áreas do chamado sertão ou de florestas. Em dezessete de julho de 1822, a resolução governamental extinguiu o sistema sesmarial, finalizando uma etapa da colonização portuguesa.

No decorrer do tempo, a política brasileira modificou-se em relação à imigração e à colonização do sul do Brasil. Deu-se basicamente em três fases:

a) de 1824 a 1829 o governo imperial promoveu a imigração com os objetivos de conseguir soldados mercenários que apoiassem a política absolutista de D. Pedro I e também para colonizar as terras do sul;

b) de 1830 a 1845, houve supressão da colonização, porque ainda era viável o trabalho escravo e por causa da Revolução Farroupilha;

c) de 1848 a 1889, o governo passou a incentivar a imigração para substituir a mão de obra escrava pelo trabalho assalariado.

A Província do Rio Grande do Sul acolheu o primeiro grupo de imigrantes alemães em julho de 1824, receberam lotes²⁹ coloniais na antiga Real Fitoria do Linho-cânhamo, depois designada de Colônia São Leopoldo. A utilização do rio dos Sinos como meio de transporte facilitou o escoamento da produção de São Leopoldo para a capital da província, determinando desenvolvimento e maior ocupação do espaço.

Em julho de 1827, foram demarcados lotes nas colônias de São Pedro de Alcântara, para os católicos e no vale do rio Três Forquilhas para os protestantes.

Na década de 1850, Santa Cruz tornou-se outro pólo de colonização alemã, estabelecendo contato com as novas colônias alemãs dos vales dos rios Taquari e Caí. Em 1857 foi estabelecida a colônia de São Lourenço, no sudeste da província, com imigrantes da Pomerânia e Renânia.

Os colonos alemães contribuíram no Rio Grande do Sul para a colonização, o aumento demográfico, do desenvolvimento econômico e mudanças culturais.

Imigração e colonização italiana iniciaram em maio de 1870, quando o presidente da província do Rio Grande do Sul criava as colônias Conde D'Eu e Dona Isabel, localizadas entre o rio Caí e os Campos de Vacaria. A colônia Conde D'Eu formou os municípios de Garibaldi e Carlos Barbosa. A antiga colônia Dona Isabel é hoje o município de Bento Gonçalves.

²⁹ Os lotes coloniais recebidos pelos imigrantes alemães mediam 77 ha.

Estas duas colônias eram cortadas pelo caminho de tropeiros que seguia do Maratá em direção ao rio das Antas para atingirem os campos de Cima da Serra. No ano de 1871, iniciaram a demarcação de 500 lotes em Conde D'Eu.

Em 1873, iniciaram as medições das terras devolutas à margem direita do rio Caí. Foi criada a nova colônia Fundos de Nova Palmira em 1875, no chamado Campo dos Bugres, que teve o nome modificado para Caxias em, março de 1877.

Nesse ano, o governo imperial criou a colônia Silveira Martins nas proximidades de Santa Maria. A partir de 1884 os colonos atravessaram o rio das Antas, fixando-se na nova colônia de Alfredo Chaves, que mais tarde deu origem aos municípios de Veranópolis, Nova Prata e Nova Bassano. Flores (1997, p.88) se expressa assim sobre a colonização dos imigrantes:

Pode-se concluir que a iniciativa oficial precedeu a particular, tanto na imigração quanto na colonização; que a colonização dirigida modificou os sistemas de posse e exploração da terra a partir de 1824, aumentando a densidade demográfica através do aglomerado de minifúndios, em contraposição ao deserto humano na área de exploração da pecuária ou de monocultura comercial; que tanto as linhas como as sedes de colônias atingiram os objetivos de povoarem e explorarem a agricultura no Rio Grande do Sul,

Assim, percebemos a importância da imigração estrangeira no Rio Grande do Sul, onde povoou e fixou o homem á terra, ocupando, verdadeiramente, o espaço e desenvolvendo a economia sob novas bases.

A Guerra Cisplatina

Em vinte e cinco de outubro de 1825, o Congresso Geral Constituinte de Buenos Aires declarou a Banda Oriental do Uruguai³⁰ reintegrada às Províncias Unidas do Prata (Argentina). A assembléia reunida em Florida – Uruguai - pelos insurgentes, transcrita por Carvalho (1998, p.58), proclamou:

... nulos todos los actos de incorporación y juramentos arrancados a los pueblos de la Provincia Oriental [e] quedaba libre e independiente del Rey de Portugal, del Emperador del Brasil y de qualquiera outro poder del universo.

Diante deste fato, o Império brasileiro declarou guerra ao governo de Buenos Aires em dez de dezembro de 1825.

³⁰ Banda Oriental do Uruguai para os platinos e Província Cisplatina para os brasileiros.

Segundo Ferreira (2003):

O Império, neste conflito, objetiva manter a sua configuração, além de possuir um projeto político de não permitir a criação de grandes países no continente e, com a eventual perda da Cisplatina para as Províncias Unidas, esta, obviamente, teria o seu território ampliado.

Soma-se a tal questão a preocupação do controle do estuário do Rio da Prata, acesso muito mais eficaz ao oeste do Rio Grande, Santa Catarina, Paraná e sudoeste do Mato Grosso, do que o terrestre e, caso o Rio da Prata ficasse nas mãos das Províncias Unidas, o Império temia pela sua integridade nas áreas brasileiras citadas acima.

O objetivo de atacar o Brasil era evitar danos, com a guerra, na Banda Oriental, pelas tropas brasileiras que ocupavam Montevideú, Colônia, Maldonado, Santa Teresa e Chuí, num total de quatro mil homens sob o comando do ten-gen. Lecor. Portanto D. Carlos Maria Alvear planejava atacar o Império com o objetivo de evitar a devastação, inerentes da guerra, do território uruguaio.

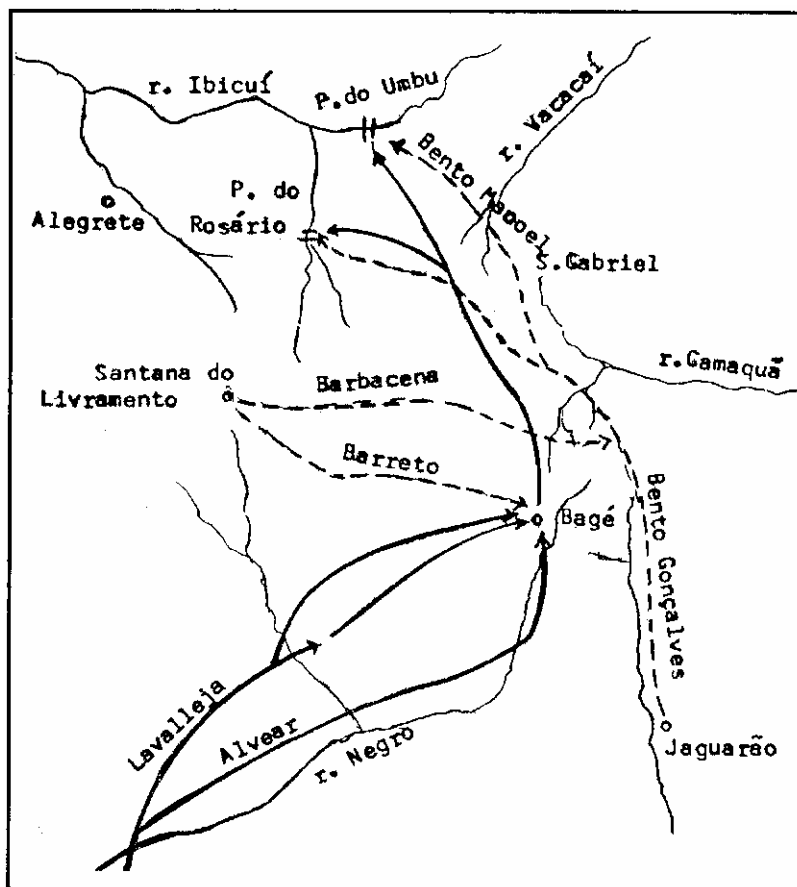
Felisberto Caldeira Brant Pontes, marquês de Barbacena, foi escolhido para comandar o exército no sul, onde ele estava desorganizado e não tinha plano de ação para enfrentar as tropas de Alvear. Vale lembrar que um numeroso contingente, das tropas experientes lusitanas, retornou com D. João VI para Portugal.

No entanto, Ferreira (2003) citando Calógeras (1998) taxa o conflito bélico, pela manutenção da Cisplatina, como uma preocupação dinástica de D. Pedro I e não como anseio dos brasileiros. Em nosso entender, é a continuação do pensamento geopolítico da doutrina do Magnus Brasil.

a. Batalha do Passo do Rosário

A vinte e seis de dezembro de 1826, Alvear marchou de Arroio Grande para Bagé, enviando Juan Lavalleja com três corpos em direção a Santana do Livramento. A coluna de Lavalleja, ao saber que vinha ao seu encontro uma força de oitocentos soldados, rumou para Bagé, invadindo-a e ocupando-a, em vinte e três de janeiro de 1827, depois que a população abandonou a cidade.

Figura 7.1 – Dinâmica da Batalha do Passo do Rosário



Flores, Moacyr. História do Rio Grande do Sul, 1997

As tropas imperiais reuniram-se na serra do Camaquã. Alvear seguiu para São Gabriel ocupando-a a doze de fevereiro de 1827. Neste local começou a perseguição movida pelos brasileiros. O marquês de Barbacena resolveu ocupar o Passo do Rosário, para impedir a passagem do inimigo, surpreendendo-se ao encontrar Alvear nas margens do arroio Ituzaingó, à meia légua do Passo.

No dia vinte de fevereiro de 1827 iniciou a batalha que durou seis horas – Figura 7.1-, terminando com a retirada dos brasileiros, sem que houvesse perseguição por parte do inimigo, que também abandonou o campo de luta.

Ledesma (1939)³¹ refere-se, assim, ao final da Batalha:

La retirada se inicia y la encabeza la Primera División Barreto. La Segunda División Calado sigue el movimiento, llevando la infantería formada en cuadro, con los heridos al centro, cubriéndose con parte de la caballería que le queda, desplegada en tiradores. Al cruzar el campo hace arrastrar la artillería hacia el frente, así como los carros de municiones, caballos y bueyes que encuentra.

La batalla está terminada.

³¹ Documento Eletrônico

El Ejército Imperial se retiró ordenadamente, recuperándose a medida que ganaba distancia, y manteniéndose en condiciones de resistir la persecución, que en realidad no se produjo como era de condición, por corresponder el caso a un imperativo táctico.

Por esta causa, el General Paz la juzgó como "batalla incompleta".

Esta batalha foi o maior confronto militar terrestre realizado em terras brasileiras e se deu a pouco mais de 10 quilômetros da atual cidade de Rosário do Sul.

A batalha do Passo do Rosário, Batalha de Ituzaingó para os platinos, em nada melhorou a situação argentina, pois a vinte e sete de abril de 1827, os argentinos procuravam o Império brasileiro para o realizar o tratado de paz, concomitantemente desocupando o território brasileiro.

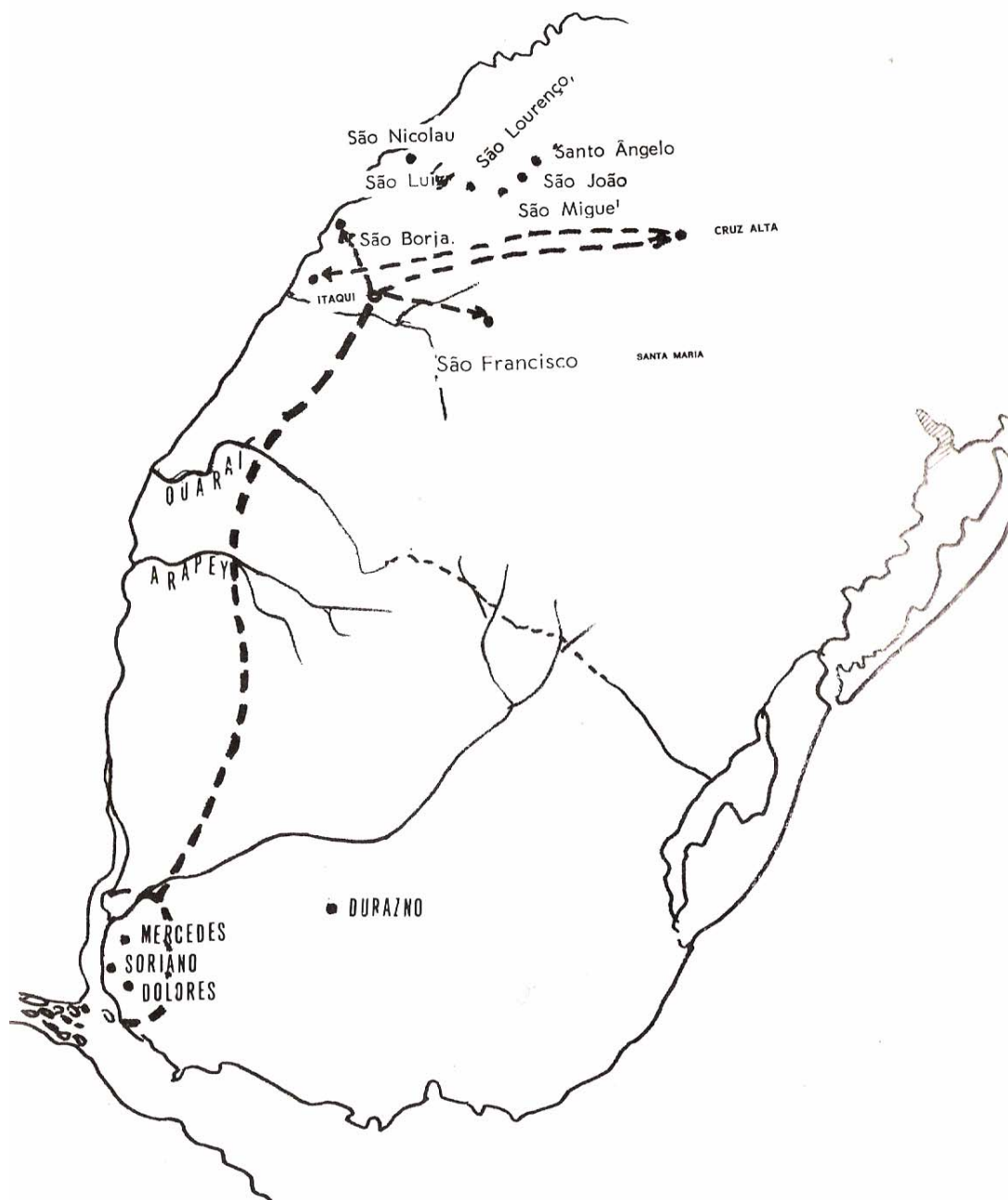
Os platinos nesta época tinham grandes dificuldades. A situação geopolítica mundial, nesse momento, era bastante favorável para o Brasil, pois se encontrava mais perto dos mercados (Europa, América do Norte e África), assim tal situação geográfica permitia ao Brasil interromper ou dificultar o trânsito comercial entre as Províncias Unidas e os principais mercados da época.

b. Invasão de D. Frutuoso Rivera

Contando com o apoio do governo de Buenos Aires, D. Frutuoso Rivera, caudilho uruguaio, reuniu voluntários em vilas, na então Província Cisplatina, para invadir o Rio grande do Sul, Império do Brasil, a fim de apressar o tratado de paz. Rivera atravessou o rio Quaraí em dois de março de 1828, e a partir daí, começou a receber adesões de vários milicianos brasileiros – Figura 7.2.

Frutuoso Rivera dividiu seu exército em três colunas: a comandada por Barnabé Rivera tomou São Borja; a outra, com Felipe Caballero, entrou em São Francisco de Assis e a terceira, sob seu comando, partiu em perseguição do cel. Joaquim Antônio de Alencastre, comandante das Missões, que fugiu para Santa Maria da Boca do Monte.

Figura 7.2 – Dinâmica da invasão de Frutuoso Rivera



Flores, Moacyr. História do Rio Grande do Sul, 1997

Retrocedendo para São Borja, Rivera convocou um congresso dos habitantes das Missões, que contou com a adesão dos estancieiros brasileiros, devido a má administração provincial, que abandonara a região. A facilidade com que o invasor se apossou do território imperial, sem mostrar hostilidade ao missionário, fez com que a população aderisse a causa de Rivera.

Nas reuniões para a Convenção Preliminar da Paz, realizadas em vinte e sete de agosto de 1828, no Rio de Janeiro, os representantes argentinos firmaram um acordo preliminar de paz, ratificado logo pela Convenção reunida em Santa Fé em setembro do mesmo ano.

O Brasil reconhecia a independência do Uruguai, mas exigiu como condição indispensável a retirada de Rivera das Missões, no prazo de dois meses, o que aconteceu. Segundo Flores (1997, p.92) *“Rivera retirou-se a contragosto, mas levou 60 carretas carregadas de pilhagem, tropas de gado e índios guaranis”*.

Segarra (1970, p.26) complementa dizendo:

El compromiso de "desocupar el territorio brasileiro" se ejecutó el 25 de diciembre en la Convención de Irebé-Ambá, por la cual el ejército de Rivera abandonaría las Misiones con las "ganados y familias que le siguen", situándose "sobre la margen izquierda del Quarey... entre el Quarey y el Arapey, siendo el primero la línea divisoria provisional entre ambas fuerzas... hasta la resolución de los gobiernos interesados.

Neste momento, em nosso entender, o Exército Imperial brasileiro estava totalmente desarticulado e sem forças para tirar um caudilho do território nacional, necessitando da diplomacia para retomar o território nacional.

Entre outros assuntos o Tratado de paz estabelecia:

- Renúncia da Argentina e Brasil a possessão da Banda Oriental.
- Retirada dos beligerantes do território em disputa.
- Garantia de ambos países da integridade e independência do novo estado.

Os artigos 11 e 12 da Convenção estabeleciam que o Império do Brasil poderia intervir na República do Uruguai, no espaço de cinco anos, se houvesse perturbação da ordem.

A República Oriental del Uruguay, ficou independente com a assinatura da Convenção de Paz de quatro de outubro de 1828 com os governos das Províncias Unidas e do Brasil. Nota-se que ao final da contenda, em relação a posse territorial uruguaia, existiu a idéia que *“se eu não posso ter, ele também não poderá ter”*.

No entanto, após este tratado, o território uruguaio não tinha limites estabelecidos com o Brasil. Segundo Segarra (1970, p.26):

... no se hacía ninguna referencia directa a los límites que determinarían su territorio. Sin embargo, de la alusión a "la Provincia de Montevideo, llamada

hoy Cisplatina" podría deducirse que se consideraban vigentes los fijados en el Pacto de Incorporación de 1821, que contenía la reserva ya vista de los derechos de 1777.

Apesar do Tratado, o Império brasileiro tinha a intenção de retornar a dominar a, agora, Republica Oriental do Uruguai, e retomar a doutrina geopolítica do Magnus Brasil. Segarra (1970, p.27) nos diz que:

Desde el comienzo de la vida independiente, la preocupación obsesiva de la cancillería oriental seria fijar de una vez el ámbito territorial, procurando la firma de una convención definitiva de paz, en sustitución de la Preliminar, lo que por cierto no estaba en las intenciones de los gobiernos vecinos. Así lo prueba, en cuanto al Brasil, el periplo del marqués de Santo Amaro, que en 1830 intentó sin éxito convencer a las potencias europeas sobre la conveniencia de reincorporar al Imperio la ex Cisplatina;

Mas o Império brasileiro prosseguia a penetração pacífica de povoação para o sul do Rio Quarai, onde uma alta percentagem dos estancieiros era de brasileiros. Assim, nos conflitos, solicitavam proteção as autoridades da província do Rio Grande e, por exemplo, ao fundar-se, em 1831, a vila de Alegrete, se deu no rio Arapey, atual território uruguaio, o limite de sua jurisdição.

Guerra civil dos Farrapos

Não vamos emitir comentários de causas e conseqüências a respeito deste conflito para o Brasil. Mas, a luz dos acontecimentos, temos a tese de que ela foi importante para a fixação de fronteira e de ocupação do espaço, naquele momento histórico, pois com a expansão do conflito e o número de militares envolvidos, pelas duas partes, localizados no Rio grande do Sul, não permitiu que houvesse a intenção platina de qualquer movimento expansionista.

A Revolução Farroupilha foi possível com a adesão e condução da mesma, no lado Republicano, pela participação efetiva de oficiais e Unidades do Exército que guarneciam a então maior guarnição do Brasil: quatro Regimentos de Cavalaria Ligeira, um Batalhão de Infantaria e um Batalhão de Artilharia, afora a Guarda Nacional, cujo comandante era o Coronel de Estado-Maior do Exército Bento Gonçalves da Silva. Além de Bento Gonçalves, os oficiais Bento Manoel, José Mariano de Mattos e João Manoel Lima e Silva comandavam guarnições do Exército Imperial no Rio Grande do Sul.

A República Rio-grandense teve como capitais a vila de Piratini (10/11/1836 a 14/02/1839), Caçapava (14/02/1839 a 23/03/1840) e Alegrete até o término da guerra civil. Este deslocamento de sedes, com área de influência perto da fronteira ou até mesmo nela, conforme a figura 7.3, fez com que não houvesse a intenção de forças estrangeiras em tomá-las, em razão do apronte em armas e do número de homens disponíveis para combate.

Figura 7.3 – Área de influência geográfica das capitais farroupilhas

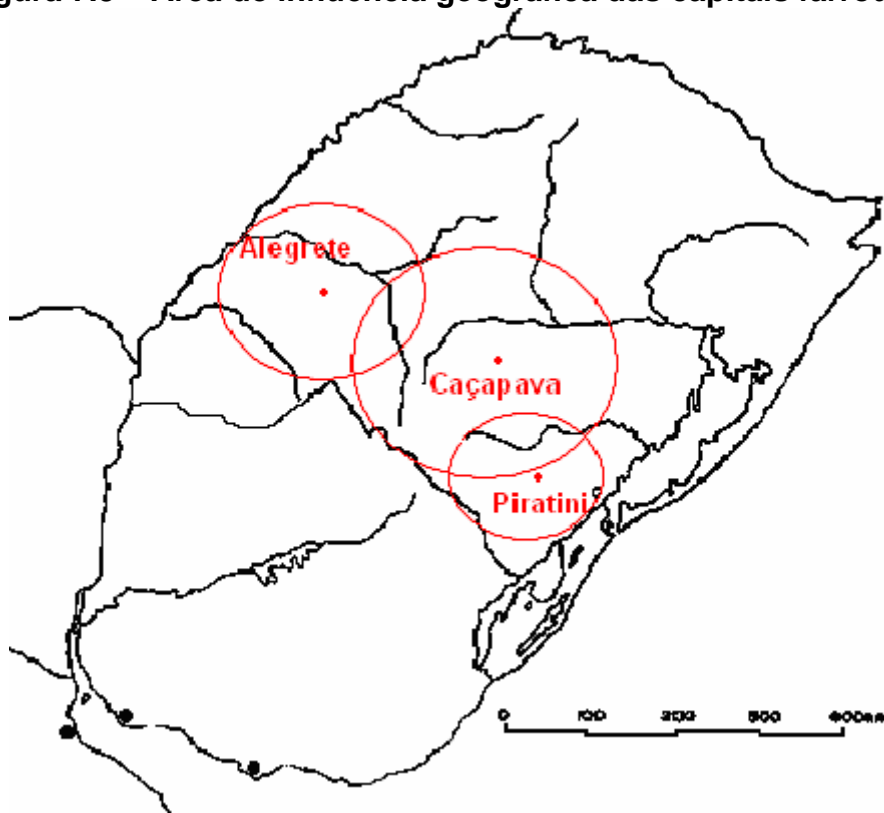


Figura: Jones Muradás

O Imperador D. Pedro II encarregou o Barão de Caxias de pacificar a Província. A nove de novembro de 1842, Caxias assumiu a presidência da província e o comando do exército imperial, iniciando a reorganização do exército e do território. Segundo Flores (1997, p.98):

Caxias ocupou paulatinamente cidades, vilas e povoados com tropas de infantaria, varrendo os espaços rurais com a cavalaria, não dando quartel aos Farrapos. Caxias distribuía rações de carne e contratou costureiras, mesmo mulheres de família farroupilha, para costurarem fardamentos às tropas imperiais. Puniu severamente o saque e o desrespeito às famílias republicanas. Com esta estratégia conquistou a simpatia da população que achou melhor viver sob a fartura do Império, do que com a guerra e a fome da República.

Juan Manoel Rosas, presidente da Argentina, e facções uruguaias ofereceram recursos financeiros e tropas aos republicanos para continuação do conflito, pois pretendiam lutar contra o Império do Brasil. Como resposta o General Davi Canabarro, último comandante do Exército Farrapo, disse: "*Com o sangue do primeiro soldado argentino que atravessar a fronteira assinaremos a Paz com o Império*".

A atração exercida pelo bloco das repúblicas platinas era forte e se tornava ameaçadora. Com esta ameaça estrangeira, o republicano Vicente da Fontoura retornou do Rio de Janeiro com propostas de indenização aos chefes Farrapos e com as condições de paz. Logo assinada, pelos chefes Farroupilhas, em vinte e oito de fevereiro de 1845. Caxias limitou-se a uma proclamação, em primeiro de março, em Jaguarão. Portanto o final do conflito teve um motivo nacional forte, ocorria no momento em que as fronteiras brasileiras poderiam ser ameaçadas por forças estrangeiras. O sentimento de brasilidade foi mais forte naquele momento do que o de República. Mesmo em um momento turbulento da política interna nacional não houve vacilo quanto à soberania do território brasileiro.

O Tratado de Limites de 1851

Para a realização do Tratado de limites não faltou empenho por parte dos uruguaios. Em 1845, Francisco Magarinos, ministro uruguaio ante a corte brasileira, recebeu, como contra-proposta ao Tratado de Limites que solicitava, a exigência que o Império pretendia fixar os limites no Rio Arapey pelo norte, e a Coxilha Grande, desde Aceguá até Castillos Grandes, pelo leste.

Misturavam-se, assim, as partes mais lesivas, para o Uruguai, dos tratados de 1750 e 1819, o que não se pode surpreender, diante de um início de negociações e a postura mendicante em que Magarinos estava autorizado a negociar, oferecendo a cessão "*dos terrenos a que a República tem direito com a realização do Tratado de Santo Ildefonso*" (ou seja, as terras ao norte do rio Quarai e as Missões), contra uma compensação de um milhão de pesos como mínimo, dos quais 200.000 antecipados.

Era óbvio o impasse, a negociação avançou e o Império negociava os limites a partir do Tratado de 1819. Houve propostas e contra-propostas e chagaram

ao entendimento, chegando-se a acordo com os limites fixados basicamente nos referidos no Tratado de 1821.

Figura 7.4 – Limites internacionais adotados no Sul do Brasil em 1851



RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande do Sul – Evolução Municipal – 1809 – 1996, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Comissão de Assuntos Municipais, Porto Alegre, 2001;

Assim o Tratado de 1851, tem, basicamente, o seguinte texto.

Pelo artigo 1º Brasil e Uruguai renunciam aos direitos que emergiam, respectivamente, da convenção de 1819 e da reserva da fronteira de 1777, estampada no tratado de 1821. O artigo 2º postula o princípio do uti possidetis, referindo sua data a posse de fato consagrada no mesmo tratado, cujo enunciado de limites copia; mas sobre essa linha se praticam no artigo 3º as seguintes correções:

1. A meia légua águas acima da desembocadura do arroio Chuí se traçaria uma reta ao sul do forte de São Miguel até as margens do arroio Palmar (hoje Punta Negra), descendo pelo mesmo arroio, o rio São Luis e a margem ocidental da laguna Mirim até o rio Jaguarão.

2. Pela margem direita do Jaguarão se tomaria o afluente mais ao sul até suas nascentes, de onde se tiraria uma reta até o rio Negro, frente a desembocadura do arroio São Luis e seguindo por este.

Neste caso, o Império ganhava terras³² em relação ao Tratado de 1821, ou seja, as nascentes do Rio Negro e do Piraí, ocupada por estancieiros de Bagé.

3. Continuava o limite pela coxilha de Santa Ana e Negra até o arroio da Invernada, pelo qual se tomaria o Rio Quarai até sua desembocadura, pertencendo ao Brasil a ilha ou as ilhas presentes.

4. Para proporcionar ao Brasil portos que facilitassem sua navegação pela laguna Mirim e o rio Jaguarão, que se reconhecia como exclusiva, o Uruguai cedia "*em toda sua soberania*" meia légua de terreno em uma das margens da desembocadura do rio Cebollatí e outra meia légua na do rio Tacuarí, podendo o Governo Imperial mandar fazer nesses terrenos todas as obras e fortificações que julgasse conveniente (art. 4º). Estabelecia-se assim o controle brasileiro sobre toda a zona ao leste da Coxilha Grande, por serem o Jaguarão, o Tacuarí e o Cebollatí suas saídas naturais. Os limites estão mostrados na Figura 7.4.

As notas reversais interpretativas, datadas de três e outra de trinta e um de dezembro de 1851 (pedido de esclarecimentos da republica uruguaia e resposta do chanceler brasileiro), deixaram confuso se o Império poderia utilizar as fortificações com outro fim que la segurança do comércio. Declarou o chanceler que em caso de guerra não poderiam "*servir como um ponto estratégico ofensivo*", "*salvo sempre os casos em que a ofensiva seja parte da defensiva*", nem "*na paz para dificultar a livre navegação dos rios orientais*"; este último se fazia extensivo a ilha ou as ilhas da desembocadura do rio Quarai.

Assim, ficou resolvido o impasse que durava vinte e três anos, onde a Republica Oriental do Uruguai tinha povo, governo e não tinha território demarcado.

³² Posteriormente ao Tratado do Farol, de 1819, o governo da Província do Rio Grande do Sul outorgo numerosas "cartas de sesmaria" que dava direito a terrenos ao sul do Quarai. Correspondiam aos rincões a leste do arroio da Invernada e do Maneco ao Marechal José de Abreu, Barão de Cerro Largo (morto na Batalha do Passo do Rosário) e a outros membros de sua família. O herdeiro era, em 1851, senador do Império, e exerceu pressões para impedir que suas propriedades ficassem sob soberania uruguaia.

A Invasão paraguaia

Sem declaração de guerra ao Brasil, os paraguaios confiscaram o vapor Marquês de Olinda, que viajava de Assunção para Corumbá, em onze de novembro de 1864, levando a bordo o presidente da província de Mato Grosso. Devido a esta e outras ações paraguaias o Império brasileiro declarou guerra ao Paraguai.

A seguir começaram as hostilidades bélicas por parte do Paraguai. Logo chegaram à vila de São Borja as notícias que os paraguaios estavam por invadir o Rio Grande do Sul, com dez mil homens ao comando do ten-CEL. Estigarribia.

Em nove de maio de 1865 os paraguaios invadiram Santo Tomé, na margem argentina do rio Uruguai. Logo a seguir, o CEL. Fernandes Lima adentrou a vila de São Borja com 1.600 soldados, desfilando com a tropa ao longo do rio Uruguai. A presença dessa tropa afugentou os paraguaios.

Nova investida se deu, quando o exército paraguaio, no dia dez de junho de 1865, chegou a Santo Tomé e marchou para o rio Uruguai. Os invasores lançaram canoas na água e atravessaram rapidamente o rio.

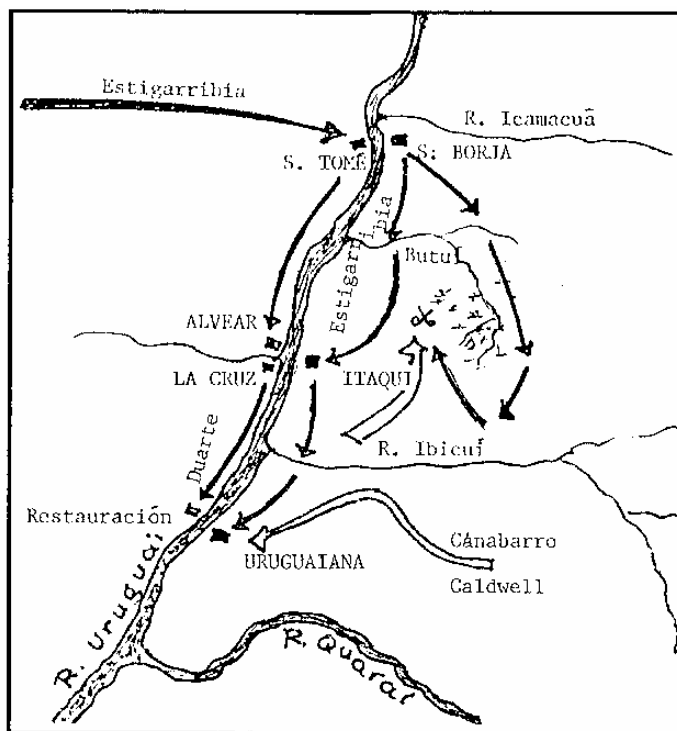
Na margem brasileira, houve uma pequena reação do exército imperial, mas logo recuou, enquanto os paraguaios avançavam para São Borja. Após rápido combate, os paraguaios conquistam a vila, a saquearam, e também, as estâncias vizinhas. Neste mesmo dia, onze de junho de 1865, a esquadra brasileira derrotou a paraguaia em Riachuelo.

Em sete de julho os paraguaios entraram na vila de Itaqui, abandonada por seus habitantes. Depois do saque continuaram a avançar para o sul, rumo a Uruguiana.

Quando o inimigo estava apenas a duas léguas de Uruguiana, David Canabarro deu ordens para destruir as fortificações e abandonar a vila. Os invasores permaneceram em Uruguiana de cinco de agosto a dezoito de setembro, bem alimentados, por encontrarem fartas provisões. Enquanto isto, os soldados brasileiros que sitiavam Uruguiana passavam fome e frio, por falta de comida e roupas de inverno. No entanto os paraguaios estavam sitiados pelas forças da Tríplice Aliança, contando com tropas comandadas por Mitre, presidente da Argentina e por Flores, presidente do Uruguai e as brasileiras, totalizando mais de vinte mil homens. D. Pedro II chegou em Uruguiana a onze de setembro. Finalmente, a dezoito de setembro, D. Pedro II intimou Estigarribia a render-se.

Quatro horas mais tarde, o exército paraguaio de rende. Era o fim da invasão paraguaia no Rio Grande do Sul e o restabelecimento da soberania territorial brasileira no do sul do país, realizado por meio da força militar.

Figura 7.5 - Dinâmica da invasão paraguaia ao Rio Grande do Sul



Flores, Moacyr. História do Rio grande do Sul, 1997

O importante para a análise da constituição territorial do sul do Brasil, no período imperial, foi a perda territorial da Província Cisplatina. O Império brasileiro não teve forças militares suficientes para manter intacto o território conquistado pela coroa portuguesa. No entanto, o Rio Grande do Sul aumentou seu território com pequena faixa de terras recebidas no Tratado de Limites com o Uruguai, de 1851. No período imperial, em relação ao território, pelo menos a diplomacia foi eficiente.

CAPÍTULO VIII

O SUL DO BRASIL E AS QUESTÕES DE LIMITES NA REPÚBLICA

A partir de 1889, o Brasil teve resolvido vários contenciosos de limites. No sul do Brasil aconteceram, basicamente, dois processos: com a Argentina resolvido via arbitragem internacional e com o Uruguai resolvido unilateralmente. Para o Rio Grande do Sul houve pouca alteração. Com o Uruguai dividiu a Lagoa Mirim e o rio Jaguarão e com a Argentina diminuiu a linha de limite internacional e aumentou o limite interestadual com Santa Catarina.

As questões de limites da região de Palmas – Misiones

Neste contencioso Brasil – Argentina estabelece o litígio sobre a região de Palmas – Misiones, nos atuais estados de Santa Catarina e Paraná. A controvérsia, levantada artificialmente pelos argentinos, era uma das dificuldades surgidas ao término da guerra da Tríplice Aliança, da qual a Argentina, depois de modesta participação militar, tirou dividendos políticos e territoriais sobre o derrotado Paraguai.

Ao adotar tal procedimento, desconsideravam a histórica definição dos limites entre as possessões portuguesas e espanholas, herdadas quando se tornaram independentes. Essa definição vinha desde o Tratado de Madri, de 1750, e não fora afetada pelas novas determinações do tratado de Santo Ildefonso.

O conflito iniciou devido a distinta denominação e localização de alguns rios utilizados para fixar o limite. Segundo a República Argentina, esses rios se achavam no extremo oriental do território das missões jesuíticas e eram os que o Brasil denominava Jangada (afluente do Iguaçu) e Chapecó (afluente do Uruguai). Segundo o Brasil, esses rios se achavam no extremo ocidental do território das missões jesuíticas e eram os que a Argentina denominava Santo Antonio (afluente do Iguaçu) e Pepirí Guaçu (afluente do Uruguai). Portanto a área era um quadrilátero formado pelos rios Pepirí-Guaçú, Santo Antonio, Chapecó e Jangada.

Como nenhuma das partes cedia aos interesses da outra, devido a tratar-se de superfície rica e situada em área de produção agropecuária, levou o governo brasileiro a efetivar a instalação das Colônias Militares de Chapecó e Chopim que, embora criadas desde 1859, nunca haviam sido guarnecidas, como um ato de boa vontade de nosso país. O governo argentino reagiu ante as ações brasileiras, criando o território de Misiones, fato que teve lugar em final de 1881. A criação da Gobernación de Misiones que abrangeria, inclusive, o território em litígio, gerou mal estar nas autoridades brasileiras, e provocou novas negociações sobre a questão de limites na fronteira leste.

Como resultado destas negociações, foi estabelecida uma Comissão Mista, organizada por proposta do Brasil em 1885, e o resultado dos trabalhos de campo desta Comissão só fez aumentar a confusão, pois os demarcadores descobriram que o contravertente do rio Chapecó era o rio Jangada e não o rio Chopim, alargando para leste a área de litígio.

A questão da fronteira com a Argentina começou a ser negociada, em 1888, ainda no segundo reinado. Em 7 de setembro de 1889, foi assinado o tratado que foi ratificado em 4 de novembro seguinte. O ministro das relações exteriores, Quintino Bocaiúva, concordou na divisão do território contestado, inspirado num espírito de *fraternidade americana*, assinando o Tratado de Montevideu em 1890, no qual dividiam a zona litigiosa de 31.000 km² em duas partes quase iguais. Outra cláusula do mesmo estabelecia que se em três meses de firmado o Tratado não houvesse sido ratificado por ambos governos (Parlamentos) o acordo ficava sem efeito e deveria submeter-se a questão a um arbítrio internacional. Em seguida, a

República foi proclamada no Brasil, a quinze de novembro do mesmo ano, alterando os desígnios da questão.

Em 1891, o Congresso Nacional aprovou a rejeição ao tratado devido à mobilização e ao repúdio que sofrera no debate público que seguiu a sua publicação.

Assim, Argentina e Brasil concordaram em submeter o litígio à decisão do presidente dos Estados Unidos, Stephen Grover Cleveland. Coube ao Barão do Rio Branco reunir mapas e documentos que provassem os direitos brasileiros.

O laudo arbitral do presidente norte-americano Stephen Grover Cleveland, pronunciado em 5 de fevereiro de 1895, resultou favorável aos interesses brasileiros. De acordo com a solução proposta pelo árbitro, Stephen Grover Cleveland,

... o limite é formado e deve ser estabelecido por e sobre os rios Pepiri (também chamado Pepiry-Guazú) e Santo Antonio, a saber: os rios que o Brasil tem designado em sua alegação e documentos que foram submetidos ao meu exame, como constituindo o limite e pré-citado sistema denominado do Oeste.

Finalmente em 1898, é assinado o tratado de limites, conferindo ao Brasil a posse de parte, do oeste, do que são hoje partes dos Estados de Santa Catarina e Paraná. No Tratado se estabelecia que os limites entre ambos países eram o rio Iguaçu desde sua desembocadura no rio Paraná até a foz do seu afluente, o Santo Antônio, neste até seu nascimento; de ali uma linha reta de 30 km até o nascimento do rio Pepirí Guaçu; logo por este até o rio Uruguai finalmente por este até a desembocadura do rio Quaraí. Com a implementação deste Tratado diminuiu os limites internacionais do Rio Grande do Sul com a Argentina e aumentou os limites interestaduais, mas não alterando em nada sua área territorial.

A resolução favorável deste contencioso impediu que se criasse um estrangulamento territorial, conforme mostramos na figura 8.1 e indicados na seta, que isolaria o Rio Grande do Sul do resto do país e que se constituiria em um sério problema geopolítico para o Brasil, com inevitáveis conseqüências econômicas, políticas e militares futuras.

Figura 8.1 – Configuração da área de litígio Brasil – Argentina - 1889

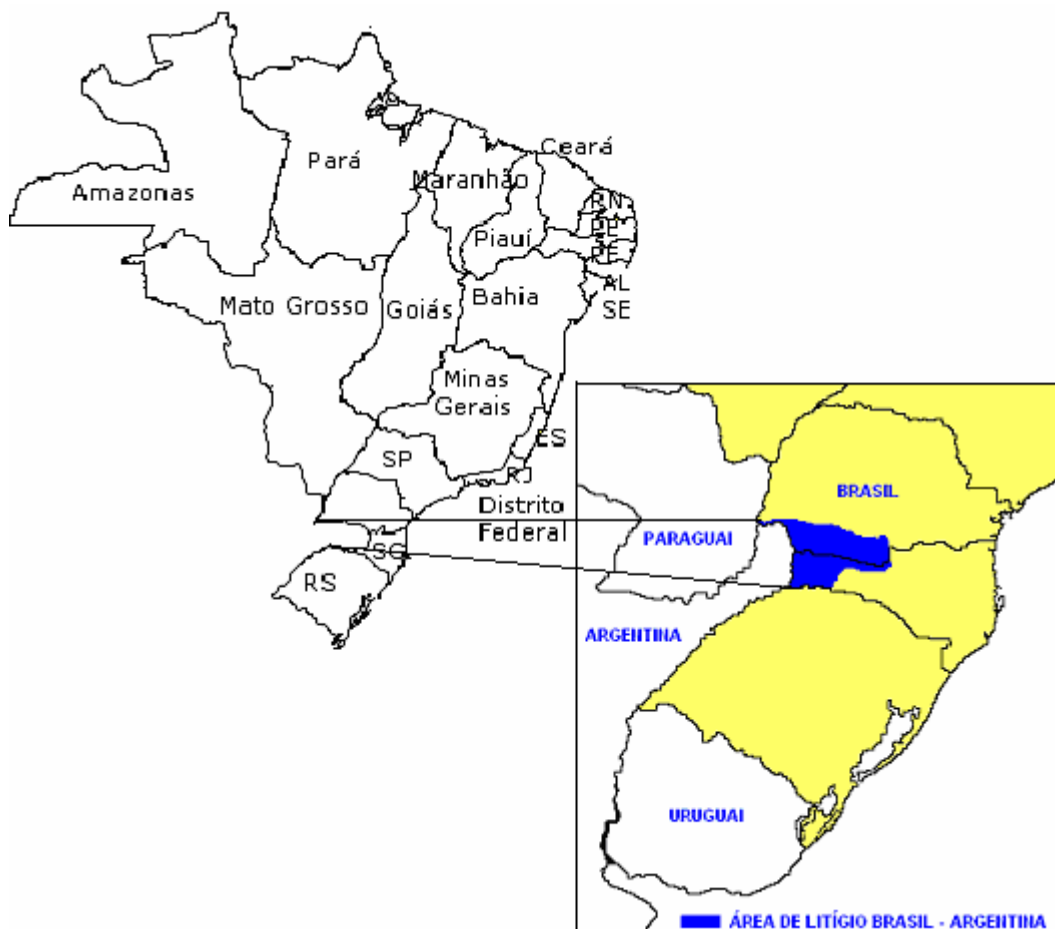


Figura: Jones Muradás

Tratado Brasil – Uruguai - 1909

Em 1906, havia grandes tensões entre Brasil e Argentina. Essas tensões poderiam levar a uma possível guerra entre os dois países. Em decorrência disso, o governo brasileiro se preparou militarmente, adquirindo importantes armamentos.

Na hipótese de um conflito entre Argentina e Brasil, o Uruguai seria vital para o Brasil, porque este possui costas junto ao Rio da Prata e um porto que podia servir de base logística para possível ataque. Portanto o porto de Montevideú permitiria o domínio do rio por um dos contendores.

Nesta época, segundo Segarra³³:

³³ Documento Eletrônico. **BARROS FILHO**, Omar L. de & **BOJUNGA**, Sylvia. Entrevista com Enrique Mena **SEGARRA**;

... ocorreu, na Argentina, uma reunião secreta entre uma junta de notáveis, comandada pelo presidente José Figueroa Alcorta. Essa reunião teve como tema central a política de defesa da Argentina em relação ao Rio da Prata. Foi quando o chanceler Estanislao Zeballos estabeleceu uma doutrina para a soberania argentina. Essa doutrina não tinha nenhum fundamento histórico nem jurídico.

Nesta doutrina, segue Segarra,

... a Argentina afirmou que era dever essencial de sua marinha defender os canais de acesso ao porto de Buenos Aires. Mas não contavam que Acevedo Dias, diplomata uruguaio, conseguisse arditosamente divulgar no Brasil as atas das reuniões de 1906 entre os notáveis de Buenos Aires. O texto revelava segredos e os discursos anti-brasileiros. O governo do Brasil ficou, então, alerta em relação à situação do Rio da Prata e do Uruguai.

Figura 8.2 – Figura dos limites do Rio Grande do Sul em 1909



Mapa modificado: RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande do Sul – Evolução Municipal – 1809 – 1996, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Comissão de Assuntos Municipais, Porto Alegre, 2001;

Em razão desses fatos, em 1909, o Brasil aproveitou-se da situação através do gênio diplomático do Barão do Rio Branco, e ofereceu ao Uruguai uma retificação do Tratado de Limites de 1851. Esse tratado incluía também a retificação da cláusula da Costa Seca, que previa que o Uruguai não tivesse direito sobre as

águas do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim. Em consequência dessas tratativas, foi celebrado um novo acordo - Figura 8.2, que estabeleceu que o Rio Jaguarão seria dividido entre os dois países a partir de sua linha média, incluindo também as águas da Lagoa Mirim, segundo uma linha convencional.

Essa aproximação dos dois países foi importante para o momento político do Prata, uma vez que os argentinos usaram de prepotência e força, e o Brasil aplicou a habilidade no trato com os uruguaios. Sem dúvida foi uma ação geopolítica do governo brasileiro, onde já preparava sua possível atuação militar no cenário do Prata. O Tratado foi assinado no dia trinta de outubro de 1909.

As contestações uruguaias

Em 1909 o Brasil decidiu atender unilateralmente parte das reivindicações uruguaias concedendo o condomínio das águas da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, sobre os quais detinha domínio exclusivo, como já vimos.

A decisão articulada pelo Barão do Rio Branco gerou um amplo debate, revitalizando nos respectivos parlamentos, imprensa e historiografia as antigas animosidades de fronteira. Assim, a partir dos anos 1930 a diplomacia uruguaia vem contestando dois pontos de ocupações brasileiras fronteiriças.

a. A questão da "Ilha Brasileira"

A Ilha Brasileira é uma pequena ilha fluvial localizada na foz do rio Quaraí junto com as águas do rio Uruguai e entre as fronteiras do Brasil, Argentina e Uruguai – Figura 8.3.

Ilha Brasileira foi incorporada ao território do município de Uruguaiana em vinte e um de dezembro de 1887. A Ilha possuiu uma área aproximada de 200 hectares e é considerada ponto estratégico em termos militares. Atualmente faz parte do município de Barra do Quaraí.

Os registros históricos mais remotos de ocupação da área do município de Barra do Quaraí dizem que com a destruição das reduções jesuíticas, o gado veio ocupar livremente estas paragens, constituindo-se no mais importante produto

econômico, com a instalação, no século XIX, da indústria saladeril. No ano de 1814 houve a instalação, na região, de uma Guarda Portuguesa de Fronteira, cujo objetivo era garantir a defesa do território conquistado, apesar das freqüentes investidas espanholas na área.

Figura 8.3 - Figura da localização da Ilha Brasileira

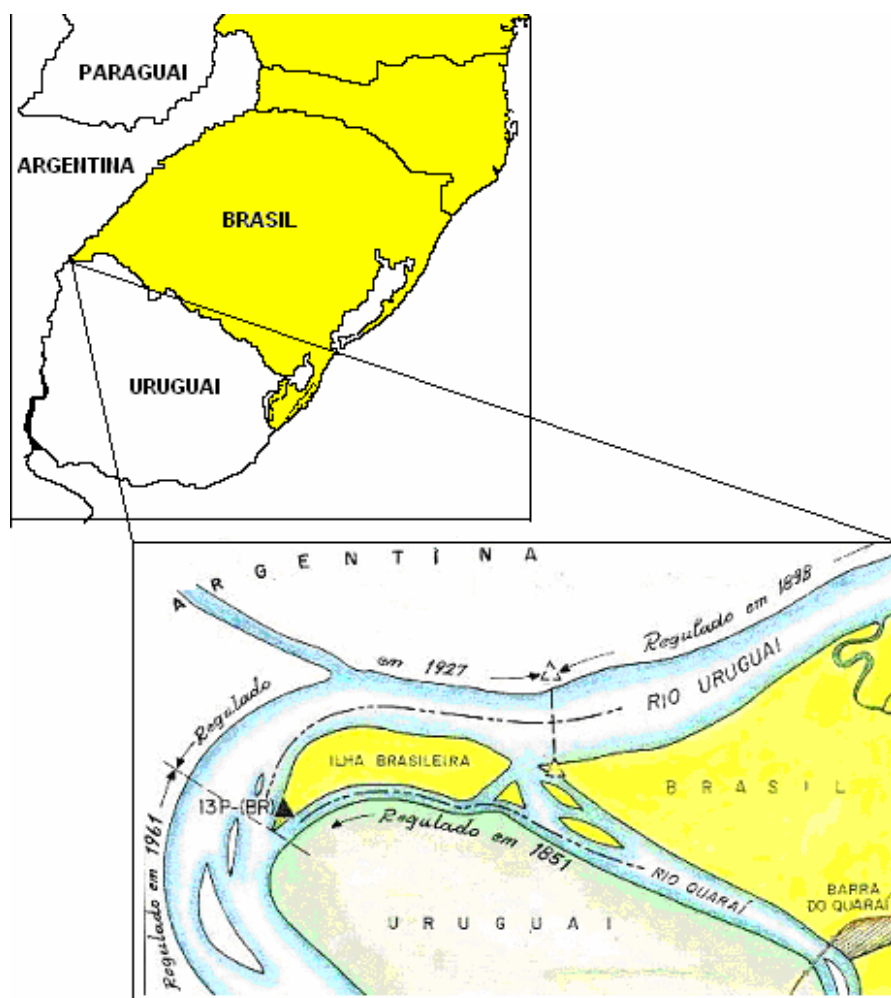


Figura: Jones Muradás e Ministério das Relações Exteriores

Existem dois Marcos de Fronteira na Barra do Quaraí e demonstram a importância do lugar para o Brasil. O primeiro, conhecido como Marco Grande ou Principal (atual P13), foi colocado a SW da Ilha Brasileira, em janeiro de 1862 e corresponde à demarcação de fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Foi feito com mármore, transportado em carretas até o local. O segundo foi construído em 1901, na foz do rio Quaraí, e corresponde à demarcação entre a Argentina e o Brasil, edificado com pedra lavrada.

Como vimos, até a década de 1930, nenhum problema havia nas relações fronteiriças do Brasil com o Uruguai. Já tinha sido acertada a situação da Lagoa Mirim, em 1909, pelo Barão do Rio Branco, que em um ato unilateral do Brasil, abriu mão da soberania exclusiva de suas águas, para trazer o limite para uma linha quebrada no meio desta lagoa.

A partir da referida década (1930), a Ilha Brasileira passou a ser objeto de diversos litígios entre os governos brasileiro e uruguaio e, ainda hoje, considerado território questionado por este. A discussão se deu por conta de pontos de vista e estudos geográficos diferentes, entre os dois países.

Segundo Krukoski (s/d)³⁴:

Foi nessa época que teve início no Uruguai, um movimento liderado por certos geógrafos-historiadores, que imaginaram que o Brasil poderia ser mais condescendente e liberar outras áreas para serem incorporadas ao Uruguai. Este tipo de raciocínio talvez tenha feito parte das dificuldades e das contestações encontradas pelo Barão do Rio Branco no Brasil, quando iniciou as manobras políticas no Parlamento, para a aprovação do Tratado de 1909 da lagoa Mirim. Assim, é da década de 30 o início das contestações do Uruguai referentes ao "Rincão de Artigas", que hoje chamamos caso "Masoller / Vila Albornoz", as quais foram seguidas pelo caso da "Ilha Brasileira", transformando-se em dois falsos "problemas de fronteira" encontrados por alguns uruguaios para tentar dificultar o bom relacionamento dos dois países.

O governo uruguaio, em 1974, baixou um decreto determinando que os mapas oficiais passassem a assinalar como limite contestado a ilha localizada na foz do Quaraí.

Como dito por Krukoski, é um falso problema de fronteiras, pois o tratado de 1851 é claro quando afirma que: *"pertencendo ao Brasil a ilha ou ilhas que se acham na embocadura do dito rio Quaraí no Uruguai."* Portanto, o Uruguai, não há nada a reclamar.

b. A Questão Masoller / Vila Albornoz

O início do questionamento uruguaio se deu em 1934. Encontravam-se os trabalhos na fronteira seguindo seu curso normal. Em 1933, estavam os técnicos realizando, em comissão mista, os trabalhos de manutenção e melhoramento da "Caracterização" na região da coxilha de Santana, quando o Cel. Vila Cere, militar

³⁴ Documento Eletrônico.

uruguaio, resolveu reestudar a localização dos últimos marcos colocados por ocasião da demarcação do Tratado de 1851.

Os trabalhos se realizavam em decorrência do que ficara estabelecido em um novo documento diplomático, a "*Convenção para Melhor Caracterização da Fronteira*" de vinte e sete de dezembro de 1916, que textualmente diz:

... para melhor caracterização, ... nos trechos do Passo Real do Chuy ao passo Geral do S.Miguel, e do marco internacional de Aceguá ao 49 marco pequeno, situado no arroio Invernada, nas vertentes do rio Quarai, ... se proceda reparação dos velhos marcos danificados e a construção de novos marcos intermédios

Krukoski (s/d)³⁵ nos diz mais sobre o fato:

O militar uruguaio "descobriu" que os demarcadores do Tratado teriam se enganado ao escolher o arroio Invernada, assinalado nas cartas e citado no tratado, colocando erradamente o 49º marco. O arroio Invernada seria, para ele, um arroio que os brasileiros chamam Moirões, um braço do arroio dos Trilhos (entre os marcos Intercalados 46º e 47º). O arroio escolhido pelos demarcadores teria sido o arroio Maneco.

Esta "descoberta" foi encampada por um geógrafo uruguaio (Elzear S. Giuffra), que realizou uma série de conferências levantando o problema. Estranhava, o ilustre geógrafo, que a linha de fronteira, seguindo um alinhamento geral de sudeste para noroeste, infletia bruscamente para o sul.

Nesta época também ocorriam, divergências entre autoridades civis e militares do Uruguai, sobre a preponderância e chefia, na condução dos trabalhos demarcatórios, no âmbito da Comissão Mista, fato que aumentou a relevância do assunto nesse país.

O assunto da má colocação do último marco da linha seca foi levado oficialmente ao governo brasileiro pelo Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Jose Arteaga, através de uma Nota de dez de agosto de 1934, na qual pede que seja feita "*una determinación científica del curso de agua que en el artículo 3 del Tratado ... se denominó por Arroyo de la Invernada*".

O governo brasileiro respondeu, por Nota de vinte e seis de outubro de 1934, que os trabalhos que se estavam realizando eram para tornar mais minuciosa e visível a linha divisória, ou seja, trabalhos de caracterização, não sendo cabível qualquer interpretação ou tentativa de retificação da linha já fixada por Tratado, pois já terminara a fase de demarcação. Mesmo porque, decorridos 78 anos da entrada em vigor do Tratado, jamais havia surgido dúvida sobre a interpretação do artigo citado.

³⁵ Documento Eletrônico.

Desde então seguiram-se, esporadicamente, outras notas uruguaias insistindo sempre na "*determinación científica*".

O governo uruguaio, em 1974, baixou um decreto determinando que os mapas oficiais passassem a assinalar como limites contestados a área compreendida entre os marcos intermédio 941 (localizado entre os marcos 46-I e 47-I) e o último marco da coxilha de Santana, em Masoller, marco 49-I.

Tanto nesse caso, como o da Ilha Brasileira, o que está posto é o ato de cartografar o desejo de ocupação, e a educação desse desejo nos cidadãos, de maneira que o território representado apareça como natural, pelos quais sacrifícios devem ser feitos. Por isso, o primeiro passo da definição das fronteiras em litígio de um Estado nacional é o da projeção do território que se reivindica, ações que a diplomacia uruguaia está fazendo.

Em 1985, nova nota uruguaia, reclamando da construção da vila Albornoz, foi respondida em 1986, seguindo basicamente as mesmas argumentações uruguaias e as mesmas contestações brasileiras.

Couto e Silva (2003, p.292) refere-se à posição geopolítica do Brasil em relação as atuais e futuras contestações de fronteiras por parte dos países vizinhos:

Do ponto de vista de possíveis antagonismos que sempre poderão surgir entre estados do continente, estimulados pela própria dinâmica de tensões naturais ou motivos de outra ordem, certo é que o Brasil, de qualquer deles, nunca se deverá alhear, intervindo para preveni-los, limitá-los ou abrandá-los, senão fazê-los cessar, dentro do objetivo fundamental de assegurar a paz, reforçar a unidade continental e manter o status quo. Somos uma nação territorialmente realizada, satisfeita com o patrimônio que detemos à custa de antigos conflitos a que não nos pudemos furtar, e de uma atuação diplomática perseverante e clarividente; e, pois, não haverá por onde partilharmos ou sequer transigir com qualquer espírito de revisionismo das fronteiras.

Portanto, no período republicano, os tratados internacionais entre Brasil e Argentina / Uruguai, pertinentes à área de estudo, incluíram uma determinação geopolítica e influíram no aumento do território do sul do Brasil.

No contencioso Brasil – Argentina sobre a região de Palmas – Misiones, nos atuais estados de Santa Catarina e Paraná, recebeu laudo arbitral positivo do presidente norte-americano Stephen Grover Cleveland. Vitória da argumentação da diplomacia brasileira.

Nesta contenda, houve razões econômicas determinantes na fixação de objetivos geopolíticos que, posteriormente, influíram no aumento do território dos atuais estados de Santa Catarina e Paraná.

Da mesma forma, com objetivos geopolíticos, o Brasil ofereceu, unilateralmente, ao Uruguai a retificação do Tratado de Limites de 1851. Para o Rio Grande do Sul houve pouca alteração no território, pois dividiu com o Uruguai a Lagoa Mirim e o rio Jaguarão. As contestações uruguaias posteriores a fixação dos limites são descabidas e não serão levadas em consideração pela diplomacia brasileira.

Com a implementação destes Tratados diminuíram os limites internacionais do Rio Grande do Sul com a Argentina e aumentaram os limites interestaduais com Santa Catarina, mas não alterando em nada sua área territorial. No caso brasileiro houve um aumento de cerca de 31.000 km² ao seu território. Em relação ao Tratado com o Uruguai a perda territorial foi, basicamente, de águas, ou seja, do direito exclusivo de navegação e exploração de pequenas ilhas dentro desta lagoa.

Figura 8.4 – A formação territorial do Rio Grande do Sul



Cartum: Uberti, E o Bento levou... Mercado Aberto, 1985

Não havendo nenhum evento ou acontecimento importante, posterior a 1909, que tenha tentado, aumentar ou subtrair, o território nacional do sul do Brasil, o Rio Grande do Sul conclui sua formação territorial – Figura 8.4, tendo as ações geopolíticas como sua propulsora.

CONCLUSÃO

Procuramos no decorrer deste trabalho mostrar as formas em que ocorreram a ocupação e posse do que é hoje o Estado do Rio Grande do Sul e o sul do Brasil, levantando os acontecimentos, fatos, ações em ordem cronológica e identificando os atores e cenários que fizeram parte do ato. Na mesma forma, a análise das ações e acontecimentos vão explicar e justificar a ocupação e posse como atos geopolíticos ou não.

Para isso, começamos dissertando sobre o contexto europeu do século XV, tempo em que começaram as alterações das características da forma de governo dos Estados refletindo-se na ascensão da burguesia. Neste cenário político as coroas da Península Ibérica foram as primeiras a estabelecer-se de fato, organizando o estado em bases nacionais. Todas as transformações experimentadas no final do século XV levaram-se a estruturar uma nova ordem socioeconômica, denominada capitalismo. Em sua primeira fase – a acumulação primitiva. Assim, dentro dessa ordem, desponta o mercantilismo onde o Estado busca o seu desenvolvimento comercial e financeiro.

Com a queda de Constantinopla em 1453, conquistada pelos turcos otomanos, o comércio diminuiu consideravelmente em razão dos custos de pedágios implementados pelos controladores das rotas, necessitando a burguesia europeia urgentemente uma rota alternativa que pudesse suprir, de forma contínua, as mercadorias necessárias a um custo muito menor. Portugal, sentido estes problemas e as ameaças expansionistas da Espanha, somente tinha a saída geopolítica para o mar, e assim o fez, transformando uma ameaça em oportunidade na busca do

espaço e do desenvolvimento econômico. Foi dentro deste cenário sócio-econômico político, portanto, que começou a expansão marítima e comercial ibérica.

Assim, os portugueses iniciaram um projeto geopolítico de busca de terras e riquezas além mar. Afora lideranças comprometidas com os objetivos nacionais, como D. Henrique, Portugal tinha uma situação geográfica invejável na costa atlântica, entre o Mediterrâneo e o Mar do Norte, que lhe conferiu vantagens estratégicas adicionais. A viabilização geopolítica portuguesa foi o primeiro grande Objetivo Nacional. D. Henrique, neste momento, foi o precursor da doutrina geopolítica expansionista portuguesa.

Os objetivos das navegações eram a busca de conquistas comerciais e não de terras. Os descobrimentos foram consequência. Com os descobrimentos os interesses portugueses e espanhóis coincidiam na política do *mare clausum* ou *mar fechado*, defendido pelas duas nações, contra os demais países com capacidade naval. A doutrina do *mare clausum* tinha como objetivo principal proteger as rotas comerciais da concorrência dos outros países e seria a viabilização geopolítica da conquista e posse futura dos territórios descobertos. Para isso, a Coroa portuguesa obteve respaldo legal a suas pretensões sancionadas através da bula de Nicolau V *Romanus Pontifex*, que na prática colocava todas as terras descobertas na África em mãos de Portugal.

Na linha da política do *mare clausum*, surge o tratado de Alcaçovas-Toledo de 1480, em que Portugal aceitando a partilha das terras do Atlântico pelo paralelo das Canárias, afasta a concorrência da Espanha na África e protege a chamada rota do Cabo. Neste momento histórico já se manifestava a aptidão diplomática portuguesa, preservando os locais onde já conhecia, como a costa da África. A descoberta da América por Colombo causou mal-estar em Portugal, pois segundo D. João II, a Espanha não havia cumprido o tratado de Alcaçovas-Toledo. Mediante as latitudes fornecidas pelo navegador, os cosmógrafos portugueses argumentaram que a descoberta efetivamente se encontrava em terras portuguesas.

Em 1493, os Reis Católicos procuraram o papa Alexandre VI, para que mediasse e colocasse fim a controvérsia que se tinha gerado e conseguem obter uma série de Bulas papais de Demarcação que lhes asseguravam o direito de propriedade sobre as terras recém descobertas e numa delas, a Bula *Inter cetera*, atribuía, entre outras coisas, a Espanha o domínio exclusivo de todas as ilhas e terras firmes, já descobertas ou que viessem a sê-lo, situadas a ocidente de uma

linha imaginária traçada de pólo a pólo que passasse 100 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde e dos Açores o que foi rechaçado pelos portugueses, já que neste momento sabiam da existência de terras além dos limites que lhes eram atribuídos.

A pressão do rei português João II obteve sucesso e em sete de junho de 1494 se assinou o Tratado de Tordesilhas que estabelecia a demarcação de um meridiano de trezentas e setenta léguas a partir do arquipélago dos Açores. A fronteira demarcada em Tordesilhas foi meramente enunciada, figurando em um texto que serviria de fonte de valor diplomático, mas que não seria levada em conta pelas impossibilidades técnicas da época.

Nos anos que se seguiram Portugal prosseguiu no seu projeto de alcançar a Índia, o que foi finalmente alcançado pela frota de Vasco da Gama, em 1498, abrindo uma rota direta entre a Europa e o Oriente através da circunavegação do continente africano. A segunda expedição rumo à Índia, sob o comando de Pedro Álvares Cabral, parte de Lisboa, a nove de março de 1500, com objetivos de natureza geopolítica, diplomática, comercial, militar e religiosa. No entanto *acha* o Brasil em 22 de abril de 1500. O Tratado de Tordesilhas deu uma característica especial à terra encontrada, achada em 1500, pois já em 1494 possuía uma linha de demarcação de seus limites.

Esta fase finaliza com a partilha luso-espanhola das terras encontradas a partir do final do século XV. Assim, a luz do Tratado de Tordesilhas, o formal *achamento* das terras que posteriormente foi chamado Brasil tinha o Sul deste, motivo deste trabalho, como terras espanholas. Desta forma, o Rio grande do Sul e o sul do Brasil, como terras coloniais, nasceram espanholas.

Após o achamento do Brasil houve as expedições exploratórias e de reconhecimento. As viagens visavam principalmente a verificar as possibilidades de explorar economicamente o território descoberto dentro das concepções econômicas da época, ou seja, do mercantilismo e do metalismo. Neste momento o Rio Grande do Sul e o sul do Brasil foram sendo envolvidos, cercados por expedições diversas, porém, não foram explorados economicamente pois não tinham atrativos que dessem retorno financeiro de acordo com a lógica econômica reinante na época.

Nesta época, porém, a cartografia veio refletir o extraordinário desenvolvimento dos conhecimentos geográficos e antropológicos. Logo após 1500 os europeus mapearam, com impressionante detalhamento, toda a costa atlântica

sul-americana. Com base nessas informações as decisões geopolíticas eram tomadas, os mapas eram armas no processo de dominação territorial. Os mapas também eram instrumento de contra-informação geográfica e diplomática – uma falsificação geopolítica. No caso das representações cartográficas do Brasil, os mapas portugueses demonstram uma costa do nordeste lançada muito para o leste e próxima a costa da África. As terras do entorno do Estuário do Prata estão cartografadas como uma protuberância que penetra no Atlântico, a leste, insinuando como terras de Portugal de acordo com o Tratado de Tordesilhas.

Apesar da existência da política do *Mare Clausum*, os países não ibéricos não se descuidavam de ter o conhecimento e o uso da cartografia no estado da arte. As coroas ibéricas utilizavam o *Mare Clausum* como ações dentro do seu projeto geopolítico de controle do mar.

Diante de tanta movimentação estratégica nos reinos europeus é formalizada a Doutrina do Magnus Brasil - Ilha Brasil de Jaime Cortesão - que era o projeto geopolítico de Portugal de estabelecer os limites do território brasileiro através de limites naturais. Os mapas portugueses do início do século XVI, colocam dentro dos territórios lusitanos, demarcados pela linha de Tordesilhas, tanto à foz do Amazonas quanto à do Prata, denotando claramente o interesse estratégico de Portugal sobre estas duas regiões. A união das duas grandes bacias mostrava o desejo dos portugueses que o meridiano de Tordesilhas fosse também uma fronteira natural. A denominação Magnus Brasil se dá em função de os portugueses passarem a divulgar que o Brasil era uma espécie de território insular com uma unidade territorial (ou uma grande ilha), situado dentro das águas dos rios Amazonas e do Prata. Alardeava-se que ambos os rios procediam de uma mesma nascente: um lago localizado no interior do continente, cartografado como lago de Xarayes. Esta doutrina colocou a prova o Tratado de Tordesilhas com suas diretrizes de ocupação para o sul (no Prata) e oeste na América do Sul e tem validade até hoje. Desta forma a expansão territorial brasileira se desenhou com base na doutrina geopolítica do Magnus Brasil.

O atual sul do Brasil foi lentamente conhecido, mas no final de 1580, em razão da unificação das coroas ibéricas o Rio Grande do Sul e o Brasil eram território espanhol de fato.

No Período da União das Coroas Ibéricas, tempo em que Portugal ficou submetido à Espanha, entre 1580 e 1640, em razão da crise sucessória da monarquia portuguesa, a América do Sul pertenceu exclusivamente à Espanha. Com a unificação dos reinos Espanha-Portugal, não houve motivos geopolíticos externos para a conquista e exploração do território sul-americano uma vez que este espaço era praticamente de dominação espanhola. A União das Coroas facilitou o avanço para o sul e oeste porque então não havia mais o meridiano de Tordesilhas a resguardar, apenas um monarca reinava nos dois territórios. Este motivo foi um dos fatores que levou a exploração do centro-sul do continente em busca da escravização de índios.

Os espanhóis, no centro-sul da América não tiveram condições de dominar rapidamente o território indígena pela força devido a pouca quantidade de homens e armas, obtendo revezes seguidos. A região sul por sua vez não contribuía com retorno econômico como o Peru e Bolívia - ouro e prata, por exemplo. A região do Prata não tinha nenhum ciclo econômico em andamento e na mesma forma não tinha um projeto geopolítico, por isso não obteve a atenção necessária da Espanha, demorando assim a consolidar a ocupação do território. No entanto, este território recebeu serviços religiosos. Esses serviços se alastraram em forma de missões, inclusive para o atual Brasil, em Guairá e no Tape. Assim, percebe-se a fraqueza espanhola no domínio do território, refletindo na precária segurança da população responsável por sua colonização.

No início do século XVII surgiu um negócio rendoso para os habitantes de São Paulo: a caça e a venda de índios escravizados. São Paulo tornou-se uma área especializada no apresamento dos índios para vendê-los como escravos nas zonas açucareiras. A atividade era realizada por meio de expedições organizadas por particulares, conhecidas como *Bandeiras*. A principal fonte de abastecimento dessas expedições passou a ser as missões (ou reduções) jesuíticas do Guairá e depois no Tape. Após a derrota da bandeira de Pedroso de Barros na Batalha de Mbororé, em março de 1641, os jesuítas retiraram os índios para a margem ocidental do rio Uruguai. A partir desta data, o território estava desocupado, desterritorializado. Portanto, os bandeirantes não estavam conquistando terras ou alargando fronteiras porque neste momento toda a América do Sul era espanhola. Estavam em busca de índios para escravizar. Com a preia ou a migração dos índios e dos jesuítas a

desocupação foi quase que completa transformando no que convencionou-se dizer que o sul do Brasil era *terra de ninguém*. Com esta desocupação do território formou-se um vazio geopolítico no sul do atual Brasil. Se as bandeiras não ocuparam, elas tiveram o mérito de explorar e descobrir o território e dar condições de Portugal pós-restauração, com base no conhecimento, a pretensão na posse da terra, de acordo com a teoria geopolítica do Magnus Brasil.

Fato importante neste evento foi que os jesuítas transferiram o gado das Missões para o sul do rio Jacuí, livrando-o da pilhagem das Bandeiras. Nessa região, os rebanhos espalharam-se e reproduziram-se livremente nas pastagens naturais dando origem à Vacaria del Mar. Este gado será o responsável pela viabilização econômica do Rio Grande do Sul. Assim se lançou o fundamento econômico básico de apropriação da terra sul-brasileira: a preia do gado xucro.

Em relação ao território, não houve avanço das fronteiras neste período, porque não houve ocupação do sul do Brasil, continuando no eixo São Paulo / São Vicente, ou seja, aproximadamente no Trópico de Capricórnio, conforme a cartografia da época.

A fase da União das Coroas Ibéricas termina com uma constatação: a Espanha não tinha projeto geopolítico, ou era insipiente, para o Prata. Portugal iria retomar o projeto do Magnus Brasil. Com o final da União das Coroas Ibéricas finaliza sem reconhecimento de quem pertença o atual território do Rio Grande do Sul e o sul do Brasil. Com a restauração da coroa portuguesa estava começando um novo ciclo nas relações de poder na América do Sul e o Rio Grande do Sul e o sul do Brasil, ainda não ocupado, são *terras de ninguém*.

A restauração da Coroa portuguesa se deu após um crescente sentimento de autonomia e foi consumada com a revolta de 1640, na qual uma conspiração da nobreza aclamou o duque de Bragança como Rei de Portugal, com o título de D. João IV (1640-1656), dando início à Dinastia de Bragança.

A história diplomática da América iniciou-se com assinado, em 1494, pela Espanha e Portugal. Mas, Após a restauração da coroa portuguesa em 1640, o Tratado de Tordesilhas estava totalmente desgastado, por não ter havido uma demarcação de limites e a invasão e posse pelos súditos de ambas coroas.

A Espanha pós-restauração de Portugal continuava com seus conflitos em varias frentes. Assim não tinha muita disponibilidade financeira para investir no

controle e manutenção do espaço sul-americano, demorando a colonização espanhola em deter os índios em seu território. O Estado espanhol não conseguia se apossar e colonizar o território, ficando com os jesuítas a função de ocupação e colonização através da catequese. Isto demonstrou a fraqueza militar espanhola em ocupar e manter o território. Também o fechamento comercial do porto de Buenos Aires pelas autoridades espanholas impediu o crescimento econômico e político da cidade e seu entorno nesse período, sendo um dos fatores que levaram a demora na efetiva conquista territorial da margem sul do estuário do Prata. Por sua vez, em Portugal, sempre houve o projeto geopolítico para suas terras na América do Sul – o Magnus Brasil. A Doutrina geopolítica fez expandir as fronteiras, principalmente no centro da América do Sul, devido à fraqueza da ocupação espanhola. Após a Restauração da monarquia, a diplomacia lusitana colocou em prática ou permitiu os atos de posse dos súditos portugueses na América do Sul. Portugal procurou estender o máximo sua soberania sobre o território meridional, empurrando as fronteiras e buscando preencher o vácuo que separava os estabelecimentos portugueses ao sul de São Vicente das fundações espanholas em Buenos Aires.

O Papa Inocêncio XI, pela bula *Romani Pontificis*, de 1676, instituiu o bispado do Rio de Janeiro, estendendo até o Rio da Prata sua jurisdição. Fato que reconhecia a área como território português e tornava-se necessário marcar presença naquele vazio territorial. Com esses argumentos Portugal estende seus domínios até a foz do Prata e ordena a fundação da Colônia do Sacramento, limite do bispado do Rio de Janeiro, para sustentar e afirmar seus direitos sobre o território. O acontecimento se dá em janeiro de 1680, destinada a múltiplas funções, entre elas assegurar um limite "natural" estável para o Brasil, afirmando os direitos portugueses no extremo sul. A fundação de Colônia do Sacramento foi um acontecimento importantíssimo e de intensa ressonância geopolítica. Estas funções foram vista como ameaça pela coroa espanhola, que faria tudo para neutralizá-la ou destruí-la. O principal motivo foi transformar-se em florescente centro de comércio de contrabando. Sua fundação representava uma ameaça ao monopólio espanhol na região platina.

Em razão da instalação da Colônia do Sacramento e contra atacando as ações portuguesas no Prata, e ainda, procurando interromper este avanço em direção ao litoral Sul, são estabelecidas missões jesuíticas no Tape, a partir de 1682, a segunda fase das reduções jesuíticas, chamado posteriormente Território dos Sete

Povos das Missões, foram estabelecidos a retaguarda de Colônia de Sacramento em uma tentativa de bloquear suas comunicações por terra. Os jesuítas, alinhados com o Estado espanhol, desempenhavam, por intermédio das missões, uma função estratégica na defesa de fronteiras para as colônias espanholas na América, impedindo o avanço português. Em constante vigília militar, se constituíra no dispositivo mais temível e eficiente armado contra a expansão luso-brasileira. Se não fosse os jesuítas da Companhia de Jesus e seus índios, o Brasil teria se estendido territorialmente até o Prata, confirmando a doutrina do *Magnus Brasil*.

Devido à hostilidade espanhola, a manutenção da Colônia tornou-se muito dispendiosa e o custo para conservá-la passou a ser um peso para Portugal. No entanto, a Coroa portuguesa estava decidida a não abrir mão dessa extensão de suas terras no sul da América. Para os portugueses o Rio da Prata era a fronteira natural entre os territórios de Portugal e de Espanha no Novo Mundo, dentro do conceito de "*limites naturais*" adotado na Idade Moderna e a Doutrina do *Magnus Brasil*. Nenhum ponto das fronteiras do Brasil mereceu mais cuidados da Metrópole que esse posto avançado do extremo sul.

A necessidade de manter a qualquer preço a posição alcançada no Estuário do Prata, impôs a integração do Brasil em suas divisas naturais e em sua economia. A partir do povoado de Laguna, estabelecia-se a tentativa de povoações nos espaços vazios, ou na *terra de ninguém*, que iam de Laguna ao Prata, como forma de garantir a posse da ainda inabitada área. O vazio de poder luso-hispânico no Tape e na Vacaria del Mar, abriu espaço para o crescimento do contrabando pelos tropeiros e gaúchos. O contrabando foi endossado tacitamente pela Coroa portuguesa e se fundamentava nas ações geopolíticas realizadas na região: ocupação e defesa do território e apoio logístico a Colônia do Sacramento.

Neste momento o habitat do Pampa passou a abrigar um novo tipo social, que, sem pátria e sem lar, era formado por desertores, fugitivos, vagabundos, criminosos, tanto portugueses como espanhóis, negros e índios, todos marginalizados, de uma forma ou de outra, pela sociedade latifundiária pecuarista em formação. Viviam sem fazer nada, de forma nômade, alimentando-se do que a Vacaria do Mar dava. Evoluindo de *Mozos Perdidos*, *Changadores*, *Gaudério*, e por último *Gaúcho*, era um termo regionalizado usado no domínio espanhol colindante com o português do Rio Grande. Este domínio formava o atual território uruguaio, o território das Missões e o sul - sudeste do Rio Grande do Sul e das atuais províncias

argentinas de Corrientes e Misiones. O gaúcho não tinha chefes e nem leis convencionadas, porém dispensava o mais sério respeito aos que lhe acolhiam e às suas propriedades. A incorporação do gaúcho aos exércitos que lutaram pela fixação de limites, tanto ao lado de Portugal quanto de Espanha, e depois brasileiros e platinos, trocou a repulsa anterior em simpatia, o estigma em estima. Assim, foram grandes instrumentos a serviço da Geopolítica de Portugal e depois do Brasil que os tinha como aliados e eram combatidos pelos espanhóis. Com o trabalho fixo, o Gaúcho sedentarizou-se. O Gaúcho, que também era conhecido por peão, além de trabalhar para o Patrão, protegia a Estância dos ladrões de gado e de terras. Com o passar do tempo muitos dos Estancieiros possuía um verdadeiro exército de gaúchos, para se proteger dos inimigos e das invasões espanholas. A utilização do gaúcho no exército e nas estâncias como miliciano foi um fator geopolítico importante para a fixação de fronteira e ocupação do território.

Em consequência do empreendimento de contrabando, o sul do Brasil foi, em larga medida, desenhado, e até mesmo descoberto, durante o século XVIII, pelos Tropeiros que fizeram integrar o distante Sul ao Brasil, abrindo e percorrendo os diversos Caminhos. O Tropeirismo foi da maior importância para a economia e a fixação do homem no interior do Brasil. Ao contrário das incursões dos bandeirantes que preava índios e buscava ouro, sem quaisquer intenção de ocupação territorial, o tropeirismo, além de ampliar espaços, ocupavam terras. Reconhecemos que o tropeirismo foi um fator geopolítico relevante para a expansão territorial do Brasil meridional, alargando suas fronteiras em território disputado com a Espanha. Assim, o tropeiro teve relação direta com o povoamento brasileiro, contribuiu para a consolidação de fronteiras e mudou a história das relações comerciais no país.

Do mesmo modo, as concessões de sesmarias e o estabelecimento das estâncias que se estabeleceram no século XVIII foi uma forte ação geopolítica da Coroa Portuguesa para efetivar a posse das terras, consolidando a ocupação do território. Há uma estreita relação entre os estancieiros proprietário de sesmarias e a consolidação da fronteira do sul do Brasil. Assim, a política era estabelecer estâncias para consolidar a ocupação territorial e a fixação de fronteira.

A ocupação militar do litoral do atual Rio Grande do Sul, com a implantação de um sistema defensivo para o litoral, em 1737, também tinha fins geopolíticos. Dava retaguarda à Colônia do Sacramento com a consequente cobertura estratégico-militar, como também, de não permitir uma invasão estrangeira

do território. Com isso Rio Grande era um posto militar avançado e garantia o comércio do gado e contrabando do Prata. O Rio Grande do Sul aparece no cenário brasileiro, neste momento, como a representação das estâncias e dos acampamentos militares e provedor de gado para consumo no centro do país.

O Tratado de Madri, de 1750, orientado por Alexandre de Gusmão, que pela primeira vez adotou limites territoriais fixados, entre as coroas ibéricas na América do Sul. Utilizou acidentes geográficos naturais como limites e o reconhecimento do princípio do direito privado romano do *uti possidetis, ita possideatis* (quem possui de fato, deve possuir de direito), em que cada parte ficaria com o território que estivesse ocupando. Alexandre de Gusmão iludiu os espanhóis mostrando o Mapa das Cortes nas negociações, onde o território brasileiro está bastante deformado e ampliado. Os espanhóis não tinham informações cartográficas do território em disputa, fator decisivo no resultado positivo do acordo para Portugal, em detrimento dos direitos espanhóis. A sua concretização foi, sem dúvida, o fator mais importante que permitiu o crescimento territorial brasileiro para o sul e oeste. Portugal cedeu à Espanha a Colônia de Sacramento e reconheceu-lhe a posse das Filipinas, em troca da formalização da soberania lusa sobre os Sete Povos das Missões e as margens orientais dos rios Paraná, Paraguai, Guaporé e Madeira. Com Gusmão concretizava-se, territorialmente, o que havia nascido como doutrina geopolítica. O *Magnus Brasil* agora era, de fato, transformado, pelo uso da força, das idéias e da diplomacia, em um único corpo. O *uti possidetis* foi a operacionalização da doutrina do *Magnus Brasil*. Insistimos em dizer, que nos duzentos e cinquenta anos de Brasil, a Doutrina do *Magnus Brasil* foi um projeto geopolítico português, levado as últimas conseqüências, que realmente deu forma a territorialidade brasileira.

O teor do Tratado de Madrid é importante para a história do Brasil, do Rio Grande do Sul e para nosso trabalho pois, na prática, estabeleceu os primeiros limites para o atual Rio Grande do Sul e o sul do Brasil, com a Espanha. O sul do Brasil foi espanhol do achamento até 1640. A partir desta data, o Rio Grande do Sul atual foi sendo gradualmente conquistado pelos portugueses

Com o grande problema de falta de elemento humano para ocupar os territórios do sul do Brasil, formalmente demarcados pelo Tratado de Madrid, a migração açoriana foi fundamental para implementar a conquista do espaço rio-

grandense. No momento pós-Tratado esta movimentação demográfica foi de suma importância, pois, por não terem sido fixados, nas Missões, acabaram se estabelecendo em vilas na bacia do rio Jacuí e no litoral do atual Rio Grande do Sul formando um cordão defensivo, que jamais foi ultrapassado pelos espanhóis. A imigração e a fixação do elemento açoriano foi relevante para o estabelecimento ou fixação dos limites sul do Brasil e foi, sem dúvida, um ato geopolítico da Coroa portuguesa. Desta forma, com a ocupação do território com os imigrantes açoriano a Coroa portuguesa se apossou do território e marcou presença na fronteira sul do Brasil.

Também, como consequência do Tratado de Madrid, houve a Guerra Guaranítica. Esta guerra se deu porque os índios missioneiros, insuflados pelos jesuítas, se negaram a desocupar suas terras para Portugal. Assim, os índios missioneiros armaram-se e repeliram com violência a comissão demarcatória, formada por militares portugueses e espanhóis. Em consequência, conforme ordens emanadas de Lisboa e Madri, preparou-se uma ação militar combinada luso-espanhola, para terminar com a insurreição. O resultado desta ação bélica desarticulou as Missões Jesuíticas, resultado que foi de extrema importância para a futura incorporação desta região ao Brasil, em 1801. Vale lembrar, que os índios e jesuítas das missões sempre estiveram em lado contrário as pretensões portuguesas, sempre defendendo os interesses espanhóis. Em todas os combates e nas invasões, de Colônia do Sacramento, da tentativa portuguesa de se estabelecer em Montevideu, da invasão espanhola ao Rio Grande do Sul, além das patrulhas ao Tape, para não haver transito dos tropeiros luso-brasileiros neste território, houve a ação indígena. Portanto, se não houvesse a atuação combinada jesuítica e indígena ao lado espanhol, e contra os portugueses, muito provavelmente, o limite sul brasileiro seria no Prata, consolidando a doutrina geopolítica do Magnus Brasil.

Pelo tratado de El Pardo, firmado em doze de fevereiro de 1761, o governo português, por iniciativa do Marquês de Pombal, tornou nulas todas as disposições e feitos decorrentes do Tratado de Madrid, que se referiam aos limites do sul do Brasil. Assim, na prática, não havia determinação de limites entre as Colônias Ibéricas.

Ainda em 1761, Portugal e Espanha foram obrigados a participar, em campos opostos, da Guerra dos Sete Anos. A Espanha e a França declararam guerra a Portugal e o invadiram. Este defendeu-se com dificuldade na Europa mas

no rio da Prata a Colônia do Sacramento foi conquistada pelos espanhóis, assim como a capitania do Rio Grande do Sul, esta invadida pela primeira vez. Neste período, a reação a esta invasão passou a ser executada com guerra de guerrilha. Com a assinatura do Tratado de Paris, em 1763, tudo regressou ao estado anterior à guerra, tendo a Colônia regressado mais uma vez à posse de Portugal, mas mantendo-se a ocupação de fato de grande parte da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, cuja retomada só foi conseguida em abril de 1776.

Em 1773 ocorreu a segunda invasão espanhola do Rio Grande do Sul. As guerrilhas portuguesas estabelecidas nas Serras dos Tapes e do Herval, continuavam a cumprir a estratégia de guerra de guerrilha. As fronteiras de Portugal com Espanha recuaram por 13 anos, período em que os espanhóis chegaram a controlar 2/3 do Rio Grande do Sul. Os portugueses ficaram confinados na faixa litorânea entre São José do Norte e Viamão e ao norte do rio Jacuí até Rio Pardo.

A reconquista do Rio Grande por Portugal foi seguida pela conquista pela Espanha da Ilha de Santa Catarina e da Colônia do Sacramento, respectivamente em fevereiro e em maio de 1777. Quando a Espanha encaminhava a conquista do Rio Grande do Sul, ocorreu a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso. Portanto, o Tratado de Santo Ildefonso foi o fato relevante de não haver uma grande invasão espanhola no Rio Grande do Sul e a conseqüente manutenção do seu território, pelo menos nos termos deste acordo. O Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, impôs a Coroa Portuguesa duras condições. Neste tratado, Portugal trocou a Ilha de Santa Catarina, pelos Sete Povos das Missões, a ilha de Fernando Pó, no Golfo da Guiné e a Colônia do Sacramento. Ainda, por este Tratado, a Espanha ficou com a metade do atual Estado do Rio Grande do Sul. O Tratado de Santo Ildefonso foi considerado lesivo a Portugal. O que esse tratado determinava era nada menos que o retorno ao território português pós-restauração. O plano geopolítico do Magnus Brasil, pela primeira vez, tinha retrocedido territorialmente.

O povoamento inicial da Capitania de São Pedro teve bases geopolíticas e pode ser dividido em duas etapas: Antes do Tratado de Santo Ildefonso, como núcleos de defesa. As povoações foram instaladas em pontos estratégicos, formando um cordão de defesa da capitania do Rio Grande de São Pedro, para impedir a expansão dos espanhóis. E, Pós Tratado de Santo Ildefonso, como núcleos de expansão. Estas povoações nasceram no entorno dos acampamentos militares, e tiveram a função de *marcar presença* e garantir a posse do território, pois

o povoamento deste era a argumentação nas disputas diplomáticas futuras, ou seja, o *uti possidetis*. Outro fator importante neste período foi à consolidação das distribuições de sesmarias, iniciadas em 1732, e o estabelecimento das estâncias criadoras de gado, consideradas sentinelas das fronteiras não demarcadas. Com o início da atividade charqueadora, em 1780, a ocupação dos espaços de fronteira se consolidam e ao mesmo tempo se espraiam em direção ao sul, inclusive nos Campos Neutrais, a revelia da Coroa espanhola. Os sesmeiros e estancieiros, portanto, foram atores de grande importância geopolítica na ocupação do território e o alargamento das fronteiras, chegando em 1810, nas margens do rio Quaraí.

A conquista das Missões foi o acontecimento de maior envergadura para a posse territorial deste período. Com a guerra deflagrada na Europa as forças portuguesas alocadas no Rio grande do Sul se colocaram em ataque. As apropriações territoriais portuguesas ocorreram devido à desarticulação espanhola no território das Missões e dos poucos recursos militares de que dispunha para fazer frente a sua defesa, perante a fraquinha força portuguesa, pois neste momento a força espanhola não contou com a colaboração do elemento indígena sofrendo um revés que praticamente decidiu a formação territorial do atual do Rio Grande do Sul e do sul do Brasil.

Em 1801 foi assinado o Tratado de Badajoz, em relação as terras na América do Sul, não invalidou o disposto no Tratado de Santo Ildefonso, ou seja não estipulou o *status quo ante bellum*, nem revalidou os limites de 1777. Assim, pelo Tratado de Badajoz, não foi determinada a restituição aos espanhóis do território dos Sete Povos das Missões e as outras áreas conquistadas.

Com a chegada de D. João ao Brasil deu mais agilidade nas decisões de ocupação e defesa dos interesses lusos, principalmente no sul do Brasil. A chegada e permanência da monarquia portuguesa trouxe todo um aparato de Estado, fator importante para o reforço de uma unidade territorial.

O cenário do Prata, em 1810, convulsionado por insurgências e contra-insurgências, teria levado D. João a enviar uma expedição ao Prata. Para manter no comando, no Prata, o governador indicado pela Espanha, D. João determina que o Exército Português lhe socorresse a autoridade. Com esse fim, D. Diogo de Sousa penetrou no território oriental, em julho de 1811. Havendo desentendimento entre as lideranças platinas e existindo grandes possibilidades de invasão do Rio Grande do

Sul pelos gaudilhos platinos o Exército entra em cena. A conseqüência deste evento foi a incorporação de fato, pela força das armas, do distrito de Entre-Rios, no atual Rio Grande do Sul. Acontecimento importante, pois estava conquistada a parte que faltava ao atual território do Rio Grande do Sul. A região missioneira, a contar daí, voltou a sofrer a pilhagem dos chefes de clãs políticos e dos guerreiros profissionais, que a luta pela independência vinha modelando nas cidades e nos campos da Banda Oriental. Os reflexos do conflito na Capitania do Rio Grande foram grandes. O adversário invadiu três vezes, em pontos diferentes, o nosso território, obrigando-nos a grandes esforços de defesa e manutenção territorial. A nossa superioridade tática e numérica esmagou a caudilhagem uruguaia.

Diante de uma ameaça potencial, Portugal, através de D. João, levou as fronteiras do Reino do Brasil, até o Prata. No entanto, se não houvesse a formação e a atuação do Exército Português, no sul do Brasil, os caudilhos uruguaiois teriam conquistado as terras do sul do Brasil. O Exército luso-brasileiro não combateu um país, combateu uma milícia de bandoleiros armados que promoviam a desordem no Pampa e nas Missões em nome de uma causa expansionista.

Em todo este período, de aproximadamente 16 anos, entre a chegada da família real ao Brasil até a nossa independência de Portugal, esta área de fronteiras não teve paz, continuava uma *fronteira viva*. As ações militares luso-brasileiras de defesa ao seu território, em conta-ataque, levaram os limites do Reino até o Prata, estabelecendo o sonho lusitano do Magnus Brasil. Portanto, neste período, vimos que razões de cunho econômico, ou seja, a exploração da pecuária, foram determinantes na fixação de objetivos geopolíticos que influíram na determinação e organização do espaço do sul do Brasil. Da mesma forma as ações militares simétricas e assimétricas desenvolvidas no Pampa do Rio Grande do Sul e Uruguai foram ações de defesa ao caudilhismo e consistiram, também, em expansão territorial, sendo utilizadas pelos luso-brasileiros como tática e estratégias de ocupação territorial.

A ocupação da Banda Oriental, como fora estritamente militar, deixou de ser feito o mais importante, ou seja, ações de influencia da língua, da cultura e dos costumes luso-brasileiros. A ausência desses fatores foram determinante no posterior levante de independência uruguaio. Assim, diante dessas ações militares do Reino, o Rio Grande do Sul tomava praticamente as suas formas territoriais e

recebia a companhia de outra Província, a Cisplatina, de domínio luso-brasileiro, ao sul, lindeira ao Prata. O Magnus Brasil estava completo.

Após a Independência do Brasil, D. Pedro transformou-se em denominador comum a todas as correntes políticas, que reconheciam seu direito de governar. No entanto o rompimento com os liberais, devido a dissolver a Assembléia constituinte e outorgando uma constituição, afetou as relações com o exército, formado por oficiais desta corrente política. Sem confiança no Exército, D. Pedro I organizou uma força militar de mercenários. Este foi um dos fatores que levou a desmobilização do exército brasileiro e a perda, quase imediata, da Província Cisplatina, onde não teve forças militares suficientes para se impor. Após, em tratado, o Brasil reconhecia a independência do Uruguai, mas exigiu como condição indispensável a retirada do caudilho Rivera das Missões, a qual tinha invadido, o que aconteceu. Assim, foi necessário o uso da diplomacia para retomar os antigos limites do território nacional.

A imigração estrangeira no Rio Grande do Sul, no período imperial, foi importante, onde povoou e fixou o homem á terra, ocupando, verdadeiramente, o espaço. Desta forma os imigrantes foram empregados como instrumento geopolítico pelo Império Brasileiro na exploração e ocupação do território;

A Guerra civil dos Farrapos, em um momento turbulento das relações platinas, foi fundamental para a fixação de fronteira e de ocupação do espaço, pois com a expansão do conflito e o número de militares envolvidos pelas duas partes, localizados no Rio grande do Sul, não permitiu que houvesse a intenção platina de qualquer movimento expansionista.

No Tratado de Limites de 1851, entre Brasil e Uruguai, o Império brasileiro ganhava terras em relação ao Tratado de 1821 que estabeleceu a Província Cisplatina, ou seja, as nascentes do Rio Negro e do Piraí, ocupada por estancieiros de Bagé, utilizando o artifício do *uti possidetis*.

A invasão paraguaia ao Rio Grande do Sul foi uma ação militar que tinha o objetivo de expansão territorial por parte deste país. Neste caso, houve a defesa do território e expulsão do inimigo do território rio-grandense. Em outras frentes da guerra houve o contra ataque e vitória brasileira. No período imperial, em relação ao território, pelo menos a diplomacia foi eficiente.

Para finalizar, no período republicano, a partir de 1889, o Brasil teve resolvido vários contenciosos de limites. No sul do Brasil aconteceram, basicamente, dois processos:

No contencioso Brasil – Argentina sobre a região de Palmas – Misiones, nos atuais estados de Santa Catarina e Paraná, recebeu laudo arbitral positivo do presidente norte-americano Stephen Grover Cleveland. Nesta contenda houve razões econômicas determinantes na fixação de objetivos geopolíticos que, posteriormente, influíram no aumento do território dos atuais estados de Santa Catarina e Paraná.

Da mesma forma, com objetivos geopolíticos o Brasil ofereceu, unilateralmente, ao Uruguai a retificação do Tratado de Limites de 1851. Para o Rio Grande do Sul houve pouca alteração no território, pois dividiu com o Uruguai a Lagoa Mirim e o rio Jaguarão.

Não havendo nenhum evento ou acontecimento importante, posterior a 1909, que tenha tentado, aumentar ou subtrair, o território nacional do sul do Brasil, o Rio Grande do Sul concluiu sua formação territorial, tendo as ações geopolíticas como sua propulsora.

Finalizando, podemos consolidar as ações deste trabalho dizendo que a conquista do espaço do sul do Brasil, diante dos espanhóis, foram utilizadas estratégias geopolíticas, nomeadamente a doutrina do Magnus Brasil. Assim, este projeto geopolítico foi o instrumento balizador para a conquista do espaço e na efetiva construção do território brasileiro. Sem sombra de dúvidas, as ações geopolíticas foram o instrumento ordenador da formação do espaço do sul do Brasil.

Os tratados internacionais entre Portugal e Espanha, pertinentes à área de estudo, como de Tordesilhas, Provisional, Paris, Utrech, Madrid, El Pardo, Santo Ildefonso e Badajoz incluíam uma determinação geopolítica portuguesa e influíram determinantemente na atual organização do território. A diplomacia portuguesa sempre esteve a frente da espanhola no que tratava de possuir informações referentes às disputas colocadas na mesa de negociação.

Os bandeirantes foram os únicos atores que não tiveram uma ação geopolítica no cenário do sul do Brasil, mas tiveram o mérito de despovoar, desocupar o espaço para futuras incursões de conquista dos portugueses.

O tropeiro, fazendo seu trabalho de condução de tropas e mercadorias, foi um fator de alargamento de fronteiras e, em seguida, de ocupação territorial com o surgimento de povoações nos locais de pouso. Assim, reconhecemos que o troperismo foi um fator geopolítico relevante para a expansão territorial do Brasil meridional, em território disputado com a Espanha. Assim, o tropeiro teve relação direta com o povoamento brasileiro e contribuiu para a consolidação de fronteiras.

As concessões de sesmarias e o estabelecimento das estâncias que se estabeleceram no século XVIII foram uma ação geopolítica da Coroa Portuguesa para também efetivar a posse das terras, consolidando a ocupação do território. Há uma estreita relação entre os estancieiros proprietário de sesmarias e a consolidação da fronteira do sul do Brasil. Assim, a política de estabelecer estâncias para consolidar a ocupação territorial e a fixação de fronteira foi um instrumento geopolítico utilizado por Portugal.

A imigração e a fixação do elemento açoriano, e depois alemão e italiano, foi relevante para o estabelecimento ou fixação dos limites sul do Brasil e foi, sem dúvida, um ato geopolítico da Coroa portuguesa. Desta forma, com a ocupação do território com os imigrantes a Coroa portuguesa se apossou do território e marcou presença na fronteira sul do Brasil.

O contrabando realizado pelos gaúchos, infligindo perdas ao erário espanhol, e, posteriormente, sua utilização no exército luso-brasileiro e nas estâncias como miliciano foi um fator geopolítico importante para a fixação de fronteira e ocupação do território.

No entanto, dentro dos atores que atuaram no cenário sul-brasileiro, os jesuítas de língua espanhola foram um fator importuno ao projeto geopolítico luso-brasileiro. Se não fosse a forma de atuação deste ator, com certeza, o Brasil teria seus limites fixados no Prata.

Em relação às questões econômicas, no momento que o sul do Brasil se inseriu no sistema capitalista obteve reconhecimento de sua importância. Isto foi

uma das determinantes na fixação dos objetivos geopolíticos de ocupação que influíram na organização do espaço do sul do Brasil. Assim, a partir do interesse econômico do comércio e fornecimento de gado e muares para o centro da colônia mais forte foram às razões para consolidar o projeto geopolítico de ocupação das terras ao sul do Brasil.

Vimos que na conquista do espaço do sul do Brasil ocorreram ações militares simétricas como a tomada do sul do Rio Grande do Sul, em 1801, 1810 e a conquista da Província Cisplatina, sem contar os estabelecimentos de Colônia do Sacramento e Rio Grande que na sua instalação inicial não houve embate bélico. E assimétricas, como o reestabelecimento de territórios do sul, após invasão espanhola, em 1763 e em diante, comandadas por Rafael Pinto bandeira e em 1801 com a tomada das Missões por Borges do Canto. Desta forma as ações militares simétricas e assimétricas foram utilizadas como defesa e/ou expansão territoriais e freqüentemente utilizadas por Portugal como tática e estratégias de defesa e ocupação territorial.

A primeira ação publica de ocupação territorial foi o estabelecimento de Colônia do Sacramento com o apoio dos comerciantes do Rio de Janeiro, para, via contrabando, integrarem um rico comércio no sul do Brasil. A partir destas ações houve a articulação do estado luso com a burguesia que se assenhoreava do comércio de tropas e mercadorias, ocupando o espaço e servido aos objetivos geopolíticos fundamentais à expansão e organização do sul do país.

A distribuição de sesmarias foi um dos fatores principais de ocupação territorial do sul do Brasil, ou o principal, pois a cada pedaço de terra conquistado militarmente ou não era imediatamente ocupado com a distribuição de sesmarias para a instalação de estâncias de criação de gado, motivo do argumento do *uti possidetis*, portanto foi uma estratégia geopolítica na ocupação do espaço.

Encerrando, constatamos que na ocupação do espaço do sul do Brasil foram utilizados fatores e ações eminentemente geopolíticas, tendo como base a Doutrina Geopolítica do Magnus Brasil.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. Capítulos de História Colonial. Rio de Janeiro, Briguiet, 1958;

AIRES-BARROS, L. Das rotas quinhentistas das especiarias e da pedraria às rotas actuais; Dos combustíveis e dos minerais de alta tecnologia. Revista ICALP, vol. 18, Dezembro de 1989, 52-62. Lisboa.

ALBORNOZ, Vera do Prado Lima. Fronteira Gaúcha: Santana do Livramento. Caderno de História nº 36, Memorial do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. S/D;

ALEXANDRE DE GUSMÃO, Coleção Grandes Personagens de nossa História, volume 12, Abril Cultural Ltda., São Paulo, 1969.

ALMEIDA, Aluísio de. O Tropeirismo e a Feira de Sorocaba. Editora Luzes Sorocaba, 1968;

ALMEIDA, Aluísio de. Vida e morte do tropeiro. Livraria Martins Editora S.A. São Paulo, 1981;

ALMEIDA, André Ferrand de. Os Jesuítas Matemáticos e os Mapas da América Portuguesa (1720-1748), Revista Oceanos – A Formação Territorial do Brasil, nº 40, Lisboa, out / dez 1999;

ALTAMIRANO, Marcos Antonio, **PRIETO**, Alba Nidia Dellamea de & **SBARDELLA**, Cirilo Ramón, Historia del Chaco, capturado em 15 de maio de 2007 de <http://www.chaco.gov.ar/cultura/chaco/indice.htm>;

ÁLVARES, Obino Lacerda. Estudos de Estratégia, Rio de Janeiro, BIBLIX, 1973,

AMADO, Janaína e **FIGUEIREDO**, Luiz Carlos. Por terras nunca dantes mapeadas, História Viva, Editorial Duetto, São Paulo, 2006;

ANDRADE, Manuel Correia de. Geopolítica do Brasil. Papirus. Campinas, SP, 2001;

ARTEAGA, Juan José. Lãs Consecuencias Del Tratado de Madrid en la desarticulación de la frontera demográfica de la Banda Oriental 1750 – 1761, Ministerio de Educación y Cultura – Centro de Difusión del Libro, Montevideo, 1999;

BACKHEUSER, Everardo. Curso de Geopolítica Geral e do Brasil. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1944;

BARRETO (a), Abeillard. A Expedição de Silva Pais e o Rio Grande de São Pedro, História Naval Brasileira, Segundo Volume, Tomo II, Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1979;

BARRETO (b), Abeillard. A opção portuguesa: Restauração do Rio Grande e entrega da Colônia do Sacramento (1774-1777). História Naval Brasileira, Segundo Volume, Tomo II, Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1979;

BARRETO (c), Abeillard. Tentativas espanholas de domínio do sul do Brasil – 1741 – 1774. História Naval Brasileira, Segundo Volume, Tomo II, Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1979;

BARROS FILHO, Omar L. de & **BOJUNGA**, Sylvia. Mena Segarra: o diabo saiu da garrafa e não quer mais voltar. Entrevista com Enrique Mena **SEGARRA** capturado de http://www.viapolitica.com.br/entrevista_view.php?id_entrevista=16 em 10/01/2008;

BARROS, José D'Assunção. História, Geografia e Espacialidade, Ágora – Revista de História e Geografia, V.11 – nº2, UNISC, 2005;

BARROS, João de. Décadas da Ásia, Editora Educação Nacional, Porto, 1944;

BENTO, Cláudio M. & **GIORGIS** Luiz Ernani C. Escolas Militares de Rio Pardo 1859-1911. Ed. Gênese, Porto Alegre, 2005;

BENTO, Cláudio Moreira. A Geopolítica de Portugal e depois do Brasil no Prata e suas projeções no Rio Grande Do Sul 1680 - 1908 obtido em 10 de janeiro de 2006 do site <http://www.resenet.com.br/ahimtb/geopol.htm>;

BERGER, Paulo; **WINZ**, Antonio Pimentel & **GUEDES**, Max Justo. Incursões de corsários e piratas na costa do Brasil. História Naval Brasileira, Primeiro Volume, Tomo II, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Ministério da Marinha, Rio de Janeiro, 1975;

BERNARDES, Nilo. Bases Geográficas do Povoamento do Estado do Rio Grande do Sul. Editora Unijuí / AGB, Ijuí, 1997;

BIASI, Susana. Conflictos hispano portugueses en el Plata, 1750-1777, Centro Editor de América Latina, Buenos Aires, 1884;

BLACK, Jeremy. Mapas e História – Construindo imagens do passado, EDUSC, Bauru, 2005;

BOORSTIN, Daniel J. Os Descobridores, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1989;

BOXER, Charles Ralph. O Império Colonial Português, Edições 70, Lisboa, 1977;

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Fronteira Brasil-Uruguaí, capturado em 10/01/2008 do site <http://www2.mre.gov.br/daa/umap3.html> ;

BRASIL. Obras do Barão do Rio-Branco – Questões de Limites – Exposição de Motivos. Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 1947;

BRAZ, Evaldo Muñoz. O gaúcho no passado. Capturado em 10/11/2006 do site <http://www.riogrande.com.br/historia/default1.htm>

BRITO, Cristóvão. Algumas observações sobre o conceito de território. Ágora – Revista de História e Geografia, V.11 – nº2, UNISC, 2005;

BUENO(a), Eduardo. A viagem do Descobrimento, Objetiva, Rio de Janeiro, 1998;

BUENO(b), Eduardo. Naufragos, Traficantes e degredados – As primeiras Expedições ao Brasil, Objetiva, Rio de Janeiro, 1998;

BUENO, Eduardo. Capitães do Brasil – A saga dos primeiros colonizadores, Objetiva, Rio de Janeiro, 1999;

BUENO, Eduardo. De onde vem o gaúcho? Jornal Correio do Povo, Porto Alegre, 13 de setembro de 2003.

CAMINHA, João Carlos Gonçalves. História Marítima. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1980;

CAMPOS, Flavio de & **MIRANDA**, Renan Garcia. Oficina de História – História Integrada, Editora Moderna, São Paulo, 2000;

CANABRAVA, Alice Piffer. O Comércio Português no Rio da Prata – 1580 – 1640. Ed. Itatiaia / Ed. da Universidade de São Paulo, Belo Horizonte/São Paulo, 1984;

CARVALHO, Carlos Delgado de, História Diplomática do Brasil, Senado Federal, Brasília, 1998;

CARVALHO, Virgílio de. Portugal e a estratégia atlântica - Compatibilização das Opções Europeia e Atlântica de Portugal - Revista da Associação dos Oficiais da Reserva Naval - Nº 17 - Março de 2004 – Lisboa, 2004;

CERRI, Luis Fernando. Espaço e Nação na propaganda política do "milagre econômico". Revista de História Regional Vol. 5 - nº 2 – Inverno, Ponta Grossa, 2000, obtido em 10/02/2007 de <http://www.uepg.br/rhr/v5n2/cerri.htm>

CÉSAR, Guilhermino. História do Rio Grande do Sul – Período Colonial. 2ª Ed. - Editora do Brasil SA, São Paulo, 1979;

CÉSAR, Guilhermino. O contrabando no sul do Brasil. UCS / EST. Caxias do Sul, 1978;

CÉSAR, Guilhermino. Ocupação e Diferenciação do Espaço in Dacanal José H. & Gonzaga. Sergius (Org). RS: Economia & Política, Série Documenta, Mercado Aberto, Porto Alegre, 1979;

CÉSAR, Guilhermino. Origens da Economia Gaúcha (o boi e o poder). IEL / Corag, Porto Alegre, 2005;

CHERINI, Giovani (Org.) Município: Teu nome é um sucesso!. Conheça a origem do nome dos Municípios gaúchos. Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001;

CHIRICO, Selva. Massoller: Área contestada in Strohaecker et alli (Org.) Fronteiras e Espaço Global, AGB-Porto Alegre, 1998;

COPSTEIN, RAPHAEL. Rio Grande Justificativa de uma Situação Geográfica (Contribuição à Geografia Histórica). Boletim Gaúcho de Geografia, nº 7, junho de 1979. AGB-SRRGS. Porto Alegre, 1979;

CORREA, Luiz Felipe de Seixas. A repercussão do Tratado de Tordesilhas na formação do Brasil. Revista de Filologia Românica nº 11-12. Servicio de Publicaciones. Universidade Complutense. Madrid, 1994-95;

CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos Velhos Mapas. Tomo 1, Instituto Rio Branco. Rio de Janeiro, 1957;

CORTESÃO, Jaime. O Tratado de Madrid, Tomos I e II, Senado Federal, Brasília, 2001;

CORTESÃO, Jaime. Os fatores democráticos na formação de Portugal, Lisboa, 1969;

COSTA E SILVA, Riograndino da. Notas á Margem da História do Rio Grande do Sul. Ed. Globo, Porto Alegre, 1968;

COSTA, Rogério Haesbaert da. RS – Latifúndio e Identidade Regional, Mercado Aberto, Porto Alegre, 1988;

COSTA, Wanderley Messias da. O Estado e as políticas territoriais do Brasil. Contexto, São Paulo, 2001;

COUTO E SILVA, Golbery do. Geopolítica e Poder, Univercidade, Rio de Janeiro, 2003;

COUTO, Jorge. A Construção do Brasil, Cosmos, Lisboa, 1995;

COUTO, Jorge. O Achamento da Terra de Vera Cruz, Revista de Letras e Culturas Lusófonas do Instituto Camões - Número 8, Lisboa, Janeiro-Março de 2000, capturado do site <http://www.instituto-camoes.pt/revista/achamentvc.htm> em [15/11/2006](http://www.instituto-camoes.pt/revista/achamentvc.htm);

DEFARGES, Philippe Moreau, Introdução à Geopolítica, Gradiva, Lisboa, 2003;

DEL PRIORE, Mary e **VENÂNCIO**, Renato P.. O livro de ouro da História do Brasil. Ediouro, Rio de Janeiro, 2001;

DOMINGUES, Júlio Manuel, Relatos de pesquisas sobre tropeirismo no sudoeste paulista e Vale do Ribeira, Anais do Seminário Paulista de Estudos Tropeiros, UNISO – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2003;

DREYS, Nicolau, Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, Nova Dimensão/EDIPUCRS, Porto Alegre, 1990;

DROULERS, Martine. Brésil, une géohistoire. Presses Universitaires de France, Paris, 2001;

DUROSELLE, Jean-Baptiste; **RENOUVIN**, Pierre. Introdução à História das Relações Internacionais. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1967;

E O BENTO LEVOU... , A Guerra dos farrapos vista por dez cartunistas gaúchos. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1985;

ESPAÑA, Embajada de. Consejería de Educación. 1494–1994 V Centenário Tratado de Tordesillas. Brasília, 1994;

ESPARTEIRO, A. M., CALMON, P. & ALBUQUERQUE, A. L. P. Transmigração da Família Real para o Brasil. História Naval Brasileira, Segundo Volume, Tomo II, Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1979;

FAERMAN, Marcos. O ocaso das fronteiras. Revista Problemas Brasileiros - SESCSP - Nº 328 - São Paulo, jul/ago 1998;

FAUSTO, Boris. História do Brasil, 11ª Ed. Ed. da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003;

FERREIRA FILHO, Arthur. História Geral do Rio Grande do Sul, 5ª ed. Ed. Globo, Porto Alegre, 1978;

FERREIRA, Fábio. Breves considerações acerca da Província Cisplatina: 1821-1828. Revista Tema Livre, Ano II - Edição nº06 - Niterói, Rio de Janeiro, 23 de Agosto de 2003. obtido de www.revistatemalivre.com em 20 de novembro de 2007;

FIGUEIRA, Divalte Garcia. História, Editora Ática, São Paulo, 2003;

FLORES, Moacyr. Colonialismo e Missões Jesuíticas. EST/Instituto de Cultura Hispânica do RS. Porto Alegre, 1983;

FLORES, Moacyr. História do Rio Grande do Sul, Nova Dimensão, Porto Alegre, 1997;

FLORES, Moacyr. Rio Grande do Sul – Guerras e Conflitos, Caderno de História nº 38, Memorial do Rio Grande do Sul / Câmara Rio-grandense do livro. Porto Alegre. S/D;

FONTANA, Riccardo. O Paraíso terrestre de Américo Vespúcio. Ed. Paralelo 15, Brasília, 2001;

FORTES, Amyr Borges. Compêndio de História do Rio Grande do Sul, Ed. Sulina, Porto Alegre, 1960;

FORTES, João Borges. O Brigadeiro José da Silva Paes e a Fundação do Rio Grande, 2ª ed. ERUS, Porto Alegre, 1980;

FOSSAERT, Robert. El mundo en el siglo XXI – Una teoría de los sistemas mundiales. Siglo Veintiuno Editores, México. DF, 1994;

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, 16ª Edição. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1979;

GALDINO, Luiz. Peabiru - Os Incas no Brasil, Editora Estrada Real Ltda, 2002;

GARCIA, Elisa Frühauf. A "conquista" dos Sete Povos das Missões: de "ato heróico" dos luso-brasileiros a campanha negociada com os índios, obtida em 15 de novembro de 2007 do site <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/EFGarcia.pdf>

GÓES, Synésio Sampaio. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. Revista Oceanos – A Formação Territorial do Brasil, nº 40, Lisboa, out / dez 1999;

GOLIN, Tao. A Fronteira. Governo e movimentos espontâneos na fixação de limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina – Volume 1, L&PM ed., Porto Alegre, 2002;

GOMES, Flamarion Freire da Fontoura. Aspectos da Cultura Material e Espacialidade na Estância Velha do Jarau (1828 – 1905). Um estudo de caso em arqueologia histórica rural. Dissertação de Mestrado PUCRS, Porto Alegre, 2001;

GUEDES (a), Max Justus. As primeiras expedições de reconhecimento da costa brasileira, História Naval Brasileira, Primeiro Volume, Tomo I, Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1975;

GUEDES (b), Max Justus. O Descobrimento do Brasil, História Naval Brasileira, Primeiro Volume, Tomo I, Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1975;

GUERREIRO, Inácio. Fronteiras do Brasil Colonial: A cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII. Revista Oceanos – A Formação Territorial do Brasil, nº 40, Lisboa, out / dez 1999;

HAMEISTER, Martha Daisson e **GIL**, Tiago Luís. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII) in **FRAGOSO**, João Luís Ribeiro, **ALMEIDA**, Carla Maria Carvalho de, **SAMPAIO**, Antonio Carlos Jucá de (organizadores). Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007;

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Extremo Oeste. Brasiliense, São Paulo, 1986;

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1978;

ISTO É, O verdadeiro Cabral, São Paulo, 19 de novembro de 1997;

KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. Varia Historia vol.23 no.37. Belo Horizonte Jan./Junho 2007;

KENNEDY, Paul. Ascensão e Queda das Grandes Potências – Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000. Editora Campus. Rio de Janeiro. 1989;

KERN, Arno Alvarez. Missões: Uma Utopia Política. Ed Mercado Aberto, Porto Alegre, 1982;

KERN, Arno Alvarez. Nas fronteiras do Brasil Meridional: Jesuítas, Bandeirantes e Guaranis, Revista Oceanos – A Formação Territorial do Brasil, nº 40, Lisboa, out / dez 1999;

KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. RS: Terra & Poder – História da Questão Agrária, Mercado Aberto, Porto Alegre, 1986;

KRUKOSKI. Wilson R.M. Fronteiras e Limites, obtido em 20 de dezembro de 2007 do site <http://www.info.lncc.br/wrmkkk/artigo.html>;

LAMBERTY, Salvador Ferrando. ABC do Tradicionalismo Gaúcho, Martins Livreiro, Porto Alegre, 1992;

LEDESMA, Orosmán Vázquez. Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Janeiro, com o título: "*Ituzaingó fue una batalla incompleta...*". em 19 de maio de 1939. Obtido em 01/01/2008 de <http://letras-uruguay.espaciolatino.com/ensayo.htm>;

LEITE, Serafim Soares. História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa, 1945;

LESSA, Barbosa. Rio Grande do Sul, Prazer em Conhecê-lo, Ed. Globo, Porto Alegre, 1984;

LIMA, Alcides. História Popular do Rio Grande do Sul. 3.ed. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1983;

LOPEZ, Luiz Roberto. História da América Latina. Série Revisão nº 21, Mercado Aberto. Porto Alegre, 1998;

LOYDI, Ludovico García de, Jornal La Nación, Buenos Aires, 02/07/1967;

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras, Redes in Strohaecker et alli (Org.) Fronteiras e Espaço Global, AGB-Porto Alegre, 1998;

MAGALHÃES, Joaquim Romero. A formação territorial do Brasil. Revista Oceanos, Comissão Nacional para as Comemorações dês Descobrimientos Portugueses. Lisboa. Número 40 – Out/Dez 1999;

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*. Editora da Unesp/Moderna. São Paulo, 1997;

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Quem tem medo da Geopolítica?. EDSP/Hucitec. São Paulo. 1999;

MARX. Karl. O capital, Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1971. v. 2. p. 830-1.

MATOS. J. Semedo de, A Marinha de D. Manuel - O exercício do poder naval e a procura do Domínio do Mar. Revista da Armada Nº 353 - Ano XXXII, Lisboa, Maio 2002;

MATTOS, Carlos de Meira, Brasil – A Geopolítica e as Projeções de Poder, Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1977;

MATTOS, Carlos de Meira, Brasil - Geopolítica e destino, Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1975;

MATTOS, Carlos de Meira, Brasil - Geopolítica e Trópicos, Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1984;

MATTOS, Carlos de Meira, Uma Geopolítica Pan-Amazônica, Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1980;

MAURO, Frédéric. Portugal e o Brasil - A estrutura política e econômica do Império, 1580-1750. In: BETHELL, Leslie (org.) História da América Latina - a América Latina colonial I. v.1. São Paulo: EDUSP - Imprensa Oficial do Estado, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 1997;

METCALF, Alida C. Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Paraíba, 1580-1822. Berkeley: University of California Press, c1992 1992. Obtido em 10/07/2007 de <http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft3s2005k7/>;

MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica e Poder no Brasil, Papirus, Campinas, 1995;

MONTEIRO, Rogério. Um Brasil Diferente. Revista Mares do Sul, N.º 31, Editora Mares do Sul, Florianópolis. abril/maio de 2000;

MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da Formação Territorial do Brasil – O Território Colonial Brasileiro no “longo” Século XVI, Ed. HUCITEC, São Paulo, 2000;

MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e História no Brasil, Anna Blume/Hucitec, São Paulo, 2002;

MOREIRA, Earle Macarthy. A questão platina: uma tentação luso-brasileira. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul nº 135, Porto Alegre, 2000;

MOREIRA, Igor A. G & **COSTA**, Rogério H. da. Espaço & Sociedade no Rio Grande do Sul. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1995;

MOREIRA, Igor. O Espaço Rio-Grandense, Ed. Ática, São Paulo, 2003;

MÖRNER, Magnus. Actividades Políticas y Económicas de los Jesuítas en el Río de la Plata. Buenos Aires: Paidós, 1968;

MURADÁS, Jones. A cultura da cebola no litoral centro do Rio Grande do Sul - análise de suas especificidades como subsídio para o desenvolvimento regional. / Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2002;

MURADÁS, Jones. O Litoral Centro do Rio Grande do Sul, Digitado, Trabalho apresentado na Semana da Geografia – UFRGS, 2000;

OHMAE. Keniche. Continente invisível, ano 16 depois de Gates. HSM Management, ano 5, Nº 25, São Paulo, 2001;

OLIVEIRA, Humberto Nuno de. Breves notas sobre a Geopolítica da Área Portucalense. Boletim da Real Associação de Lisboa nº 47/48, Lisboa, 2004;

OSÓRIO, Helen. Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a Formação do Espaço Platino, Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, PPG em História/UFRGS, 1990;

PEREGALLI, Enrique. Como o Brasil ficou assim? Coleção História Popular, Global Editora, São Paulo, 1982.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul, Mercado Aberto, Porto Alegre, 1984;

POSSAMAI, Paulo César. A fundação da Colônia do Sacramento. Revista de Humanidades. Dossiê Cultura e Sociedade na América Portuguesa Colonial, v.5, n. 12, out./nov.2004 <http://www.seol.com.br/mneme> ;

POSSAMAI, Paulo César. O papel de Colônia do Sacramento na formação do espaço platino: o Tratado Provisional de 1641 e a questão dos limites entre Espanha e Portugal na região platina. Territórios e Fronteiras – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Mato Grosso, Vol. 6 N.1 jan-jun/2005, Cuiabá, 2005;

PRADO, Fabrício Pereira. Colônia do Sacramento - a situação na fronteira platina no século XVIII. Horizontes Antropológicos v.9 n.19, Porto Alegre, jul. 2003;

PRADO, Fabrício Pereira. Colônia do Sacramento – O Extremo sul da América Portuguesa, F. P. Prado, Porto Alegre, 2002;

QUEVEDO, Júlio & **TAMANQUEVIS**, José C. Rio Grande do Sul: aspetos da História. 2.ed. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1990;

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder, Ed. Ática, São Paulo, 1993;

RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. A Diplomacia Marginal – Vinculações Políticas entre o Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904). Ed. UPF, Passo Fundo, 1999;

REICHEL, Heloisa Jochims & **GUTFREIND**, Ieda, Fronteiras e Guerras no Prata, Editora Atual, São Paulo, 1995

REIS, A. Estácio dos. O problema da determinação da longitude no Tratado de Tordesilhas. Revista Mare Liberum, nº 8 - Dezembro 1994, Lisboa, 1994.

RIBEIRO, Darcy . As Américas e as Civilizações, Cia. das Letras, São Paulo, 2007;

RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande do Sul – Evolução Municipal – 1809 – 1996, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Comissão de Assuntos Municipais, Porto Alegre, 2001;

ROCHA, Duarte Nuno G. J. Pinto da. Descobrimento do Brasil - Centro Virtual Camões – Lisboa, capturado em 10 de novembro de 2006 de <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/conhecer/bases-tematicas/navegacoes-portuguesas.html> ;

RODRIGUES, José Honório. História da História do Brasil – 1ª parte Historiografia Colonial, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1979;

ROSS. Jurandyr L. Sanches (Org.). Geografia do Brasil, Edusp, São Paulo, 2001;

RÜCKERT, Aldomar A. A Trajetória da Terra – Ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827-1931, EDIUPF, 1997;

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Fronteiras no Brasil Colonial. Revista Oceanos – A Formação Territorial do Brasil, nº 40, Lisboa, out / dez 1999;

SAINT-HILAIRE, Auguste de, Viagem ao Rio Grande do Sul, Trad. Costa, Adroaldo Mesquita da, Martins Livreiro Editor, 2ª Edição, Porto Alegre, 1997;

SANGUINETTI, Marta Canessa de, El valor del espacio platense en las fronteras de los imperios, em Uruguay, Defensas y comunicaciones en el periodo hispano, Madrid, 1989;

SANTOS, Milton, Espaço e Método, Nobel, São Paulo, 1997;

SÃO LEOPOLDO, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de. Anais da Província de São Pedro. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1982;

SCHALLENBERGER, Erneldo. A integração do Prata no Sistema Colonial – Colonialismo Interno e Missões Jesuíticas do Guairá, Ed Toledo, Toledo – PR, 1997;

SCHAUB, Jean-Frédéric. Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640), Livros Horizonte, Lisboa, 2001;

SEGARRA, Enrique Mena. Frontera y Limites. Colección Nuestra Tierra nº 42. Editorial Nuestra Tierra, Montevideo, 1969;

SERPA, Ary. Portugal – O Cântico do mar. Ed. Saga, São Paulo, 1995;

SERRÃO, Joel & Marques, A. H. de Oliveira (Org), Nova História da Expansão Portuguesa - O Império Luso-Brasileiro 1620-1750, Editorial Estampa, Lisboa, 1991.

SILVA, Dinair Andrade da, Tensões entre Castela e Portugal a propósito dos descobrimentos atlânticos: um estudo das bulas alexandrinas, capturado do site <http://www.ifch.unicamp.br/anphlac/anais/encontro4/ensaiob6.htm> em 10 de novembro de 2006;

SILVA, Elmar Manique da, Ligações Externas da Economia Gaúcha (1736-1890) em Dacanal José H. & Gonzaga. Sergius (Org). RS: Economia & Política, Série Documenta, Mercado Aberto, Porto Alegre, 1979;

SILVA, Riograndino da Costa e. Notas à margem da história do Rio Grande do Sul, Editora Globo, Porto Alegre, 1968;

SILVEIRA, Clóvis Massaúd da. Das descobertas manoelinas a um mundo sem fronteiras: um enfoque geopolítico, capturado em 20 de julho de 2006 do site <http://www.clovis.massaud.nom.br/artigos1b.htm> ;

SOARES, Torquato Brochado de Souza. Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento in História da Expansão Portuguesa no Mundo. Baião, António (Org). Editorial Ática. Lisboa. 1937

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. Editora Brasiliense, São Paulo. 1962;

SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução a Geografia – Geografia e Ideologia, Vozes, Petrópolis, 1976;

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. A ciência geográfica e a construção do Brasil. AGB - Terra Livre nº 15, São Paulo, 2000.

SOUZA, José Antônio Soares de. Ocupação da Banda Oriental, História Naval Brasileira, Segundo Volume, Tomo II, Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1979;

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **CASTRO**, Iná Elias de; **GOMES**, Paulo César da Costa; **CORRÊA**, Roberto Lobato (Org.). Geografia: Conceito e Temas, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1995;

SOUZA, Suzana Bleil de. Os caminhos e os homens do contrabando in Castello, Iara Regina e outros (Org). Práticas de Integração nas fronteiras – Temas para o Mercosul. Editora da Universidade – UFRGS, Porto Alegre, 1995;

STEIMAN, Rebeca; **MACHADO**, Lia Osório. Limites e Fronteiras Internacionais: Uma discussão histórico-geográfica. UFRJ, 2002. Disponível em: <http://acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/REBECALIADiscBibliog.pdf>. Acesso em 02 de junho de 2007.

TOSTA, Octavio. Teoria Geopolíticas. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1984;

TRIAS(a), Rolando A. Laguarda. A Expedição de Sebastião Caboto, História Naval Brasileira, Primeiro Volume, Tomo I, Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1975;

TRIAS(b), Rolando A. Laguarda. Cristóvão Jaques e as armadas Guarda-Costa, História Naval Brasileira, Primeiro Volume, Tomo I, Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1975;

VALENTIM, Carlos Manuel. D. João III e a sua Época - Um Período Sombrio da História de Portugal? Revista da Armada, Nº 357. Setembro /Outubro, Lisboa, 2002;

VELLINHO, Moysés. Capitania d'El Rei – Aspectos Polêmicos da Formação Rio-Grandense. Ed. Globo, Porto Alegre, 1970;

VIANNA, Hélio, História Diplomática do Brasil, Edições Melhoramentos, São Paulo, 1959;

VICENTE, António Pedro. Brasil Factores de Unidade, Camões – Revista de letras e Cultura Lusófonas – Terra Brasilis, Número 8, Lisboa, Janeiro-Março de 2000;

VICENTINO, Cláudio. História Geral, Editora Scipione, São Paulo. 2000;

VITERBO, Souza. Expedições científico-militares enviadas ao Brasil. Edições Panorama, Lisboa, 1962;

WEIMER, Günter. Arquitetura no Período Colonial, Caderno de História nº 39, Memorial do Rio Grande do Sul / Câmara Rio-grandense do livro. Porto Alegre. S/D;

ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII. Coleção Estudos Históricos, Hucitec-Edusp, São Paulo, 1990.

ZEMOR, Fernando. A descoberta da América no contexto europeu do final do século XV in <http://www.brasil.terravista.pt/claridade/1208/histor01.htm> capturado em 19/08/2004.